

Geisa Magela Veloso (org.)

UNIMONTES, HISTÓRIA E MEMÓRIA: 60 ANOS FORMANDO PROFESSORES NO NORTE DE MINAS



**UNIMONTES,
HISTÓRIA
E MEMÓRIA:**
60 ANOS
FORMANDO
PROFESSORES
NO NORTE
DE MINAS

Apoio:



Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

Wagner de Paulo Santiago
Reitor

Dalton Caldeira Rocha
Vice-Reitor

Ivana Ferrante Rebello
Pró-Reitora de Ensino

Rogério Othon Teixeira Alves
Pró-Reitor de Extensão

Maria das Dores Magalhães Veloso
Pró-Reitora de Pesquisa

Cláudia Luciana Tolentino Santos
Pró-Reitora de Planejamento, Gestão e Finanças

Marlon Cristian Toledo Pereira
Pró-Reitor de Pós-Graduação

©Editora Unimontes

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Editora Chefe

Conselho Editorial

Maria Clara Maciel de Araújo Ribeiro
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Ivana Ferrante Rebello
Leandro Luciano Silva Ravnjak
Luiz Henrique Carvalho Penido
Maria da Penha Brandim de Lima
Patrícia Takaki Neves
Tânia Marta Maia Fialho
Vanessa de Andrade Royo

Geisa Magela Veloso
(org.)

**UNIMONTES,
HISTÓRIA
E MEMÓRIA:
60 ANOS
FORMANDO
PROFESSORES
NO NORTE
DE MINAS**

Jacqueline Duarte de Souza
Capa

Maria Rodrigues Mendes
Diagramação

Welber Nobre dos Santos
Antônio Durães de Oliveira Neto
Revisão linguística

Este livro foi selecionado por edital
e submetido a parecer duplo cego

DOI: 10.46551/978-65-86467-69-7

Dados Internacionais de Catalogação-na-Pública(CIP) Associação Brasileira
das Editoras Universitárias (ABEU)

U58 Unimontes, história e memória [recurso eletrônico] : 60 anos formando
professores no Norte de Minas / Geisa Magela Veloso (organizadora).
– Montes Claros, MG : Editora Unimontes, 2024.
304 p. : il. ; Ebook PDF.

Inclui bibliografia.

Modo de acesso: world wide web

<http://www.editora.unimontes.br/index.php/ebook>

ISBN: 978-65-86467-69-7. (Ebook).

1. História da Educação – Norte de Minas (MG). 2. Licenciatura –
História - Montes Claros (MG). 3. Formação de professores. I. Veloso,
Geisa Magela. II. Título. III. Título: 60 anos formando professores no
Norte de Minas.

CDD 370.98151

Elaborado por Biblioteca Central Professor Antônio Jorge / Roseli Damaso – CRB-6/1892

©Editora Unimontes
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil
CEP 39401-089 - CAIXA POSTAL 126
www.editora.unimontes.br
editora@unimontes.br

Filiada à



Prefácio

Aceitei com muito gosto e alegria escrever o prefácio deste livro organizado pela Prof^a Geisa Veloso, colega que muito admiro por sua seriedade profissional, seu compromisso com a produção de conhecimentos, seu rigor científico, sua dedicação incansável à educação! Este livro é resultado da aposta dela em um projeto extremamente relevante para o registro de histórias e memórias da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) no seu curso de 60 anos de atuação na formação de professores no Norte de Minas Gerais.

Acompanhei, ainda que de longe, esse projeto “ousado” de escrita de uma obra que pudesse reunir, ao mesmo tempo, não apenas um trabalho de pesquisa historiográfica para dar a conhecer mais histórias e memórias sobre a Unimontes, mas homenagear mulheres e homens cuja atuação e luta foram importantes no processo de organização e desenvolvimento do ensino superior em e para nossa região.

Projeto ousado porque arrojado, já que demandava um trabalho imenso, que reunisse muitas mãos e mentes. E assim foi! Essa obra resulta de um trabalho coletivo, cuidadosamente organizado por Geisa, escrito a muitas mãos e enriquecido com as muitas gentes que dele participaram e nele colocaram, assim como Geisa, sentimentos muitos, saberes tantos, preciosas escritas, necessários registros de histórias, uma riqueza de memórias que nos ampliam a leitura do mundo, particularmente ampliam nossa leitura da história da educação, do ensino superior e da formação de professores no sertão Norte-Mineiro.

Ademais, trata-se de um registro de história e memória da Unimontes, que amplia nosso entendimento de nós mesmos, porque, conforme assinala Michael Pollak (1992, p.205), podemos considerar que a

memória é um sentimento que é parte “do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si”¹.

O resultado deste trabalho coletivo está agora disponível nesta excepcional obra, de beleza e sensibilidade marcantes e que nos convidam a enveredar por suas páginas e nos encher de conhecimento e força para seguir lutando em defesa da educação como um direito humano e emancipador das gentes e dos mundos!

Parabéns e obrigada a todas e todos que incansavelmente trabalharam para produzir este magnífico livro, cuja leitura mais que recomendo.

Boa leitura a todas e a todos!

Montes Claros, sertão dos Gerais, outono de 2024.

Mônica Maria Teixeira Amorim
*Professora do Departamento de Métodos e
Técnicas Educacionais da Unimontes*

¹ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *In: Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, N. 10. p. 200-212, 1992

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	9
Capítulo 1	
ENSINO SECUNDÁRIO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E O ENSINO SUPERIOR EM MONTES CLAROS.....	19
Capítulo 2	
TRILHANDO CAMINHOS EDUCATIVOS: JORNADA HISTÓRICA DA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA.....	35
Capítulo 3	
REVISITANDO A HISTÓRIA DO CURSO DE LETRAS.....	63
Capítulo 4	
O PIONEIRISMO DO CURSO DE GEOGRAFIA NA REGIÃO NORTE DE MINAS	88
Capítulo 5	
A TRAJETÓRIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UNIMONTES.....	105
Capítulo 6	
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA NA UNIMONTES: UM MARCO NA EDUCAÇÃO NORTE-MINEIRA.....	125
Capítulo 7	
LICENCIATURA EM BIOLOGIA DA UNIMONTES: RECONSTITUINDO A HISTÓRIA NA REGIÃO NORTE- MINEIRA.....	143

Capítulo 8

ENTRE MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS, A HISTÓRIA DA LICENCIATURA EM FILOSOFIA NA FUNM/UNIMONTES.....	161

Capítulo 9

CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E SUAS TRANSFORMAÇÕES LICENCIATURA/BACHARELADO.....	186

Capítulo 10

HISTÓRIA DAS LICENCIATURAS EM ARTES A PARTIR DE UM OLHAR PARA O CURSO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA DE MONTES CLAROS-MG.....	198

Capítulo 11

EDUCAÇÃO FÍSICA NA UNIMONTES: UMA JORNADA DE TRANSFORMAÇÃO.....	217

Capítulo 12

TRAJETÓRIA DO CURSO DE CIÊNCIAS DA RELIGIÃO DA UNIMONTES.....	237

Capítulo 13

DESAFIOS DA LICENCIATURA EM FÍSICA NO CAMPUS BOCAIUVA.....	250

Capítulo 14

CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA: IMPLANTAÇÃO E TRAJETÓRIA NA UNIMONTES.....	269

Capítulo 15

ENTREVISTA COM BABY FIGUEIREDO E MARY FIGUEIREDO – UM MERGULHO NA HISTÓRIA PELAS MEMÓRIAS DE PROFESSORAS PIONEIRAS.....	289

Apresentação

Memória e História, Ensino Superior e Formação de Professores, Universidade e Educação Básica são temas em discussão em diferentes espaços e temporalidades, são questões que se entrelaçam e ecoam em nosso cotidiano.

Este livro reverbera essas questões, representa razão e conhecimento, sentimento e afeto. O material de que foi tecido são inquietações e problemas educacionais. O fio central de sua trama são eventos, pessoas e fatos. Os elos de sua urdidura, o trabalho de reconstituição da memória empreendido por 31 mestrands e mestrandas em Educação da Unimontes. O palco de sua expressão é a cidade de Montes Claros, situada no sertão norte-mineiro.

Montes Claros é uma cidade sertaneja afastada da capital mineira a cerca de 422 km. Polo regional que recebe e exerce influências sobre a região norte de Minas Gerais, a sua primeira Escola Normal foi fundada em 1879 e o primeiro grupo escolar criado em 1909. O primeiro jornal, que se consolidou como empresa jornalística em longa duração, foi fundado em 1918, o semanário Gazeta do Norte. A instalação da energia elétrica ocorre em 1917 e o abastecimento de água canalizada em 1938. O primeiro caminhão chega por aqui em 1920 e a estrada de ferro em 1926. A primeira rádio comercial foi instalada em 1944, a ZYD-7 - Rádio Sociedade Norte de Minas. O Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernández foi criado em 1961 e a Academia Montes-clarense de Letras foi estabelecida em 1966. Para Rota Júnior e Ide (2016), mesmo tendo se firmado como polo regional, na década de 1960, a cidade de Montes Claros vivia o contraponto entre o atraso e o potencial existente para o desenvolvimento.

Os estudos de Pereira (2001) indicam que, no final da década de 1950, a cidade se encontrava em situação desfavorável, quando comparada ao processo de desenvolvimento da nação brasileira. O desemprego atingia 30% da população, em um cenário marcado por mais de 70% de analfabetos. As condições sanitárias e de iluminação eram precárias, a migração campo-cidade gerava a necessidade de investimentos e ampliação da rede de escolas. No ensino secundário, o município não conseguia atender à demanda – faltavam professores e estabelecimentos (Pereira, 2001).

É neste cenário de desafios e possibilidades que, em 1962, foi criada a Fundação Universidade Norte Mineira, a Funm, e, em 1964, instalados os primeiros quatro cursos de ensino superior – as licenciaturas em Pedagogia, Letras, História e Geografia.

Produzimos este livro com o propósito de reconstituir memórias e homenagear jovens montes-clarenses – Isabel Rebello de Paula, Maria Isabel Magalhães Figueiredo (Baby Figueiredo), Maria da Consolação Magalhães Figueiredo (Mary Figueiredo), Maria Florinda Pires Ramos e Maria Dalva Dias de Paulo, que têm seus nomes inscritos na História. Estas jovens professoras criaram uma unidade de ensino superior – a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil) – em 9 de agosto de 1963; e instalaram os 4 primeiros cursos de formação em nível superior da região norte-mineira – as licenciaturas em História, Pedagogia, Letras e Geografia –, que têm seu funcionamento iniciado em 13 de abril de 1964. Muitas outras mulheres e homens se incorporaram a esse grupo inicial e, na esteira destas pioneiras, seguem construindo a universidade, deixando sua marca na história da educação e da formação de professores.

Discutir os problemas educacionais que afetavam a região norte-mineira e que foram diretamente impactados pela iniciativa destas jovens professoras confere o contorno e grandiosidade do seu feito e nos permite, com as lentes do presente, olhar para o tempo escoado e colocar foco nessa iniciativa ousada e corajosa. Permite, ainda, a possibilidade de agradecer a estas jovens mulheres pelo que legaram a toda a grande região de abrangência da cidade de Montes Claros. Estas jovens audaciosas plantaram a semente da formação de professores em nível superior neste solo sertanejo, o empreendimento cresceu e já formou centenas, milhares de professores e professoras. Honrar estas pioneiras é a pretensão desta obra, que foi construída a dezenas de mãos e cérebros, mas também de

corações – são eles: os 31 mestrands e mestrandas da 5ª turma do curso de Mestrado em Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes); a professora Geisa Magela Veloso, que coordenou as atividades de pesquisa e escrita acadêmica dos mestrands e mestrandas; e a professora Francely Aparecida dos Santos.

Ao realizar o estudo e pretender a reconstituição da memória dos 13 cursos de licenciatura instalados pela Unimontes, tínhamos em mente, com Le Goff (2003), que o presente não é suficiente para compreendermos o homem em sua totalidade. Por isso, há necessidade de rememorar e não permitir que as memórias sejam apagadas, de modo que, conscientes das armadilhas da história total, procuramos reconstituir faces da história das licenciaturas, sabendo que a escrita historiográfica realizada é lacunar, incompleta e inconclusa, mas capaz de revelar o empreendimento realizado por estes pesquisadores e pesquisadoras em formação. Cada texto, portanto, comporta perspectivas de leitura e sinaliza para possibilidades de novas pesquisas e processos historiográficos.

Ao produzir a incursão no campo de estudo, cada pesquisador e cada pesquisadora foi orientado/orientada pela professora doutora Geisa Magela Veloso, coordenadora do projeto de pesquisa denominado “História das Licenciaturas na Funm/Unimontes (1962-2022)”, cujas atividades integraram as ações curriculares acadêmicas da disciplina “Formação Docente, Saberes e Práticas Educativas”, do curso de Mestrado em Educação do PPGE/Unimontes. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Unimontes, conforme parecer consubstanciado CAAE: 1 68289423.8.0000.5146, emitido em 18 de abril de 2023.

Cada mestrando e mestranda que empreendeu essa jornada no tempo foi mobilizado(a) e inspirado(a) por Le Goff (2003, p. 469), ao defender que: “a memória é algo essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Como intelectuais reflexivos, estes pesquisadores e pesquisadoras produziram para si a consciência de que uma sociedade que perde a sua memória está condenada a repetir os erros do passado, a não saber quem se é. Em função disso, para não nos perdermos de nós mesmos, para sabermos quem somos, debruçamo-nos sobre o tempo e empreendemos essa busca

pela memória dos cursos de licenciatura desta instituição tão importante para a região norte-mineira, a Funm/Unimontes. O empreendimento historiográfico se mostrou essencial e, na medida em que o trabalho de pesquisa foi colocado em curso, essa consciência foi se aprofundando e impulsionando a busca, a reflexão e a escrita.

O resultado é este livro, gestado por intenso trabalho de pesquisa, marcado pelo investimento empreendido por pós-graduandos e pós-graduandas do Mestrado em Educação da Unimontes, que se mobilizaram pelo desejo de não perderem a sua identidade e pela possibilidade de ampliar o conhecimento, pela emoção de encontros inspiradores e pela alegria da descoberta. Grandes foram os desafios e percalços do fazer historiográfico destes pesquisadores em formação, que trilharam caminhos vários na recolha de documentos, na produção de fontes documentais orais, na leitura e compreensão da realidade histórica. Maior ainda foi o contentamento gerado por essa busca, que possibilitou reconstituir faces da história das licenciaturas instaladas no âmbito da Funm/Unimontes, de forma a lançar para o passado um olhar percrustador e amoroso, capaz de compreender a realidade e valorizar a trajetória daqueles que nos antecederam.

O [capítulo 1](#), que abre as discussões deste livro, foi denominado “Ensino Secundário, formação de professores e o Ensino Superior em Montes Claros”, de autoria de Geisa Magela Veloso e Francely Aparecida dos Santos. O texto situa a cidade de Montes Claros e região norte-mineira no contexto político, econômico, social e cultural das décadas de 1950-1960, em que foram instalados os primeiros cursos superiores. As autoras conferem visibilidade para questões e problemas, sobretudo relacionados às demandas do Ensino Secundário e que geravam a necessidade de instalação de cursos de licenciatura para formar professores para esta etapa da escolarização.

Na sequência, são apresentados os capítulos que historicam faces dos 4 primeiros cursos de ensino superior da região norte-mineira – Pedagogia, Letras, Geografia e História – instalados na Fafil e que se constituem uma referência inicial do processo de formação de professores em nível de graduação. Posteriormente, são apresentadas as demais licenciaturas instaladas na Funm/Unimontes, sendo que o livro se encerra com um documento histórico – entrevista com Maria Isabel Magalhães Figueiredo Sobreira e Maria da Consolação Magalhães Figueiredo Cowen.

O capítulo 2, que tem por título “Trilhando caminhos educativos: jornada histórica da licenciatura em Pedagogia”, é de autoria das mestrandas Daniela Maria Gonçalves Fonseca, Larissa Alves Lima e Luciana de Oliveira Neto. O texto é uma imersão sensível na realidade de instalação, consolidação, transformações e conquistas pelas quais passou este curso tão relevante e que, ainda hoje, se apresenta em meio a debates e disputas por definição de seu estatuto, da sua identidade e de suas finalidades. Para revisitar o período inicial de sua instalação e reconstituir faces da história do curso, as autoras contaram com a narrativa de Maria Isabel Magalhães Figueiredo (Baby Figueiredo), que o fundou e, por cerca de 4 décadas, atuou ativamente para o seu desenvolvimento e consolidação.

O capítulo 3 nos convida para uma imersão na realidade do curso de Letras. Sob o título “Revisitando a história do curso de Letras”, de autoria de Eredi Gonçalves Ferreira Fernandes e Luiz Otávio de Souza Santos, o capítulo revisita o passado pelas memórias e narrativas de Maria da Consolação Magalhães Figueiredo (Mary Figueiredo), sua fundadora. O texto representa uma possibilidade para compreender a criação, desenvolvimento e consolidação desta importante licenciatura, que forma professores habilitados em línguas, para o exercício docente na Educação Básica. O estudo ainda traz reflexões importantes sobre a realidade da licenciatura em Letras, que vivencia desafios com a evasão, afetando, sobretudo, a oferta de línguas estrangeiras – inglês e espanhol.

O capítulo 4 nos conduz para “O pioneirismo do curso de Geografia na região norte de Minas”, pelos olhares sensíveis de suas autoras: Ana Paula Maia Costa Durães, Eliana Dias Leal e Greyce Kelly de Souza Rezende, que produzem uma cartografia dos desafios e alegrias vivenciados desde a década de 1960, que incluem as dificuldades para composição de turmas e passa pelas alegrias da acolhida do curso pela sociedade norte-mineira. As trilhas e os caminhos desta escrita historiográfica foram guiados por Maria Florinda Pires Ramos, uma das pioneiras da instalação do ensino superior em Montes Claros.

O capítulo 5 encerra a primeira parte do fazer historiográfico deste livro. Com o título “A trajetória do curso de licenciatura em História da Unimontes”, o texto é de autoria de Marcos Paulo Melucio Oliveira e Idalina Gonçalves Magalhães, traz recortes da memória deste curso e nos permite discutir as dificuldades de se ensinar História em um momento

tão difícil da nossa história recente – a Ditadura Militar. Mas, para além das dificuldades, este capítulo nos permite compreender as conquistas desta importante licenciatura.

O capítulo 6, que leva o título de “Licenciatura em Matemática na Unimontes: um marco na educação norte-mineira”, é de autoria de Cleia Ferreira Niz Rocha, José Carlos Rodrigues Junior e Kleber Conceição da Silva. Um texto que se soma aos demais para conferir visibilidade para a formação de professores na Unimontes. O estudo coloca foco em uma importante licenciatura, que é questionada, discutida, desafiada a encontrar caminhos e novos processos para ensinar Matemática e multiplicar conhecimentos.

O capítulo 7 é denominado “Licenciatura em Biologia da Unimontes: reconstituindo a história na região norte-mineira”, de autoria de Eveline Nogueira de Castro e Oliveira, Bianca de Souza Franca Durães e Hellem Cristina Soares da Silva. Pelo olhar destas pesquisadoras, o leitor é conduzido a compreender a importância desta licenciatura, que forma professores para ensinar Biologia e Ciências na Educação Básica. Tal formação implica pensar que somos desafiados a produzir ciência, tecnologia e desenvolvimento, mas fazê-lo a partir de uma sensibilidade ética, política, ambiental e humana, de engajamento e consciência sobre o estar no mundo e dele cuidar.

O capítulo 8 é denominado “Entre mudanças e permanências, a história da licenciatura em Filosofia na Funm/Unimontes”, das autoras Aline Patrícia Sobral dos Santos, Mirele Pereira da Silva e Ariele Rezende Costa. O texto nos convida a uma imersão filosófica no mundo e na formação de professores, para compreender o modo como esta importante licenciatura enfrentou e enfrenta desafios para formar homens e mulheres, sujeitos éticos e responsáveis, cidadãos e cidadãs reflexivos(as) e engajados(as) na construção de um mundo plural e diverso, respeitoso e humano.

O capítulo 9 é mais um convite para a reflexão crítica e consciente sobre o mundo, sobre nós mesmos e a formação de professores. Com o título “Curso de Ciências Sociais e suas transformações Licenciatura/Bacharelado”, escrito por Flaviane Alves dos Santos e Edson Cosme Martins Filho, o texto discute os desafios vividos por este curso, que tem uma identidade meio fluida. O curso viveu o aligeiramento curricular no período da ditadura militar e, ainda hoje, se vê indefinido entre formar o sociólogo, o cientista social ou o professor para o exercício na Educação Básica.

O capítulo 10 é a “História das licenciaturas em Artes a partir de um olhar para o curso de Educação Artística de Montes Claros-MG”, um belo texto escrito por Isabela Parada e Tatiane Rocha Matos, um mergulho no mundo das artes visuais, da música e do teatro e nos processos de formação de artistas e professores para a docência da Educação Artística nas escolas brasileiras. O texto nos convida a analisar a realidade deste importante componente curricular, meio marginalizado e pouco valorizado, mas essencial para se formar crianças, jovens, adultos, velhos, pessoas sensíveis e humanas, que apreciam o belo e o encontro com a vida.

O capítulo 11 nos convida ao movimento, com o texto denominado “Educação Física na Unimontes: uma jornada de transformação”, de autoria de Juliana Alves Miranda Andrade, Thiago Ferreira Andrade e Gabriel Nardes Santos. O estudo nos permite compreender o modo como o curso de Educação Física tem contribuições importantes para formar o educador físico, sobretudo o professor. Para além de formar profissionais para a sociedade norte-mineira, o curso contribuiu para a construção de espaços de circulação e convivência no *campus* Professor Darcy Ribeiro, com destaque para os muitos projetos de extensão desenvolvidos pelos professores, professoras e estudantes que escolhem fazer Educação Física.

O capítulo 12 é denominado “Trajetória do curso de Ciências da Religião da Unimontes”, e seus autores são Amós Ferreira de Carvalho e Pedro Aurélio Cardoso da Silva. O texto nos desafia a compreender o modo como esta licenciatura, meio secundarizada na universidade, tem se mostrado um importante espaço de reflexão e formação humana, sob uma ética plural e respeitosa. O curso se propõe a formar professores por uma lógica de respeito às diferentes religiões e crenças, de forma a se estruturar processos de ensino não proselitistas e orientados para a pluralidade de pensamento e de crenças.

O capítulo 13, denominado “Desafios da licenciatura em Física no *campus* Bocaiuva”, tem por autores Agnaldo Maciel Ribeiro Oliveira e Pedro Guimarães Moratori. O texto é um mergulho na história recente de uma importante licenciatura, instalada no *campus* Bocaiuva, que enfrentou inúmeros desafios para sua consolidação, sobretudo relacionados à baixa procura pelo curso e a evasão massiva dos estudantes matriculados. O texto é um convite a pensar e construir novas possibilidades de se formar professores.

O capítulo 14, que tem por título “Curso de licenciatura em Química: implantação e trajetória na Unimontes”, de autoria de Heleninha Manoela de Oliveira Fernandes, fecha as reflexões sobre as histórias das licenciaturas e a formação de professores a que nos propusemos. O estudo revela os desafios que o curso de Química experimentou e que levaram ao encerramento de suas atividades no *campus* Bocaiuva. A semelhança da licenciatura em Física, o curso de Química se viu esvaziado, em função da baixa procura pelas vagas ofertadas, mas, sobretudo, pela evasão que incidiu sobre as turmas. O texto traz reflexões importantes, a partir da ótica de professores e estudantes, e sinaliza possibilidades e oportunidades formativas.

Por fim, o capítulo 15, como já antecipado em seu título “Entrevista com Baby Figueiredo e Mary Figueiredo – um Mergulho na História pelas Memórias de Professoras Pioneiras”, o texto é um documento histórico resultante do processo de produção de fontes documentais para a reconstituição da memória da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil) e das 4 primeiras licenciaturas instaladas no âmbito desta faculdade. O texto se constitui em um importante aporte para a compreensão das motivações, dos desafios e conquistas produzidas por um grupo de jovens professoras. Ao inserir o texto da entrevista concedida pelas irmãs Baby Figueiredo e Mary Figueiredo – duas das fundadoras da Fafil –, como o último capítulo deste livro, o fazemos por compreender a sua grande contribuição histórica. O texto não apenas se constitui em um registro da memória destas mulheres pioneiras, corajosas e idealistas, mas confere visibilidade a estas protagonistas de uma história ainda não suficientemente narrada. Maria Isabel Magalhães Figueiredo Sobreira (Baby Figueiredo) e Maria da Consolação Magalhães Figueiredo Cowen (Mary Figueiredo), “as meninas da Fafil” (Anastasia, 2012), a vocês o nosso agradecimento pela entrevista, pelas memórias narradas, pela imensurável contribuição para a Educação na região norte do estado de Minas Gerais. Juntamente com Isabel Rebello de Paula, Maria Florinda Pires Ramos, Maria Dalva Dias de Paulo, vocês foram responsáveis por mudar os rumos da história da educação em Montes Claros e região norte-mineira.

Ao encerrar este livro com o texto desta entrevista, possibilitamos a outros historiadores e pesquisadores um documento que se constitui em um convite para novos olhares sobre a história das licenciaturas na região

norte-mineira, para a construção de novas respostas e a produção de novas indagações e questões.

Em síntese, este é um livro que nos convida a uma viagem no tempo, para pensar e rememorar. Pensar a educação e a pesquisa nos contextos local, regional e global é uma tarefa para a qual os programas de pós-graduação têm realizado investimentos e iniciativas, resultando em análises circunstanciadas da realidade. A pesquisa que resultou neste livro é uma destas iniciativas, em que se lança o olhar para o passado para compreender faces do presente, no contexto educacional norte-mineiro. Ao lançar um olhar perscrutador sobre a História da Educação, mestrandos e mestrandas do PPGE-Unimontes produzem uma tessitura que integra as diferentes licenciaturas instaladas por esta universidade. Este olhar também revela faces de uma história que se iniciou na década de 1960, mas se renova sempre, pelas mãos de cada um que integra esta instituição universitária e colabora com seus processos de gestão, ensino, pesquisa e extensão universitária.

Este livro, que nasce do desejo de conhecer e dar a conhecer faces da História das licenciaturas e da formação de professores na região norte de Minas Gerais, se mostrou maior do que a expectativa produzida no início da caminhada. Para além de uma escrita acadêmica e historiográfica, o livro é uma homenagem a mulheres e homens, sujeitos históricos que nos antecederam e nos permitiram dar os nossos próprios passos nessa caminhada, dar nossa contribuição para a história das licenciaturas e da Unimontes, que ainda se faz a cada dia. O livro é uma celebração dos 60 anos da instalação dos primeiros cursos de licenciatura na região norte-mineira, que ocorreu em 13 de abril de 1964. Ao honrar cinco mulheres fortes, corajosas e idealistas – Isabel, Baby, Mary, Florinda e Dalva – festejamos a possibilidade de continuar sempre adiante e não deixar que o esquecimento coloque sombras sobre essa etapa importante da nossa história.

Honrar estas mulheres pioneiras é pensar, com Le Goff (2003, p. 471), que “a memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro”.

Geisa Magela Veloso

Fevereiro de 2024

Referências

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Unimontes: 50 anos de história e memória**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2012.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Irene Ferreira; Bernardo Leitão; Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: Editora Unicamp. 2003.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Montes Claros anos 50: entre a esperança e a frustração**. Revista Unimontes Científica. Montes Claros, v.1, n.1, mar., 2001.

ROTA JÚNIOR, César; IDE, Maria Helena de Souza. Ensino superior e desenvolvimento regional: o norte de Minas Gerais na década de 1960. **Revista Brasileira de Educação**. v. 21, n. 64, jan./mar., 2016.

1

Ensino secundário, formação de professores e o ensino superior em Montes Claros

Geisa Magela Veloso

Francely Aparecida dos Santos

1 Introdução

No Brasil, formar professores é tarefa que, institucionalmente, se inicia com a criação das Escolas Normais, voltadas para o Ensino Primário, sendo a primeira instalada em Niterói, no ano de 1834 (Saviani, 2009). Em Montes Claros, a primeira instituição formadora de professores foi instalada, ainda, no Período Imperial, em 1879 – a Escola Normal Oficial de Montes Claros. Estas instituições formadoras marcaram um momento em que foram chamadas a produzir a modernidade dos processos educativos (Veloso, 2008).

Quanto ao Ensino Secundário, por muito tempo restrito às elites, a regulamentação da formação de professores e a instalação de instituições formadoras ocorreram muito mais tardiamente. Tal regulamentação ocorreu em 1931, com a Reforma Francisco Campos, que estabeleceu a exigência de formação em nível de ensino superior para esta etapa da escolarização. A Universidade de São Paulo (USP), em 1934, foi a primeira instituição universitária a criar sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

e a ofertar cursos de licenciatura para formação de professores (Saviani, 2009). Em Montes Claros, a primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil) foi criada em 1963, por iniciativa de 5 jovens professoras, que instalaram os primeiros cursos de licenciatura, em abril de 1964. No ano de 1965, a Fafil foi incorporada pela Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm), hoje Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

Por isso, este capítulo, que abre as narrativas historiográficas sobre as licenciaturas da Funm/Unimontes, procura situar problemas de ordem cultural e educacional, que se acentuaram na cidade de Montes Claros nas décadas de 1950 e 1960, e exigiam a formação de professores para o Ensino Secundário. As mudanças esperadas para o Ensino Secundário dependiam, de forma imediata, da oferta de cursos superiores na modalidade licenciatura.

O estudo apresentado neste capítulo tem por objetivo produzir reflexões sobre o Ensino Secundário, conferindo visibilidade para proposições, formulações e problemas vivenciados na cidade de Montes Claros – Minas Gerais, sobretudo relacionados à formação de professores e que demandavam a oferta do Ensino Superior. Discutir as demandas do Ensino Secundário em Montes Claros se apresenta como possibilidade para contextualizar a urgência de professores com formação em nível superior, bem como a relevância da instalação dos quatro primeiros cursos superiores de formação de professores em Montes Claros.

Ao tomar o jornal *Gazeta do Norte* como principal fonte documental para discutir o ensino secundário e as demandas por formação de professores em Montes Claros, compreende-se que este periódico se constituiu em esfera pública de debate sobre questões e problemas educacionais. O jornal revela vestígios e indícios do passado que, como afirma Saviani (2004), ao serem preservados, se constituem em elementos indispensáveis para a compreensão dos processos históricos.

O jornal *Gazeta do Norte* foi um periódico bissemanal publicado em Montes Claros entre 1918 e 1962. Veloso (2015) afirma que, refletindo características de seu tempo, dentre outras ações, o jornal *Gazeta do Norte* promoveu campanhas, disseminou práticas e concepções – um formato que permitiu sua sobrevivência como empresa jornalística. O periódico não tinha a publicação de fatos e ocorrências cotidianas como prioridade. “[...] Mais do que isso, o jornal pretendia a formação de uma opinião es-

clarecida sobre temas e questões a ele contemporâneas, contribuindo para a construção de uma nova mentalidade” (Veloso, 2015, p. 357).

Por esta característica formadora de opinião, professores e profissionais da educação se pronunciaram sobre o Ensino Secundário nas páginas do jornal *Gazeta do Norte*, dentre os quais o inspetor federal José Monteiro Fonseca e os professores Abgar Renault, João Luiz de Almeida, Aloys Looch. Ao tomar o jornal como fonte, procuramos compreender as formulações dos professores que se posicionaram por meio dele. Para este empreendimento, orientamo-nos pelas seguintes questões: O que esses professores montes-clarenses pensavam sobre o Ensino Secundário? Quais problemas foram discutidos e demandavam ações para sua superação? Havia consenso nos posicionamentos? Como era compreendida a formação de professores no cenário da cidade de Montes Claros e da região norte de Minas Gerais?

A pesquisa historiográfica se constituiu em escolha metodológica que possibilitou indagar o passado e compreender faces do Ensino Secundário. O recorte temporal tem definição pelas décadas de 1950 e 1960, por representar um período de crises e mudanças no Ensino Secundário. Neste recorte, no ano de 1964, um grupo de jovens professoras – Isabel Rebello de Paula, Maria Isabel de Magalhães Figueiredo, Maria da Consolação de Magalhães Figueiredo, Maria Florinda Pires Ramos e Maria Dalva Dias de Paulo – instalaram os 4 primeiros cursos superiores da região norte-mineira – as licenciaturas em História, Letras, Geografia e Pedagogia.

Para estruturação destes processos, esse capítulo está organizado em três seções. Na primeira, apresentamos uma visão panorâmica dos problemas e dificuldades vivenciados no Ensino Secundário no Brasil nas décadas de 1950 e 1960. Na segunda, produzimos visibilidade para aspectos da organização do Ensino Secundário em Montes Claros, focalizando o diálogo com a realidade de crise da educação brasileira. Na terceira e última seção, discutimos questões relacionadas com a expansão do Ensino Secundário e os processos de formação de professores.

2 Os desafios no Ensino Secundário brasileiro

Discutir a educação no Brasil, nas décadas de 1950 e 1960, nos leva a colocar foco na Reforma Capanema, instituída em 1942 pela Lei Orgânica do Ensino Secundário (Loes), no governo da ditadura getulista.

A reforma foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 4.244/1942, uma lei conservadora que:

[...] definia, de forma autoritária e nacionalizada, um tipo de ensino para a formação de elites condutoras do país, tornando o Ensino Secundário uma via de acesso ao Ensino Superior, que passa a ser oferecido quase que exclusivamente pela iniciativa privada (Rosa; Dallabrida, 2013, p. 3).

A referida Loes ficou vigente até a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 4024 de 1961. A partir desta nova reforma, a escola secundária permaneceu estruturada em 2 ciclos – o ginásial, ou 1.º ciclo, e o colegial, ou 2.º ciclo. O 1.º ciclo apresentava alguns ramos de formação – o secundário, o curso normal, o comercial, o industrial e o agrícola; enquanto que o 2.º ciclo, ou colegial, se estruturava pelos cursos clássico e científico. Os cursos clássico e científico variavam entre si pela intensidade dos estudos de Filosofia e de Ciência (Abreu, 2005 [1955]) e tinham um caráter propedêutico, destinado a preparar os estudantes para o ensino superior. Braghini (2005) destaca que, na década de 1950, a escola secundária era veículo de seletividade, prestígio e ascensão social – “e somente ‘os mais aptos’, ‘mais preparados’, ‘mais abastados’, chegavam a concluí-la” (2005, p. 2).

Nunes (2000), em seus estudos, identificou grande procura pelo curso secundário ou ginásio acadêmico, que se intensificou desde os anos 1930, pela busca de formação que possibilitasse mobilidade social. Essa intensificação não ocorria com relação ao ensino profissional, particularmente o ensino industrial e o agrícola, cujas matrículas aconteciam em níveis muito baixos, sem esgotar, inclusive, a sua capacidade de matrícula (Nunes, 2000).

Apesar da intensificação de matrículas, dados apresentados por Jayme Abreu indicam que, ao longo dos 2 ciclos, se percebia uma gradual queda, especialmente acentuada (de aproximadamente 50%), na passagem da quarta série ginásial (1.º ciclo) para a primeira série colegial (2.º ciclo). A evasão foi explicada pelo desajuste funcional da escola em relação à realidade social. Na explicitação das inconsistências relativas às finalidades do ensino secundário, o professor Jayme Abreu destaca a tradição propedêutica desta modalidade de ensino, que desconsiderava a incorporação de camadas heterogêneas da população e centralizava suas finalidades na

aprovação do aluno para o ensino superior (Abreu, 2005 [1955]). Ainda segundo o autor, para além deste descompasso de finalidades, o principal motivo da infrequência e da evasão na escola secundária era de ordem econômica. Ou seja, a escola secundária era predominantemente privada, sendo altos os custos das mensalidades e difíceis as condições para permanência dos estudantes no curso.

Esse predomínio privatista do Ensino Secundário tem suas raízes no século anterior, sobretudo a partir da Proclamação da República, em 1890. Para Dallabrida (2009), com o regime republicano, os Estados brasileiros realizaram uma intervenção significativa no Ensino Primário, por meio da implantação dos grupos escolares. No entanto, à exceção do Rio de Janeiro, que contava com o Colégio Pedro II, os poderes públicos federal e estaduais pouco interferiram no Ensino Secundário, que foi dominado pelas redes privadas, especialmente pela Igreja Católica, sendo que, no início dos anos 1930, elas eram majoritárias no território nacional. Para Jayme Abreu, o Brasil não se orientava pelo princípio da universalidade da escola secundária como obrigação do poder público (Abreu, 2005 [1955]).

Citando dados publicados pela Capes, o professor Jayme Abreu analisa a expansão da escola secundária brasileira que, no intervalo entre 1933 e 1953, teve ampliação em torno de 490% – crescimento que se revela ainda mais expressivo ao ser cotejado com o das escolas elementar e superior que, no mesmo período, foi de, respectivamente, 90% e 80%.

O professor Jayme Abreu ainda destaca a distribuição geográfica das escolas secundárias, que se constituíam em instituições centralizadas nas áreas urbanas, sendo o seu déficit na zona rural praticamente total. No ano de 1953, o Brasil tinha 616 estabelecimentos de ensino secundário localizados nas capitais e 1.152 em cidades do interior. Informações do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos indicam que, em 1953, havia 1.253 sedes municipais ainda sem oferta do ginásio (Abreu, 2005 [1955]).

3 Ensino Secundário como problema em Montes Claros

Nos últimos anos da década de 1950 e primeiros da década de 1960, em que o Brasil vivencia um contexto político e econômico complexo, Montes Claros produz intenso debate de ideias e busca de soluções. Os protagonistas são os professores locais, sobretudo o professor e inspetor federal da seccional do ensino, José Monteiro Fonseca, que discutiu pro-

blemas e mobilizou esforços para promover a formação de professores e a melhoria do Ensino Secundário. Na contrapartida de suas ações, os professores montes-clarenses realizaram publicações no jornal Gazeta do Norte que, como empresa jornalística, fez circular ideias e propostas, apresentando-se como porta-voz da população de Montes Claros e da região norte-mineira.

No mês de setembro de 1954, o jornal publica matéria denominada “O grande problema”, em que José Monteiro Fonseca (1954, p. 1) apresenta a educação como eixo central e possibilidade de solução para a crise vivida no Brasil. “Este ambiente de insatisfação e de revolta que reina hoje em dia, não resta dúvida que é, em grande parte, principalmente aqui, consequência dos graves defeitos da educação que se ministra”. Para o professor, “o remédio está na reeducação do povo” e a solução não vem de forma imediata, pois “não se transforma uma mentalidade, como se muda um cenário de teatro. O trabalho é lento, exige paciência, dedicação, entusiasmo, sacrifício à lousa, e acendrada noção de responsabilidade” (Fonseca, 1954, p. 1).

No ano de 1955, o jornal Gazeta do Norte coloca foco nas dificuldades vivenciadas no Ensino Secundário. Conforme José Monteiro Fonseca: “Há indiscutivelmente uma infinidade de causas para a crise do ensino secundário no Brasil” (Fonseca, 1955a, p.1). Os problemas eram de diferentes ordens, em alguns casos com possibilidade de intervenção e atuação imediata, mas algumas questões demandavam tempo e esforço para a sua solução:

Não resta a menor dúvida de que o Brasil se defronta com uma série de graves problemas, que lhe dificultam e mesmo entram o seu desenvolvimento e o seu progresso. Muitos destes problemas podem ter solução imediata e também imediatos podem ser os efeitos e consequências das medidas levadas a efeito. Outros, entretanto, embora atacados com o maior empenho, lançando-se mão de todos os recursos disponíveis, têm que esperar pacientemente os reflexos e resultados lentos do trabalho executado, porque não se dependem exclusivamente do fator material (Fonseca, 1955b, p.1).

Por abordagem semelhante, no ano anterior, em agosto de 1954, o jornal Gazeta do Norte já havia publicado matéria denominada “Estudar no Brasil?”, em que Utheysis Athayde discute os problemas educacionais e

afirma: “Todos nós conhecemos o estado do Ensino Nacional e ninguém contesta o grande atraso. Basta observar um pouco para verem pulando em nossa frente as causas de tão lamentável derrocada” (Athayde, 1954, p. 1). Para o professor, os problemas se concentravam na formação e aperfeiçoamento dos professores e nas baixas remunerações percebidas por estes profissionais. Utheysis Athayde também aponta os custos da educação, incluindo “a pesada mensalidade estipulada pelos ginásios e colégios” e, também, os “livros e material a preços exorbitantes”.

Dentre os elementos críticos e constitutivos do Ensino Secundário, o professor José Monteiro Fonseca também destaca os custos, assumindo a defesa de sua gratuidade.

Consideramos uma falha de nossos legisladores a concessão de gratuidade do ensino superior, deixando o intermediário, isto é, o ensino médio, comumente chamado de ensino secundário, onerado e pouco acessível para a maior parte da população brasileira (Fonseca, 1955c, p. 1).

Ao elencar os elementos da crise em que estava imerso o ensino, o professor José Monteiro Fonseca afirma que: “Há falhas nos programas, há falhas nos métodos atuais, há falhas nos corpos docentes e discentes, há falhas no material pedagógico de que lançam mão, em sua maioria, os educandários que ministram o ensino secundário” (Fonseca, 1955a, p. 1). O professor ainda tece críticas severas à falta de unidade entre o Ensino Secundário e o Ensino Primário, que revelava a desarticulação da escola brasileira.

Enquanto o ensino secundário obedece a uma lei orgânica para todo o país, o ensino primário se rege por leis variáveis de Estado para Estado desarticulando os dois entre si, de tal forma que o aluno consiga alguma base, a frequência do curso de admissão. O governo federal supervisiona e orienta todo o ensino no país, menos o primário, e é justamente este o que deveria merecer maior assistência, maior amparo, pois, além de ser ele o ensino básico de todos os cursos, é sobretudo o que integra o homem nos seus direitos, tornando-o verdadeiramente consciente, faculta-lhe o esclarecimento dos seus deveres com a sua própria família e com a Pátria, dando-lhe melhores oportunidades na vida. Consideramos, portanto, o problema máximo de ensino a sua federalização, isto é,

a sua unificação e, concomitantemente, o entrosamento perfeito e racional entre todos os cursos (Fonseca, 1954a, p. 1).

Dada a complexidade dos problemas e a necessidade de uma legislação capaz de regulamentar e conferir unidade ao sistema educacional, o professor José Monteiro Fonseca defende a federalização do ensino. Por reconhecer que o ensino primário era regido por leis variáveis para cada Estado brasileiro, o professor destaca a necessidade de centralizar as atividades educacionais, de forma a conferir homogeneidade e padronização do ensino em todo o território nacional (Fonseca, 1954, p.1). Mas, ainda que reconheça a fragmentação entre o curso primário e o secundário, o professor considera que as “nossas leis não são más”, por terem sido “[...] copiadas de povos de nível muito superior quanto a nossa formação moral, intelectual e cultural. O desnivelamento causou a impraticabilidade de sua aplicação” (Fonseca, 1954, p. 1).

Esse posicionamento sobre a legislação educacional não é consensual. Ao contrário, em 1.º de janeiro de 1955, o professor João Luiz de Almeida aponta os problemas da legislação, que ele considera não estar ajustada às nossas necessidades e ao contexto brasileiro. Na opinião do professor, o problema educacional continua a exigir uma solução:

O mal, porém, não será debelado por legislação de asfalto. As reformas promanam da mesma fonte, e como a lei fundamental, servem para os Estados Unidos, a França, jamais para o Brasil. O grande erro é o completo desconhecimento do aluno, do professor, do meio envolvidos em uma legislação por demais centralizada, com programas repletos de inutilidades teóricas para o ciclo secundário ou básico (Almeida, 1955, p. 1).

Para compreender o lugar de fala e os posicionamentos destes dois professores, é importante considerar que João Luiz de Almeida era diretor do Instituto Norte Mineiro de Educação – instituição privada que ofertava ensino secundário em Montes Claros. Por sua vez, José Monteiro Fonseca era inspetor federal do ensino e assume posição como representante do governo. Ao apontar os problemas, Fonseca (1954) reconhece que o povo brasileiro recebe uma educação “deficiente e defeituosa” e “seria ilógico prover bom fruto de má semente”. No entanto, defende as ações do governo brasileiro: “Não culpemos, exclusivamente, como costuma fazer

perigosos demagogos, sem a exata consciência de causa, o governo ou os que os conduzem” (Fonseca, 1954, p. 1). O professor desloca o olhar para a responsabilidade individual de cada brasileiro – estudantes, professores e sociedade em geral – para a busca de soluções para equacionar as dificuldades, proclamando uma responsabilidade coletiva em relação aos problemas.

Esta falta de unidade gerada pela legislação do ensino também foi discutida pelo professor Abgar Renault (1955), que destacou a ausência de articulação entre os cursos primário e secundário. O professor Jayme Abreu também discutiu a questão, no ano de 1955, e considera que as escolas secundárias brasileiras funcionavam completamente desassistidas de qualquer orientação pedagógica, sendo que: “A articulação da escola secundária com a escola primária é problema que vem assumindo aspectos de gravidade” (Abreu, 2005 [1955], p. 58).

Esta falta de articulação era compreendida a partir da inexistência de legislação comum para orientar o ensino no Brasil. No entanto, a fragmentação também se materializava nos Exames de Admissão, aos quais se submetiam os estudantes do Ensino Primário como condição para acessarem o curso ginásial. Esta forma de seleção fez parte da estrutura do ensino brasileiro no período de 1931 a 1971 e se constituía em barreira para a continuidade da escolarização por aqueles que não obtivessem aprovação.

Barros (1975) afirma que o Exame de Admissão operava uma seleção entre os estudantes e refletia a estratificação social da população. Ainda conforme a autora, o tipo de exame de seleção adotado favorecia, sistematicamente, os que pertenciam ao nível social mais elevado, pela ênfase nos valores desse estrato social. Nunes (2000) considera o exame de admissão como fator que agravava a seletividade do Ensino Secundário. O exame mobilizava os estudantes, seus pais e irmãos na preparação para sua realização, sendo que a aprovação tinha uma importância equivalente à aprovação nos exames vestibulares ao ensino superior. “Era uma espécie de senha para a ascensão social” (Nunes, 2000, p. 45).

4 Formação de professores e expansão de matrículas como problema

Nas décadas de 1950 e 1960, o jornal Gazeta do Norte confere visibilidade para um quadro de crise do Ensino Secundário – crise que se materializa nos custos das escolas, na legislação e na desarticulação entre o

Ensino Primário e o Secundário. Mas, para além desta seletividade e falta de unidade, José Monteiro Fonseca (1954) discute os problemas advindos da não equidade de recursos entre os diferentes Estados e os salários pagos aos professores.

Enquanto em SP o professor desfruta de uma situação relativamente decente e honrosa, como de direito, em nossa Minas Gerais, êle passa as maiores agruras, necessidades e humilhações, mantendo um dos mais baixos níveis de vida, tal a desconsideração que lhe vem sendo dispensada pelo governo do Estado e citamos somente Minas Gerais, por ser maior o contraste entre dois Estados vizinhos (Fonseca, 1954, p.1).

Devido à baixa remuneração, o ofício docente não era uma profissão para a qual o professor se dedicaria e faria investimentos. José Monteiro Fonseca reconhece a precariedade salarial do professor, mas tece críticas ao modo como o ofício docente era exercido: “Todos, finalmente, alegam que não podem viver e cuidar devidamente de suas profissões porque o ensino, o magistério é ‘bico’ magro. Protelam-no displicentemente, sem amor, sem entusiasmo, sem alma”. Tal condição gera prejuízos para a formação dos estudantes e, por isso, Fonseca (1954) reitera sua defesa por melhor remuneração aos professores.

Imbricado com as condições de trabalho e profissionalização, o professor João Luiz de Almeida discute a formação dos professores e os percalços para busca de cursos para o aperfeiçoamento e habilitação. “O professorado, em sua maioria, não possui registro ou não fez o aludido concurso, mesmo os das capitais, e não vive dos vencimentos provindos da cátedra, lecionar é ato de abnegação e um ‘bico’, como se diz” (Almeida, 1955, p.1).

Arelado às condições salariais insatisfatórias, tanto o inspetor José Monteiro Fonseca, quanto o professor João Luiz de Almeida apontam o magistério como “bico”. Para o primeiro, essa condição leva os profissionais a protelar ações e as realizar de forma displicente e “sem amor”. Já o segundo considera que as condições salariais, não permitem aos professores viverem do seu trabalho, levando-os à docência por abnegação.

O registro para lecionar no Ensino Secundário, ao qual se refere o professor João Luiz de Almeida, foi regulamentado pelo Decreto-lei n.º 8777 de 22/01/1946. Tal registro era realizado no Departamento Nacio-

nal de Educação por aqueles professores não licenciados e não habilitados por Faculdade Nacional de Filosofia ou estabelecimento congênere. Estes deveriam se submeter a provas de suficiência, sendo o registro uma concessão para regiões onde não houvesse professores diplomados em número suficiente para atender às demandas das escolas secundárias (Brasil, 1946).

Para minimizar os problemas de formação de professores, pelo Decreto n.º 34.638, de 17 de novembro de 1953, o Ministério da Educação e Cultura instituiu a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades), no âmbito da Diretoria do Ensino Secundário, com a finalidade de promover medidas para elevar a qualidade e difundir o Ensino Secundário. Dentre as principais ações da Cades estava a realização de cursos destinados à preparação dos professores para os Exames de Suficiência.

Para os Exames de Suficiência, inicialmente, foram instalados cursos preparatórios e aplicação de provas nas capitais dos Estados. Em Montes Claros, no ano de 1955, as instituições de Ensino Secundário receberam chamamento para os professores participarem de cursos preparatórios em Belo Horizonte. No entanto, dada a distância de mais de 400 km de Montes Claros à capital mineira, o professor João Luiz de Almeida tece críticas a este convite e sinaliza a dificuldade dos professores para fazerem frente às despesas com esta formação (Almeida, 1955).

Como problema associado à formação dos professores encontravam-se questões de ordem pedagógica e das próprias finalidades do ensino secundário, que estava alicerçado em uma tradição desarticulada da realidade:

Esta tradição que nos faz considerar como educação tão somente a ação escolar, levou a maioria dos estabelecimentos de ensino a empregar as técnicas tradicionais. Continua assim o ensino formal, convencional, inerte, carente de flexibilidade e ação, que conduz apenas à obtenção de diplomas e certificados. Ainda não conseguimos infelizmente organizar um sistema de educação de acordo com as necessidades do nosso país e as exigências de educandos (Loock, 1956, p. 1).

No escopo destas discussões sobre finalidades da escola secundária, metodologias e técnicas de ensino, necessidades dos estudantes e con-

dições do corpo docente, as matérias do jornal Gazeta do Norte focalizam a certificação dos professores para o Ensino Secundário. Essa discussão reflete faces do problema vivenciado no âmbito mais amplo. Nas análises do professor Jayme Abreu, a formação de professores para o Ensino Secundário brasileiro se constituía ponto que merecia atenção:

Para a docência no ensino secundário, a exigência legal, regular é o título de licenciado nas Faculdades de Filosofia. Como o número dos diplomados ainda é insuficiente para atender às necessidades docentes, a legislação admite que, onde não haja professores licenciados, seja concedido registro a título precário, até a prestação de “exames de suficiência” (Abreu, 2005 [1955], p. 58).

Os dados da realidade indicam que, na contrapartida da insuficiência de professores habilitados ou com certificação, as décadas de 1950 e 1960 registram aumento das matrículas no Ensino Secundário. É importante relembrar que os primeiros cursos específicos para formação de professores secundaristas no Brasil foram estabelecidos tardiamente pela instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, e da Faculdade Nacional de Filosofia integrante da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 1939.

Nas décadas de 1950 e 1960, as Faculdades de Filosofia instaladas, sobretudo, nas capitais dos Estados e nos grandes centros urbanos eram insuficientes para formar o professorado requerido pelas escolas secundárias. Na cidade de Montes Claros, os primeiros cursos de licenciatura – Letras, Pedagogia, História e Geografia – foram instalados somente em 1964, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil), que foi criada em 9 de agosto de 1963, dando início ao processo de formação de professores para a região norte-mineira.

5 Considerações Finais

Como vimos, neste capítulo, a expressão Ensino Secundário refere-se ao modo de organização vigente, no Brasil, em duas reformas deste ensino que ocorreram em 1931, com a Reforma Francisco Campos, e em 1942, com a Reforma Capanema (Pessanha; Assis; Silva, 2017). O decreto que instituiu a Reforma Francisco Campos organizou o Ensino Secun-

dário em dois cursos seriados – o fundamental, com duração de cinco anos, e o complementar, de dois anos. Já a Reforma Capanema produziu a estruturação do Ensino Secundário em duas etapas – o curso ginásial, de duração de quatro anos, seguido pelos cursos paralelos de segundo ciclo – o clássico e científico – com duração de três anos.

Por meio de pesquisa historiográfica, realizada na cidade de Montes Claros/MG, constatamos uma intensa discussão sobre o Ensino Secundário, nas décadas de 1950 e 1960. Ao tomar as proposições dos professores montes-clarenses, podemos dizer que a escola secundária representava uma possibilidade de ascensão social, mas ainda se configurava pela evasão de estudantes, explicada pelo desajuste da escola em relação à realidade social e pela desarticulação entre o curso primário e o curso secundário.

A educação local tinha “defeitos” gerados por um quadro de crise política, econômica, social, moral, religiosa e cívica. Da perspectiva econômica, foram apontados os altos custos do curso secundário, em sua maioria ofertado em escolas privadas, na contrapartida dos baixos salários dos professores, o que levava os profissionais a tomarem a profissão como “bico”, à qual não podiam se dedicar.

Nesta direção da profissionalização, o maior problema era a falta de profissionais titulados para a docência nas escolas secundárias, associada à dificuldade para os professores participarem de cursos preparatórios e de aperfeiçoamento em Belo Horizonte. Somente a partir do ano de 1956, a Cades passa a oferecer cursos em Montes Claros – fato que foi positivamente avaliado e acolhido pela comunidade local.

Em síntese, o Ensino Secundário foi considerado como lugar de problemas e conflitos de diferentes ordens que, em grande medida, refletiam os problemas vivenciados no nível nacional. Dentre estes se encontram: a fragilidade na legislação do ensino no Brasil e a não unidade entre o Ensino Primário e o Ensino Secundário; os altos custos das mensalidades para os estudantes; os baixos salários pagos aos professores. Mas, o maior problema era o número insuficiente de professores com registro ou habilitados, dada a ausência de uma instituição de ensino superior para esta formação. Desta forma, a criação da Fafil, no ano de 1963, e a instalação dos 4 cursos de licenciatura – Pedagogia, Letras, História e Geografia –, no ano de 1964, constituiu-se em uma ação necessária e importante. Mesmo sendo uma instituição de natureza privada, que dependia da cobrança de mensalidades dos estudantes e, portanto, era direcionado àqueles que

podiam arcar com este custo, os cursos representaram uma conquista relevante para a região norte-mineira.

Neste capítulo, tomamos as publicações do jornal *Gazeta do Norte* como fonte e destacamos que este semanário publicou notícias e circulou ideias de 1918 a 1962. Pelo encerramento de sua atividade jornalística um ano antes da criação da Fafil, o jornal, que assumiu uma missão educativa em Montes Claros, não pôde noticiar a alegria que a cidade viveu com a instalação dos 4 primeiros cursos superiores de formação de professores para a região norte-mineira.

Referências

ABREU, Jayme. A Educação Secundária no Brasil: (Ensaio de identificação de suas características principais). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 86, n. 212, p. 39-84, jan./abr. 2005. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/2936/2671>. Acesso em: 10 ago. 2023.

ALMEIDA, João Luiz de. **Pelo Ensino** (coluna). *Jornal Gazeta do Norte*. Ano XXXVI. N. 2254. 1 de janeiro de 1955. Acervo do Cepedor/Unimontes.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Unimontes: 50 anos de história e memória**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2012.

ATHAYDE, Utheysis. Estudar no Brasil? **Jornal Gazeta do Norte**, Ano XXXVI. N. 2237. 29 de agosto de 1954. Acervo do Cepedor/Unimontes.

BARROS, Zilma Gomes Parente de. **Redefinição Conceitual dos Colegios de Aplicação**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1975. Disponível em: <http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=1438> Acesso em: 19 mar. 2023.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade de ensino. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/10277/1/KatyaBraghini.pdf> Acesso em: 20 jan. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 8777 de 22/01/1946 / PE** - Poder Executivo Federal (D.O.U. 24/01/1946). Dispõe sobre o registro definitivo de professores de ensino secundário no Ministério da Educação e Saúde.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br>. Acesso em: 14 Jul. 2023.

FONSECA, José Monteiro. O grande problema. **Jornal Gazeta do Norte**. Ano XXXVI. N. 2250. 24 de novembro de 1954. Acervo do Cepedor/Unimontes.

FONSECA, José Monteiro. O país e a escola. **Jornal Gazeta do Norte**. Ano XXXVI. N. 2254. 1 de janeiro de 1955a. Acervo do Cepedor/Unimontes.

FONSECA, José Monteiro. Problemas Educacionais (coluna). Reeducação do povo – senso de responsabilidade. **Jornal Gazeta do Norte**. Ano XXXVI. N. 2255. 9 de janeiro de 1955b. Acervo do Cepedor/Unimontes.

FONSECA, José Monteiro. Ensino Secundário Gratuito. **Jornal Gazeta do Norte**. Ano XXXVI. N. 2257. 16 de janeiro de 1955c. Acervo do Cepedor/Unimontes.

LOOCK, Aloys. O Ensino Secundário no Brasil: componente dos professores do Curso Preparatório para o Exame de Suficiência realizado nesta cidade. **Jornal Gazeta do Norte**. Ano XXXVI. N 2345. 15 de janeiro de 1956. Acervo do Cepedor/Unimontes.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: ANPEd. Nº 14. Mai/Jun/Jul/Ago. 2000. pp. 35-60. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/pY5CvzLSCLPRNy7XpZ7x6WR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PESSANHA, Eurize Caldas; ASSIS, Wanderlice da Silva; SILVA, Stella Sanches de Oliveira. História do ensino secundário no Brasil: o caminho para as fontes. **Roteiro**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 311–330, 2017. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/12251> . Acesso em: 10 mar. 2023.

RENAULT, Abgar. A crise do ensino IV. **Jornal Gazeta do Norte**, Ano XXXVI. N. 2265. 20 de fevereiro de 1955. Acervo do Cepedor/Unimontes.

ROSA, Fabiana Teixeira; DALLABRIDA, Norberto. Ensino Secundário Brasileiro na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1956-1961). In: VIII COLÓQUIO “ENSINO MÉDIO, HISTÓRIA E CIDADANIA”, 8, 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: 2013. ISSN 2236-7977. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/article/view>. Acesso em: 20 de jul. 2023.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14 n. 40 jan./abr. 2009. Disponível em: <https://sinte-sc.org.br/files/1081/Texto%20%20%20For%20docente%20aspectos%20hist%20Saviani.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2023.

SAVIANI, Dermeval; ALMEIDA, Jane Soares de Almeida; SOUSA, Rosa Fatima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

VELOSO, Geisa Magela. **A missão ‘desanalfabetizadora’ do Jornal Gazeta do Norte, em Montes Claros (1918-1938)**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VELOSO, Geisa Magela Veloso. Representações e práticas sobre o método de projetos e o ensino do vocabulário em Montes Claros (1920-1930). **Espaço Pedagógico**, v. 22, n. 2, Passo Fundo, p. 356-370, jul./dez. 2015. Disponível em: www.upf.br/seer/index.php/rep Acesso em: 6 ago. 2023

2

Trilhando caminhos educativos: jornada histórica da licenciatura em Pedagogia

Daniela Maria Gonçalves Fonseca

Larissa Alves Lima

Luciana de Oliveira Neto

1 Introdução

A história da educação é um emaranhado de caminhos trilhados por professores, professoras, pais, estudantes, instituições que se dedicaram ao desenvolvimento de processos e práticas educativas. No norte de Minas, a Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm), hoje Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), tem desempenhado papel fundamental na formação de profissionais da educação e na promoção do conhecimento na sua área de abrangência. Entre seus cursos de destaque, a licenciatura em Pedagogia assume protagonismo, não apenas por ser um dos 4 primeiros cursos de ensino superior da região, mas por formar gerações de profissionais dedicados à educação e à construção do futuro.

O presente capítulo tem como objetivo traçar um panorama da trajetória histórica da licenciatura de Pedagogia na Funm/Unimontes e

comemorar os 60 anos da implantação dos primeiros cursos superiores na região norte de Minas. Para tanto, mergulhamos nas origens desse curso, até os dias atuais, onde tradição e inovação se unem em prol de uma formação docente sólida e atualizada. Por uma análise circunstanciada, examinamos os períodos de sua implantação e consolidação, de mudança e adaptação, em que a licenciatura em Pedagogia mostrou sua solidez e potência no enfrentamento das demandas educacionais do seu tempo.

Ao longo deste capítulo, destacamos as conquistas que marcaram o desenvolvimento do curso, assim como o papel da Funm/Unimontes na formação de professores comprometidos com a sociedade e o desenvolvimento regional. Veremos como a licenciatura em Pedagogia, por meio de princípios educativos e da visão inovadora de seus profissionais, produziu impacto na comunidade regional e na qualidade da educação oferecida na região norte-mineira.

Este capítulo visa reconstituir faces da história do curso de Pedagogia da Funm/Unimontes, discutindo mudanças, permanências, avanços e retrocessos desta licenciatura. Refletimos sobre os avanços e atualizações no curso, destacando como a Funm/Unimontes sempre empreendeu transformações institucionais, buscando trilhar novos horizontes para a formação de profissionais preparados para os desafios do seu tempo.

Por fim, pretende-se lançar luz sobre a relação da licenciatura em Pedagogia na Funm/Unimontes como promotora de mudanças e ponto de encontro entre a teoria e a prática educativa. Esperamos, assim, contribuir para uma compreensão da história dessa importante formação acadêmica, celebrando o compromisso com a educação e inspirando as futuras gerações a continuarem trilhando caminhos educativos.

A metodologia utilizada é a pesquisa histórica documental, a história oral e a revisão da literatura, com estudo de fontes diversificadas, como livros, Projeto Político Pedagógico da Licenciatura, fontes orais e iconográficas, publicações de jornais e revistas relativos ao recorte temporal de 1962-2023. Para produção de fontes orais, foi realizada entrevista semiestruturada com a professora fundadora do curso de Pedagogia, Maria Isabel de Magalhães Figueiredo.

Esse capítulo tratou, em suas subseções, de apresentar fatos sobre os primórdios da Pedagogia na Funm/Unimontes (1963 - 1971). Em seguida, apresentamos alguns marcos da consolidação do curso de Pedagogia no contexto da Lei n.º 5692/71 (1971 - 1995) e, por fim, discorremos

sobre os caminhos trilhados com a Lei n.º 9394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais (1996 - 2023).

2 Primórdios da Pedagogia na Funm/Unimontes (1963 - 1971)

A história da Unimontes se inicia há mais de 60 anos, em 1962, com a Lei Estadual n.º 2.615/1962, que criou a primeira unidade de ensino superior do norte de Minas Gerais, a Fundação Universidade Norte de Minas (Funm), que posteriormente foi transformada em Unimontes. Essa instituição surgiu em resposta às demandas regionais pelo ensino superior (Anastasia, 2012) – momento em que o norte de Minas Gerais enfrentava pressões por ampliação de sua rede de escolas e criação de oportunidades para a formação de professores (Veloso; Almeida; Machado, 2022).

Em maio de 1962, o governo do estado de Minas Gerais, através do Projeto de Lei do Deputado Cícero Dumont, criou a Universidade Norte de Minas. A Lei n.º 2.615 foi sancionada em 24 de maio de 1962 pelo Governador Magalhães Pinto, que dava providências para a criação da Universidade e de sua mantenedora, a Funm (Anastasia, 2012). Entretanto, essa fundação, por questões políticas e financeiras, não iniciou seus trabalhos naquele ano.

A Universidade Norte-Mineira só foi ativada dois anos depois, por ato do governador do estado, que posteriormente passou a se chamar Fundação Norte Mineira de Ensino Superior. A proposta de início era de que fossem implantados os cursos de Agronomia e Veterinária, porém houve alteração na lei estadual, possibilitando a criação de faculdades e o encampamento das que já existiam (Caleiro; Pereira, 2002), sendo ofertados outros cursos de graduação.

A história do curso de Pedagogia se confunde com a da Funm/Unimontes, uma vez que o projeto de criação da Fundação tramitava concomitantemente ao projeto da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil) (Caleiro; Pereira, 2002), sendo que esta iniciou suas atividades em 1964. A iniciativa partiu de cinco jovens montes-clarenses: Maria Isabel Magalhães Figueiredo (Baby Figueiredo), Maria da Consolação Magalhães Figueiredo (Mary Figueiredo), Maria Florinda Pires Ramos, Isabel Rebello de Paula e Maria Dalva Dias de Paulo, que, em 1963, estavam por concluir ou já haviam concluído seus cursos de graduação em licenciatura em Belo Horizonte, na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e na

Universidade Federal de Minas Gerais. Por ter sido instalada por jovens moças, a Fafil foi apelidada de a “faculdade das meninas” (Caleiro; Pereira, 2002).

Em janeiro de 1964, o Dr. Luiz de Paula liderou uma comissão que foi à Brasília/DF, no intuito de buscar apoio para a autorização de funcionamento da Fafil. Na época, o professor Darcy Ribeiro, que é natural de Montes Claros e exercia a função de chefe da Casa Civil da Presidência da República no governo João Goulart, participou da reunião e comprometeu-se em colaborar com a tramitação do processo no Ministério da Educação e Cultura (MEC). Os cursos de Pedagogia, Letras, Geografia e História tiveram suas atividades docentes inauguradas em 13 de abril de 1964 e, inicialmente, funcionaram nas instalações do Colégio Imaculada Conceição (Anastasia, 2012).

Em dezembro de 1965, devido às inúmeras dificuldades enfrentadas pela Fundação Luiz da Paula (Felp), entidade mantenedora da Fafil, os cursos de Pedagogia, Letras, História e Geografia foram incorporados à Funm e transferidos para o casarão da Rua Coronel Celestino, como mostra a Figura 1, a seguir.

Figura 1 - Fachada do antigo prédio da Fafil antes da reforma



Fonte: Site da Unimontes. Galeria de Fotos da Nossa História¹.

¹ Disponível em: <https://Unimontes.br/apresentacao/historico>. Acesso em: 24 ago. 2023.

A figura 1 mostra a fachada deste casarão centenário, conhecido como o Casarão da Fafil, restaurado por iniciativa da Unimontes, onde hoje funciona o Museu Regional do Norte de Minas, mas ainda é conhecido como o Casarão da Fafil.

Os cursos de Pedagogia, Letras, História e Geografia foram reconhecidos pelo Parecer 838/70, do Conselho Federal de Educação e pelo Decreto Federal n.º 17/72, em janeiro de 1971 (Anastasia, 2012).

A professora Maria Isabel Magalhães Figueiredo (Baby Figueiredo) e sua irmã Maria da Consolação Magalhães Figueiredo (Mary Figueiredo), assim como Maria Florinda Pires Ramos, Maria Dalva Dias de Paulo e Isabel Rebello de Paula são consideradas as idealizadoras e fundadoras dos cursos de Pedagogia, Letras, Geografia e História, respectivamente, uma vez que projetaram e instalaram estes cursos, assumiram a docência de disciplinas e a gestão institucional, aplicaram e ampliaram os conhecimentos adquiridos.

Em entrevista concedida, no dia 06 de junho de 2023, por Maria Isabel Magalhães Figueiredo e Maria da Consolação Magalhães Figueiredo, aos mestrandos da turma do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Unimontes 2023, as professoras fizeram incursão no tempo, retomando memórias e afetos.

As professoras afirmaram que a iniciativa dos cursos se deu pelo desejo de retornar a Montes Claros e oferecer condições àqueles que aspiravam fazer um curso superior e não tinham condições de se deslocarem para outros centros urbanos por questões financeiras e familiares. Segundo as irmãs, havia uma preocupação com o trabalho dos professores do Ensino Secundário, no período em questão, por não possuírem formação para o exercício docente. A escassez de professores formados gera inquietação e mobiliza as fundadoras a levar formação em nível superior à região norte-mineira – que vivenciava inúmeros problemas sociais, como o alto índice de analfabetismo e a carência de professores habilitados.

Em entrevista, as professoras abordam o movimento de criação dos cursos em Montes Claros, iniciado pelas professoras Isabel Rebello de Paula e Maria Florinda Pires Ramos.

Isabel estudava aqui em Belo Horizonte, também Florinda. Então, como elas estavam na nossa frente nos estudos, elas foram convidadas para participar de grupos de análise e possibilidade de im-

plementação de alguma coisa em Montes Claros. Nós começamos esses grupos de estudo com o Professor Tabajara Pedroso, inicialmente com ele, e depois outros professores se agregaram ao nosso trabalho. Elas voltaram para Montes Claros antes, esperaram pelo nosso retorno, para que tivéssemos mais condições de implementar esses cursos, pois as duas sozinhas não teriam condições, ninguém teria (Figueiredo, B. Entrevista *on-line* em junho de 2023).

No momento em que idealizaram a implantação dos cursos em Montes Claros, as professoras eram bastante jovens, mas não lhes faltaram coragem, idealismo e energia para o enfrentamento dos desafios.

Quando nós, a Mary e eu, nos formamos, tínhamos 21 anos. Nessa época, Darcy Ribeiro estava implementando a Universidade de Brasília e ele havia nos convidado para irmos para Brasília trabalhar com ele. Como éramos muito jovens, a importância de ter mencionado a idade é que nosso pai não permitiu que saíssemos de Belo Horizonte e fôssemos morar em Brasília. Então, como estudamos numa universidade pública [UFMG] com recursos do povo, sentimos que tínhamos que retribuir de alguma forma. Não poderíamos usar aquele dinheiro público apenas para o nosso benefício. Daí surgiu o desejo de partilhar e compartilhar nosso conhecimento com as pessoas que sempre almejavam, mas não tinham oportunidade. Nosso sentimento foi de partilha, de oferecer também o serviço em prol da comunidade. Isso foi marcante naquela época (Figueiredo, B., 2023).

Foi também um sentimento de audácia, pois a Isabel e a Florinda já tinham se formado há mais tempo, cerca de dois anos antes, eu acho. Eu e Baby saímos da faculdade e entramos nesse projeto sem experiência alguma. Foi em dezembro de 63 que saímos da faculdade e iniciamos imediatamente a implantação dos cursos, mas a motivação era muito grande, e ainda é, porém o sofrimento também (Figueiredo, M., 2023).

No âmbito da Fafil, muitas foram as dificuldades para implementação do curso de Pedagogia, dentre as quais a professora Baby Figueiredo aponta a falta de recursos físicos, financeiros e, principalmente, de recursos humanos, institucionais e legais. Para que tivesse amparo legal, a Fafil teve como entidade mantenedora a Felp.

A Felp era uma instituição criada para atender mais às escolas do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Ela tinha sede em Várzea da Palma, que é a cidade natal de Luiz de Paula, que era o presidente da fundação. Ele sempre quis ajudar a região, e nós não tínhamos e nós teríamos que ter uma entidade que desse um amparo legal financeiro para que o Conselho Federal de Educação aprovasse a criação dos quatro cursos. Ele nos ajudou sem receber nada em troca (Figueiredo, B., 2023).

O Luiz foi um grande incentivador e somos muito agradecidas a ele. Apesar de ser um industrial com bastante recurso financeiro, ele disse: “Eu posso ajudar como entidade mantenedora, mas eu não tenho condições de arcar, dentro da Fundação, com todas as despesas”. Mesmo assim, foi uma coisa boa ter uma instituição que pudesse embasar toda essa parte de legislação. Por isso, dois anos depois, quando a fundação já estava mais consolidada, ele convidou a Fafil para juntar a ela. O próprio Luiz disse: “Acho que é vantagem para vocês, pois é uma paraestatal e vocês podem talvez conseguir recursos mais facilmente com o governo estadual”. Isso, na verdade, não aconteceu, uma verba pequena aqui e outra ali. Mas facilitou, depois a estadualização, pois tanto a Fafil quanto a FUNM já estavam totalmente estruturadas, até mesmo do ponto de vista de infraestrutura física (Figueiredo, M., 2023).

No cenário de desafios e oportunidades do ensino superior, a Fafil emergiu como exemplo notável de ousadia e perseverança de suas fundadoras, sendo que a sinergia entre diversas entidades permitiu que a faculdade pudesse dar seus primeiros passos na definição de sua estrutura física e de seu direcionamento escolar. “As dificuldades foram de várias naturezas. Uma delas foi a ausência de recursos físicos, ou seja, onde instalar, um prédio, e também a falta de recursos financeiros” (Figueiredo, M., 2023).

Na superação destas dificuldades, o Colégio Imaculada Conceição deu sua parcela de contribuição, ao amparar as fundadoras, cedendo espaço para reuniões e para a realização de aulas. A colaboração da UFMG foi outra parte vital para a criação da Fafil como uma instituição de ensino, dando suporte e orientações na definição curricular dos cursos de licenciatura implantados. Segundo a professora Baby Figueiredo, o curso de Pedagogia se consolidou no período de implantação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB n.º 5692/71, com forte influência pedagógica da UFMG, que forneceu suporte pedagógico, inclusive na elaboração da proposta curricular.

Em relação aos recursos financeiros, a jornada começou com um feito vívido: a conquista de uma verba de 750 mil cruzeiros, proveniente da Caixa Econômica Federal, nos primeiros anos da década de 1970. Esse financiamento foi uma doação fundamental que impulsionou a construção de uma base sólida estrutural, acadêmica e de gestão. O fato de que esses recursos foram doados, e não emprestados, sublinha a competência necessária para enfrentar desafios ambiciosos.

Eu me lembro que consegui, junto à Caixa Econômica Federal, uma verba na época de 70 ou 72, 750 mil, não sei se eram cruzados ou cruzeiros, para fazer toda a estruturação física, acadêmica e de gestão. Começamos esse projeto trabalhando com o pessoal da UFMG e da Prefeitura de Montes Claros na parte física e vendo essa outra parte. Não foi um dinheiro emprestado, foi um dinheiro doado. Então, vivíamos dessas ousadias. Como eu disse, chegamos lá e falávamos: “Eu quero falar com você!” (Figueiredo, M., 2023).

As palavras de Mary Figueiredo ecoam a mentalidade corajosa, que marcou a trajetória da Fafil e da Funm/Unimontes. A busca por oportunidades, a capacidade de se conectar com colaboradores influentes e a inspiração de transformar desafios em triunfos foram elementos-chave dessa jornada.

Não tinha dinheiro, eu me lembro que nós fizemos campanha junto a fazendeiros e pecuaristas. Eles não sentiam, claro, a necessidade de estudos para as pessoas, queriam que os filhos formassem em Direito, porque o Bacharel era uma figura importante na sociedade. Mas para professor, qualquer pessoa serviria. Eu me lembro que nós procuramos um pecuarista pedindo dinheiro, que depois a gente retornaria, e ele falou: “Não tem dinheiro para nenhuma faculdade” (Figueiredo, B., 2023).

Nem sempre, a busca por apoios significou retornos e investimentos, mas as negativas não arrefeciam a luta e impulsionavam novas ações. A constituição de um corpo docente qualificado demandou investimentos e atitudes: “[...] enfrentamos desafios relacionados aos recursos humanos, especialmente a questão da docência, pois precisávamos de professores qualificados e aprovados pelo Conselho Federal de Educação na época” (Figueiredo, M., 2023).

Essa fala mostra que, nos primórdios da história do curso de Pedagogia e da Fafil, os desafios exigiram criatividade e colaboração para constituir seu corpo docente. Em uma época em que o número de docentes disponíveis em Montes Claros era limitado, a busca por profissionais da educação se estendeu para além dos limites deste município. Cidades vizinhas foram alçadas ao papel de fornecedoras de talento.

O número de docentes era pequeno em Montes Claros, então tivemos que recorrer às cidades vizinhas em busca de profissionais na área de educação, como Francisco Sá, Brasília de Minas, Bocaiuva e Botumirim. Nesse contexto, convidamos a professora Maria de Lourdes, que hoje está aposentada, a se mudar para Montes Claros a nosso pedido e fazer parte do corpo docente (Figueiredo, B., 2023).

A história da professora Maria de Lourdes Ribeiro, conforme relata Baby Figueiredo, reflete a profundidade dos esforços empregados. O convite feito a ela para se mudar para Montes Claros e se unir ao corpo docente ressoa como um testemunho do comprometimento de todos os envolvidos na construção da universidade (Figueiredo, M., 2023).

Para além de recrutar professores, fez-se necessário promover o desenvolvimento profissional dos docentes. Uma medida adotada pelas fundadoras foi realizar, junto à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), uma parceria de formação de professores, de aperfeiçoamento e formação continuada, da qual originou a criação do Programa de Pós-graduação (Prepes), formação *lato sensu* oferecida no formato modular, com aulas concentradas nos meses de janeiro e julho (Figueiredo, M., 2023).

Segundo as fundadoras, Baby Figueiredo e Mary Figueiredo, em 1964, o curso de Pedagogia era equivalente ao Curso Normal e habilitava professores para atuarem na educação fundamental, através do ensino da Didática, Psicologia, Sociologia e Filosofia.

O curso de Pedagogia era como se fosse o curso superior equivalente ao curso normal, ou seja, um curso de formação didática, psicologia, sociologia e filosofia. Não tinha essas habilitações separadas, era uma formação mais abrangente, englobando diversas áreas relacionadas à educação (Figueiredo, B., 2023).

Para as fundadoras, foram muitos os desafios para implementar a Fafil, como a falta de recursos didáticos e de um acervo de livros, sobretudo porque, na época, o golpe militar de 1964 fez com que algumas das conquistas fossem barradas, a exemplo da biblioteca conseguida com o apoio de Darcy Ribeiro:

Havia também a questão dos recursos didáticos e da biblioteca, que era uma das grandes exigências do Conselho Federal de Educação. Nós tivemos a sorte de contar com o apoio do Darcy Ribeiro em relação a esse nosso projeto, e ele nos ajudou muito na época, com informações e processos para a instalação dos cursos. Darcy havia conseguido do governo federal uma biblioteca completa para os quatro cursos e, em março de 1964, chegamos até a receber um telegrama dele informando que a biblioteca estaria a caminho de Montes Claros. No entanto, logo após, veio o golpe militar, e essa biblioteca nunca chegou até hoje.

As dificuldades foram inúmeras, mas nunca tivemos desânimo, sempre buscando superar essas adversidades e seguir em frente (Figueiredo, B., 2023).

O período do regime militar, iniciado em 1964, teve reflexos tanto na política nacional quanto nas instituições de ensino. A educação foi fortemente influenciada pelas políticas governamentais, que assumiram uma base ideológica e buscavam apoio institucional para formação de profissionais para suprir demandas específicas do Estado.

Durante o regime militar, ocorreram reformas na educação que influenciaram os cursos de Pedagogia, entre elas as mudanças produzidas pela Reforma Universitária de 1968, pela Lei n.º 5.540 (Brasil, 1968), que definiu boa parte da atual configuração do ensino superior no Brasil e buscou adequar o sistema educacional ao modelo de desenvolvimento econômico implementado. Uma das características desse período foi a unicidade de pensamento em sala de aula, em que um único modelo era enfatizado, especialmente pelas questões da censura. Ainda havia a desconexão entre o conteúdo curricular e a realidade social e subjetiva do aluno, o que limitava a formação crítica e reflexiva (Oliveira, 2012).

Em 1969, o curso de Pedagogia da Fafil adotou as diretrizes legais da época, implementadas pelo Parecer 252/69 do Conselho Federal de Educação (CFE), que regulamentava o currículo mínimo do curso e estabelecia as habilitações em: Orientação Educacional, Administração Esco-

lar, Supervisão Educacional, Inspeção Escolar e Magistério das Disciplinas Pedagógicas do 2.º Grau. Esse parecer do CFE também possibilitava a criação de outras habilitações, que fossem consideradas necessárias para o desenvolvimento do país (Unimontes, 2019).

Durante o período inicial de oferta do curso, a Pedagogia foi fortemente influenciada por concepções tradicionais e tecnicistas de ensino, mas, ao longo dos anos, com a abertura política e a redemocratização do país, o curso evoluiu e se adaptou às mudanças educacionais, culturais e sociais, acompanhando as transformações da própria instituição e da cidade de Montes Claros. O curso de Pedagogia continua a trilhar caminhos educativos, buscando aprimorar sua formação e contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva, inovadora e sintonizada com as necessidades da sociedade.

3 A consolidação da Pedagogia no contexto das Leis n.º 5.540/68 e n.º 5.692/71 (1968 - 1995)

Os primeiros anos do curso de Pedagogia na Funm/Unimontes foram marcados por desafios, pois era necessário construir uma base sólida para a formação de profissionais da educação em uma região carente de recursos e tradição acadêmica. A perseverança dos docentes foi essencial para o estabelecimento e consolidação do curso, que conquistou reconhecimento na formação de pedagogos comprometidos com a realidade e com demandas da região.

O período compreendido entre 1968 e 1995 representa a consolidação do curso de Pedagogia na Funm/Unimontes. No plano da legislação educacional, no período, destacam-se a promulgação da Lei n.º 5.540/68, que estabeleceu a Reforma Universitária, e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 5.692/71, que estabeleceu diretrizes para o ensino de 1.º e 2.º graus no Brasil. A partir dessa legislação, diversas mudanças foram integradas no campo educacional e o curso de Pedagogia teve que se adaptar para atender às novas demandas (Romanelli, 2007).

A Lei n.º 5.540/68 propôs a modernização das universidades pela via de ações acadêmicas, dentre as quais a articulação das atividades de ensino e pesquisa pela criação de uma política nacional de pós-graduação, como também a extinção das cátedras vitalícias, a institucionalização de carreiras acadêmicas e a introdução do regime departamental (Saviani, 2017).

Essa Reforma Universitária de 1968 foi um marco na história da educação superior no Brasil e teve como objetivo principal promover mudanças nas instituições de ensino superior do país. A reforma visava modernizar as universidades, adaptando-as às normas internacionais e promovendo uma maior integração entre ensino, pesquisa e extensão (Franco, 2003).

Algumas das principais características e mudanças promovidas pela Reforma Universitária de 1968 incluem:

1. **Criação dos Institutos Centrais:** A reforma teve a criação de institutos centrais, que seriam responsáveis por coordenar e planejar atividades de ensino, pesquisa e extensão, com o objetivo de integrar essas áreas e evitar a fragmentação do conhecimento.
2. **Departamentalização:** Foi incentivada a criação de departamentos dentro das universidades, visando promover uma organização mais eficiente e aprofundada dos cursos oferecidos.
3. **Ciclos Básico e Profissional:** Os cursos passaram a ser divididos em dois ciclos: o ciclo básico, que abrangia disciplinas gerais e fundamentais para a formação, e o ciclo profissional, que focava nas disciplinas específicas do curso.
4. **Regime de Trimestres:** O ano letivo foi dividido em trimestres, permitindo uma maior flexibilidade na organização das disciplinas e acelerando o ritmo de conclusão dos cursos.
5. **Avaliação Docente e Discente:** A reforma estabeleceu a avaliação periódica dos docentes e discentes, visando garantir a qualidade do ensino e a eficiência do corpo docente.
6. **Autonomia Universitária:** Embora a reforma tenha sido rompidá durante um período de regime militar, ela também trouxe certa autonomia para as universidades, permitindo a participação de professores e estudantes nas decisões acadêmicas (Saviani, 2017).

No contexto da Funm, a influência da Reforma Universitária de 1968 pode ser observada na restrição curricular e nas práticas pedagógicas adotadas. Como outras instituições de ensino superior do Brasil, teve que se adaptar às mudanças propostas pela reforma, buscando novos modelos de organização curricular e de gestão acadêmica (Franco, 2003).

Outro marco no curso de Pedagogia data de 1969, com a aprovação do parecer CFE n.º 252/69, que complementa a Reforma Universitária e veio acompanhado da resolução CFE n.º 2/1969, instituindo um currículo mínimo e duração para o curso. A partir de então, o Curso de Pedagogia foi estruturado em habilitações técnicas, formando especialistas voltados aos trabalhos de planejamento, supervisão, inspeção, administração e orientação educacional, além da docência de disciplinas pedagógicas no Curso de Magistério – formação de professores em nível médio. Tais habilitações passaram a definir o perfil profissional do pedagogo. A Didática tornou-se disciplina obrigatória, sendo, antes, um curso realizado à parte para se obter a licença para o magistério (Cruz, 2011).

A Lei n.º 5.692/1971 também teve influência na educação pedagógica, embora tenha sido mais proposta para o ensino básico. No contexto das instituições de ensino superior, a influência desta lei foi percebida em aspectos relacionados à formação de professores e à integração entre educação básica e superior, que era uma das preocupações presentes nas reformas educacionais da época (Saviani, 2017).

A legislação ampliou o escopo e as frentes de atuação dos pedagogos, que agora passam a assumir a orientação de currículos, a supervisão escolar e a organização de projetos pedagógicos. Esse novo cenário conferiu ao Curso de Pedagogia uma posição estratégica na formação de docentes e gestores educacionais. Todavia, os especialistas da educação formados nesse modelo do regime militar sofreram muitas críticas, por serem autoritários e destituírem os professores de sua autonomia profissional (Romanelli, 2007).

Outra mudança instituída por esta lei foi a criação de cursos de licenciatura curta. Neste contexto, a Funm formava o supervisor escolar em curso de 3 anos de duração, em licenciatura curta. Aos formados era facultado o retorno ao curso para continuidade dos estudos, ampliando a carga horária em nível de licenciatura plena e novas habilitações (Queiroz, 2009).

Foi em 1973 que o curso de licenciatura em Pedagogia amplia o seu escopo de formação a partir das mudanças curriculares e de suas finalidades. A Fafil passou a conduzir a formação dos professores para a docência de disciplinas pedagógicas para formação de professores em nível médio – Curso de Magistério –, também atendendo a demanda por profissionais especialistas em educação – com habilitação em supervisão, inspeção escolar e orientação educacional. Este é um período em que o curso vai consolidando-se como importante espaço de formação de pedagogos da região do norte de Minas. As mudanças demonstram a preocupação da Funm em acompanhar as necessidades do campo educacional, formando pedagogos com uma base sólida de conhecimentos teóricos e práticos (Paula, 1987).

O currículo do curso de Pedagogia abordava disciplinas como Psicologia da Educação, Didática, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, entre outras áreas fundamentais para a formação pedagógica e reflexão sobre educação. Essas disciplinas forneciam aos alunos uma base teórica, que lhes permitia compreender os fundamentos e as teorias da educação, bem como refletir sobre as relações entre escola-sociedade e sua prática futura como pedagogos.

Para além da legislação educacional nacional, a história do curso de Pedagogia da Fafil foi influenciada por mudanças em nível estadual, que geraram a transformação da Funm em Unimontes. Houve uma intensa movimentação política da Funm e dos representantes da região norte-mineira para se conquistar a criação da Unimontes. Os esforços resultaram na estadualização do ensino superior, produzida como consequência da promulgação da Constituição Mineira em 1989 (Anastasia, 2012). Estas mudanças ocorrem no contexto político favorável à renovação, com o fim do regime militar e a redemocratização do Brasil em 1985, bem como da promulgação da Constituição Federal em 1988.

Em 21 de setembro de 1989, a Funm foi transformada na Unimontes, sendo a sua oficialização como universidade instituída por meio do Decreto Estadual n.º 30.971, em 9 de março de 1990, que a transformou em autarquia. A partir desse momento, a Unimontes incorporou os antigos servidores da Funm, que passam a ser detentores de função pública. A partir da década de 1990, o desenvolvimento da Unimontes se consolidou (Queiroz, 2009), mas a estadualização se produziu não sem luta, pois a real constituição da universidade demandou ações, investimentos e enfrentamento de desafios (Anastasia, 2012).

O período entre 1990 e 1994 foi marcado pela construção do projeto de transformação das faculdades de graduação em universidade (Queiroz, 2009). Em 21 de julho de 1994, a Unimontes foi oficialmente reconhecida como instituição de ensino superior, conforme o Parecer n.º 232/94 do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (Unimontes, 2019).

A sua consolidação como universidade ocorreu em um cenário de expansão do capitalismo em escala global, em que o Brasil aderiu às políticas dos organismos multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Internacional de Desenvolvimento. Durante a década de 1990, o estado de Minas Gerais, sob o governo de Eduardo Azeredo (1995-1998), adotou reformas educativas alinhadas com a agenda do governo de Fernando Henrique Cardoso, que buscava promover a qualidade e eficiência na educação em preparação para o novo milênio (Cunha, 2007).

Nesse contexto de transformação, a Unimontes se posicionou como uma instituição de ensino superior autônoma e descentralizada, criando novos cursos e estabelecendo a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior no Norte de Minas (Fadenor) para fortalecer suas bases, em resposta à redução do financiamento estatal para a universidade (Silva, 2008, p. 57).

A formação no curso de Pedagogia passou a abranger uma base teórica, com disciplinas que exploravam os conhecimentos por uma maior criticidade da abordagem curricular (Oliveira, 2012). A formação de pedagogos na Unimontes durante esse período começa a refletir a preocupação em fornecer uma base teórica aliada a uma visão crítica e reflexiva sobre a educação, sendo influenciada, sobretudo, pela abertura política no pós-ditadura, que permitiu leituras e discussões política e socialmente contextualizadas. As disciplinas oferecidas abordavam diferentes aspectos da pedagogia, como a compreensão do processo de ensino e aprendizagem, o papel do educador na formação integral dos alunos e a importância do contexto social e cultural na prática educativa (Silveira, 2007).

Além dos avanços curriculares, a licenciatura em Pedagogia da Unimontes, a partir dos anos 1990, também foi marcada por um ambiente acadêmico propício ao debate e à reflexão sobre questões educacionais. A instituição deu início a estas discussões através de mesas-redondas e palestras. Esses espaços promoveram trocas de experiências, atualização sobre as tendências educacionais e disseminação de boas práticas pedagógicas (Moura, 2011).

Estudos apresentados por Kuenzer (1998), nos anos 1990, mostram que um dos desafios enfrentados pela educação básica era influenciar as políticas públicas, com pesquisas e debates direcionados à formação dos professores para a educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental.

4 Os caminhos trilhados com a Lei n.º 9394/96 e diretrizes curriculares (1996 - 2023)

A LDBEN n.º 9394/96 alterou as disposições legais que regulamentavam o curso de Pedagogia. Seu Art. 64 dispõe que a formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a Educação Básica será feita em cursos de graduação em Pedagogia ou em nível de Pós-Graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional (Brasil, 1996, Art. 64).

A LDBEN n.º 9394/96 forneceu o arcabouço legal e as diretrizes gerais que orientam a educação como um todo, incluindo a formação de professores que, ao longo das décadas, influenciaram a elaboração de diferentes políticas educacionais que impactaram a formação em Pedagogia no Brasil.

No decorrer dos anos de 2000 a 2010, o Plano Nacional de Educação (PNE) impactou diretamente a formação de professores, incluindo os cursos de Pedagogia. O plano estabeleceu metas e diretrizes para a educação no país, incluindo a valorização dos profissionais da educação e a promoção da formação continuada de professores (Kuenzer, 2010).

Ainda nos primeiros anos do século XXI, a Unimontes suportou importantes mudanças no curso de Pedagogia, visando aprimorar a formação dos futuros pedagogos. Duas dessas mudanças foram a implementação da pesquisa, da produção e disseminação de conhecimentos científicos, pela inclusão do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) na matriz curricular do curso (Unimontes, 2013).

A introdução do TCC no curso de Pedagogia foi uma medida que buscou aprofundar a formação dos graduandos e desenvolver suas habilidades de pesquisa, reflexão e síntese. A atividade inclui a elaboração de projeto, o desenvolvimento de pesquisa, a escrita e a defesa de

monografia, com apresentação dos resultados do estudo. Essa mudança incentivou a reflexão crítica e aprofundada sobre questões pedagógicas e educacionais, contribuindo para preparar os estudantes para enfrentar desafios no campo da educação. Já as AACC foram orientadas como parte do currículo para enriquecer a formação, indo além do aspecto puramente acadêmico (Unimontes, 2013), gerando o intercâmbio entre pesquisadores da educação e a socialização de conhecimentos, em eventos acadêmicos e científicos diversos, programas e projetos de ensino e extensão.

No ano de 2008, no processo de construção de condições acadêmicas para implantar curso de Mestrado em Educação na Unimontes, a licenciatura em Pedagogia estabeleceu suas linhas de pesquisa, como forma de ampliar e consolidar as pesquisas, orientar o desenvolvimento dos TCC, fortalecendo a pesquisa dos estudantes (Unimontes, 2017).

Em 2010, no âmbito do curso, passou a ser desenvolvido o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) (Unimontes, 2009), uma política pública do Ministério da Educação, que visa aproximar os graduandos das salas de aula e das escolas de educação básica, aperfeiçoar e promover a formação de professores, incluindo os futuros professores de Pedagogia. A política concede bolsas de iniciação à docência a estudantes de licenciatura, proporcionando imersão nos espaços das escolas públicas, para vivenciar experiências práticas desde o início da formação (Unimontes, 2013; 2017).

Em 2013, em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais, que estabelece a docência como eixo de formação dos pedagogos, a Unimontes realizou transformação significativa em seu curso de Pedagogia, que teve impacto direto na sua estrutura e na ênfase de formação e atuação. Inicialmente, o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso de Pedagogia foi reestruturado pela inclusão da docência na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, com manutenção das habilitações em Supervisão Pedagógica, Orientação Educacional e Inspeção Escolar. No entanto, em avaliação do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE-MG), para renovação da autorização do curso, esse projeto não obteve aprovação e, como forma de garantir a abertura de processo seletivo para composição de novas turmas, o PPP foi reformulado, com extinção destas habilitações e formação orientada, exclusivamente, para a docência (Unimontes, 2013).

Essa mudança atendeu à determinação do CEE-MG e às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de 2006, que definiram parâmetros e

orientações para a formação de professores no Brasil. Como explicitado, a alteração em questão consistiu na eliminação das especializações presentes no curso de Pedagogia da Unimontes até aquele momento. O curso passou a ter ênfase específica na docência para a Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Essa decisão buscou alinhar a formação de professores com as necessidades e demandas educacionais do país (Unimontes, 2015).

No âmbito destas mudanças, no ano de 2014, o curso de Pedagogia completou 50 anos de sua instalação, sendo que seus professores, professoras, graduandos e graduandas se uniram para celebrar o seu Jubileu de Ouro. Nessa celebração, a comunidade acadêmica se mobilizou para resgatar memórias, agradecer e prestar homenagens. Os professores também realizaram o I Congresso de Educação e Formação Docente, hoje Conef, registrado na Biblioteca Nacional sob ISSN: 2358.1867. Para além da atividade acadêmica, foram homenageados professores e professoras já aposentados(as) e que tiveram uma trajetória de contribuições para o curso. O Jubileu de Ouro do Curso de Pedagogia contou com a presença ilustre de sua fundadora, a professora Maria Isabel Magalhães Figueiredo Sobreira, que proferiu palestra e recebeu as homenagens do curso e da Unimontes. A Figura 2 rememora esse dia.

Figura 2 - Jubileu de Ouro do Curso de Pedagogia da Unimontes – 2014



Fonte: Acervo pessoal da professora Baby Figueiredo.

Em 2016, outra modificação no curso de Pedagogia foi a criação do Núcleo Docente Estruturante (NDE), por meio da Portaria Normativa n.º 5 do Ministério da Educação (MEC) e resolução normativa do Cepex. O NDE é um órgão de caráter consultivo e de avaliação que tem como objetivo auxiliar no processo de concepção, implementação e desenvolvimento dos cursos de graduação (Unimontes, 2015a; Unimontes, 2015b).

No contexto do curso de Pedagogia da Unimontes, o NDE desempenha um papel fundamental para a qualidade e aprimoramento do curso, auxiliando na implementação das diretrizes curriculares do curso e na proposição de um currículo atualizado e que atenda às demandas do mercado de trabalho e às necessidades educacionais da região. O NDE ainda participa da análise e avaliação do projeto pedagógico do curso, assegurando que os objetivos educacionais sejam claros e que os métodos de ensino sejam eficazes para o aprendizado dos alunos (Saviani, 2017).

No final do ano de 2019, foi elaborado e aprovado novo PPP do Curso de Pedagogia, ainda vigente em 2023, em atendimento à Resolução n.º 2, de 1.º de julho de 2015, do Conselho Nacional de Educação – Conselho Pleno (CNE/CP), que definiu Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, para os cursos de licenciatura, de formação pedagógica para graduados, bem como os cursos de segunda licenciatura e a formação continuada de professores. O novo PPP também levou em conta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que, embora tenha sido homologada em 2017, incidiu sobre o currículo dos cursos de Pedagogia em anos subsequentes.

Apesar da publicação, pelo CNE/CP, da Resolução n.º 2, em 20 de dezembro de 2019, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), na Unimontes, o PPP do Curso de Pedagogia foi reformulado com base na Resolução n.º 2, de 2015, do CNE/CP. Isso ocorre a partir de 2020 porque, ao reformular o seu PPP para atender à legislação, o NDE e os professores do curso de Pedagogia a consideraram mais adequada para a definição do currículo desta licenciatura (Unimontes, 2019).

Em 2019, no processo de reformulação do seu PPP, o curso de Pedagogia da Unimontes passou a incluir as Atividades Integradas de Ex-

tensão (AIEEx) em sua estrutura curricular. Essa alteração representou um passo importante na direção a uma formação mais abrangente e integrada com o campo de atuação do profissional em formação e com as diretrizes contemporâneas de educação (Unimontes, 2019).

Ao alterar o PPP do curso de Pedagogia, em atendimento à Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, a Unimontes demonstra compromisso em oferecer uma formação que vá além do âmbito acadêmico, incentivando os alunos a serem agentes de transformação em suas comunidades. A inclusão das AieX no curso de Pedagogia alinha-se com a ideia de que a educação não se limita às salas de aula, mas deve estender-se para além delas, conectando-se com as necessidades e realidades das pessoas e regiões em que os estudantes estão inseridos (Unimontes, 2019).

Esse compromisso também se materializa em ações de expansão. Ao longo da década de 1990, a Unimontes ampliou significativamente suas atividades para além de seu *campus* sede e localização central. A instituição se engajou em uma série de iniciativas, principalmente relacionadas ao ensino, para extensão do seu alcance. Essas iniciativas foram, frequentemente, concretizadas por meio de parcerias e acordos com diferentes municípios. Por meio dessas colaborações, a Unimontes conseguiu estabelecer *campi* da universidade em diversas localidades além de Montes Claros (Cardoso; Maia; Rodrigues, 2009).

O escopo de atuação da universidade abrangia um número crescente de municípios, indo de 300, em 2004, para 342, em 2007. Essa expansão territorial significou a instalação de *campi* em várias cidades, abrangendo as regiões do norte de Minas, bem como o Vale do Jequitinhonha, Mucuri e Noroeste do Estado. Essa estratégia de expansão foi integrada para estreitar a relação da universidade com essas áreas. Esses *campi*, situados fora da sede, oferecem cursos de graduação regular em Pedagogia desejando uma oferta educacional mais abrangente e acessível (Unimontes, 2009).

O curso de Pedagogia foi expandido territorialmente, em diferentes *campi*, para além de Montes Claros, como: Almenara, Brasília de Minas, Espinosa, Janaúba, Januária, Paracatu e Pirapora. Todos os *campi* ofertam 35 vagas por turma, sendo que, no *campus* sede (Montes Claros), tem entrada semestral e, nos *campi* fora da sede, há entrada anual. Visando a inclusão social, a Unimontes iniciou, em outubro de 2008, a implantação dos cursos de licenciatura da Universidade Aberta do Brasil na mo-

dalidade à distância, dentre os quais Pedagogia teve destaque (Unimontes, 2019).

Ainda como ação importante, que visou fortalecer a pesquisa no âmbito da Educação e da Pedagogia, em dezembro de 2018, foi aprovado, pela Capes, Projeto para Implantação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), com oferta do curso de Mestrado em Educação na Unimontes. A instalação da formação *stricto sensu* vinculada ao curso de Pedagogia ocorreu como consequência da mobilização de seus professores, que, desde o mês de abril de 2008, iniciaram ações para criar condições acadêmicas para esta oferta no âmbito da Unimontes. A mobilização deste grupo significou mudanças e reflexões sobre a Educação na Unimontes.

Dentre as ações desenvolvidas ainda se encontram: a reestruturação de linhas de pesquisa do curso de Pedagogia; a idealização e realização do Congresso Norte Mineiro de Pesquisa em Educação (Coped), como espaço para comunicação de pesquisas e troca de experiências entre pesquisadores, que teve sua primeira edição no ano de 2009; a criação de grupos institucionais de pesquisa cadastrados junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq; a criação dos periódicos denominados: Revista Educação, Escola e Sociedade, que é vinculada ao Departamento de Métodos e Técnicas Educacionais; a Revista Ciranda, criada pelo Departamento de Estágio e Práticas; e a Revista Educação Significante, do Departamento de Educação, que visam publicar resultados de pesquisa em educação e ampliar os espaços de interlocução com diferentes pesquisadores e estudiosos da área (Unimontes, 2017).

Em síntese, em sua trajetória histórica, o curso de Pedagogia na Funm/Unimontes passou por transformações ao longo do seu desenvolvimento, tendo por objetivo a formação de professores e profissionais da educação (Figueiredo, M., 2023). Essas mudanças ocorreram em três momentos: inicialmente, o curso formava o professor para o ensino secundário; em um segundo momento, a partir das leis n.º 5.540/68 e n.º 5.692/71, continua a formar professores para a docência de disciplinas pedagógicas e fundamentos da educação para o Curso de Magistério em nível médio, também incluindo a formação dos especialistas em educação. Em um terceiro momento, a partir da lei n.º 9394\96 e das DCN (Brasil, 2006), o curso passa a formar o professor para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

5 Considerações Finais

A Fafil de Montes Claros teve sua criação em um período marcado por transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. O contexto histórico da cidade de Montes Claros e da região norte de Minas Gerais nesse período foi caracterizado por um cenário de expansão urbana, tendo em vista que a economia da região, que antes estava centrada na pecuária e na agricultura de subsistência, começou a ser transformada com a introdução de novas atividades, como a exploração mineral e a expansão da indústria têxtil. Essas mudanças foram importantes para o crescimento urbano e o aumento da diversidade social na cidade.

Tendo sido sonhado, idealizado, pensado e projetado em momento anterior à Ditadura Militar, nesse período, no ano de 1964, o curso de Pedagogia emergiu na cidade de Montes Claros. Apesar do cenário político e social conturbado, o curso se estabeleceu como referência na educação e formação de professores para a região norte-mineira. Nesse contexto, a criação do curso de Pedagogia na Funm/Unimontes foi um passo importante para suprir a demanda por profissionais na área educacional, especialmente em um período de regime autoritário, onde a valorização da educação e da formação de professores enfrentou inúmeras dificuldades e restrições, ao mesmo tempo em que a Pedagogia obteve conquistas.

A formação em Pedagogia na Fafil teve como base a docência com a formação de professores para a docência de disciplinas pedagógicas no curso de formação de professores em nível médio. Com o passar dos anos, a partir de 1973, o curso de Pedagogia permanece com a formação de docentes para as disciplinas pedagógicas no curso de formação de professores em nível médio, mas também passa a licenciar profissionais especialistas em educação, com habilitação em supervisão e inspeção escolar e orientação educacional.

Durante a Ditadura Militar, o curso de Pedagogia enfrenta desafios consideráveis. Restrições políticas e ideológicas, bem como a restrição de recursos financeiros e materiais, foram algumas das dificuldades enfrentadas pelos idealizadores e gestores do curso. Apesar dos entraves, em diferentes tempos históricos, a Funm/Unimontes manteve-se firme em sua missão de formar professores comprometidos com a transformação social e a construção de uma educação de qualidade.

No início, na década de 1960, o curso de Pedagogia da Unimontes tinha uma estrutura curricular que buscava fornecer aos alunos conhecimentos teóricos e práticos para atuarem como professores do ensino secundário (Oliveira, 2012). Ao longo dos anos, o curso de Pedagogia da Funm/Unimontes passou por atualizações e revisões para acompanhar as mudanças na área educacional. As disciplinas relacionadas à educação infantil foram incorporadas ao currículo, e foram criadas oportunidades de estágio em creches e pré-escolas (Moura, 2011).

Em 1996, a LDBEN n.º 9394/96 abre possibilidade para incluir a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) na formação dos pedagogos e, a partir de 2015, apoiada pela Lei Brasileira de Inclusão, passa a ofertar disciplinas e estágio curricular supervisionado em Educação Especial. Neste ano, o curso passa a atender as DCN e não mais habilita especialistas da educação, mudando seu escopo formativo. A partir de então, passa a formar professores para a docência na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, incluindo as modalidades da Educação Especial e EJA.

As DCN preveem a atuação do pedagogo, como profissional de educação, capaz de compreender a organização e a gestão de sistemas e instituições de ensino, visando à construção de uma educação inclusiva e democrática. Segundo Pimenta e Libâneo (2006), a Pedagogia passou a ser compreendida além da docência, abrangendo a formação de professores para que possam desenvolver conhecimentos, habilidades, competências, atitudes e valores que permitam a integração dos conhecimentos teóricos da educação e do ensino com as áreas de conhecimento necessárias para compreender o ensino como uma realidade social. Isso também engloba o desenvolvimento da capacidade de investigar a própria prática educacional.

No início, o curso de Pedagogia da Funm/Unimontes tinha uma estrutura curricular que buscava fornecer aos estudantes conhecimentos teóricos e práticos para atuarem como professores do ensino secundário (Oliveira, 2012). Ao longo dos anos, o curso de Pedagogia da Funm/Unimontes passou por atualizações e revisões para acompanhar as mudanças na área educacional. As disciplinas relacionadas à educação infantil foram incorporadas ao currículo, e foram criadas oportunidades de estágio em creches e pré-escolas (Moura, 2011).

Ao longo dos anos, a Funm/Unimontes superou inúmeras adversidades e consolidou-se como uma instituição de ensino superior público e referência. Com o formato multicampi, o curso de Pedagogia da Unimontes ampliou sua atuação, ofertando a formação em outras localidades, para além da cidade de Montes Claros, estabelecendo parcerias com escolas da região para oferecer a possibilidade de supervisão aos alunos. Com esse formato, o ensino de Pedagogia amplia-se para além da região do norte de Minas Gerais, com seu campo de atuação que passa a incluir o Noroeste mineiro, Vale do Mucuri, Vale do Jequitinhonha e parte da Serra Geral, região Centro-Sul da Bahia.

Embora as dificuldades tenham sido muitas, a história do curso de Pedagogia na Funm/Unimontes é marcada pela perseverança e pelo comprometimento de professores, estudantes e colaboradores que, mesmo em tempos adversos, não se desanimaram. Ainda hoje o curso faz investimentos para a formação de profissionais para atuarem como agentes de mudança e protagonistas do desenvolvimento educacional.

Além disso, a Funm/Unimontes manteve uma relação próxima com as escolas da região, estabelecendo parcerias para atividades de estágio, intercâmbios e projetos de pesquisa e extensão conjuntos. Essa conexão entre a teoria e a prática fortaleceu a formação dos pedagogos, permitindo que conheçam de perto a realidade escolar, que produzam conhecimentos teórico-práticos necessários à atuação contextualizada, ética e comprometida com a transformação social. Essa abordagem prática contribuiu para a formação dos pedagogos, permitindo que eles vivenciem o ambiente escolar e construam conhecimentos e saberes da experiência, em ampliação aos adquiridos em sala de aula (Silveira, 2007).

A licenciatura em Pedagogia da Unimontes consolidou-se como um curso de referência na formação de profissionais da área educacional. Sua história está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento da educação na região do norte de Minas, proporcionando profissionais capacitados para atuar em escolas e espaços não escolares, contribuindo para impulsionar a educação em diferentes níveis.

A Unimontes e seu curso de Pedagogia continuam conectados com o mundo social, sempre revisando saberes docentes, de forma que seu curso de Pedagogia acompanhe e atenda às demandas da área educacional. Em sua trajetória, pode-se afirmar que, até os anos 2000, o curso de Pedagogia experimentou seu processo de implantação, expansão e

amadurecimento. Esse tempo representa uma etapa importante na consolidação da Unimontes como uma instituição de ensino superior voltada para as questões regionais e para o desenvolvimento social, econômico e cultural, pela via da formação de profissionais comprometidos com a educação. Após o ano 2000, o curso de Pedagogia da Unimontes continuou sua trajetória de crescimento e atualização, com investimentos na formação *stricto sensu* de seu quadro docente. Tais investimentos reverberaram na formação de profissionais da educação, no desenvolvimento da pesquisa e na produção de conhecimento no âmbito do curso de Pedagogia. Nesse período, novas abordagens pedagógicas foram criadas e integradas ao currículo, acompanhando tendências e necessidades da educação contemporânea (Silveira, 2007).

Referências

ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.). **Unimontes 50 anos: história e memória**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2012.

BRASIL. **Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. 1968.

BRASIL. **Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 12 ago. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 20 jul. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006** - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, 2006.

CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mékie Pereira (org.). **Unimontes: 40 anos de história**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2002.

CARDOSO, José Maria Alves; MAIA, Maria de Fátima Rocha; RODRIGUES, Luciene A importância da Unimontes para a região

Norte de Minas Gerais Unimontes. **Revista Desenvolvimento Social Montes Claros**, n.º 4, dez., 2009.

CRUZ, Giseli Barreto da. **Curso de pedagogia no Brasil**: história e formação com pedagogos primordiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011. 218p.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformanda**: o golpe de 1964 e a modernização do ensino superior: São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FRANCO, Mas. Educação superior no Brasil: história e política. Cortez Editora. 2003.

KUENZER, Acacia Zeneida. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. *In*: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). **Gestão democrática da Educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez. 1998, p. 33-58.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio no plano nacional de educação 2011-2020: superando a década perdida? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 851-873, jul.-set. 2010.

MINAS GERAIS. **LEI N.º 2615, de 24/05/1962**. Cria a universidade norte mineira, e dá outras providências. Governo do Estado de Minas Gerais, em Montes Claros, aos 24 de maio de 1962.

MOURA, Alda Aparecida Vieira. **A formação de professores no curso de pedagogia do campo**: o caso da Unimontes. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

OLIVEIRA, Cláudia Soares de. **O currículo no curso de pedagogia da Unimontes**. Um estudo da experiência da Universidade Aberta do Brasil na Unimontes. Dissertação (Mestrado em Educação). Brasília. Faculdade de Educação - UNB, 2012. 149 p.

PAULA, Isabel Rebello de. FAFIL: seus ideais e o seu compromisso, suas necessidades, seus valores. **Revista Vínculo**, Montes Claros, n. 03, fev. 1987.

PIMENTA, Selma Garrido; LIBÂNEO, José Carlos. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. *In*: LIBÂNEO, J. C. (Org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

QUEIROZ, Antônia Márcia Duarte. **Universidade Extramuros [manuscrito]**: concepções da Extensão Unimontes e a sua relação com o desenvolvimento social regional 1962-2008 – 2009. 149 p.

ROMANELLI, Otáisa de Oliveira. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Vozes. 2007.

SAVIANI, Dermerval. A Nova Lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, 22(70), 25-52. 2017.

SILVA, Márcio Antônio. **A Formação dos Professores no Curso Normal Superior na Perspectiva pós-LDBEN**: um balanço crítico. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2008.

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros. **Resolução N.º 033 – CEPEX/2015**. Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs. Montes Claros: CEPEX, 2015a.

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros. **Resolução N.º 034 – CEPEX/2015**. Aprova o Regulamento Interno dos Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs. Montes Claros: CEPEX, 2015b.

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros. Projeto Político Pedagógico do Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado Acadêmico. Montes Claros, 2017.

UNIMONTES. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução N.º 196 – CEPEX/2019**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia (Licenciatura) e seus anexos. Montes Claros: CEPEX, 2019.

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros. Resolução n.º 221 - Cepex/2009 aprova desenvolvimento do projeto “Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência-Pibid”, na

Unimontes, 2009. Disponível em: https://unimontes.br/wp-content/uploads/2021/02/resolucao_cepex221.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Resolução nº. 209, Cepex/2013 – Aprova alterações no Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia. Montes Claros. MG, 2013.

VELOSO, Geisa Magela; ALMEIDA, Shirley Patricia N. de Castro; MACHADO, Claudia A. Ferreira. A Cades e os exames de suficiência: um olhar para o Norte de Minas Gerais (1950-1960). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 103, n. 265, p. 697-716. Set. 2022. Disponível em: <http://relatos.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/5183>. Acesso em: 27 jun. 2023.

3

Revisitando a história do curso de Letras

Eredi Gonçalves Ferreira Fernandes
Luiz Otávio de Souza Santos

1 Introdução

Este capítulo busca reconstituir faces da história da implantação e desenvolvimento do curso de Letras na Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm)/Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), discutindo desafios e mudanças pelas quais passou o curso em seus primeiros 60 anos de existência. Para tanto, foram revisitadas fontes diversificadas – legislações e Projeto Político Pedagógico do curso. Tais documentos foram complementados por entrevista semiestruturada com pessoas que vivenciaram a história dos primeiros cursos de licenciatura, visando à compreensão das exigências da profissionalização docente quando da implantação da licenciatura em Letras. Foram analisados, dentre outros, livros e artigos que discutem o contexto histórico da educação norte-mineira no período de implantação do curso.

Para tal análise, privilegiou-se o recorte temporal de 1963 a 2022. Essa temporalidade se deu em razão do período de implantação do curso, bem como de sua difusão ao longo das décadas. Para compor o percurso historiográfico, muitas fontes foram consultadas, dentre as quais destacaram-se os Projetos Pedagógicos do Curso (PPC) e as legislações educacionais que nortearam mudanças expressivas na estrutura e reconfiguração do curso ao longo dos anos. Buscando entender os desafios,

foram entrevistadas, de forma conjunta, duas das integrantes do grupo que empreendeu a criação dos 4 primeiros cursos superiores do norte de Minas Gerais – as professoras Maria da Consolação Magalhães Figueiredo (Mary Figueiredo) e Maria Isabel Magalhães Figueiredo (Baby Figueiredo). Nessa entrevista, concedida em 06 de junho de 2023, as professoras puderam evidenciar o trajeto vivenciado para criação dos cursos de Letras, História, Pedagogia e Geografia, mas o foco deste capítulo é o curso de Letras. Uma vez que as professoras se encontravam em locais distintos – Baby Figueiredo em Montes Claros, Mary Figueiredo em Londres – e a entrevista seria conduzida de Montes Claros, o aplicativo de videoconferência *Google Meet* viabilizou a execução, unificando essas três localidades em conversa simultânea. Durante a entrevista, ficou evidente a emoção de Baby Figueiredo em retomar a história, denotando o carinho que mantém pelo empreendimento.

Alguns questionamentos nortearam o olhar investigativo: em que contexto foi instalado o curso de licenciatura em Letras na Funm/Unimontes? A reforma instaurada na educação pela Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971 (LDB/1971), durante a Ditadura Militar, impactou na estrutura do curso? Como o processo de redemocratização do Brasil – que coincide com a transformação da Funm em Universidade e a promulgação da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN/1996) – influenciou na estrutura do curso? Como as demandas e exigências da profissionalização docente impulsionaram a instalação de habilitações da licenciatura na Unimontes ao longo de mais de meio século de história?

Na apresentação de respostas aos questionamentos, o capítulo foi estruturado em 05 seções: na primeira, situa-se a instalação do curso de Letras e os desafios iniciais enfrentados, adotando como recorte temporal o período de 1963 até 1971, que coincide com o período de proposição e implantação do curso e com a promulgação da LDB/1971, que fixava as Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º graus. Na segunda seção, analisa-se a consolidação do curso e as mudanças ocorridas nos objetivos e na estrutura da licenciatura a partir da LDB/1971 até o ano de 1995, período antecedente à promulgação da LDB/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, atualmente. Na terceira seção, analisam-se as mudanças induzidas pela Lei n.º 5.692/1971, pela LDB/1996 e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para as licenciaturas. Na quarta seção, analisam-se os desafios contemporâneos para formação de professores. Na quinta seção, realiza-se uma reconstituição histórica do número de

estudantes nos cursos de Letras e possíveis tendências que influenciam os ingressos e egressos nestes cursos nas últimas décadas. Como recorte temporal, e para essa última análise, foram considerados os anos de 1971 a 2022. Por fim, são tecidas considerações sobre o percurso analítico e os resultados obtidos ao longo do processo investigativo.

Espera-se aguçar reflexões acerca do processo de formação docente norte-mineira na área de Letras, expondo desafios vivenciados, no percurso em análise, e propiciando um diálogo com questões contemporâneas levantadas sobre o curso em estudo.

2 Da instalação do curso: os desafios iniciais

A década de 1960, conforme Cunha e Góes (1999), é um período conturbado na história brasileira. Tal conturbação associava-se ao desenvolvimento econômico, que buscava tanto trabalhadores para a indústria, quanto mudanças urbanas de cunho estrutural e educacional, visando à expansão do ensino público.

Nesse cenário, conforme Santos e Fernandes (2012), iniciou-se, em Montes Claros, um grande movimento de industrialização e de urbanização impulsionado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1959 como uma das estratégias do programa desenvolvimentista do país. As autoras apresentam esse crescimento acelerado e desordenado, valendo-se de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme se vê no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Montes Claros - evolução da população urbana - 1960/1970

Ano	População urbana	População rural	Total
1960	43.097	59.020	102.117
1970	85.154	31.332	116.486

Fonte: Santos e Fernandes (2012, p. 47).

Nota-se, pelo Quadro 1, que a população urbana quase duplicou em uma década, como provável decorrência do êxodo rural e do movimento migratório dos municípios circunvizinhos. Isso representou grande

desafio para a cidade de Montes Claros, visto que o movimento ocorreu em um curto espaço de tempo com diferentes demandas, dentre elas a educação e a formação de professores, a necessidade de ampliação da rede de escolas, bem como a escassa mão de obra qualificada.

Ocorre, nesse período, um marco na historiografia educacional, a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, considerada como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que anunciava a fixação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Dentre seus preceitos, instituiu-se que a formação de professores para o ensino médio deveria ser feita nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Preconizava, ainda, que os Institutos de Educação poderiam recepcionar o funcionamento dos cursos de formação de professores para o Ensino Normal, resguardadas as normas estabelecidas para os cursos pedagógicos das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Percebe-se, nesse recorte, a importância da expansão da formação docente com ênfase, dentre outros, no curso de Letras (Brasil, 1961).

No contexto da cidade de Montes Claros, a Funm foi criada pela Lei Estadual n.º 2.615, de 24 de maio de 1962. Essa lei tinha por objetivo, no seu artigo 3º, “criar e manter a Universidade Norte Mineira, destinada ao ensino superior, à pesquisa e ao estudo de todos os ramos do saber e à divulgação científica e técnico-cultural” (Minas Gerais, 1962). Mas, conforme Almeida (2015), os cursos que foram propostos pela supracitada lei, Agronomia e Veterinária, não foram, *a priori*, instalados. Antes, foi fundada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil) e criados cursos que atendiam à urgente qualificação da mão de obra docente. Sobre isso, a autora destaca, referenciando Silveira (1987), que:

[...] somente em 1963, com o apoio da Fundação Educacional Luiz de Paula, foi criada a primeira escola de ensino superior do Norte de Minas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FAFIL. A FAFIL foi efetivamente instalada em 1964, com cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia, nas dependências do Colégio Imaculada Conceição (Almeida, 2015, p. 104).

Na década de 1960, em cenário complexo, de carência de professores formados para atender a crescente demanda do Ensino Secundário, a criação da Fafil foi:

[...] impulsionada pela elite local num movimento coordenado pela professora Isabel Rebello de Paula. Essa educadora argumenta que “nos cento e vinte mil quilômetros quadrados do sertão norte-mineiro — o chamado Polígono das Secas de Minas Gerais — correspondentes a 1/5 do território do Estado, havia então, 57 estabelecimentos de nível médio, para uma população de mais de um milhão de habitantes”, evidenciando-se necessário “dotar a região de infraestrutura educacional que atendesse às suas necessidades e provocasse a demarcação, ou seja, o desenvolvimento, o avanço do processo universitário regional” (Paula, 1973, p. 12 *apud* Almeida, 2022, p. 2).

Nota-se, nesse cenário, a escassez de formação universitária e, consequentemente, a baixa qualificação de mão de obra, sendo que a ideia desta formação estava ligada aos cursos técnicos. A LDB/1961 articulou a escolaridade à garantia de emprego. Nesse sentido, os cursos de licenciatura – dentre eles o de Letras/Francês – estenderam-se para o interior do Brasil, uma vez que essas regiões apresentavam um escasso número de profissionais habilitados (Santos; Fernandes, 2012). Para compreender melhor esse percurso, foi importante visitar Rota Júnior (2010), que tematiza o movimento instaurado para a implementação da unidade superior no norte de Minas.

O autor, referenciando Maia e Cordeiro (2002), resgata a história do grupo de idealizadoras, dando mais clareza a esse processo. Tratava-se de cinco professoras recém-formadas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), quais sejam: Isabel Rebello de Paula, Maria Isabel Magalhães Figueiredo (Baby Figueiredo), Maria da Consolação de Magalhães Figueiredo (Mary Figueiredo), Maria Florinda Pires Ramos e Maria Dalva Dias de Paulo, que abraçaram a luta em prol da implantação do ensino superior na região, destacando a necessidade de formar professores, ação que resultaria na expansão do ensino secundário. As precursoras visavam à formação superior em Filosofia, Ciências e Letras, que entendiam como cursos necessários. Para maior detalhamento do processo, Rota Júnior (2010) apresenta anotações pessoais da Professora Isabel Rebello de Paula:

A ideia surgiu em 1960. Éramos um grupo pequeno de estudantes bairristas. Em BH, orientadas pelo Prof. Tabajara Pedroso, se lançaram a implantar neste sertão a primeira célula de ensino superior. Durante as férias escolares, a ideia tomou corpo e iniciado o

ano letivo de 1961, já nos reuníamos em Belo Horizonte formando equipes de trabalho para levantamento de viabilidade. Só uma coisa era certa: íamos fundar a escola. Como não sabíamos ainda, mas arregaçamos as mangas e nos lançamos ao trabalho (Rota Júnior, 2010, p. 70)

Ainda sobre esse percurso, Rota Júnior (2010) referencia a revista “Montes Claros em Foco”, que destacou a importância da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil) para o norte de Minas, em especial, para Montes Claros, enfatizando que, além de ensino curricular para preparar professores do ensino secundário e superior, o feito traria outros empreendimentos culturais.

A idéia da criação de uma Faculdade de Filosofia, em Montes Claros, nasceu há muito tempo, em Belo Horizonte, entre nós, estudantes montesclarenses, que cursávamos a FAFL. Obteve desde logo o apoio e o incentivo de professores ilustres como Tabajara Pedroso e Arthur Versiani Velloso. Mas, de potência a ato, o caminho era longo e pedregoso. E nada disso nos desanimava; ao contrário, as dificuldades impulsionaram-nos à luta, movidas que éramos (e ainda o somos!) pelo idealismo, característica essencial dos jovens. O sonho é agora realidade. MOC tem a sua faculdade de Educação. Êste ato contribuirá para elevar sensivelmente o nível cultural da cidade. Os benefícios são inúmeros e M. Claros conhecerá o equilíbrio econômico, social e intelectual. Não será mais a cidade rica e inculta do sertão; a educação, base da existência, sobrevivência e desenvolvimento de toda a sociedade, trar-lhe-á novo aspecto, enriquecendo aquilo que o homem tem de eterno: - o espírito’. Alegria-nos entrevistar moças bonitas e inteligentes assim como Mary, e que ainda jovens, começam a lutar pelo progresso da terra natal (Montes Claros em Foco, 1964, s/p *apud* Rota Júnior, 2010, p. 71).

Baby Figueiredo ressaltou que, nos primeiros anos da década de 1960, momento em que nasce o projeto, Isabel Rebello de Paula e Maria Florinda Pires Ramos estudavam em Belo Horizonte, já estavam à frente nos estudos e convidaram-nas (Baby Figueiredo e Mary Figueiredo) para participar de grupos de pesquisa visando à implantação de cursos em Montes Claros. Esta era uma ação que requeria um círculo maior de professores. Então, iniciaram o grupo de estudos com o professor Tabajara Pedroso e, mais tarde, outros professores juntaram-se ao grupo. Isabel e

Florinda retornaram a Montes Claros e aguardaram por elas para, juntas, realizarem a criação dos cursos, visto que sozinhas não teriam condições de realizar (Figueiredo, B., 2023).

Para Mary Figueiredo, as quatro primeiras licenciaturas nasceram por duas principais motivações: primeiro porque ela e as demais colegas do grupo de estudo guardavam o desejo de propiciar às pessoas de Montes Claros a formação que tiveram, e muitos – por questões diversas – não conseguiam ter. Além disso, queriam proporcionar aos professores do ensino fundamental ferramentas necessárias para melhorar a qualidade de suas práticas. Baby Figueiredo relatou que o desejo de partilhar o conhecimento fez com que entrassem no projeto, sem experiência, mas com grande motivação e sofrimento, dada a escassez de recursos (Figueiredo, M.; Figueiredo, B., 2023).

A instalação dos cursos ocorreu no ano de 1964 e não foi uma missão fácil. Baby evidenciou que não havia dinheiro para a implementação, que faziam campanhas junto a fazendeiros e pecuaristas locais, mas eles não sentiam necessidade em investir na formação proposta, demonstravam interesse na formação dos próprios filhos em Direito e em outros cursos e, na concepção deles, para ser professor “qualquer pessoa serviria”. Nessa busca, chegaram a prometer o retorno do dinheiro que porventura pudessem investir, mas ouviram que não tinham recursos para investimento em criação ou manutenção da faculdade (Figueiredo, B., 2023).

A manutenção da Fafil dependia do pagamento de mensalidade realizado pelos graduandos. Esta foi outra dificuldade. A professora Mary Figueiredo enfatizou que muitos estudantes tinham dificuldade para custear a anuidade dos cursos, chegando ao ponto de solicitar ajuda dos professores (Figueiredo, M., 2023).

As dificuldades foram inúmeras, sendo que, além das financeiras, havia a escassez de professores para a docência das disciplinas. No momento inicial dos cursos, buscavam professores da própria região, que moravam em Montes Claros, Brasília de Minas, Bocaiuva. Alguns professores, por exemplo, da área de Letras, foram recrutados em Belo Horizonte, mas só viriam para Montes Claros se tivessem condições salariais adequadas, que pudessem justificar o empreendimento. Havia uma diferenciação grande entre os professores locais e os que vinham de longe, e foi necessário cuidado para gerir a situação. A professora Baby Figueiredo (2023) ressaltou que, depois da primeira turma, os alunos que sobressaíram em seu desempenho

acadêmico começaram a ajudá-las, retornando para a Fafil como docentes, dando aula nas próximas turmas. Dentre estes, citamos o professor Wanderlino Arruda, que concluiu o curso de Letras na primeira turma, iniciada no ano de 1964, e, posteriormente, assumiu a docência e contribuiu para a construção da história da formação de professores na Fafil.

Apesar de o projeto da Fafil e as ações para sua instalação terem ocorrido em momento anterior ao período da Ditadura Militar, as aulas dos cursos, incluindo o de Letras, tiveram início no mês seguinte à deflagração deste regime político. Baby Figueiredo lembra que, em dezembro de 1963, recebeu telegrama de Darcy Ribeiro dizendo que a biblioteca, para os 04 cursos, estaria a caminho de Montes Claros, mas, com o golpe militar de 1964, essa biblioteca nunca chegou (Figueiredo, B., 2023).

O curso foi reconhecido em 1971, pelo Decreto 68.038 de 12/01/1971, fato que simboliza a grande conquista realizada pelo grupo de professoras que idealizaram os cursos e instalaram a Fafil. Na celebração deste fato, a professora Mary Figueiredo foi recebida no aeroporto de Montes Claros, recebendo felicitações de integrantes da comunidade local pela conquista que representou um marco significativo para a educação norte-mineira.

Na década de 1960, o patriarcalismo era uma força dominante na sociedade, tanto no Brasil quanto em muitas partes do mundo, em que os homens detêm o poder e exercem controle sobre a vida e as decisões das mulheres, limitando oportunidades e liberdades. Apesar do patriarcalismo, a instalação da Fafil representou a realização de uma grande luta empreendida por mulheres, que se fizeram fortes e se propuseram a vencer os desafios e implantar a primeira unidade superior no norte de Minas. E, vencida a primeira etapa, novos caminhos se abriam.

3 Fases do Curso de Letras: da consolidação às mudanças estruturais

Implantados os primeiros cursos, conforme Santos e Fernandes (2012), a Fafil realizou a seleção, via vestibular, em março de 1964, dando início às atividades dos cursos em 13 de abril de 1964, no Colégio Imaculada Conceição. Dois anos depois, em dezembro de 1965, o curso foi transferido para o casarão da Funm.

Ao traçar a trajetória do curso de Letras, é importante destacar a notável contribuição das 5 jovens professoras que criaram a Fafil e deram

início ao trabalho de formar professores para a região norte de Minas Gerais. No âmbito do Departamento de Comunicação e Letras, destacam-se grandes mestres e personalidades emblemáticas do norte de Minas que contribuíram para construir o curso e, hoje, já se aposentaram. Dentre estes se destacam: Baltazar Pereira Pimenta, Cibele Veloso Milo, Geraldo Magalhães Zuba, Maria Neyde Rodrigues Pimenta, Míriam Carvalho, Wanderlino Arruda. Por seu trabalho dedicado e competente, esses profissionais constituíram o corpo docente da universidade, deixando sua marca indelével no desenvolvimento acadêmico da instituição. Com seu compromisso e expertise, esses profissionais desempenharam um papel fundamental na formação de professores e fortalecimento das licenciaturas em Letras.

O curso de Letras, em sua consolidação e ampliação, foi influenciado pelo próprio desenvolvimento da Funm, como instituição de ensino superior, e pela legislação educacional, que induz a reestruturação de processos educativos, a renovação do corpo docente e a própria formação destes professores. Para compreender esses processos, lembramos que, em 1989, com a promulgação da Constituição Mineira, foi aprovada a estadualização da Fundação, sendo criada a autarquia Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Transcorridos quase dois anos, em maio de 1991, o governador Newton Cardoso aprovou legalmente a autarquia. No entanto, em setembro do referido ano, a Unimontes ainda não havia sido assumida pelo poder público estadual. A definição da estrutura organizacional da Unimontes como uma instituição autárquica somente foi possível com a Lei 11. 517 de 1994, assinada em 13 de julho de 1994. Por essa lei, foram extintas as faculdades e criados os centros acadêmicos e, em agosto de 1994, foi possível a gratuidade do ensino na Unimontes (Anastasia, 2012).

Da perspectiva da legislação, a Lei n.º 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para as Licenciaturas trouxeram mudanças no cenário da formação de professores no Brasil. Essas transformações objetivavam promover uma educação de qualidade e preparar profissionais para enfrentar os desafios contemporâneos da sala de aula.

Na esteira destes acontecimentos, vale lembrar que o curso de Letras se iniciou com dupla habilitação em Letras Português e Francês, em 1964, com autorização do CEE (Parecer n.º 196/67 de 23/06/67) e foi reconhecido pelo Decreto n.º 68.038 de 12/01/71. Posteriormente, foram

realizadas reformas curriculares e, assim, a habilitação Português/Inglês foi iniciada em 1987, de acordo com Parecer 1.142/86 de 07/11/86 do CEE, Decreto n.º 93.643 – 02/12/86 (Unimontes, 2015). Em 1996, o curso de Letras da Unimontes desdobra-se em três habilitações: Letras Português, Letras Espanhol e Letras Inglês, os quais foram autorizados pela Resolução do Cepex n.º 17, de 4/12/1996, e reconhecidos pelo Decreto n.º 42.250, de 7/1/2002. Importante destacar que a licenciatura em Francês foi extinta após a transformação da Funm em universidade. No entanto, nos limites deste estudo, não foi possível acessar essa informação e precisar a data em que ocorreu esta extinção que, provavelmente, foi motivada pelo mercado de trabalho. Isso porque a matriz curricular das escolas de Educação Básica não contempla a disciplina francês e, portanto, não demandam por professores habilitados em Letras Francês.

O quadro que se segue apresenta uma linha de tempo sobre o percurso histórico do curso de Letras:

Quadro 2 - Percurso histórico do curso de Letras

Ano	Ocorrência histórica
1962	Foi sancionada a Lei Estadual 2.615, de 24 de maio de 1962, cria-se a Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm).
1963	Surgiu a primeira unidade de Ensino Superior do Norte de Minas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas – Fafil, cuja mantenedora foi a Fundação Educacional Luiz de Paula – Felp.
1964	O curso de Letras Português/Francês começa a funcionar em 13 de abril de 1964, nas dependências do Colégio Imaculada Conceição.
1965	A Fafil desligou-se da Felp e passou a integrar a Funm. Os cursos de Letras, Geografia, História e Pedagogia foram transferidos para o casarão centenário da Funm, localizado na Rua Coronel Celestino, 75.
1967	A autorização do curso pelo CEE (Parecer 196/67 de 23/06/67), cujo reconhecimento foi realizado pelo Decreto 68.038 de 12/01/71.

Ano	Ocorrência histórica
1971	Sancionada Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º graus. O Decreto Federal n.º 68.038/1971 autoriza o curso de Letras, com dupla habilitação – Português e Francês.
1987	A primeira turma da habilitação Português/Inglês foi autorizada pelo Parecer 1.142/86 de 07/11/86 do CEE, Decreto 93.643 -02/12/86.
1989	Em 21 de setembro de 1989, a Constituição Mineira, em seu Artigo 82, parágrafo 3.º, criou a Unimontes, instituída pelo Decreto Estadual n.º 30.971, de 09 de março de 1990.
1990	Efetiva integração da Unimontes como ente público autárquico: os servidores da extinta Funm foram incorporados ao Estado de Minas Gerais na condição de detentores de função pública.
1994	A Lei Estadual n.º 11.517, de 13 de julho de 1994, reorganiza a Unimontes do ponto de vista administrativo-funcional. Foram extintas as faculdades e criados os Centros de Ensino: CCH (que abarca o curso de Letras); CCBS, CCSA, CCET e CEMF.
1995	Pelo Programa de Interiorização e Desenvolvimento do Ensino Superior, a Unimontes passa a ofertar Licenciaturas em outros municípios, a exemplo, os cursos de Letras e Pedagogia em Januária.
1996	Sancionada a Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. O curso de Letras desdobra-se em três habilitações: Português, Espanhol e Inglês, autorizados pela Resolução do Cepex n.º 17, de 4/12/1996, e reconhecidos pelo Decreto n.º 42.250, de 7/1/2002.
2006	Pelo Programa de Interiorização e Desenvolvimento do Ensino Superior, a Unimontes é credenciada para ofertar Educação à Distância, cuja autorização se deu pela Portaria MEC n.º 1.065 de 25 de maio de 2006.
2008	Em parceria com o MEC, a Unimontes faz adesão à UAB e Programa Pró-Licenciatura, com oferta de vários cursos, dentre eles, o de Letras/Espanhol, Letras/Inglês e Letras/Português, fora da sede.

Ano	Ocorrência histórica
2019-2022	Atualmente, o Departamento de Letras é responsável pelos cursos de Letras Português, Letras Inglês e Letras Espanhol, Programa de Extensão em Ensino de Idioma (Proexei); aplicação de exames de proficiência (espanhol e inglês), oferta cursos de línguas estrangeiras, Mestrado em Letras: Estudos Literários e Mestrado Profissional em Letras (Profletas), tendo ofertado vários cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> , tanto presenciais quanto a distância.

Fonte: Quadro elaborado pelos autores. Base de dados: PPC Letras/Espanhol -2015; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Unimontes - 2017-2021, PPC Letras Português – 2019 e portal do Governo Federal – Legislação.

Ao analisar os documentos que deram base à síntese historiográfica acima, notam-se algumas razões para as expressivas mudanças ocorridas na oferta dos cursos ao longo dos anos. A exemplo, na oferta de Letras/Espanhol se processou a flexibilização estrutural do curso, alterando a imagem do professor como “transmissor de conteúdos” para a de mediador de aprendizagens. Isso decorreu da necessidade de formar cidadãos atuantes, criativos e críticos. Passou-se a buscar um currículo com capacidade para fazer intervenções no processo educacional das escolas que atendiam ensino fundamental e médio, com o objetivo de ampliar a qualidade do ensino (Unimontes, 2019, p. 20).

Essas mudanças vão ao encontro do que preconiza a nova LDBEN/1996, que, dentre outras, trouxe mudanças expressivas em relação à finalidade da educação superior. A formação passa a assumir o compromisso de estimular o espírito científico e reflexivo dos acadêmicos, que devem se tornar aptos à inserção profissional e à participação no desenvolvimento da sociedade nacional (Brasil, 1996).

Nesse cenário, elimina-se o caráter meramente tecnicista, que outrora a educação assumiu em relação ao ensino superior, para uma nova configuração formativa que deve refletir nos currículos e organização dos cursos superiores das diferentes licenciaturas. Inicia-se uma nova fase na formação docente.

4 Desafios contemporâneos para formação docente

A LDB n.º 5.692/1971 foi uma legislação que trouxe diversas mudanças para a educação brasileira na época em que foi promulgada. Esta lei alterou o sistema educacional do país e introduziu modificações no ensino básico. Uma das mudanças introduzidas foi a integração do curso primário com o curso ginásial que passam a compor o 1.º Grau – com 8 anos de duração – e a inclusão da Educação Profissionalizante compulsória no currículo do 2.º Grau. Isso significava que os estudantes deveriam receber formação profissionalizante nesta etapa da escolarização, visando ao mercado de trabalho (Brasil, 1971).

O curso de Letras e a formação de professores foram afetados, visando atender às necessidades do novo sistema educacional, especialmente no que diz respeito à Educação Profissionalizante. Nesse cenário, em 1987, teve início a oferta da habilitação Português/Inglês. De acordo com PPP do Curso de Espanhol:

O surgimento de uma nova habilitação fez com que fosse elaborado um novo currículo, na expectativa de atualizar e ampliar o curso, de maneira a melhor atender às necessidades do campo de trabalho, adequando o indivíduo às características próprias de sua função no contexto escolar regional e/ou nacional. Foi incluído, então, o estudo de Língua e Literatura Francesa, de Língua e Literatura Inglesa e Norte-americana de cuja carga horária buscou-se o equilíbrio na grade curricular. A opção pelo estudo dessas línguas e suas literaturas deveu-se a sua presença no currículo das Escolas de Ensino Fundamental e Médio da região e ao fato de elas se definirem como matérias instrumentais que oferecem ao aluno maior possibilidade de ampliar seus estudos linguísticos e literários, o que implica também maior amplitude de seus horizontes culturais (Unimontes, 2015, p. 16).

Nota-se que os currículos foram adaptados para atender às necessidades regionais e nacionais, o que poderia incluir a criação de novas habilitações. A inclusão da Língua e Literatura Francesa, da Língua e Literatura Inglesa e Norte-americana enfatizou a diversificação curricular e o atendimento às demandas globais do mercado de trabalho. A lei reconhecia a importância de matérias instrumentais, como línguas estrangeiras, para ampliar os horizontes educacionais e promover o desenvolvimento cultural e intelectual dos estudantes.

A LDBEN n.º 9.394/96 representou um marco na legislação educacional brasileira, estabelecendo diretrizes para a organização da educação nacional em todos os níveis e modalidades. No que se refere à formação de professores, essa lei trouxe alterações, dentre elas, destaca-se o artigo 52, que tematiza a caracterização das universidades, constituída por:

I – produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional; II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; III – um terço do corpo docente em regime de tempo integral (Brasil, 1996).

Somado a isso, o artigo 66 determina que “a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado” (Brasil, 1996). Essa nova concepção de universidade amplia as exigências de formação docente em nível de mestrado e doutorado para uma instituição de ensino superior ser considerada universidade. Nessa conjuntura, o curso de Letras da Unimontes passa a investir em processos de formação *stricto sensu* de seus professores. Essa exigência legal muda radicalmente a composição do corpo docente do curso, hoje, basicamente, composto por mestres e doutores.

Com a ampliação da formação de seu corpo docente, os cursos de Letras passam a desenvolver seus próprios programas *stricto sensu*, com oferta de dois cursos de mestrado: o Programa de Pós-Graduação em Letras/Estudos Literários (PPGL), aprovado pelo Parecer CNE/CES n.º 122/2009 (Brasil, 2009) e o Programa de Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras), aprovado pela Resolução N.º 028 – CEPEX/2013 (Unimontes, 2013). Segundo seu regulamento, o PPGL tem por objetivo a formação de pessoal qualificado técnica e cientificamente para o exercício de atividades profissionais de ensino e pesquisa em Estudos Literários, visando ao avanço do conhecimento nessa área (Unimontes, 2022). De acordo com o Projeto do ProfLetras, o curso é oferecido em Rede Nacional, de maneira semipresencial com a participação de Instituições de Ensino Superior, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), e coordenado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. O objetivo, em médio prazo, deste programa é a formação de professores do Ensino Fundamental no

ensino de Língua Portuguesa em todo o território nacional (Unimontes, 2013). Há ainda os programas e projetos de pesquisa e de extensão que são desenvolvidos pelos professores do Curso de Letras, assim como de seus programas de pós-graduação.

Além das mudanças na formação acadêmica, a LDBEN/1996 também influenciou o currículo do curso de Letras, ao incluir disciplinas como Literatura Africana e Libras. Essa inclusão reflete o compromisso com a diversidade e a inclusão, reconhecendo a importância de aprofundar a formação docente, ao abordar temas que promovam a compreensão das diferentes culturas e a acessibilidade na educação.

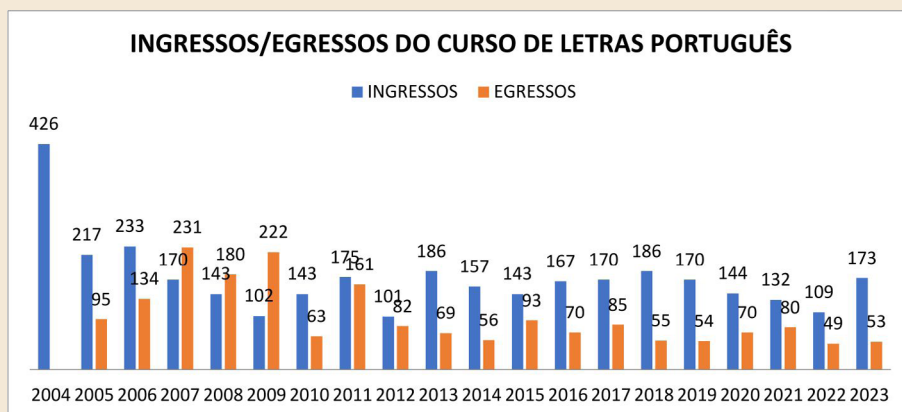
Em suma, a Lei n.º 9.394/96 desempenhou papel fundamental na transformação da formação docente no Brasil, estimulando a pesquisa, a qualificação acadêmica e a inclusão, aspectos essenciais para enfrentar os desafios contemporâneos na área da educação, como os que o curso de Letras da Unimontes está se adaptando para superar. Portanto, a Lei n.º 4.024/1961, a Lei n.º 5.692/1971, a Lei n.º 9.394/96 e as Diretrizes Nacionais para as Licenciaturas foram responsáveis por impulsionar mudanças na formação de professores no Brasil. No entanto, os desafios contemporâneos exigem uma constante revisão e aprimoramento dessas políticas. É necessário investir na atualização curricular, na formação para a diversidade e na aproximação entre teoria e prática, a fim de preparar os educadores para os desafios presentes nas salas de aula do século XXI. Somente assim será possível oferecer uma educação de qualidade e garantir o desenvolvimento pleno dos estudantes e da sociedade como um todo.

5 Trajetória Educacional do curso de Letras em Números (2004-2023)

A análise das tendências de ingresso e egresso nos cursos de Letras da Unimontes, ao longo do período de 2004 a 2023, revela informações fundamentais para compreender não apenas a dinâmica educacional da instituição, mas também as mudanças e desafios enfrentados pelo ensino superior no Brasil. Os gráficos, apresentados adiante, fornecem um retrato claro e conciso da evolução do número de estudantes que iniciaram suas jornadas acadêmicas em Letras, bem como daqueles que concluíram seus cursos ao longo dessas duas décadas. Faz-se necessário ressaltar que os dados apresentados são relativos aos cursos presenciais. Os dados denotam padrões, eventos marcantes e tendências que moldaram o cenário

educacional e, por conseguinte, a formação de profissionais na área de Letras na referida universidade. Neste contexto, é crucial destacar que tais informações não apenas nos fornecem uma visão retrospectiva, mas também permitem especular sobre o futuro da educação superior em Letras e os possíveis desafios que a instituição e seus estudantes enfrentarão nos próximos anos. A seguir, os gráficos relacionados às três ofertas do curso em vigência na Unimontes.

Gráfico 1 - Estudantes ingressos e egressos no curso de Letras Português



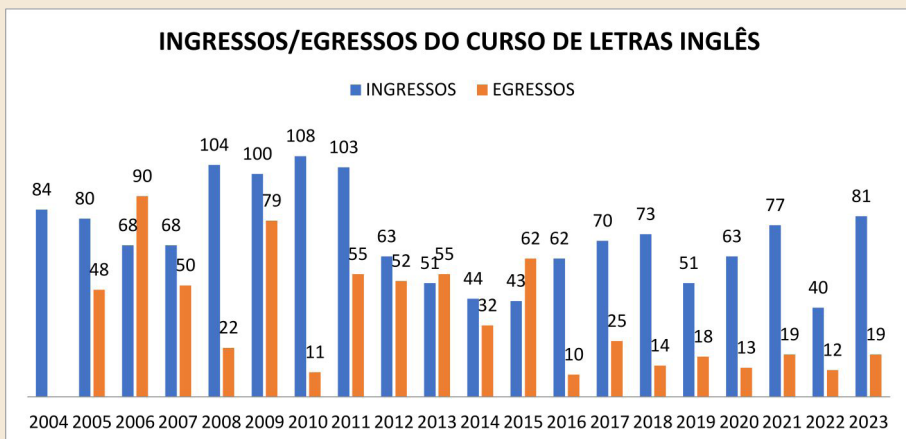
Fonte: Elaborado pelos autores. Dados fornecidos pela Secretaria Geral da Unimontes.

A análise dos dados de ingressos e egressos no curso de Letras Português da Unimontes permite inferências importantes. Ao longo do período de 2004 a 2023, observam-se flutuações consideráveis no número de ingressos a cada ano. Essas variações podem ser atribuídas a diversos fatores, incluindo mudanças nas preferências dos estudantes, condições econômicas e, até mesmo, ações de captação de alunos pela universidade. No ano de 2004, em que são registradas matrículas de 426 estudantes, nota-se um número comparativamente maior em relação aos anos subseqüentes, dado que incluiu cursos modulares ofertados em Três Marias, Itambacuri, Várzea da Palma e Taiobeiras. Em 2006, estão incluídas as matrículas modulares ofertadas nos municípios de Mato Verde e São João da Ponte. Nos demais anos, são registradas apenas as matrículas em curso regular presencial do *campus* sede (Montes Claros) e dos *campi* situados em Espinosa, Almenara, Januária e Unaí. Nota-se que, em muitos anos, o

número de ingressos foi significativamente maior do que o de egressos – queda reveladora de que uma parte dos estudantes matriculados no curso de Letras Português não o concluiu dentro do período padrão, ou seja, há uma taxa de evasão ou um tempo médio de conclusão mais longo do que o esperado.

A partir de 2015, observa-se uma queda acentuada no número de egressos, que pode ser resultado de desafios acadêmicos, dificuldades econômicas ou outros fatores que afetaram a taxa de conclusão do curso pelos estudantes. Os anos de 2020 a 2022 apresentam uma diminuição no número de ingressos e egressos, o que pode ser parcialmente atribuído aos desafios causados pela pandemia de Covid-19, que afetou o ensino superior em todo o mundo. O ano de 2023 mostra um aumento significativo no número de ingressos em comparação com os anos anteriores. Isso pode indicar um renascimento do interesse pelo curso de Letras Português ou a eficácia de estratégias de captação de alunos implementadas pela universidade. Em resumo, a análise desses dados aponta para a importância de compreender as razões por trás das flutuações nas matrículas e abordar questões relacionadas à conclusão do curso. Isso pode envolver a implementação de políticas de apoio aos estudantes, revisão dos programas acadêmicos e adaptação às necessidades em evolução dos estudantes e do mercado de trabalho.

Gráfico 2 - Estudantes ingressos e egressos no curso de Letras Inglês



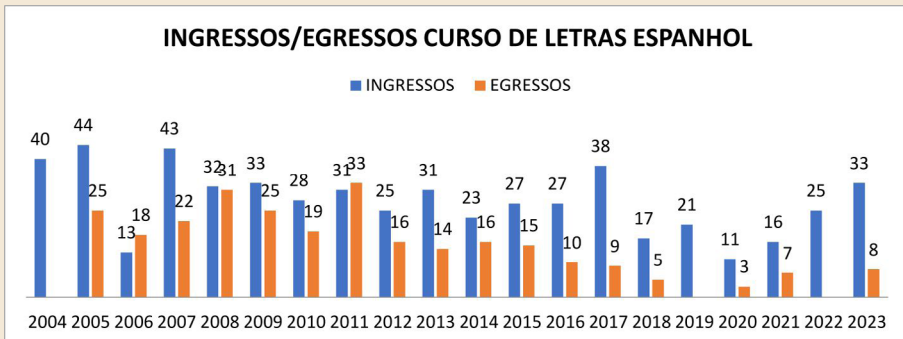
Fonte: Elaborado pelos autores. Dados fornecidos pela Secretaria Geral da Unimontes.

Com base no Gráfico 2, que demonstra o número de ingressos e egressos no curso de Letras Inglês na Unimontes, sendo incluídos dados dos três *campi* que ofertam esta licenciatura na modalidade regular – Montes Claros, Unaí e Januária, é possível inferir situações e perceber informações relevantes. Durante o período de 2004 a 2023, observam-se flutuações significativas no número de ingressos a cada ano. À semelhança do que ocorreu no curso de Letras Português, essas variações podem ser influenciadas por fatores como: mudanças na preferência dos estudantes, condições econômicas e estratégias de captação de alunos da universidade.

Em diversos anos, o número de ingressos foi maior do que o de egressos, sugerindo que uma parte dos estudantes ingressantes no curso de Letras Inglês tenha se evadido ou concluído o curso em um período de tempo superior ao esperado. Essa hipótese pode ser confirmada pelo fato de que, em alguns anos, como 2006 e 2009, se percebe uma alta taxa de egressos em relação ao número de ingressos. No entanto, em anos subsequentes, essa taxa caiu, possivelmente devido a fatores internos e externos à universidade, como as dificuldades acadêmicas: deslocamento, questões socioeconômicas ou a falta de apoio ao acadêmico através de políticas públicas que estimulem a permanência do estudante na universidade até a finalização da sua graduação, dentre outros, que demandam maior rigor e aprofundamento investigativo.

As oscilações que ocorreram nos anos de 2020 a 2022 podem remeter, em parte, aos desafios causados pela pandemia de Covid-19, que afetou a rotina mundial. Em contrapartida, o ano de 2023 apresenta um aumento notável no número de ingressos, em comparação com os anos anteriores – o que pode indicar um ressurgimento do interesse pelo curso de Letras Inglês.

Em suma, a análise dos dados aponta para a importância de se compreender as razões por trás das flutuações nas matrículas e também abordar questões relacionadas à conclusão do curso. Diante desse cenário, investigações mais pontuais e aprofundadas são necessárias para orientar encaminhamentos necessários.

Gráfico 3 - Estudantes ingressos e egressos no curso de Letras Espanhol

Fonte: Elaborado pelos autores. Dados fornecidos pela Secretaria Geral da Unimontes.

A análise dos dados relacionados ao número de ingressos e egressos no curso de Letras Espanhol na Unimontes, *campus* Montes Claros, como nos cursos de Letras Português e Letras Inglês, revela tendências e informações importantes. Ao longo do período de 2004 a 2023, observa-se uma flutuação considerável no número de ingressos a cada ano. Esse padrão sugere que as preferências dos estudantes, bem como outros fatores externos, tiveram impacto significativo nas decisões de ingressar no curso de Letras Espanhol. Outro aspecto notável é a discrepância entre o número de ingressos e o de egressos, já que, em muitos anos, há um número de egressos, consideravelmente, menor do que o de ingressos. Essa diferença pode ser resultado de estudantes que evadiram e não concluíram o curso ou que o fizeram em um período de tempo mais longo do que o previsto.

A partir de 2016, verifica-se uma queda notável no número de egressos. Esse declínio pode ser interpretado de diversas maneiras – desafios acadêmicos, influência de fatores externos, como condições econômicas ou mudanças no mercado de trabalho, ou mesmo questões relativas à estruturação curricular e oferta do curso. Em 2020 e 2021, os dados mostram uma redução acentuada, tanto nos ingressos quanto nos egressos. É possível que a pandemia de Covid-19 tenha influenciado nessa queda, afetando a admissão de novos estudantes e a conclusão de cursos. Por fim, os anos de 2022 e 2023 apresentam um aumento notável no número de ingressos, em comparação com os anos anteriores. Isso também pode ser interpretado como um sinal de recuperação e renovação no interesse

pelo curso de Letras Espanhol, mas o número de egressos continua em declínio.

Em resumo, a análise desses dados sugere a necessidade de investigar mais a fundo as razões por trás das flutuações nos números de ingressos e egressos, bem como o que pode ser feito para melhorar a taxa de conclusão dos estudantes. Essa análise pode fornecer informações valiosas para a tomada de decisões institucionais e aprimoramento dos programas acadêmicos.

A análise dos gráficos que retratam o número de ingressos e egressos nos cursos de Letras da Unimontes, no período de 2004 a 2023, revela uma realidade complexa e desafiadora para a instituição e para o cenário educacional como um todo. A queda no número de ingressos nos cursos de Letras, ao longo dessas duas décadas, é um reflexo de diversas variáveis, incluindo mudanças nas preferências dos estudantes, desafios econômicos, transformações na demanda por profissionais da área, já exaustivamente citadas nesse texto, e até mesmo as mudanças tecnológicas que impactaram a forma como a língua e a literatura são consumidas e estudadas. No entanto, a diferença discrepante entre o número de ingressos e o número de egressos merece uma atenção especial. Essa disparidade sugere que, além de lidar com a diminuição de novos estudantes ingressando nos cursos, a instituição enfrenta obstáculos adicionais em relação à retenção e à conclusão dos cursos. Tais obstáculos carecem de aprofundamento investigativo que promovam ações da instituição.

Diante desses dados, é crucial que a Unimontes e outras instituições de ensino superior se debrucem sobre dados relativos às licenciaturas e aos processos de formação de professores, para se buscar soluções criativas e estratégias para enfrentar esses desafios. Isso pode envolver a revisão de programas acadêmicos, a implementação de políticas de apoio aos estudantes, a promoção de um ambiente de aprendizado inclusivo e a adaptação constante às mudanças nas necessidades do mercado de trabalho e nas preferências dos estudantes. O futuro do ensino de Letras na Unimontes dependerá, em grande parte, da capacidade da instituição de se adaptar a essas tendências e de investir na qualidade do ensino, atraindo e retendo talentos que continuarão a enriquecer o campo da linguagem, da língua e da literatura. Somente através desses esforços conjuntos será possível reverter a tendência observada nos gráficos e assegurar que o legado acadêmico da instituição permaneça sólido e relevante nas próximas décadas, formando professores para a região norte do estado de Minas Gerais.

6 Considerações finais

Neste capítulo, foi reconstituída parte da história da licenciatura em Letras na Funm/Unimontes, explorando os desafios, dificuldades e mudanças que o curso enfrentou ao longo de seus primeiros 60 anos de existência. Foram analisadas legislações, documentos institucionais, fotografias, obras científicas, além de entrevistas com pessoas envolvidas na implantação e desenvolvimento dos cursos de licenciatura, especialmente do curso de Letras, a fim de compreender as demandas e as transformações ocorridas, até os dias atuais.

Ao longo do capítulo, foram abordados diferentes momentos históricos que influenciaram o curso, destacando o contexto da década de 1960, marcada por transformações econômicas e urbanas, principalmente em Montes Claros. Em sequência, foi abordada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabeleceu a formação de professores para o ensino médio nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, o que levou à expansão dos cursos de licenciatura, incluindo Letras, para atender à demanda por profissionais qualificados em regiões como o norte de Minas.

Nesse contexto, em 1963, foi criada a Fafil em Montes Claros, impulsionada por um grupo de professoras que acreditavam na importância da formação superior na região. A Fafil enfrentou diversos desafios iniciais, mas sua fundação representou um marco na história do ensino superior no norte de Minas e contribuiu para o desenvolvimento educacional e cultural da cidade. Foram analisadas as mudanças ocorridas no curso de Letras ao longo dos anos, destacando a influência da LDB/1971, que trouxe alterações na estrutura e nos objetivos da licenciatura. Adiante, foi tematizada a LDB/1996, que estabeleceu novas diretrizes para a educação nacional, refletindo, também, no curso de Letras, que passou por novos desafios contemporâneos para a formação de professores.

A partir das análises realizadas, vislumbram-se alguns resultados que podem figurar como respostas aos questionamentos iniciais, quais sejam: em relação à primeira questão norteadora: Em que contexto foi instalado o curso de Licenciatura em Letras na Funm/Unimontes? Conclui-se que o curso de Licenciatura em Letras foi instalado na Funm/Unimontes em um contexto de expansão do ensino público e necessidade de formação de professores no norte de Minas Gerais. O período de implantação e consolidação do curso ocorreu entre 1964 e 1971, posteriormente à pro-

mulgação da Lei N.º 4.024/1961, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Essa lei determinava que a formação de professores para o ensino secundário deveria ser realizada nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Em Montes Claros, houve um grande movimento de industrialização e urbanização impulsionado pela Sudene, o que levou à necessidade de qualificação da mão de obra docente na região. Nesse contexto, a Fafil foi criada em 1963, oferecendo cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia, a partir de 1964.

Em resposta à segunda questão norteadora: A reforma instaurada na educação pela Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971 (LDBEN/1971), durante o período da Ditadura Militar, ocasionou impactos na estrutura do curso? Foi observado que sim, uma vez que, durante o período da Ditadura Militar, essa reforma impactou na estrutura do curso de Letras na Funm/Unimontes. Dentre as mudanças, a LDBEN/1971 tinha como objetivo formar profissionais habilitados para atender às demandas do desenvolvimento econômico do país, incluindo a formação de professores. Com isso, o curso de Letras passou a se adequar às novas exigências do mercado de trabalho e à necessidade de formar docentes para o ensino de 2.º Grau.

Quanto às últimas questões: Como o processo de redemocratização do Brasil – que coincide com a transformação da Funm em Universidade e com a promulgação da Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN/1996) – influenciou na estrutura do curso? E como as demandas e exigências da profissionalização docente impulsionaram a instalação de ramificações da licenciatura no âmbito da Unimontes ao longo de mais de meio século de história? Notou-se que as prerrogativas da legislação, associadas às Diretrizes Curriculares Nacionais trouxeram necessidades mais profundas na formação e na atualização dos professores nas diversas regiões. Isso foi evidenciado através da necessidade de adaptação e expansão dos cursos de licenciatura oferecidos pela Unimontes. Percebe-se isso com mais nitidez no curso de Letras, que foi desmembrado em três habilitações – Português, Inglês e Espanhol – licenciaturas pensadas para atender às demandas de formação do mercado e à expansão regional.

Essa trajetória analítica buscou, portanto, proporcionar uma visão panorâmica da história do curso de Letras na Fafil/Funm/Unimontes, evidenciando os desafios enfrentados, as transformações ocorridas e a importância da formação docente na região. Nesse sentido, este capítulo não poderia ser encerrado sem as palavras da Mary Figueiredo, que, gentilmente,

te, durante a entrevista concedida, deixou uma mensagem para os atuais coordenadores e alunos do curso de letras:

A minha mensagem para o grupo que está dirigindo agora o curso de Letras, e que eu não conheço, pelas razões que eu já expus aqui, eu gostaria que eles fizessem da Língua Portuguesa do Brasil uma bandeira, porque o que eu tenho visto, aqui no Brasil, lendo jornais e revistas, falando com pessoas, a língua, ela está deixando de ser brasileira, ela está sendo mais estrangeira [...] nós temos que fazer o máximo possível para defender os nossos legados (Figueiredo, M, 2023).

Para que isso aconteça, fazendo alusão, respectivamente, às palavras de Mary Figueiredo e de Baby Figueiredo, há que se investir na formação dos professores e na inclusão de todos no processo educativo, é preciso “que se cultive o próprio jardim”, aproveitando o seu enriquecimento cultural e científico, buscando o conhecimento por si próprio, mas não para uso pessoal, partilhando-o com outros.

Espera-se que este estudo estimule reflexões sobre o processo inicial da formação docente em Letras e contribua para o debate sobre questões contemporâneas relacionadas ao curso.

Referências

ALMEIDA, S. P. N. de C. E. **Um lugar: muitas histórias** - o processo de formação de professores de Matemática na primeira instituição de ensino superior da região de Montes Claros/norte de Minas Gerais (1960-1990). Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte .2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A7HK59?mode=full> Acesso em: 10 jun. 2023.

BABY FIGUEIREDO-SOBREIRA, Maria Isabel de Magalhães; MARY FIGUEIREDO-COWEN; Maria da Consolação de Magalhães. Entrevista com as professoras fundadoras dos cursos de Pedagogia e Letras. Entrevistadores: Eredi G. F. Fernandes; Luiz Otávio de Souza Santos; Daniela Maria Gonçalves Fonseca; Larissa Alves Lima; Luciana de Oliveira Neto e a profa Geisa Magela Veloso. Montes Claros, jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 68.038, de 12 de janeiro de 1971. Concede reconhecimento de cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Fundação Universidade Norte Mineira, MG.

BRASIL. LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024. Brasília, DF: Centro de documentação e informação, 1961.

BRASIL. LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, seção 1. Brasília, p. 27.839, 23 dez. 1996.

BRASIL. LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. Parecer CNE/CES Nº: 122/2009. Reconhecimento dos programas de pós-graduação stricto sensu recomendados pelo Conselho Técnico-Científico – CTC. 6 de maio de 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pces122_09.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr. **O golpe na Educação**. 10 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1999.

MINAS GERAIS. Lei Estadual Nº 2.615, de 24 de maio de 1962. Cria a Universidade Norte Mineira e dá outras providências. **Diário Oficial Eletrônico de Minas Gerais – DOEMG**, Belo Horizonte, 1962. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-2615-1962-minas-gerais-cria-a-%20universidade-norte-mineira-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 22 abr. de 2023.

ROTA JÚNIOR, César. **Ensino Superior e Desenvolvimento Regional**: discursos produzidos em prol do desenvolvimento regional por ocasião da implantação da Fundação Universidade Norte Mineira – FUNM, na década de 1960, na cidade de Montes Claros – MG. 89 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós Graduação e Desenvolvimento Social. Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros - MG, 2010.

SANTOS, Dulce Pereira dos; FERNANDES, Marianne Durães. Breve Histórico do Curso de Geografia na Fundação Norte Mineira de Ensino Superior - FUNM em Montes Claros. **Revista Cerrados**, v. 10, nº 1, Edição Especial - 50 anos Unimontes, 2012. p. 44-56.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Resolução nº. 141 – Aprova alterações no Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Letras Espanhol, para as turmas ingressantes a partir do primeiro semestre de 2016. Montes Claros, Minas Gerais. 2015. Disponível em: https://unimontes.br/resolucoes_cepex/resolucoes-cepex-2015/. Acesso em 21 jan. 2024.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Resolução nº. 197 – Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português (Licenciatura) e seus anexos. Montes Claros, Minas Gerais. 2020. Disponível em: https://unimontes.br/resolucoes_cepex/resolucoes-cepex-2019/ Acesso em 20 jan. 2024.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Resolução CEPEX/Unimontes N°. 070, de 15 de junho de 2022. Aprova as alterações do Programa de PósGraduação Stricto sensu em Letras e Estudos Literários. Disponível em: https://unimontes.br/wp-content/uploads/2022/06/resolucao_cepex070.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. **Resolução Nº 028 – CEPEX/2013**. Aprova a implantação do Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS. Montes Claros: CEPEX, 2013. Disponível em: https://unimontes.br/wp-content/uploads/2019/05/resolucoes/cepex/2013/resolucao_cepex028.pdf Acesso em: 11 jan. 2024.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Resolução nº. 197 – Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português (Licenciatura) e seus anexos. 2019. Disponível em: https://unimontes.br/resolucoes_cepex/resolucoes-cepex-2019/ . Acesso em 12 jan. 2024

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2017-2021: Disponível em: <https://unimontes.br/wp-content/uploads/2019/07/PDI-2017-2021.pdf>. Acesso em 12/06/2023.

4

O pioneirismo do curso de Geografia para a região norte de Minas

Ana Paula Maia Costa Durães

Eliana Dias Leal

Greyce Kelly de Souza Rezende

1 Introdução

O capítulo tem como objetivo historicizar o processo de criação, implantação e manutenção do curso de Geografia na Funm/Unimontes, abrangendo o período de 1963 a 2023. Destaca-se a importância desse curso para o desenvolvimento da região norte-mineira, visto que sua instalação pioneira no ano de 1964 representa uma relevante conquista no âmbito educacional de Montes Claros e de sua área de influência.

O curso de Geografia da Fundação Norte Mineira do Ensino Superior (Funm) foi criado com o intuito de suprir a demanda regional por formação profissional. A região carecia de recursos humanos e a concepção predominante na época era de que a modernização e o progresso, baseados no desenvolvimento industrial e tecnológico do país, estavam intrinsecamente ligados ao nível de escolaridade e formação. A instalação do referido curso na cidade de Montes Claros era considerada de utilidade pública municipal, uma vez que:

Foram anos de discursos recorrentes que o atraso e a pobreza da região norte-mineira poderiam ser minorados com a presença de uma Universidade ao estabelecer convênios com as entidades da sociedade civil, fazer pesquisas voltadas para a educação, saúde, indústria e outros setores, qualificar professores responsáveis pelos ensinamentos fundamental e médio (Anastasia, 2012, p. 62).

Acreditava-se que a criação de uma instituição de ensino superior e a consequente ampliação da escolaridade trariam melhores condições de qualificação profissional, com maiores possibilidades de trabalho e renda, com impacto direto na vida para as pessoas – o que representaria um avanço em âmbito local e regional.

Para o desenvolvimento do estudo, adotamos uma abordagem historiográfica. De acordo com Costa:

É pela análise historiográfica que se percebe como são construídas as concepções de educação, situadas no tempo e circunscritas em um determinado contexto histórico. Um contexto resultante da atuação de diversas forças, dentre elas a economia, a política e a sociedade. Estudamos o passado para tentar compreender o presente (Costa, 2022, p. 29).

O autor sugere que as concepções de educação são formadas ao longo do tempo, sendo influenciadas por fatores econômicos, políticos e sociais. Ao investigar o passado, somos capazes de obter uma compreensão mais profunda do presente.

A utilização da História Oral Temática como metodologia central desta pesquisa se mostrou pertinente. Conforme Costa (2022, p. 82), essa abordagem permite explorar as nuances autênticas de um determinado fenômeno vivido por um grupo de pessoas. Por meio dos depoimentos desses indivíduos é possível confrontar diferentes versões da história e obter uma compreensão mais abrangente e contextualizada.

Tivemos a oportunidade de ouvir o relato da professora Maria Florinda Pires Ramos, uma das pioneiras na criação e implantação do curso de Geografia na Funm/Unimontes. A entrevista foi cuidadosamente registrada através de gravador eletrônico e as palavras da entrevistada foram transcritas integralmente com o propósito de trazer nitidez e compreensão ao assunto abordado. A história oral tem sua contribuição como

fonte, pois os sujeitos que rememoram o passado reconstituem a vida que teve lugar nesse tempo escoado, à medida que relatam suas próprias experiências vividas. Para Meihy (2000), a história oral é definida como:

Um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a serem entrevistadas com o planejamento da condução das gravações, com a transcrição para o uso, arquivamento e, sempre que possível, com a publicação dos resultados que devem em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (Meihy, 2000, p. 29).

A análise do material coletado contou com o respaldo valioso da professora Maria Florinda Pires Ramos, que desempenhou papel fundamental na reconstituição do contexto de criação e instalação do curso de Geografia na Funm/Unimontes. Vale ressaltar que todo o processo seguiu os princípios éticos estabelecidos pela Resolução n.º 512/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que regula as pesquisas envolvendo seres humanos. A participação da entrevistada foi estruturada mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, momento em que expressou sua satisfação em contribuir para o registro histórico e autorizou a utilização das informações e da sua imagem.

Maria Florinda Ramos, precursora do curso de Geografia da instituição, desempenhou papel fundamental na concretização do referido curso na região do norte de Minas Gerais, tornando-o uma realidade. Dessa forma, as perspectivas proporcionadas pela fonte oral fortaleceram a compreensão do processo histórico envolvido na criação do curso. Para Portelli (2010):

A historiografia baseada em fontes orais é uma forma de escrita, mas não pode esquecer de origens orais; é um texto, mas não pode esquecer que nasceu como performance. Por isso, os historiadores orais citam muito mais amplamente as palavras de suas fontes, conservando o máximo possível de sua sintaxe e estilo. [...] Incorporam sua subjetividade, sua imaginação, sua arte verbal, no mesmo tecido de um texto dialógico, no qual a voz do historiador é somente uma das vozes, e não necessariamente a mais autorizada (Portelli, 2010, p. 216).

O autor destaca que a historiografia baseada em fontes orais enriquece a compreensão do passado e promove uma história mais plural e representativa. Neste sentido, para Costa (2022):

[...] produzir História por meio de relatos orais subsidiados pela memória, suas lembranças e esquecimentos, é uma tarefa árdua para o historiador. Articular a fala do depoente com o objeto de investigação e dar sentido e significado a essa narrativa requer, além do pleno domínio da técnica da HO, habilidade e acuidade investigativa do pesquisador (Costa, 2022, p. 68).

As ideias acima ressaltam a importância do trabalho cuidadoso e rigoroso dos historiadores ao utilizar a História Oral como uma ferramenta para produzir conhecimento histórico, reconhecendo os desafios inerentes a essa abordagem e a necessidade de habilidades investigativas e sensibilidade interpretativa por parte do pesquisador.

Nesse sentido, sendo o nosso objetivo historicizar o processo de criação, instalação e manutenção do curso de Geografia na Funm/Unimontes, identificamos os principais atores e grupos envolvidos nesse processo, sobretudo dos momentos iniciais, bem como suas motivações e estratégias para enfrentar os desafios que se apresentaram. Além disso, por meio das fontes documentais, analisamos as condições políticas, sociais e econômicas que influenciaram a criação, instalação e manutenção do curso, levando em consideração os desafios decorrentes das regulamentações e legislações vigentes por meio das fontes documentais.

O estudo está organizado em quatro seções: a primeira aborda a história da Funm/Unimontes e os desafios iniciais na instalação do curso de Geografia (1963-1971), a segunda contempla a criação do curso de Geografia sob o olhar de Maria Florinda Pires Ramos, a terceira relata sobre os primeiros professores e turmas no referido curso e, por último, o estudo apresenta o percurso e contribuições do curso de Geografia para a região norte-mineira. Espera-se, com este estudo, colaborar no registro da memória do curso de Geografia.

2 A história da Funm e os desafios na instalação do curso de Geografia (1963-1971)

Na década de 1960, ocorreu no Brasil o início do processo industrial, o que resultou em significativas mudanças no espaço agrário. Essas

mudanças produziram a migração campo-cidade e contribuíram para o aumento da população urbana, de acordo com dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quadro 1 – Montes Claros – evolução da população urbana – 1960/1970

Ano	População Urbana	População Rural	Total
1960	43.097	59.020	102.117
1970	85.154	31.332	116.486

Fonte: IBGE *In:* Santos e Fernandes (2012)

O crescimento demográfico da cidade de Montes Claros demandava melhorar a infraestrutura para atender à crescente população urbana, que buscava por uma vida melhor. Isso exigiu investimentos na área da saúde, educação, trabalho e em outras necessidades com o objetivo de atender à demanda de uma população que crescia devido à migração de pessoas em busca de melhores condições de vida.

Naquela época, Montes Claros já era considerada um centro regional, impulsionado pelo crescimento econômico e pela influência dos incentivos fornecidos pela Sudene. Ter uma instituição de ensino superior era fundamental para o desenvolvimento, que se estenderia à região do norte de Minas.

A Funm foi criada em 24/02/1962, por meio da Lei Estadual n.º 2.615 e instituída pelo Decreto n.º 8.245, de 06/04/1964. Em 1965, quando a Funm incorporou a Fafil, eram apenas Geografia, História, Letras e Pedagogia os cursos instalados (Anastasia, 2012).

A instalação destes primeiros cursos tornou-se possível partir da aprovação do regimento interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil), no final de 1963, pela Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação (Caleiro; Pereira, 2002). Inicialmente, as aulas do curso de Geografia e dos demais cursos instalados eram realizadas nas dependências do Colégio Imaculada Conceição, que cedeu espaço físico para instalação da Fafil. Posteriormente, em dezembro de 1966, a Fafil, inicialmente vinculada à Fundação Educacional Luiz de Paula (Felp), foi incorporada pela Funm e passou a funcionar no Casarão da Rua Cel. Celestino n.º 75 (Anastasia, 2012).

As precursoras do curso de Geografia foram Maria Florinda Pires Ramos e Maria Dalva Dias de Paulo, duas jovens que estudaram em Belo Horizonte e participaram da sua instalação em Montes Claros. Isabel Rebello de Paula liderou a organização da Fafil e do curso de História, Maria Isabel Figueiredo Sobreira ficou responsável pelo curso de Pedagogia e sua irmã, Maria da Consolação Magalhães Figueiredo, pelo curso de Letras (Anastasia, 2012).

O curso de Geografia ocupou uma posição pioneira, sendo um dos quatro primeiros cursos instalados na região norte de Minas. No entanto, sua história é pouco conhecida, havendo lacunas em sua historiografia. Ao entrevistar Maria Florinda Pires Ramos, obtivemos informações importantes sobre sua formação e motivações para criar o curso de Geografia.

Mesmo com a instalação dos primeiros cursos de licenciatura, não foram superadas todas as dificuldades de acesso ao ensino superior para estudantes das camadas populares, permanecendo o caráter elitista do ensino superior, conforme mencionado por Rota Júnior (2010):

Outro ponto decisivo para a manutenção do caráter elitista citado acima, é a manutenção financeira da FUNM. Até sua estadualização, em 1989, quando transformada em Universidade Estadual de Montes Claros, a mesma manteve-se através da cobrança de mensalidades dos alunos, de doações de empresários, fazendeiros e comerciantes da cidade e da região, a duras penas. Segundo alguns documentos encontrados, a FUNM sempre teve a maior parte de suas receitas advindas dos recursos financeiros dos alunos, que durante sua primeira década de funcionamento eram da ordem de 81,98%, enquanto que convênios com o MEC não atingiam 3% (Rota Júnior, 2010, p. 80).

Apesar dos avanços, na época, a fundação era de natureza privada e o acesso a ela não era para todos os interessados. No entanto, a diretoria da instituição mantinha a esperança de que a Funm fosse transformada em universidade, ciente dos desafios que isso acarretaria. Havia consciência de que essa transformação seria um avanço significativo para a região norte de Minas, abrindo oportunidades para aqueles que não possuíam recursos financeiros para arcar com os custos da educação superior.

3 A criação do curso de Geografia sob o olhar de Maria Florinda

Maria Florinda Pires Ramos ou Maria Florinda Ramos Marques (nome civil após o casamento) é licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e possui certificados em Francês e Metodologia do Ensino Superior pela mesma instituição. Além disso, acumulou experiência participando de diversos congressos ao longo de sua trajetória. Desde a criação do curso de Geografia, Maria Florinda exerceu a docência, inicialmente, em 1964, no curso preparatório para o vestibular e, posteriormente, neste mesmo ano, no curso de Geografia na Fafil, até a década de 1970 (Marques, 2023).

Na década de 1950, após concluir o primeiro ciclo do ensino secundário e buscando por preparação para a formação em nível superior, Maria Florinda Pires Ramos mudou-se para Belo Horizonte, onde permaneceu por três anos no CIC - Colégio Imaculada Conceição, um colégio interno para alunas do interior. Vale ressaltar que as freiras que administravam o colégio eram espanholas, não havendo relação com as freiras de Montes Claros, que são belgas. “Esse colégio ainda existe hoje, porém é misto e bastante diferente do que era antigamente” (Marques, 2023).

Maria Florinda Pires Ramos permaneceu em Belo Horizonte por 7 anos até concluir o curso de Geografia na Faculdade de Filosofia da UFMG. Além de Maria Florinda Pires Ramos, havia outras jovens de Montes Claros matriculadas na referida universidade naquela época, o que permitiu a articulação para a instalação do ensino superior em Montes Claros. Conforme a entrevistada, são cinco as fundadoras das licenciaturas em Geografia, História, Letras e Pedagogia:

No curso de Geografia foram Maria Dalva Dias de Paulo e eu [Maria Florinda Ramos Marques]. No curso de História, Isabel Rebello de Paula. No curso de Letras, Maria Consolação de Magalhães Figueiredo. No curso de Pedagogia, Maria Isabel Magalhães Figueiredo. Outros professores, convidados, vieram a se juntar ao grupo fundador e trouxeram valiosa contribuição: Sônia Quadros, Layce Tourinho, Maria de Lourdes Zuba, Antônio Jorge, Zinda Barcala e Manoel Nazareno (Marques, 2023).

A professora Maria Florinda Ramos Marques ressalta a importância do professor Tabajara Pedrosa:

O incentivo para a criação da faculdade surgiu por meio do professor Tabajara Pedroso, que lecionava no curso de História na UFMG e era também geógrafo. O professor Tabajara procurou a Maria Dalva que conversou com Isabel e a estimulou a liderar o movimento pró fundação da Faculdade de Filosofia em Montes Claros (Marques, 2023).

Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), os departamentos eram separados e os cursos ficavam em andares diferentes, por isso as universitárias de Montes Claros se conheciam, mas não se encontravam com frequência na instituição. Isabel Rebello de Paula tomou a iniciativa de buscar e reunir as alunas de Montes Claros que estudavam na UFMG, para discutir a proposta do professor Tabajara sobre a criação da Fafil. A primeira reunião contou com a presença do professor Tabajara e foi o ponto inicial do projeto. “Foi lançada a semente. Éramos todas jovens, com 21 e 22 anos, recentemente formadas na UFMG”, relata Maria Florinda (Marques, 2023).

Ainda de acordo com a professora Maria Florinda Ramos Marques:

Durante as reuniões subsequentes, Isabel foi escolhida pelo grupo para liderar todo o processo. Algumas participantes retornaram para Montes Claros nesse período, algumas ainda não haviam concluído a formação e estavam na reta final de seus cursos. Todas estavam na mesma faixa etária, o que originou o apelido carinhoso de “meninas” (Marques, 2023).

As freiras do Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros cederam o espaço para as reuniões e, posteriormente, o local de funcionamento da faculdade. A instituição não possuía um prédio próprio e, de acordo com Maurício (1987, p. 135), “[...] não possuía sede nem mesmo para a Reitoria, nem tampouco para suas primeiras unidades”.

Para além das questões de estrutura física, a Faculdade precisava de um vínculo jurídico. Segundo os relatos da professora Maria Florinda Ramos Marques:

Para obter uma identidade jurídica, era necessário ter uma entidade mantenedora. Isabel, por sua vez, era casada com Luiz de Paula,

que possuía uma fundação chamada Felp (Fundação Educacional Luiz de Paula). Foi essa fundação que concedeu a identidade jurídica à Fafil, permitindo que ela funcionasse. A Fafil estava vinculada à Felp (Marques, 2023).

Na instalação da Fafil, a professora Isabel Rebello de Paula, que já havia coordenado as discussões e ações para sua criação, assumiu o papel de diretora e sua contribuição foi muito relevante.

Isabel foi a diretora por muito tempo, sem Isabel não teria a faculdade, ela é muito modesta. Isabel é muito mais competente, dedicada, foi nossa diretora, a líder, a cabeça mesmo foi ela, orientada pelo professor Tabajara, que é uma figura importantíssima (Marques, 2023).

No que diz respeito ao processo de reconhecimento do curso de Geografia, especialmente nas questões legais, a professora Maria Florinda Ramos Marques enfatizou que: “A documentação já veio como parte integrante de todo o processo da faculdade. Portanto, nós nos ocupamos exclusivamente da documentação referente ao curso de Geografia, não nos envolvendo com outros documentos” (Marques, 2023).

4 A “Faculdade das Meninas”, os primeiros professores e turmas

De acordo com os acontecimentos até então relatados, foram encontrados desafios iniciais na criação e implementação do curso de Geografia. O primeiro desafio foi a composição da turma. As próprias jovens professoras, idealizadoras da faculdade, organizaram um curso preparatório para o vestibular, visando ajudar aqueles interessados em ingressar nos cursos de Letras, Pedagogia, História e Geografia por elas oferecidos. Esse curso foi ofertado nas dependências do Colégio Imaculada Conceição, com a permissão das freiras (Marques, 2023).

Ainda segundo Maria Florinda Ramos Marques, o primeiro processo seletivo ocorreu em abril de 1964, composto por uma prova de conhecimentos gerais, uma entrevista e, para o curso de Geografia, uma avaliação com conteúdos específicos deste campo de conhecimento. Assim, teve início o ensino superior com os cursos de Letras, Geografia, História e Pedagogia.

Corroborando com o depoimento da professora Maria Florinda Ramos Marques, Gomes (1989) destaca o processo seletivo, o início dos cursos e a identificação da primeira diretora:

Em 1964 foi realizado o 1º vestibular, aprovando 16 (dezesseis) alunos que formaram a 1ª turma, iniciando as atividades no dia 13 de abril. Houve uma sessão solene, que reuniu o corpo docente no Colégio Imaculada Conceição, onde se iniciou as primeiras aulas, os alunos se reuniram para ouvir a primeira aula que se inaugurava a instituição com a Diretora que era a Isabel Rebelo de Paula (Gomes, 1989, p. 87).

Segundo a Maria Florinda Ramos Marques, foi motivo de grande alegria o surgimento do curso, uma vez que na região não havia faculdades. O curso despertou interesse tanto de pessoas já formadas e com profissão, quanto daqueles que buscavam ampliar seus conhecimentos. Na primeira turma do curso de Geografia, havia alunos que eram profissionais das áreas do Direito, Engenharia, Comunicação e outras, que se matricularam com a intenção de valorizar e estimular o novo empreendimento. A entrevistada afirma que, naquele momento, ela e suas colegas estavam no início de suas carreiras e ainda não possuíam o domínio das habilidades de ensino em sala de aula, mas assumiram o desafio da docência no ensino superior (Marques, 2023).

A composição do corpo docente, dada a falta de professores formados em Montes Claros, foi um dos principais obstáculos para o início das atividades do curso de Geografia. A matriz curricular do curso era a mesma da UFMG. As professoras Maria Dalva Dias de Paulo e Maria Florinda Pires Ramos dividiam entre si todas as disciplinas do curso de Geografia nos dois primeiros anos. Maria Dalva Dias de Paulo ministrava Geografia Física, Cartografia e Geografia de Minas, enquanto Maria Florinda Pires Ramos era responsável por Geografia do Brasil e Geografia Humana (Marques, 2023).

Na composição do corpo docente, conforme a professora Maria Florinda Ramos Marques, “no segundo ano do curso, tivemos ajuda de um geólogo do Nordeste, professor Manoel Nazareno de Moura, que ministrou aula de Geologia”. Na sequência, o professor Antônio Jorge, formado em Geografia pela UFMG, e sua esposa, Zinda Barcalla Jorge, formada em Letras, foram convidados pela então diretora, Sônia Quadros,

para participarem do corpo docente da Fafil (Marques, 2023).

Nos registros de Gomes (1989), também são mencionadas as disciplinas oferecidas e os respectivos professores responsáveis por ministrá-las:

[...] o professor Manoel Nazareno Procópio de Moura, Geólogo da SUDENE, responsável pela cadeira de Fundamentos de Geologia, Petrografia, Minerologia e Pedologia; a Jornalista Mayáve Ribeiro, na cadeira de Antropologia Cultural; a disciplina básica do Curso Geografia Física, ficou a cargo da Maria Dalva Dias de Paula; Geografia Humana, a cargo da competente Professora Florinda P. Marques, responsável também pela Geografia do Brasil. As outras disciplinas eram integradas com os demais Cursos: História e Letras (Gomes, 1989, p. 07).

Uma das exigências da Funm era que os professores da instituição residissem a uma distância de, no máximo, 50 km do município de Montes Claros. Este foi um dos motivos pelos quais a professora Sônia Prates Gonçalves de Quadros, em 1967, convidou o professor Antônio Jorge, bacharel em Geografia pela UFMG que havia assumido o cargo de professor na Escola Normal em 1966, para lecionar na Funm como professor do curso de Geografia Geral (Marques, 2023).

Muitos dos formandos da primeira turma do curso de Geografia se tornaram professores na Funm/Fafil, contribuindo para superar a escassez de docentes na instituição. Essa oportunidade de trabalho para os recém-formados contribuiu para o progresso da faculdade, permitindo a abertura de mais vagas para candidatos que desejavam se preparar para o mercado de trabalho em crescimento na região, especialmente em Montes Claros (Marques, 2023).

Fazer parte da história do curso de Geografia é algo vivo na memória da professora Florinda Ramos. A professora encerrou suas atividades docentes em sala de aula por questões familiares, mas o tempo que passou no curso foi extremamente gratificante e as lembranças permanecem vivas em sua mente.

Maria Florinda Ramos Marques relata que as “meninas” eram muito dinâmicas, buscavam superar todos os desafios e procuravam novas atividades para que fossem desenvolvidas na instituição com o objetivo de ampliar a faculdade. Foi nesse contexto que Maria Florinda idealizou a

criação do Centro de Estudos Geográficos - Cegeo. As reuniões ocorriam semanalmente para discutir temas relacionados à Geografia Geral e do Brasil, e a entrevistada ocupava o cargo de presidente. Posteriormente, em 1976, foi fundada a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) na cidade de Montes Claros.

5 O percurso do curso de Geografia na região norte-mineira

Nesses primeiros 60 anos da instalação do curso de Geografia (1964-2024), muito se produziu e vivenciou, foram muitos desafios, conquistas e dificuldades.

O Curso de Geografia da FUNM foi criado em um período onde se intensificaram as políticas (inter)nacionais de escolarização da população e, dentre elas, as de formação superior de profissionais para atuarem nos ensinos primário, colegial e/ou secundário. Nesse contexto, a criação do curso de Geografia teve como objetivo habilitar professores para atuarem no ensino de 1º e 2º Graus em escolas públicas e particulares de Montes Claros e região. Dessa forma, a criação da FUNM e do curso de Geografia, contribuiu para o desenvolvimento da cidade de Montes Claros (MG), apresentando-se como um curso superior dinâmico e voltado para a realidade local e regional. A Geografia, enquanto Curso Superior de Formação de professor e disciplina escolar já repensava sua função na sociedade em mudança, contribuindo, questionando e exigindo novos métodos e projetos (Guia; Fonseca, 2012, p. 54).

Ao participar da criação da Fafil e da instalação da licenciatura em Geografia, em 1964, a professora Maria Florinda Pires Ramos não tinha expectativas de que o curso se expandisse e se tornasse o que é hoje. Naquela época, o objetivo era atender às necessidades da comunidade de Montes Claros e região em crescimento, tanto em termos de avanço educacional como de emprego. Naquele momento, o curso de Geografia era ofertado com cobrança de mensalidade dos estudantes – uma necessidade para o custeio de sua manutenção –, o que limitava o acesso a um número reduzido de pessoas.

Muitos dos avanços e conquistas devem-se à transformação da Funm em autarquia estadual. O dia 23 de setembro de 1989 é um mar-

co histórico, momento em que a promulgação da Constituição Mineira resultou na transformação da Funm em Unimontes. Com essa transformação, alguns anos depois, a partir de agosto de 1994, o curso de Geografia e demais cursos da Unimontes passam a ser ofertados gratuitamente. Segundo Guia e Fonseca (2012, p. 57), com a extinção das faculdades e criação dos centros acadêmicos, o curso de Geografia foi incorporado ao Centro de Ciências Humanas (CCH), gozando de melhor estrutura para formação dos educandos para o exercício da docência, tornando-os habilitados como professores. Essa organização se deu pela Lei Estadual nº. 11.517, de 13/07/94, que, do ponto de vista administrativo-funcional, extinguiu as cinco Faculdades da Funm, sendo criados os Centros Acadêmicos (Anastasia, 2012).

Ao longo do tempo, foram alcançadas outras conquistas, como a implementação do Sistema de Reserva de Vagas (2004), a estruturação de programas que visam ampliar possibilidades de acesso e a permanência no ensino superior, como o Programa de Avaliação Seriada para Acesso ao Ensino Superior (Paes) (1998), o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) (2015), além dos programas de extensão, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) (2010) e o Programa de Residência Pedagógica (2018). Em relação às bolsas de iniciação científica, segundo informações extraídas do site da Unimontes:

Houve um aumento de 41% no número de bolsas de iniciação científica entre dezembro de 2010 e junho de 2012, como o Programa Institucional de Iniciação Científica (Proinic), Bic-Campi (bolsas voltadas para os cursos que funcionam fora da sede da universidade) e a Iniciação Científica Voluntária (ICV) (Unimontes, s.d.).

Essas medidas permitiram que um maior número de estudantes, anteriormente impossibilitados de concluírem o curso, dadas as restrições financeiras, tivessem a oportunidade de ingressar e permanecer na universidade.

Na Unimontes, o curso de licenciatura em Geografia é ofertado no *campus* sede, em Montes Claros, e desde 1996, também, no *campus* Pirapora, na modalidade presencial. O curso de Geografia regular gratuito ampliou-se em 2008, com a expansão do curso à distância, ministrado em parceria com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior (Fadenor) e prefeituras (Guia; Fonseca, 2012, p. 69), com finan-

ciamento público pela Capes, a partir do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Segundo o site EaD da Unimontes, em 2022, o curso de Geografia foi ofertado na modalidade de Educação à Distância nos municípios de Capelinha, Cataguases, Jaíba, Joáima e Urucuia. Entretanto, para o ano de 2023, não houve oferta desse curso na mesma modalidade e nos municípios mencionados. Vale ressaltar que a oferta do curso de licenciatura em Geografia na referida modalidade pode variar, conforme a demanda.

Em meados de 2018, a Unimontes passou a oferecer o curso de Geografia também na modalidade bacharelado, “atendendo a uma antiga e reprimida demanda regional” (Resolução N.º 108 – CEPEX/2019). No que diz respeito à pós-graduação *lato sensu*:

O Departamento de Geociências vem desenvolvendo, desde 1996, cursos para atender a demanda pela formação continuada de professores, tanto em Montes Claros, quanto em Pirapora. Foram oferecidos cursos em Geografia Humana, Geografia Regional e do Brasil, Geografia - Meio Ambiente, Geografia - Ensino e Meio Ambiente, Geografia e Gestão Ambiental, Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional e, por último, Geografia Escolar. Nessa modalidade já foram especializados mais de 500 profissionais (Unimontes, 2019).

Em 2014, foi implantado o Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Geografia (Ppgeo), que lançou seu primeiro edital para seleção de pós-graduandos para o seu curso de mestrado. No período de 2014 a 2016, o referido curso esteve sob a coordenação da professora Anete Marília Pereira. Conforme a Resolução N.º 108 – CEPEX/2019:

A proposta de criação do curso foi submetida a apreciação da Capes, em 2013, que após análise deliberou pela recomendação do Curso de Pós-Graduação em Geografia, nível Mestrado Acadêmico, atribuindo-lhe a nota 3, em abril de 2014. No dia 15 de maio de 2014, o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Unimontes aprovou a implantação do curso (Resolução 056/Cepex/2014) e seu regulamento (Resolução 057/Cepex/2014). No mesmo mês, o Conselho Universitário aprovou a implantação do curso através da Resolução 011/CONSU/2014 (Unimontes, 2019).

A primeira turma de mestrandos teve a oportunidade de iniciar suas jornadas acadêmicas no segundo semestre de 2014. Em levantamento

realizado pelo Ppgeo-Unimontes, no período de 2014 a 2020, o curso atingiu o número de 78 títulos de Mestre, com uma média de 10 dissertações defendidas por ano (Unimontes, s. d.).

Em 2014, dos 31 professores do curso de Geografia, 11 eram doutores, 14 mestres (nove doutorandos) e seis especialistas (três mestrandos), conforme informações extraídas do site da Unimontes (Unimontes, 2014). Esse dado indica que, em seus 60 anos de funcionamento, o curso superou um de seus principais problemas – de composição de um corpo docente titulado e habilitado para a docência, mas ainda permanecem os desafios relativos à composição de turmas, dado que a demanda por matrículas é reduzida.

6 Considerações finais

Ao registrar faces da história do curso de Geografia, foi possível preencher lacunas desta historiografia, por meio da história oral e da revisão de fontes documentais e bibliográficas, o que também proporcionou uma reflexão sobre os caminhos trilhados pela entrevistada Maria Florinda Ramos Marques, fundadora do curso. O pioneirismo do curso de Geografia representou um avanço para a região e todos os envolvidos desempenharam um papel fundamental na sua criação e instalação.

Falar sobre a criação de um curso requer abordar o amplo contexto em que ele se desenvolveu – social, político, cultural, econômico –, especialmente em um período em que a educação era predominantemente ministrada por profissionais liberais ou docentes sem formação em nível superior. É motivo de grande orgulho para Montes Claros presenciar o sucesso de um grupo de “meninas” que superou inúmeros desafios. A busca por viabilizar o acesso ao ensino superior por meio de uma faculdade local, evitando a necessidade de deslocamento para outras cidades, contribuiu para o avanço da educação na região.

Mesmo sem contar com uma reitoria, a equipe trabalhou em harmonia e, de acordo com Florinda Ramos, “Isabel desempenhou o papel de líder com maestria” (Marques, 2023). Esse grupo de jovens professoras, entre 21 e 22 anos de idade, mulheres fortes e audaciosas, foi motivado pelo professor Tabajara Pedroso a criarem uma faculdade em sua cidade.

Finalizamos este capítulo com o depoimento da professora Florinda Ramos: “O grupo composto pelas cinco ‘meninas’ – Isabel, Dalva,

Baby, Mary e Florinda – possuía idades próximas, o que facilitou a convergência de ideais. Elas estavam unidas em sua determinação, o que foi fundamental para alcançar um objetivo comum” (Marques, 2023). Foi assim que, de maneira surpreendente, os avanços foram sendo construídos pelo trabalho de muitas outras mulheres e homens e transformaram a cidade de Montes Claros em um importante polo universitário.

Referências

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Unimontes 50 anos: História e Memória**. Editora Unimontes, 2012.

CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mékie. **Unimontes 40 anos de história**. Editora Unimontes, 2002.

COSTA, Júlio Resende. **Entre o prescrito e o realizado no grupo escolar Yolanda Jovino Vaz (1961-1971)**. 2022. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2019.

GOMES, Maria José Narciso. Histórico do Curso de Geografia. **Caderno Geográfico**, Revista do Departamento de Geociências, Montes Claros, vol. 1, nº 1, p. 7-13, nov. 1989.

GUIA, Débora Ariane Santos; FONSECA, Gildete Soares. **Trajetória do curso de Geografia na Universidade Estadual de Montes Claros-MG: compromisso com a formação docente**. Montes Claros. Revista Cerrados. Universidade Estadual de Montes Claros. vol. 10, núm. 1, enero-diciembre, 2012, pp. 57-77. ISSN: 1678-8346.

MAURICIO, M. A. C. Velho sobrado: um passado secular. Vínculo – Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da FUNM. Montes Claros. N. 03. P. 131-136. Fevereiro de 1987.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2000.

PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010. p. 216.

RODRIGUES, Hermildo. 61 anos da Unimontes, exposição resgata a história. **Novo Jornal de Notícias**, Montes Claros, 31 de maio de 2023.

ROTA JÚNIOR, César. **Ensino Superior e Desenvolvimento Regional**: discursos produzidos em prol do desenvolvimento regional por ocasião da implantação da Fundação Universidade Norte Mineira – FUNM, na década de 1960, na cidade de Montes Claros – MG. 89 f. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros-MG, 2010.

SANTOS, Dulce Pereira dos; FERNANDES, Marianne Durães. Breve Histórico do Curso de Geografia na Fundação Norte Mineira de Ensino Superior - FUNM em Montes Claros. **Revista Cerrados**, V, 10,n. 1, Edição Especial - 50 anos Unimontes, p. 44 - 56, 2012.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Coordenadoria de Iniciação Científica. S/D. Disponível em: <https://unimontes.br/coordenadoria-de-iniciacao-cientifica/> . Acesso em: 20 jan. 2024.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. **Resolução Nº. 108 – CEPEX**. Aprova o Projeto Pedagógico e Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Geografia (Licenciatura). Montes Claros: CEPEX, 2019.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. **Resolução Nº. 67 – CEPEX, de 18 de maio de 2022**. Aprova as alterações do Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Geografia (PPGEO), seus regulamentos e anexos. Montes Claros: CEPEX, 2022.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. **GEOGRAFIA - Licenciatura**. 2014. Disponível em: <https://unimontes.br/curso/geografia-licenciatura/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

5

A trajetória do curso de licenciatura em História da Unimontes

Marcos Paulo Melucio Oliveira
Idalina Gonçalves Magalhães

1 Introdução

A década de 1960 foi importante para a história do norte de Minas, em especial para a cidade de Montes Claros. Nesse período, houve movimentações políticas, econômicas, culturais e sociais no sentido de promover o desenvolvimento para a região. Em destaque, a Fundação Universidade Norte Mineira (Funm), criada pela Lei n.º 2.615/62, em 1962 (Brasil, 1962), e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil), criada em 1963, como resultado das aspirações pela educação superior na região. No âmbito da Fafil, foram instalados os quatro primeiros cursos superiores na cidade de Montes Claros – Pedagogia, Letras, Geografia e História. A Fafil tinha por objetivo formar professores e reestruturar o ensino secundário na região norte do estado de Minas Gerais (Maia; Cordeiro, 2002).

Caleiro e Pereira (2002) descrevem o panorama geral da criação dos cursos ofertados pela Funm\Unimontes (Universidade Estadual de Montes Claros) e afirmam que estes passaram por diversas mudanças curriculares, estruturais e organizacionais. No entanto, há necessidade de se compreender especificamente alguns processos, desafios e resultados da organização e execução destes cursos. Entender historicamente os parâ-

metros utilizados nos cursos, os requisitos legais e formais, sua política pedagógica e as estratégias metodológicas, certamente, ajudará a dimensionar o trabalho desenvolvido e os benefícios dos cursos para a comunidade.

Este capítulo objetiva registrar o processo de criação, implantação e consolidação do curso de licenciatura em História, de forma que permita a compreensão de faces do processo histórico de formação de professores. Sendo assim, descrevemos e analisamos a trajetória do curso desde a sua criação, levando em conta o contexto político e educacional, da sua fundação até a atualidade. Considerando que o curso de História foi instalado em 1964, discutir as influências do golpe militar de 1964 ajudará a reconstruir o caminho percorrido, dentro das instituições Fafil e Funm/Unimontes, e sua contribuição para o norte de Minas.

Para a reconstituição da trajetória do curso, serão analisados documentos históricos como: textos legais, jornais, fontes iconográficas e orais produzidas por meio de entrevistas com professores que colaboraram com o curso, além de fontes bibliográficas sobre o tema.

O trabalho está estruturado em três seções. Na primeira, apresenta-se uma análise do contexto histórico da implantação do curso; na segunda, o processo de sua consolidação que ocorreu no contexto autoritário da Ditadura Militar e da LDB n.º 5.692/1971; e, por fim, na terceira seção, discutem-se as mudanças induzidas pela LDBEN n.º 9.394/1996 e a formação de professores na atualidade. Espera-se, por meio de um eixo de diálogo histórico, apresentar ao leitor um registro de etapas da criação, implantação e consolidação do curso de História e sua colaboração para a formação de professores na região do norte de Minas.

2 A instalação do curso de licenciatura em História e os desafios iniciais

“Não havia escolas porque não havia professores”

Isabel de Paula

A idealizadora e fundadora do curso de licenciatura em História da Fafil, Isabel Rebello de Paula, em palestra proferida por ocasião da comemoração dos 20 anos de implantação do ensino superior em Montes Claros, afirmou que: “Não havia escolas porque não havia professores” (Paula, 1982 *apud* Rota Júnior; Ide, 2016, p. 161). A declaração da professora Isabel descreve um aspecto do contexto da educação na região do

norte de Minas na década de 1960, onde o número reduzido de escolas a nível primário e secundário estava atrelado à falta de professores capacitados para o ofício da docência. Conforme relato da professora, no período da criação da Fafil, o norte de Minas contava com apenas 57 ginásios, enquanto mais tarde, por ocasião da referida palestra proferida em 1982, a região já contava com 1.446 estabelecimentos de ensino (Rota Júnior; Ide, 2016).

O Jornal Gazeta do Norte, que circulou em Montes Claros até a década de 1960, corrobora a preocupação das fundadoras da Fafil com relação à precariedade do ensino no norte de Minas. A tiragem bissemanal de 30 de junho de 1960 traz reportagem sobre a implantação do curso de Suficiência que seria ofertado no âmbito da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades), em Montes Claros, e descreve a preocupação da época com a educação voltada para a indústria e o desenvolvimento da região:

CURSO DE SUFICIÊNCIA

As aulas do curso serão ministradas por uma equipe de professores especializados em didática das diversas matérias que constituem o currículo secundário. O curso será dividido em três partes: didática geral, didática especial e conteúdo.

As aulas de didática geral serão dadas no auditório do C.I.C. e poderão ser frequentadas, além dos alunos-mestres pelos professores dos diversos estabelecimentos locais que desejam atualizar seus conhecimentos pedagógicos. Essas aulas serão ministradas pelo renomado professor Antônio Raia, inspetor Seccional de Campinas, Estado de São Paulo. O professor Raia será também o orientador do curso.

O que é a CADES: A CADES, sigla da campanha de aperfeiçoamento e difusão do ensino secundário, pode ser considerado o maior empreendimento do Ministério da Educação e Cultura, em face de sua objetividade. Hoje confiada a esclarecida orientação do professor José Carlos de Melo e Souza, as atividades da CADES se desenvolve em todos os setores do ensino secundário, tais como: promovendo a realização de cursos de Orientação para exames de Suficiência; aproximando pais de alunos e mestres, no interesse de ambos; realizando jornadas pedagógicas, nas quais os educadores debatem entre si os problemas relacionados com ensino e educação, realizando cursos e aperfeiçoamento para professores já registrados, etc. (Gazeta do Norte, 1960).

A educação para a sociedade montes-clarense, no âmbito da região do norte de Minas foi vista como um desafio, tendo como uma das soluções pensadas, pelos representantes do Ministério da Educação, a preparação dos professores para o ensino médio. Mais adiante, na mesma página do Jornal Gazeta do Norte, o editor descreve o objetivo do curso, que era desenvolver um ensino voltado para a indústria, como uma solução para o desenvolvimento da região. A década de 1960, no norte de Minas, foi marcada pelo anseio de desenvolvimento regional, tendo a formação de professores como principal meio para alcançar o objetivo.

Em análise realizada por Rota Júnior, destaca-se que as faculdades no Brasil, em meados do século XX, se desenvolveram nos grandes centros urbanos, e na região do norte de Minas havia um atraso social significativo em relação às outras regiões do país. E foi nesse contexto que a professora Isabel, a frente do curso de História, e as demais professoras responsáveis por outras disciplinas e cursos – Maria Isabel Magalhães Figueiredo Sobreira – Pedagogia, Maria da Consolação Magalhães Figueiredo – Letras, Maria Florinda Pires Ramos e Maria Dalva Dias de Paulo – Geografia –, fundaram a Fafil com o objetivo de formar professores para a expansão do ensino secundário no norte de Minas (Rota Júnior, 2018).

O professor Jânio Marques Dias destaca que, no início da década de 1960, Montes Claros era uma cidade do sertão e uma das coisas mais difíceis que poderia ter era formar a mão de obra qualificada para atuar nesses cursos, isto é, professores habilitados. O professor Jânio Marques Dias lembrou também da importante história das fundadoras, dentre as quais, Isabel Rebello de Paula, Maria Isabel Magalhães Figueiredo Sobreira e Maria da Consolação Magalhães Figueiredo. Elas saíram de Montes Claros, foram para Belo Horizonte, estudaram, se formaram e voltaram com o ideal de criar uma unidade de ensino superior e instalar cursos superiores na cidade de Montes Claros (Dias, 2023).

Ultrapassadas as barreiras iniciais, os cursos foram instalados em 1964, mas novos obstáculos seguiram-se – um destes desafios foi a procura pela licenciatura em História, que era pequena. Sob a análise de Rota Júnior (2018), entre os 4 cursos instalados, a procura maior era pela licenciatura em Pedagogia, demandada pelas mulheres, posto que a sociedade daquele período entendia que tal ofício era adequado à atividade feminina. Os homens, que naquela época já eram minoria na docência, quase não se interessavam pela profissão na área de humanas. Para este autor, isso ficou evidente quando outros cursos foram criados e houve maior procura masculina, como pelo curso de Matemática no ano da sua implantação,

em 1968, ou seja, o curso de História e outras licenciaturas tinham pouca adesão masculina.

Nos primeiros anos da Fafil, a licenciatura em História contou com um tímido grupo de discentes. Rota Júnior (2018) apresenta uma tabela que revela o número de alunos matriculados no curso de História: Em 1964, houve um total de 26 alunos; em 1965, foram 10 alunos; em 1966, subiu para 12; em 1967, novamente 12; e, em 1968, um total de 27 discentes. O curso, além de sofrer com a baixa procura, também era prejudicado pelas desistências. Conforme Caleiro e Pereira (2002), dentre os 27 que haviam iniciado na primeira turma, o curso de História formou 10 alunos.

O professor Jânio Marques Dias destaca as questões financeiras – a manutenção dos cursos dependia da cobrança de mensalidade dos alunos. Pensando a faculdade à época, percebe-se que, no primeiro momento, era uma coisa bem elitizada. Era a elite que passava por ela (Dias, 2023).

As primeiras aulas do curso de História foram ministradas nas dependências do Colégio Imaculada Conceição (C.I.C) e, posteriormente, ocuparam o sobrado, que hoje é conhecido como Museu Regional, localizado na Rua Coronel Celestino, n.º 75, Centro, Montes Claros/MG. A Figura 1, a seguir, traz a fachada do Colégio Imaculada Conceição, à época em que esta instituição acolheu os 4 primeiros cursos superiores da região norte-mineira, que inclui a licenciatura em História.

Figura 1 - Prédio do Colégio Imaculada Conceição onde se iniciaram as aulas da Fafil



Fonte: Imagem exposta no Centro de Pesquisa e Documentação Regional (Cepedor).

As freiras do Colégio Imaculada Conceição cederam espaço para funcionamento dos cursos, dado que a Fafil não tivesse sede própria. Além do espaço físico para as aulas, outro desafio enfrentado pelo grupo de professoras na implantação da faculdade foi encontrar uma instituição que encampasse o curso e atendesse às normas governamentais da época. Conforme Maia e Cordeiro (2002), o apoio inicial veio em 1963, com a Fundação Educacional Luiz de Paula (Felp), instituição que levou o nome do seu fundador e tinha como propósito efetivar instituições de ensino secundário no norte de Minas. Após a fundação da Fafil, em 9 de agosto de 1963, foi necessária a realização de um cursinho preparatório para os candidatos do primeiro vestibular, como forma de ampliar o nível de conhecimento dos interessados.

O trabalho começou pelo cursinho preparatório para o primeiro concurso de habilitação ou vestibular realizado pelos Professores da FAFIL. O ensino de segundo grau na região era, como se viu, muito precário e muitos não teriam condições de passar no vestibular. O cursinho foi organizado pelas professoras Florinda Ramos e Isabel Lafetá Rebello, iniciando as aulas no dia nove de outubro de 1963. O Jornal diário de Montes Claros de 20 de outubro de 1963, anunciou mais de 50 alunos matriculados até do Sul da Bahia. As disciplinas do cursinho foram: Pedagogia e História, Geografia, Espanhol, Português, Lógica e Francês. Inicialmente o cursinho funcionou em salas do Grupo Escolar Carlos Versiani, que se mostraram, desde o primeiro dia, pequenas para o número de candidatos que se apresentaram, sendo, posteriormente, transferido para as salas do Colégio Imaculada Conceição (Caleiro; Pereira, 2002, p. 58).

Parcialmente superada a barreira do ingresso dos estudantes, a Fafil realizou o seu primeiro processo seletivo vestibular e iniciou as aulas em 13 de abril de 1964, em momento imediatamente posterior à instauração da Ditadura Militar. O professor Jânio Marques Dias acrescenta que, em meio a tantos desafios vivenciados no Brasil, na oposição a esse contexto político, surge em Montes Claros uma instituição de ensino superior ofertando os cursos de História, Geografia, Pedagogia e Letras. Esses quatro cursos, uma ação inusitada para a conjuntura, à época se viram diante de novos problemas – cursos que eram perseguidos pelo governo militar. Os cursos da Fafil aguardavam do professor Darcy Ribeiro uma remessa de livros para a biblioteca que nunca chegou. Conforme Maia e Cordeiro

(2002, p. 62): “Veio o golpe militar e o professor Darcy Ribeiro, considerado subversivo pelos militares, assim como os que estavam a sua volta, foi exilado. O professor voltaria anos depois à Fafil para dar a sua primeira aula no Brasil após o exílio”.

3 O ensino de História no contexto da Ditadura Militar

O curso de História em Montes Claros foi instalado em abril de 1964, no contexto da Ditadura Militar. No período da Ditadura Militar, em âmbito nacional, os reformadores adotaram estratégias que incidiram como um ataque à preparação dos professores. No início de 1969, amparado pelo Ato Institucional n.º 5, de dezembro de 1968, e subsidiado no Decreto-lei N.º 547, de 18 de abril de 1969, o governo autorizou a organização e o funcionamento de cursos profissionais superiores de curta duração. Para Fonseca (2003), ao permitir e aprovar qualificações intermediárias no ensino superior com a finalidade de suprir as necessidades do mercado, o Estado demonstra que considera dispensável uma formação extensa e sólida em determinadas áreas profissionais, dentre as quais as licenciaturas responsáveis pela formação de profissionais para o setor educacional.

Fonseca (2003) ainda ressalta que os cursos de licenciatura curta eram projetados de acordo com as demandas do mercado – capacitar muitos professores com pouco investimento era viável naquele momento. Mediante a ausência de professores habilitados, as licenciaturas de curta duração habilitavam professores de forma aligeirada, comprometendo a qualidade da educação. Conforme disciplinado no Artigo 30 da LDB n.º 5.692/71:

Exigir-se-á, como formação mínima para o exercício do magistério:

- a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau;
- b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração;
- c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena (Brasil, 1971).

Esses encaminhamentos legais são o corolário vigente durante a Ditadura Militar, que reflete um período de regime autoritário, que relativizou a importância da educação, procurando moldá-la de acordo com seus interesses políticos e ideológicos.

A criação das licenciaturas de curta duração produziu o aligeiramento curricular. Na formação em História, as licenciaturas em História e Geografia foram transformadas em cursos de Estudos Sociais, com o objetivo de formar um número maior de professores em menos tempo e com menor custo. A transformação também serviu para reorganizar e controlar o sistema educacional brasileiro de acordo com a ideologia e os interesses dominantes, evitando discussões críticas sobre a história do Brasil e questões sociais que poderiam contrariar os interesses do governo (Sucupira, 1969).

No contexto da Ditadura Militar, os professores de História sofreram outro impacto com a promulgação do Decreto-lei n.º 869, de 12 de dezembro de 1969, imposto pelos ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, alicerçados pelo AI-5 de 1968. Pelo Decreto se tornou obrigatória a inclusão da disciplina Educação Moral e Cívica em todos os sistemas e graus de ensino no país. Segundo Fonseca (2003), a História se relacionou sutilmente com a Educação Moral e Cívica, centrando-se em atos cívicos, homenagens a símbolos nacionais e eventos, como o 150º aniversário da Independência (1972) e a Copa do Mundo de 1970. Isso levou à fusão com o ensino de História nas séries iniciais do 1º grau com os conteúdos de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (Fonseca, 2003).

Em nível de graduação e pós-graduação, essa disciplina passou a ser ministrada como Estudos de Problemas Brasileiros (EPB). Nesse contexto autoritário, as licenciaturas da Funm/Unimontes, incluindo o Curso de História, acompanham essas exigências e passam a incluir EPB na matriz curricular. Desde sua criação, o curso foi um importante espaço de formação de profissionais da área. A licenciatura em História, desde os primeiros anos, estruturou o seu currículo para abordar uma ampla gama de disciplinas relacionadas à História, desde a antiguidade até a contemporaneidade. No entanto, a abordagem destes conteúdos sofreu limitações deste período autoritário. O regime militar induziu perdas expressivas para o curso de História, como a intervenção nos processos em sala de aula e restrições à autonomia dos docentes, a burocratização do ensino público, a educação influenciada por uma doutrina conservadora, com controle rígido e dire-

cionamento ideológico nas escolas (Nascimento, 2023; Dias, 2023).

A professora Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento re-memora suas práticas e de colegas professoras formadas nesse período, em que o curso de História foi cerceado e não tinha qualquer expressão crítica.

Era um conhecimento superficial, uma história, vamos assim dizer, de fato, causa e consequência. Não dava margem para uma discussão crítica. Você não tinha essa possibilidade de uma discussão crítica. Eu tenho amigas formadas nesse curso que, muitas vezes, quando foram colegas de trabalho, quando iam tratar de um tema que discutisse, por exemplo, a vida dos trabalhadores, elas não o abordavam, porque não tinham conhecimentos historiográficos. Elas tinham habilidades metodológicas, mas não, uma teoria específica (Nascimento, 2023).

A professora Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento evidencia que o golpe militar de 1964 se tornou uma barreira para os professores que atuaram nas diversas modalidades de ensino, não apenas no norte de Minas, porque a formação foi afetada em sua capacidade crítica de observar e comentar os fatos. Os professores formados no período da Ditadura Militar tiveram prejuízos na própria formação, por conta do cerceamento do pensamento crítico. E, para além da formação, aqueles que, em sala de aula, expunham suas opiniões eram advertidos pelo regime, como nos relatou a professora: “Quando fui delatada, fui também advertida com um documento escrito. Se eu continuasse a abordar uma História crítica, seria, vamos dizer assim, banida da educação” (Nascimento, 2023).

Neste período, o curso de licenciatura em História na Funm passou por mudanças influenciadas por essa tendência, com exclusão ou distorção de eventos críticos, como a repressão política, a tortura e os abusos dos direitos humanos. Isso resultou em um sistema educacional que reprimiu a liberdade acadêmica, promovendo uma visão de mundo alinhada com os valores do contexto elitista (Nascimento, 2023).

Nessa acepção, pode-se considerar que a licenciatura em História também objetivou o controle social. Para o professor Jânio Marques Dias, faz-se necessário compreender esse ponto de vista, pois essa prática influenciou por diferentes perspectivas e interpretações históricas a prática do curso de História. Para o professor, relativizar a importância da edu-

cação no contexto do golpe militar impossibilita analisar criticamente os eventos e considerar diferentes abordagens e opiniões (Dias, 2023).

Após o fim da Ditadura Militar, em 1985, o Brasil enfrentou uma crise política e econômica, com altos índices de inflação e uma grande dívida externa controlada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil (Brasil, 1988) estabeleceu a educação como um direito de todos, sendo responsabilidade do Estado e da família, garantido acesso ao ensino obrigatório gratuito. Em 1990, elege-se, como primeiro presidente civil, Fernando Collor, entretanto, devido a escândalos de corrupção, enfrentou protestos populares que levaram ao seu *impeachment* (Fausto, 2019).

Ao final desse período, superando as determinações impostas, os professores entrevistados, Jânio Marques Dias (2023) e Maria de Fátima Gomes Lima Nascimento (2023), afirmam que o curso de licenciatura em História na Unimontes se reestrutura, sendo reconhecido como uma importante fonte de conhecimento histórico na região.

Após esse período da ditadura, uma das maiores contribuições do curso de História para a pesquisa e o fazer historiográfico foi a elaboração do projeto de implantação do Centro de Pesquisa e Documentação Regional da Funm (CPDOR), idealizado pela coordenadora do curso de História, a professora Layce Tourinho Corrêa Machado, em setembro de 1989, atualmente com a sigla Cepedor. O centro está vinculado à Diretoria de Documentação e Informações (DDI) no *campus* da Unimontes em Montes Claros, os documentos são arquivados e preservados em um prédio no bairro São José. Os documentos são disponibilizados para consulta após terem sido identificados, catalogados, higienizados e recebido tratamento que garante sua maior durabilidade e conservação. Talvez, por isso, alguns arquivos relacionados ao curso de História entre 1969 a 1974 não tenham sido encontrados. O Cepedor foi um importante legado da professora Layce Tourinho Corrêa Machado e do curso de licenciatura em História (Nascimento, 2023).

4 As mudanças pela Lei n.º 9394/96 e a formação de professores na atualidade

Em 1996, o então presidente, Fernando Henrique Cardoso, e o Ministro da Educação, Paulo Renato, sancionam a Lei 9394/96, conhecida

como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). A lei foi um marco importante para a educação no Brasil, que trouxe mudanças significativas para o sistema educacional brasileiro, estabelecendo as Diretrizes Nacionais de Educação, especialmente no que diz respeito à formação de professores (Brasil, 1996).

A necessidade da formação superior para todos os professores da educação básica, nos níveis de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, foi uma das principais mudanças introduzidas por esta legislação. A formação de professores precisa ser inclusiva e proporcionar conhecimentos e habilidades, de acordo com o que estabelece o artigo 62:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (Brasil, 1996).

A legislação estabelece que a formação de docentes para educação básica deve ser realizada em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidade e institutos superiores de educação, devidamente credenciados pelo Ministério de Educação (MEC). Essa disposição reforça a importância da formação dos professores com vista a garantir uma educação pública de qualidade. Em seu Artigo 66, esta Lei estabelece ainda que a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado (Brasil, 1996).

Embora, ao longo dos anos, a formação de professores no Brasil tenha enfrentado diversos desafios, um dos principais é a necessidade de adequar a formação às demandas da sociedade e do mercado de trabalho. Na Unimontes não é diferente, o ensino de História sofreu mudanças significativas incorporando novas abordagens, valorizando a história local e regional, com uma visão mais crítica e pluralista da história do Brasil e do mundo.

Visando ajustar-se aos requisitos de formação acadêmica previstos na LDBEN n.º 9394/96, o curso de História da Unimontes precisou investir recursos e ações. De acordo com a professora Maria de Fátima Gomes Lima do Nascimento, mesmo após estadualizada, eram poucos os docentes que possuíam pós-graduação *lato e stricto sensu*.

Depois que nós entramos [como docentes na Unimontes], um dos maiores desafios que eu encontrei em 1995 foi a falta de qualificação profissional em nível de mestrado ou doutorado. Nós só tínhamos a licenciatura e a especialização na área de História. Era isso que o concurso exigia. Nós não tínhamos o mestrado, você não tinha um doutorado e isso dificultou em parte a nossa vida profissional. Mas não significa dizer que os nossos alunos não fizeram mais do que isso. Pelo contrário, nos superaram muito mais rápido. Por quê? Porque em nossa época, enquanto estudávamos, nós não sabíamos nem onde encontrar uma especialização. Sabíamos que tinha em Belo Horizonte, mas às vezes não tínhamos o incentivo. E enquanto graduanda, nem cogitava fazer uma especialização para voltar e integrar o corpo docente (Nascimento, 2023).

Os professores não tinham condições para fazer investimentos em seus processos de formação continuada e desenvolvimento profissional. Na década de 1990, quando a LDBEN n.º 9394 estabelecia a formação *stricto sensu* para o exercício docente em nível superior, na Unimontes, a especialização *lato sensu* ainda era uma oportunidade para poucos.

A maioria dos meus colegas, assim como eu, tinha apenas especialização. Eu não me lembro se entre meus professores havia algum especialista, por exemplo, a professora Layce Tourinho, não me lembro se ela tinha um mestrado e, se, era em área específica ou em áreas afins. Aqui em Minas Gerais as especializações eram mais difíceis, a grande maioria era ministrada no Rio ou São Paulo. E por isso não eram acessíveis para a maioria da nossa geração (Nascimento, 2023).

Este contexto de dificuldade de formação em nível de pós-graduação reverberou na realização do concurso público realizado em 1994, em que a exigência para os candidatos à docência era a formação *lato sensu* – ação que produziu a inserção de docentes especialistas no âmbito do curso de História. A professora Maria de Fátima Gomes Lima Nascimento (2023) discute a dificuldade para realizar pós-graduação como barreira para o desenvolvimento da atividade docente na Unimontes, mas estas dificuldades foram superadas gradativamente.

Ações empreendidas pelo corpo docente e apoiadas pela Unimontes contribuíram para a formação profissional dos professores. Especificamente para o curso de História, dentre estas ações encontra-se a parceria

que a Unimontes estabeleceu com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), para oferta de um curso de Mestrado Interinstitucional (Minter) em História. Este curso teve início no ano 2000, com apoio institucional e financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal para o Ensino Superior (Capes). No processo de seleção para as vagas deste curso, puderam participar os professores efetivos por concurso público, bem como os docentes com contrato de trabalho temporário e mesmo estudantes de graduação matriculados no último período de seus cursos. Esta foi uma ação que produziu a renovação dos quadros docentes do curso de História.

No ano 2000, nós tivemos uma grande leva de alunos que, em função de terem necessidades de educação continuada, foram incentivados a buscar conhecimentos específicos. Tanto é que, logo em seguida, muitos deles se tornaram professores da instituição já com mestrado. Isso ajudou, em parte, superar os nossos problemas. Os desafios eram grandes, mas nós também não nos deixamos abater por esses desafios (Nascimento, 2023).

No tripé ensino-pesquisa-extensão, importante para a manutenção do *status* universidade, a Unimontes precisou desenvolver atividades nesses três âmbitos, sendo incrementados, sobretudo, os grupos e projetos institucionais de pesquisa: Grupo de Pesquisa e Estudos Gênero e Violência (GPEG), Grupo de Pesquisa e Estudos do Pensamento Autoritário, Grupo de Estudos em História do Esporte e da Educação Física (GEHEF). Esses grupos e as ações de pesquisa foram possíveis pelo crescimento do número de professores formados como pesquisadores e titulados em nível *stricto sensu*.

Outra condição necessária à Unimontes para superar a antiga condição de faculdades isoladas e constituir-se como uma instituição universitária foi a instalação de seus próprios programas de pós-graduação *stricto sensu*. A legislação vigente considera a necessidade de pelo menos três programas, além de, ter pelo menos um terço de seu quadro docente composto por professores com mestrado ou doutorado, conforme o artigo 66 da LDBEN nº 9.394/96. Neste contexto, a Unimontes tem apoiado a criação de programas de formação, sendo que a licenciatura em História instala o Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), com oferta de curso de Mestrado Acadêmico em História, no ano de 2011 (Unimontes, 2023b).

Mesmo antes da instalação do PPGH, a Unimontes e seu curso de História já haviam assumido o compromisso em ampliar o alcance da formação de professores. A partir dos anos 2000, houve uma maior valorização da pesquisa e da prática docente. A formação dos professores de História ganhou destaque, com maior ênfase no desenvolvimento de habilidades didático-pedagógicas. Os futuros professores são incentivados a refletir sobre suas práticas de ensino, a desenvolver materiais didáticos e a compreender as especificidades da docência em História. Assim ratificou o professor Jânio Marques Dias (2023). Ainda conforme o professor, o mais interessante do curso de História na Unimontes foi a expansão da oferta da formação de professores:

Quando nós saímos da sala de aula, daquele prédio, e começamos a levar o curso de História para outros lugares. Época dos cursos emergenciais no Estado de Minas. Fomos dar aula em Salinas, São Francisco, Joáima. E depois vieram os cursos de final de semana, onde vários lugares receberam esses cursos (Dias, 2023).

No decorrer desse período houve a expansão da universidade e de seus cursos, crescimento que possibilitou a qualificação profissional não apenas na região de Montes Claros, mas em todo o norte, nordeste e noroeste de Minas. Foram implantados cursos em municípios diversos, como em Governador Valadares, Almenara, Itamarandiba, Itambacuri, Nanuque, Espinosa, sendo este último situado próximo da fronteira com a Bahia, como ressaltou o professor Jânio Marques Dias (2023).

Dessa forma, a Unimontes consolidou-se, também, como importante instituição formadora de professores de História. A qualidade dos profissionais formados refletia-se no mercado de trabalho e nas contribuições para o ensino e a pesquisa histórica. Para Bittencourt:

A formação acadêmica, de domínio sobre a pesquisa historiográfica, é essencial para todos. Para o caso mais específico da formação do professor é necessário estar atualizado com os temas propostos pelos currículos escolares, ligados, por exemplo, à História da África e dos afrodescendentes, do significado de estudos sobre História indígena, de História ambiental e sobre História da saúde etc. Mas a reformulação dos currículos deve ser também quanto à formação pedagógica (Bittencourt, 2018, p. 431).

Para a autora, os professores devem ser habilitados em consonância com o contexto atual e com temas abordados nos currículos educacionais. A autora ainda aponta a reformulação dos currículos para aprimorar a formação de professores, para garantir um ensino de História mais completo, relevante e contextualizado.

À vista disso, a crítica em questão é uma crítica autorreflexiva, que se baseia no conhecimento real da realidade criticada, pois a primeira empreitada da crítica é confrontar a realidade com as normas que a estruturam porque é da compreensão desta relação que se pode apreender a verdade sobre a realidade (Adorno; Horkheimer, 1985).

Os autores defendem uma formação de professores adequada, que serve de alicerce para construir conhecimentos que possa fomentar a conscientização do sujeito, para que seja competente, ético e humano para o convívio cidadão em meio à diversidade sociocultural. Na concepção de Moacir Gadotti (1992), a educação é um lugar onde toda a nossa sociedade se interroga a respeito dela mesma - ela se debate e se busca. É nessa perspectiva que a Unimontes coloca em prática a concepção acadêmica, acrescentou o professor Jânio Marques Dias (2023).

Nesse contexto de revisão da matriz curricular das licenciaturas, em 9 de janeiro de 2003, o Presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a Lei N.º 10.639, que altera a Lei N.º 9.394/96, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Essa lei é considerada um marco na educação brasileira, porque ela tornou obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, além de colocar o Dia da Consciência Negra como data prevista no calendário escolar (Brasil, 2013).

Essa mudança na legislação produziu transformações no Ensino de História na Unimontes, com inclusão do tema em sua matriz curricular e nas práticas cotidianas, com consequente ampliação dos conhecimentos dos graduandos. Tais mudanças também incluem ações pedagógicas orientadas por uma abordagem ética e comprometida com o combate ao racismo, indo além da simples inclusão de conteúdos, mas também tratando dos vícios do racismo e seus desdobramentos.

Ao incluir no currículo do curso de História da Unimontes o conteúdo da História e da cultura Afro-brasileira, procura-se a superação dos estereótipos, do desconhecimento ou visões negativas que possam ter sido historicamente atribuídos a essa cultura. Assim, alicerçada nessa legisla-

ção, a Unimontes visa promover uma visão mais abrangente e justa da história do país, reconhecendo a riqueza e diversidade das culturas que o constituem, cumprindo o seu principal objetivo, fomentando a reflexão acerca da discriminação racial, bem como valorizando a diversidade étnica (Unimontes, 2023a).

A lei que completa 20 anos em 2023 (Brasil, 2003) representa a culminância dos esforços do Movimento Negro na efetivação de uma política educacional que considera a participação dos povos negros na formação histórica e cultural nas instituições de ensino, dentre elas, a Unimontes.

Em 2004, por meio da Resolução CNE/CP n.º 1, o Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais, que têm influenciado as trajetórias formativas a partir dos currículos dos cursos oferecidos pelas universidades, incluindo o curso de História da Unimontes (Brasil, 2004).

Desde a Fafil/Funm, a Unimontes superou desafios e, atualmente, o corpo de professores tem formação legalmente estabelecida, possibilitando o crescimento da própria instituição. Sobre isso a professora Maria de Fátima afirma:

As dificuldades iniciais foram superadas e hoje temos um corpo docente em sua maioria composto por doutores, e isso facilita orientação, a pesquisa científica, assinar projetos, comunicar e divulgar o que está sendo produzido. Eu penso que isso é função do nosso conhecimento enquanto teoria e metodologia (Nascimento, 2023).

O curso de História tem sido, desde os anos iniciais, uma ferramenta de desenvolvimento pessoal e coletivo para o norte de Minas. Sua atuação promoveu a formação de professores, com destaque para a expansão das escolas na região.

5 Considerações finais

Da promulgação da Lei n.º 9.394/96 até as adequações atuais, a formação de professores em História na Unimontes tem sido um campo de transformações e desafios constantes, como a atualização curricular, aliada à integração de tecnologias educacionais e oferta de disciplinas voltadas a perspectivas não eurocêntricas, valorização da cultura e civilizações diversas.

A pesquisa acadêmica foi impulsionada; parcerias com outras universidades enriquecem a prática docente, a pós-graduação, a pesquisa e a extensão; a oferta de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* e as novas metodologias de ensino fomentam o protagonismo dos estudantes, formando-os a atuar como professores pesquisadores com uma visão crítica e atualizada da disciplina, comprometidos com a construção do conhecimento histórico.

Esta é uma perspectiva que torna o curso de História da Unimontes ainda mais relevante para a formação de professores, que precisam estar em constante evolução. Nesse ínterim, a contribuição da Unimontes estendeu-se para além do ambiente acadêmico, influenciando a sociedade local com professores e alunos engajados nas pesquisas com vista a compreender, preservar e divulgar o patrimônio histórico e cultural.

O curso de licenciatura em História e a Universidade como um todo produzem resultados permanentes para o norte de Minas. Os professores, assim como as instituições de ensino básico, são beneficiados com a formação educacional da Unimontes. Historicamente, muitos desafios foram superados, tanto na relação com os interesses nacionais como perante as necessidades regionais. Contudo, ainda há desafios a serem superados.

O curso de História ainda tem muito a ser atingido, dentre suas metas, trabalha pela implantação do doutorado no seu programa de Pós-graduação, cuja proposta, aprovada internamente, junto ao Cepex, em novembro de 2023 aguarda avaliação e recomendação pela Capes (Unimontes, 2023). A própria Unimontes também se esforça para formar professores que atendam às necessidades regionais e que atuem de forma crítica na educação, pesquisa e extensão. Há sem dúvida uma preocupação em produzir resultados acadêmicos relevantes para a comunidade, uma aproximação para com as necessidades do ensino básico, médio e superior das instituições norte-mineiras.

Referências

ADORNO, Theodoro W; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1985.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Unimontes**: 50 anos de história e memória. Montes Claros: Editora Unimontes, 2012.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História: fundamentos e métodos. 5ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BRASIL Subchefia para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 2.615, DE 3 DE JUNHO DE 1998. Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2615.htm Acesso em: 21 jan. 2024.

BRASIL. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 ago. de 1971.

BRASIL, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. de 1996.

BRASIL. Conselho Nacional De Educação Conselho Pleno – CNE.CP. **Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, outorgada em 5 de dez. de 1988. Brasília: publicada pela Subsecretária de Edições Técnicas do Senado Federal, 2008.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**: altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF, 2013.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: diversidade e inclusão. Brasília, DF, 2013.

CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mékie. **Unimontes 40 anos de história**. Editora Unimontes, 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2019.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática do ensino de história**: experiências, reflexões e aprendizados. Campinas: Papirus, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadã**. São Paulo: Cortez. 1992.

GAZETA DO NORTE. Curso de Suficiência: instala-se hoje, as 10,30 horas, o curso de Orientação para exame de Suficiência – Magnífico trabalho desenvolvido pelo prof. Jose Monteiro Fonseca, Inspetor Itinerante e Coordenador do Curso – SECCIONAL PARA MONTES CLAROS. Ano XLI nº 2763. 30 de junho de 1960. Acervo do CPDOR/Unimontes.

MAIA, Cláudia de Jesus, CORDEIRO, Filomena Luciene, As faculdades da FUNM. In: CALEIRO, Regina Celia; PEREIRA, Laurindo Meckie (org.). **Unimontes: 40 anos de história**. Montes Claros, MG: Ed. Unimontes, 2002.

PEREIRA, Júnia Sales. Diálogos sobre o Exercício da Docência – recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 1, 2011.

ROTA JÚNIOR, César, IDE, Maria Helena de Souza. Ensino superior e desenvolvimento regional: o Norte de Minas Gerais na década de 1960. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, jan.-mar., 2016.

ROTA JUNIOR, César. “A escola das meninas”: reflexões acerca da feminização discente na fafil/FUNM na década de 1960. **Caminhos da História**, v. 23, n.1. jan./jun. 2018.

SANTOS, Beatriz Boclin Marques dos apud SARAIVA, Terezinha. O currículo das escolas brasileiras na década de 1970: novas perspectivas historiográficas. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 82, p. 149-170, jan./mar. 2014.

SUCUPIRA, Newton. Da faculdade de filosofia à faculdade de educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v. 51, n. 114, p. 261-276, abr./jun. 1969.

UNIMONTES. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPEX/Unimontes Nº. 098, de 30 de agosto de 2022.** Aprova as alterações no Programa de PósGraduação Stricto sensu em História (PPGH), 2022. Montes Claros: CEPEX, 2022.

UNIMONTES. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPEX/Unimontes Nº. 142, de 20 de setembro de 2023.** Aprova a nova versão do Projeto Pedagógico do Curso de História (Licenciatura) e seus anexos. 2023. Montes Claros: CEPEX, 2023a.

UNIMONTES. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPEX/Unimontes Nº. 186, de 06 de novembro de 2023.** Aprova a Proposta de Cursos Novos (APCN) do Doutorado do Programa de Pós-graduação em História (PPGH) da Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros: CEPEX, 2023b.

6

Licenciatura em Matemática na Unimontes: um marco na educação mineira

Cleia Ferreira Niz Rocha
José Carlos Rodrigues Junior
Kleber Conceição da Silva

1 Introdução

Ensinar matemática, trabalhar matemática, formar professores que atuam em Matemática não tem sido uma tarefa fácil. Pelo contrário, tem sido extremamente desafiadora. E você, caro leitor, bem provável que está pensando agora: “Eu não gostava de Matemática”. Bem, você e muita, mas muita gente mesmo. Essa é uma situação que não ocorre somente nos dias atuais. É de bem antes, de você, de mim e tantos outros mais, já não se sentirem tão à vontade assim com essa disciplina.

Mas você deve estar se perguntando: o que queremos dizer com tudo isso? Bem, vamos seguir, e vamos entender o porquê destas palavras iniciais. Que a Matemática é importante, é essencial, é indispensável, isso todos nós já sabemos. Assim, já se discutia no evento Biênio da Matemática no Brasil (2017-2018), que teve por tema “A Matemática está em tudo”.

Com essa afirmação, você deve estar pensando em quando vai ao supermercado, quando vai receber seu troco, quando o arquiteto está a esboçar um projeto arquitetônico, quando está a olhar para o telhado perfeito de uma casa, o formato arredondado da pizza, quando vai separar

as quantidades de uma receita. Percebe? É a Matemática presente na sua, na minha e na nossa vida. Ela está ali, escondidinha, mas presente em cada ação que fazemos no decorrer da vida.

Foi nessa perspectiva de perceber a importância da formação de profissionais e professores comprometidos com um ensino de qualidade que, na década de 1960, um grupo de professores e pessoas com boas ideias e influentes da época deu início a criação do que é hoje a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Convidamos você, leitor, a voltar um pouco no túnel do tempo e conhecer, junto com a gente, um pouquinho da história de um dos cursos criados nesta Universidade: o curso de licenciatura plena em Matemática.

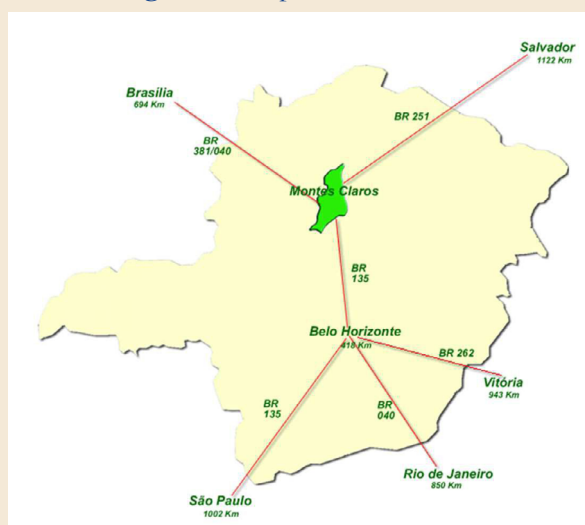
Nesses mais de 60 anos de história da Unimontes, o curso de Matemática mudou, revisou processos, refez caminhos, se atualizou – sempre em busca de formar professores para a região norte-mineira. Inicialmente, em 1968, foi instalado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – a Fafil. Atualmente, vinculado ao Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET), o curso de Matemática constrói novos caminhos articulados aos demais cursos ofertados nesse centro acadêmico – Agronomia, Sistemas de Informação, Zootecnia, Engenharia de Sistemas, Engenharia Civil, Química e Física. O registro historiográfico ora empreendido se justifica por apresentar faces de uma caminhada promissora no âmbito da instituição.

2 Educar para transformar: da criação e consolidação do curso de Matemática

Montes Claros é uma cidade mineira localizada na região norte do estado, distante aproximadamente 422 km de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2023), é uma cidade com Produto Interno Bruto (PIB) per capita em situação ascendente, no período de 2010 a 2020, passando de R\$13.381,39 para R\$23.426,26, com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,514 em 1991, passando para 0,77 no ano de 2010. Esses indicadores, em termos de quantidade, são uma pequena amostra dos reflexos trazidos por um conjunto de fatores, dentre eles o educacional. Neste setor, encontram-se as ações de idealizadores que, na década de 1960, ousaram correr na frente, se mobilizando de várias formas para que o campo do saber viesse fazer morada na cidade de Montes Claros.

A Figura 1 – mapa do estado de Minas Gerais – situa o município de Montes Claros na região norte desta unidade federativa, também mostrando as distâncias em relação a alguns importantes centros urbanos do Brasil.

Figura 1 - Mapa de Minas Gerais



Fonte: Site da Prefeitura de Montes Claros¹.

Como cidade polo na região norte-mineira, Montes Claros tem uma importância estratégica, assumindo papel como centro urbano comercial, industrial e de prestação de serviços, atendendo a muitas demandas da sua população, sobretudo ligadas à saúde e educação. Nesse sentido, a instalação do ensino superior em Montes Claros se constituiu em um marco para o desenvolvimento regional, sendo a licenciatura em Matemática parte integrante e necessária desse processo.

O curso de Matemática integrava a Fafil e, da perspectiva legal, esta licenciatura foi aprovada pelo Parecer n.º 45/1968 do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG), tornando-se mais um dos cursos a integrar a Fafil, uma unidade acadêmica da Fundação Universitária Norte Mineira (Funm) (Caleiro; Pereira, 2002).

¹ Disponível em: https://portal.montesclaros.mg.gov.br/cidade/como-chegar-a-montes_claros: Acesso em: 17 jan. 2024.

Para entender este contexto histórico, é importante lembrar que, na década de 1960, com toda a movimentação e esforços para implantação de uma universidade que atendesse aos anseios da comunidade e região norte-mineira, a normativa vigente era a Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que apresentou orientações de funcionamento e regulação do ensino superior. Segundo Costa e Mueller (2020), a Lei n.º 4.024 tramitou por treze anos no Congresso Nacional e, após a sua aprovação em 1961, trouxe a organização de um sistema educacional e norteou o ensino superior, incluindo o curso de licenciatura em Matemática, em Montes Claros. No entanto, esta lei era conservadora e excludente, com exigência de exames de admissão ao término do curso primário e ausência de oportunidades de recuperação.

A aprovação no exame de admissão ao ginásio permitia ao estudante a continuidade dos estudos, podendo se matricular no curso ginásial ou primeiro ciclo do Ensino Secundário (Brasil, 1961). Esta lei, em seu artigo 36, prevê que a aprovação no exame de admissão ao ginásio permitia ao estudante a continuidade dos estudos, podendo se matricular no curso ginásial ou primeiro ciclo do Ensino Secundário (Brasil, 1961). Em 11 de agosto de 1971, foi publicada a Lei n.º 5.692, que apresentou as diretrizes e bases para a educação. Essa lei mudou a estruturação da educação, transformando os cursos primário e ginásial, em ensino de 1.º Grau, eliminando o exame de admissão.

A última etapa desta educação escolar era o ensino do 2.º grau, voltado para a profissionalização e, conseqüentemente, para atender às demandas do mercado de trabalho. A normativa contemplava exigência mínima de escolaridade do 2.º grau, com habilitação em magistério, como condição para o exercício docente nos anos iniciais do 1.º grau, da 1ª a 4ª série. A docência nos anos finais, de 5ª a 8ª série, exigia habilitação específica de grau superior, com graduação correspondente à área de atuação, em nível de licenciatura plena. Segundo Almeida (2015), muitos dos professores de Matemática que atuavam em Montes Claros não tinham habilitação para lecionar e necessitavam de autorização especial, dada a sua não titulação em nível superior.

É importante destacar que, com a Lei n.º 5.692/71, houve avanços em relação à lei anterior, n.º 4.024/61, sendo extinta a exigência do exame da admissão e garantido o direito do estudante às oportunidades de recuperação, que possibilitou condições para que muitos pudessem dar continuidade aos estudos.

Neste cenário, a implantação do curso de licenciatura em Matemática em Montes Claros se apresentou como oportunidade para muitos profissionais se qualificarem e obterem a titulação exigida em lei, de forma que pudessem assumir o exercício da docência nos anos finais do 1.º grau e no 2.º grau.

O curso de Matemática [...] surgiu em razão de uma grande demanda dos professores que lecionavam a disciplina em colégios públicos e necessitavam de capacitação e do grau de licenciatura para efeito de promoção na carreira docente (Almeida, 2015, p. 245).

Essa argumentação evidencia a importância deste curso nas vidas das pessoas. Segundo Caleiro e Pereira (2002), o curso de licenciatura em Matemática foi aprovado pelo Parecer 45/1968 do Conselho Estadual de Educação (CEE/MG), reconhecido pelo Parecer 2.705/74 (CEE/MG) e pelo decreto federal de n.º 75.650/74. Conforme Almeida (2015), a duração do curso era de quatro anos, e a primeira turma teve a sua formatura em 1971, com dezesseis formandos. Almeida (2015) chama a atenção para o fato de que, na matriz curricular, nos três primeiros anos do curso de Matemática, teve apenas uma disciplina pedagógica, sendo que as demais eram todas específicas do campo disciplinar de Matemática.

A professora Rosina Rabelo Nuzzi Ribeiro concluiu seu curso de licenciatura em Matemática na turma de 1974, reafirmando a duração do curso, que tinha tempo mínimo de integralização de quatro anos. Conforme a professora: “O curso era oferecido em anos, primeiro ano, segundo ano, terceiro ano e quarto ano. As disciplinas do curso eram bem específicas da Matemática, como, por exemplo, Física e Desenho geométrico” (Ribeiro, 2023). De acordo com o Parecer 45/68 (CEE/MG), no terceiro ano, havia uma disciplina e, no quarto ano, havia três disciplinas que não eram específicas de Matemática.

No contexto da Ditadura Militar, os processos de formação de professores em Montes Claros sofreram alterações, sendo instalado o curso de Ciências de 1.º Grau, o último curso da Fafil, autorizado pelo Parecer 17/1972 do CEE/MG, reconhecido em 24 de abril de 1976 pelo Decreto 77.506. No entanto, as licenciaturas da Fafil vivenciaram processo de aligeiramento curricular, pela junção de áreas de conhecimento e oferta de cursos polivalentes. E, assim, em 1978, pelo Decreto federal n.º 82.371, foi feita a conversão dos cursos de Ciências de 1.º Grau e de Matemática,

passando a ser um único curso com habilitação em Ciências e em Matemática (Caleiro; Pereira, 2002).

A Figura 2, a seguir, mostra a fachada do Casarão da Fafil, situado à rua Coronel Celestino, na região central da cidade de Montes Claros, onde esta unidade acadêmica integrante da Funm funcionou entre os anos de 1965 a 1992. No entanto, as dependências físicas da Fafil não eram suficientes para atender a todos os cursos. Ao falar sobre o espaço onde cursou sua licenciatura em Matemática, no período de 1974 a 1978, a ex-aluna e professora aposentada da Unimontes, Rosina Rabelo Nuzzi Ribeiro, relata que: “Os cursos eram oferecidos na Praça Doutor Chaves, ao lado da Matriz; o curso de Matemática era oferecido em uma casa residencial” (Ribeiro, 2023). No ano de 1992, no processo de reestruturação da Funm, os cursos da Fafil foram transferidos para o *campus* universitário professor Darcy Ribeiro (Minas Gerais, 2008).

Figura 02 - Local de funcionamento da Fafil de 1965 a 1992



Fonte: Jornal Estado de Minas Gerais. In: Evangelista (2008).
Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais.

A fotografia, Figura 2, é um registro do Casarão da Fafil em processo de reforma e restauração que visou à instalação do Museu Regional

do Norte de Minas, que ocorreu em momento posterior à transferência de seus cursos para o *campus* da então Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Nesse processo histórico, vale lembrar que, em 1989, por meio da Constituição Estadual de Minas Gerais, a Funm foi transformada na Unimontes, instituída pelo Decreto Estadual n.º 30.971, de 09 de março de 1990 (Anastasia, 2012).

O reconhecimento da Universidade na Assembleia Legislativa de Minas Gerais foi uma etapa importante na constituição das condições de oferta do ensino superior na região norte de Minas. A partir desta estadualização formal, foram realizadas inúmeras ações, que envolveram a comunidade acadêmica e a classe política da região, em vista à construção de uma universidade, de fato, estabelecida no tripé ensino-pesquisa-extensão (Unimontes, 2019a).

No cenário, vale lembrar que, no início da criação e implantação do curso de Matemática, que ocorreu anteriormente a esta estadualização, o eixo de trabalho era apenas no ensino. Nesta etapa inicial de seu funcionamento, projetos de pesquisa e extensão não faziam parte das práticas cotidianas de professores e estudantes. Pode ser observado, também, que, conforme o Parecer n.º 45 de 1968, na matriz curricular do curso de Matemática, não havia a disciplina de estágio. O relato de Rosina Rabelo Nuzzi Ribeiro traz um registro que sinaliza para o processo de articulação com a educação básica.

Naquela época não existia a expressão projeto, e eu desenvolvi um trabalho que não teve o registro neste formato, que motivou muito os alunos e por isso achei gratificante. Como eu trabalhei no último ano no curso de Ciências, como professora na Didática de Ensino, e também trabalhava na escola Plínio Ribeiro, desenvolvi uma atividade onde eu trazia cinco turmas de alunos da Escola Normal do Ensino Médio, a tarde para a Unimontes. E meus acadêmicos do último ano davam aulas a parte para esses meninos da Escola Normal. Inclusive, tem funcionários na Unimontes que fizeram parte dessa atividade e até hoje me dão esse retorno. Eu trabalhava de manhã na Escola Normal, no Ensino Médio, e para ajudar os meninos no aprendizado levava-os para serem auxiliados naquelas matérias que tinham mais dificuldade, por exemplo, função Modular, que eles tinham muita dificuldade, função logarítmica, polinômio (Ribeiro, 2023).

Em 13 de julho de 1994, por meio da Lei Estadual n.º 11.517, a instituição foi reorganizada, sendo extintas as faculdades e criados os Centros Acadêmicos. Em seu artigo 11 fica estabelecido que a escolha do Reitor e Vice-Reitor se realizaria por nomeação do governo do Estado, via indicação de uma lista sêxtupla – legislação que foi atualizada, passando a ser pela lista tríplice, elaborada pelo colegiado eleitoral para mandato de 4 (quatro) anos (Lei n.º 11.517/1994) (Minas Gerais, 1994).

No contexto de reformulações estruturais da universidade e de mudanças na legislação educacional, em 1997, ocorre a extinção do curso de Ciências do 1.º Grau, sendo criados os cursos de licenciatura plena em Matemática e de Biologia, na modalidade de licenciatura plena e bacharelado (Unimontes, 2017).

3 A Licenciatura em Matemática a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais

A Licenciatura em Matemática na Funm/Unimontes, desde a sua criação, vem se adaptando junto às necessidades socioculturais e políticas e às exigências legais e normativas, sempre visando à formação de professores e à transformação da região norte-mineira. É importante ressaltar que o atual Projeto Pedagógico do Curso (PPC) descreve que:

O Curso de Matemática (Licenciatura) da Unimontes está centrado na formação de professores de matemática de alto nível, por meio do desenvolvimento de um processo formativo que articula os aspectos teóricos, práticos e investigativos (Unimontes, 2019a, p. 15).

Historicamente, o curso de Matemática é relevante para a instituição e para a formação do professor de Matemática. O norte de Minas teve grandes mudanças, associadas com a Funm\Unimontes, e o curso de Matemática contribuiu para além da formação acadêmica. Lorenzato e Vila (1993) consideram que, se a sociedade muda, e com ela suas demandas, é importante preparar os estudantes para esse mundo em permanente movimento. Por isso, a história da licenciatura em Matemática traz, em seu percurso, mudanças que visam à efetivação de ações transformadoras em seus processos.

Na busca do cumprimento da missão proposta, o curso de Matemática tem se transformado e se adaptado no âmbito da Unimontes e da sociedade em que se insere. As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), publicadas em 2002, apresentam orientações e prescrições para a construção dos projetos político-pedagógicos dos cursos, visando à formação docente:

Essas diretrizes têm como objetivos: - servir como orientação para melhorias e transformações na formação do Bacharel e do Licenciado em Matemática; - assegurar que os egressos dos cursos credenciados de Bacharelado e Licenciatura em Matemática tenham sido adequadamente preparados para uma carreira na qual a Matemática seja utilizada de modo essencial, assim como para um processo contínuo de aprendizagem (Brasil, 2001, p. 03).

Diante da normativa, a instituição privilegiou os elementos constitutivos da modernidade, estruturando o ensino da Matemática para educar e formar professores.

Cabe ressaltar que as evidências da qualidade do Curso de Matemática, constatadas mediante diferentes tipos de avaliações, colocam em destaque o compromisso da Unimontes com a questão de uma formação diferenciada de professores de Matemática da Educação básica (Unimontes, 2019a, p. 15).

A Unimontes se insere em um contexto econômico no qual tem participação na transformação da realidade de muitas pessoas. Ela assumiu um papel formativo e transformador, desempenhando uma função social necessária, pela aproximação com o mundo social, desenvolvendo projetos e ações que envolvem toda a região de sua abrangência.

O Projeto Pedagógico do Curso de Matemática (PPC de Matemática) afirma que, como toda universidade, a Unimontes vem se aperfeiçoando, o que lhe permite contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento econômico e cultural não só de sua região, como também de outros Estados e do País. A Unimontes desempenha papel na formação de profissionais comprometidos com o desenvolvimento educacional da região. E o curso de licenciatura plena em Matemática prepara os futuros professores de forma que possam disseminar o conhecimento matemáti-

co, e espera-se que o façam de forma acessível e inspiradora, estimulando o interesse e a compreensão da disciplina (Unimontes, 2019a).

O curso de licenciatura plena em Matemática da Unimontes está vinculado ao Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET (criado através da Lei n.º 11.660, de 02 de dezembro de 1994). O curso funciona amparado pelo seu PPC, que é um documento que contempla as principais informações que regem o curso, bem como das obrigações dos docentes e discentes. O PPC foi criado por uma comissão de professores do Departamento de Ciências Exatas e aprovado por diferentes instâncias, dentre elas o próprio departamento, o Conselho Departamental e o Cepex. O PPC atual foi reformulado e aprovado pela resolução n.º 150/Cepex/2019 (Unimontes, 2019b).

O curso de licenciatura em Matemática foi implantado em 1968 e tem duração de 4 anos. Cumpridas as atividades acadêmicas previstas no PPC, o discente recebe o título de Licenciado em Matemática. O curso tem entrada semestral, no *campus* Montes Claros, funcionando nos horários matutino e noturno. São ofertadas, em cada entrada, 35 vagas, podendo o estudante ser selecionado por processos como Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Programa de Avaliação Seriada de Acesso ao Ensino Superior (Paes) ou outros processos adotados pela universidade (Unimontes, 2019b).

O estudante do curso de Matemática precisa, no decorrer da sua formação, cumprir uma carga horária total de 3.210 horas (três mil e duzentas e dez horas). O curso, atualmente, é coordenado pela Professora Mestre Juliana Guimarães Cançado e conta com um currículo flexível, no que se refere à composição das disciplinas. O professor Warley Mendes relata que: “As principais mudanças no curso são relativas a mudanças no PPC. Algumas dessas mudanças ocorreram no segundo semestre de 2009 e afetam principalmente a formação teórica dos estudantes” (Mendes, 2023).

Para cumprir a matriz curricular, o graduando do curso de Matemática tem disciplinas que contemplam uma formação inicial nas áreas de Educação Matemática, Matemática Pura e Aplicada, além de Filosofia, Psicologia, Estatística, Humanidades e Física. Conta com um quadro de professores, entre Especialistas, Mestres e Doutores, que atuam nas diferentes disciplinas ofertadas (Unimontes, 2019b).

Durante a sua formação, o graduando, além das disciplinas ofertadas de áreas específicas e didático-pedagógicas, precisa realizar ativida-

des de Estágio Supervisionado (480 h/a), que consiste em um componente formativo que o coloca em situação prática e pode ampliar seus conhecimentos específicos, didáticos e pedagógicos no ambiente escolar. O curso oferece as Disciplinas Optativas que estão distribuídas em quatro grupos – Optativas dos grupos 1, 2, 3 e 4 – que abrem possibilidade de ampliação da formação e atendimento aos interesses específicos do professor em formação (Unimontes, 2019a).

Outro componente que o graduando do curso de Matemática desenvolve é o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), além de cumprir as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) e envolver-se nos programas, projetos e serviços que configurem Atividades Integradas de Extensão – AIEEx. Estas atividades visam aproximar o estudante com a comunidade (Unimontes, 2019a).

O PPC vigente no curso de Matemática tem a opção de parte da carga horária das disciplinas ser ofertada na modalidade à distância. Cada disciplina poderá ofertar até 20% de sua carga horária à distância, desde que seja formalmente informada à coordenação didática do curso, pelo professor responsável pela disciplina no momento em que é feita a distribuição dos encargos didáticos (Unimontes, 2019a).

Conhecer um pouco da trajetória da criação e consolidação do curso de licenciatura em Matemática implica em também compreender estas transformações ocorridas a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais. Para chegar à atual configuração, conforme o PPC (Unimontes, 2019a), o curso de licenciatura em Matemática veio enfrentando desafios e conquistando êxito naquilo que foi possível. Atendendo e contribuindo com novas demandas, para além do *campus* de Montes Claros, a formação de professores para a docência em Matemática é ofertado presencialmente no município de São Francisco, espaço em que a licenciatura em Matemática continua ativa.

Para Santos (2012, p. 75): “Os cursos de licenciaturas, em especial o de Matemática, devem elaborar uma organização curricular que prepare os estudantes para, acima de tudo, lidar com o que é próprio da docência para atuar na educação básica”. Mesmo que Santos (2012) indique uma prescrição na sua afirmação, atentamos para as ações e o fato de que a organização curricular deva se adequar aos interesses do mundo social e à legislação vigente. Nesse sentido, o curso vem se propondo a superar os

desafios para que possa garantir uma educação integral e um ensino que garanta a aprendizagem da Matemática no âmbito da Educação Básica. Nessa direção, o seu PPC propõe a construção de habilidades e competências diversas, nelas incluindo a de inserção profissional no espaço escolar, com ética, respeito, entre outros aspectos relevantes à profissão, como o trato à diversidade e ao enriquecimento cultural.

O curso de Matemática contempla, na formação inicial do licenciado em Matemática, a garantia de uma formação plural, oportunizando a compreensão da necessidade da atividade prática e ser entendida como a principal forma de mediar o entendimento dos objetos matemáticos (Unimontes, 2019a). Ao normatizar a prática como componente curricular do curso, entende-se que esta pode ser oferecida como resolução comentada de problemas e de aplicação das teorias nas aulas expositivas; elaboração de um roteiro de estudos em laboratório de informática com ajuda de alguns aplicativos que auxiliam a visualização gráfica da construção e desenvolvimento da linguagem matemática.

O PPC contempla a utilização das tecnologias digitais e/ou de jogos em computadores como recursos didáticos e tecnológicos. Entende-se que “as práticas são indissociáveis das teorias e, por sua relevância, são contempladas em todos os períodos do Curso” (Unimontes, 2019a, p. 25), com carga horária/números de aulas associadas a cada disciplina específica e conforme a estrutura curricular.

A prática como componente curricular é obrigatória nos cursos de licenciaturas na sua estrutura curricular, conforme Resolução N.º 2/CNE de 01 de julho de 2015, que normatiza as Práticas como Componente Curricular, que devem contemplar 400 horas. Porém, com o objetivo de internalizar competências e habilidades relativas à formação de professores, o PPC (2019) contempla uma carga horária total de 480 horas/aula de atividades de práticas, como componente curricular (Unimontes, 2019a).

O Estágio Supervisionado também atende à legislação vigente, especialmente a Resolução N.º 2/CNE/2015, Artigo 13º, § 1º, inciso II, com uma carga horária total de 480 h/a. O curso de Licenciatura em Matemática, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, se orienta para uma formação de professores para ensinar matemática no nível básico de escolaridade – Ensino Fundamental e Médio.

4 O perfil do professor formador da licenciatura em Matemática

Nesses 60 anos de história, vê-se o quanto a universidade mudou juntamente com a sua comunidade nas perspectivas de formar um professor de Matemática capaz de contribuir de forma autônoma na educação básica na escola e em outros espaços. Foi baseada no princípio de desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão, em estreita parceria com a sociedade, que se lutou e luta em prol da boa formação inicial de professores de Matemática. E os docentes que compõem o time de “formadores” cumprem suas atribuições, seja na gestão, no ensino, na pesquisa ou na extensão. O curso de licenciatura em Matemática tem um Núcleo Docente Estruturante (NDE) que, dentre as suas atribuições, deve acompanhar as atividades desenvolvidas no curso, apoiando nas ações do colegiado de coordenação didática e dos docentes (Unimontes, 2015a, Unimontes, 2015b).

O corpo docente é composto por professores com titulação, entre Mestres, Doutores e Especialistas, que estão distribuídos entre o *campus* de Montes Claros, com oferta nos turnos diurno e noturno, e o *campus* São Francisco, com oferta no período noturno (Unimontes, 2019b). O corpo docente está distribuído conforme a organização curricular do curso de licenciatura em Matemática, baseada na resolução do CNE/CP de 01 de julho de 2015. Os professores trabalham conforme o estabelecido para formação inicial do professor de Matemática para a Educação Básica (Unimontes, 2019a). Destaca-se o relevante papel dos professores da instituição, que ministram aulas no curso de licenciatura em Matemática, em “desenvolver um papel de instigadores no processo de aprendizagem do aluno, contribuindo para o desenvolvimento da consciência crítica do mesmo, buscando orientar e aprimorar as habilidades que o futuro professor deve possuir” (Unimontes, 2019a, p. 52).

Assim, ressalta-se que as estratégias pedagógicas apenas terão efeito se os docentes participarem como agentes de transformação e estiverem integrados ao processo de desenvolvimento do currículo, permitindo a interdisciplinaridade através do diálogo permanente. Por isso, vem-se realizando uma discussão entre coordenação de curso e professores para construção de um processo de ensino e de aprendizagem pautado nas novas demandas, com uso do recurso de tutoria, monitoria assistida, uso de laboratório. Essa é uma proposta para melhor se formar o profissional que ensina Matemática (Unimontes, 2019b).

5 O perfil do professor egresso da licenciatura em Matemática

Para caracterizar o perfil pretendido do professor egresso da licenciatura em Matemática da Unimontes, vamos conhecer a estrutura curricular inicial. A primeira “proposta de estrutura curricular para o curso de Matemática foi elaborada em 1968, quando foi formalizado um requerimento ao Conselho Estadual de Educação, com data de 06/03/1968, pelo presidente da Fundação Universidade Norte Mineira” (Almeida, 2015, p. 140). Essa proposta traz uma organização com aspectos diferentes do formato “3 + 1”, que foi uma estrutura estabelecida pelo Decreto n.º 1.190 de 1939, extinto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação no ano de 1961.

Pensando no professor egresso da licenciatura em Matemática da Unimontes, a preocupação vai além do conteúdo e se firma numa construção de conhecimento pautada no tripé Ensino, Extensão e Pesquisa. Por isso, faz-se necessário buscar elementos que fomentem a formação inicial e continuada, discutindo a Educação Matemática na perspectiva da superação das lacunas teóricas advindas das fragilidades conceituais evidenciadas por esses processos de formação (Unimontes, 2019a).

A Unimontes vem formando professor de Matemática, enfrentando grandes desafios, cumprindo seu papel, mesmo com dificuldades. Ainda tem, em sua real e atual história, um baixo número de egressos, seja dentro do tempo previsto inicialmente ou posterior – o que leva a uma preocupação da Unimontes em sanar ou minimizar a taxa de evasão. Mesmo vivenciando o problema da evasão no curso em todos os *campi* em que é ministrado, a licenciatura tem contribuição relevante na formação de professores que ensinam matemática.

A evasão discente não é um fato exclusivo da Unimontes, é um problema gerado por uma gama de motivos e se constitui em um desafio que vem sendo enfrentado pela universidade, na oferta do ensino superior e da formação de professor de Matemática. É pequeno o número de estudantes que conclui o curso de Matemática, mas é fato que os professores egressos, que ensinam matemática, são produtos de uma luta árdua – organizacional, legal e curricular dessa instituição.

Alguns enfrentamentos foram necessários, em especial na organização curricular do curso de Licenciatura em Matemática. Apesar dos tantos enfrentamentos e desafios, a Unimontes tem dado uma grande con-

tribuição na educação do norte de Minas. Foi passando por várias transformações e adequações que a licenciatura em Matemática se organizou para a formação de professores que ensinam Matemática no Ensino Básico (Junqueira; Manrique, 2015).

Inevitavelmente e necessário, o curso de licenciatura em Matemática passou por diversas modificações que visaram a acompanhar os avanços ocorridos e contemplar a sociedade local e regional com egressos aptos a contribuir na Educação Matemática. A cada professor licenciado em Matemática, pretende-se que seja um profissional hábil e competente frente aos avanços teóricos e tecnológicos. Vem-se construindo um perfil do professor que ensina Matemática nesses 55 anos de história da Licenciatura em Matemática, frente às demandas da sociedade ativa e dinâmica desse século (Unimontes, 2019a).

Conforme o PPC (Unimontes, 2019a), a Unimontes atuou e vem atuando no atendimento às demandas específicas, tanto em parceria com projetos do Estado de Minas Gerais, quanto por iniciativa independente. Desta forma, para além da modalidade presencial e regular, a Unimontes vem ofertando o Curso de Matemática (Licenciatura) na modalidade “modular” e atualmente na modalidade de Educação a Distância (EAD) para suprir a demanda por professores habilitados em Matemática no norte de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha (Unimontes, 2019a).

É objetivando “propiciar uma formação inicial de professores de Matemática para atuarem no ensino fundamental e médio, mais adequada e de melhor qualidade” (Unimontes, 2019a p.14), que a história da licenciatura em matemática se constrói de forma dinâmica.

6 Considerações Finais

Considerando uma história que vem sendo construída há 55 anos, desde o ano de 1968, o curso de licenciatura em Matemática da Unimontes representa um marco na mobilização, construção e formação dos saberes. Montes Claros foi se transformando em polo educacional e cultural, buscando corresponder aos anseios daqueles que almejam o desenvolvimento humano e científico.

O curso de Matemática demonstra sua flexibilidade no que se refere a um ensino de qualidade, quando em suas últimas revisões do PPC, trouxe atualizações e mudanças no plano curricular e no corpo docente,

incorporando professores mestres e doutores, acrescentando disciplinas como libras, disciplinas optativas e disciplinas tecnológicas, objetivando um olhar humano atrelado à inovação sem perda de qualidade.

Ao longo da sua criação e desenvolvimento, o curso de licenciatura em Matemática vem formando professores que ensinam matemática, o que consequentemente fortalece o ensino da disciplina em todas as suas fases. O curso de Matemática, por meio de estudos e projetos de pesquisa, visa ao desenvolvimento acadêmico e científico dos estudantes e das comunidades envolvidas. Com a expansão de conhecimentos, aprendizado e experiências, essas características se manifestam como atração de investimento e desenvolvimento econômico da região, buscando melhorar a vida das pessoas.

As características do curso de Matemática perduram como um testemunho da dedicação à qualidade educacional e valorização desta disciplina como instrumento de desenvolvimento intelectual e social. E isto trouxe reflexos para a cidade de Montes Claros. Por meio dos cursos de licenciatura, e especificamente o curso de Matemática, a Unimontes abriu as portas para que novos cursos na área das engenharias e tecnologias fossem criados, gerando o atual cenário que temos nos dias de hoje, que torna Montes Claros um polo universitário.

Referências

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro. **Um lugar, Muitas histórias** – o processo de formação de professores de Matemática na primeira instituição de ensino superior da região de Montes Claros/norte de Minas Gerais (1960-1990). 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte/MG, 2015

BRASIL. **Lei Nº 4.024**. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. 20 de Dezembro de 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm Acesso em 20 ago. 2023

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/ CES nº 1.302/2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais**

para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura.

Brasília: MEC/SESu, Novembro/2001.

CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mekie. **Unimontes: 40 anos de história.** Montes Claros: Editora Unimontes, 2002.

COSTA, Felisberto M.; MUELLER, Rafael Rodrigues. As leis de diretrizes e bases da Educação Nacional: Antagonismo, projetos em disputa e desdobramento. *Criar Educação*, UNESC, Crisciuma, SC. v.9, nº 3, Ago/Dez, 2020.

EVANGELISTA, Danilo. Unimontes reforma casarão histórico. *Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais*, 16, 01 e 2008.

JUNQUEIRA, Sonia Maria Silva; MANRIQUE, Ana Lucia. Reformas curriculares em cursos de licenciatura em matemática: Intensões necessárias e suficientes. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 21, n. 23, p. 623-635, 2015.

LORENZATO, Sergio; VILA, Maria do Carmo. Século XXI: Qual Matemática é Recomendável?. **Zetetiké** (Unicamp), v. 1, p. 41-50, 1993.

MINAS GERAIS. Lei Nº 11.517, de 13/07/1994. Reorganiza a Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - e dá outras providências. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. 1994. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/LEI/11517/1994/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SANTOS, Francely Aparecida dos. **Evasão discente no ensino superior:** estudo de caso de um curso de licenciatura em matemática. Piracicaba, SP: UNIMEP, 2012.

UNIMONTES. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução Nº. 033 - CEPEX/2015.** Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs. Montes Claros: CEPEX 2015a.

UNIMONTES. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução Nº. 034 – CEPEX/2015.** Aprova o Regulamento Interno dos Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs. Montes Claros: CEPEX, 2015b.

UNIMONTES. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução Nº. 150 - CEPEX/2019**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática. Montes Claros: CEPEX, 2019 b. Disponível em: https://unimontes.br/wpcontent/uploads/2019/11/resolucao_cepex150.pdf Acesso em: 15 jan. 2024.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. **Relatório de Atividades Unimontes 2017**. Montes Claros. 2017. Disponível em: <https://unimontes.br/relatoriosdeatividades/2017/>. Acesso: 01 jul. 2023

Licenciatura em Biologia da Unimontes: reconstituindo a história na região norte-mineira

Eveline Nogueira de Castro e Oliveira
Bianca de Souza Franca Durães
Hellem Cristina Soares da Silva

1 Introdução

O curso de Ciências de 1.º Grau da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm) / Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) foi criado em 1972, com o intuito de atender a formação de recursos humanos para o exercício da docência nas áreas de Ciências e de Matemática. O curso foi autorizado pelo Parecer n.º 17/72 do Conselho Federal de Educação, sendo reconhecido pelo Decreto n.º 77.506/76 em 24 de abril de 1972 (Unimontes, 2020).

A década de 1960 apresentou-se favorável a esta instalação, dado que o cenário político do Brasil girava em torno do desenvolvimentismo (Rota Junior, 2016). Em 1962, o país estava sob a presidência de João Goulart, que assumiu o cargo em 1961 após a renúncia de Jânio Quadros. O país também estava passando por um período de intensa polarização política, com tensões entre forças conservadoras e progressistas (Pereira, 2001), que culminam com o golpe militar em 31 de março de 1964.

Sob o regime militar, todos os setores da sociedade foram impactados, a influência do governo e das forças militares nas decisões políticas era evidente. Havia uma forte presença do governo e das forças de segurança, e a liberdade de expressão e participação política foram limitadas.

Mas, ainda assim, durante o período militar, ocorriam eleições municipais e estaduais.

Apesar do regime autoritário, o município de Montes Claros experimentou crescimento significativo devido à sua localização estratégica no norte de Minas Gerais e aos incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) (Rota Junior, 2016). A região norte-mineira apresentava características peculiares, com grande diversidade cultural e ambiental e, neste território, Montes Claros já era uma cidade de porte médio, com uma população crescente, em torno de 80.000 habitantes, e a vida social da época se concentrava em clubes, praças, igrejas e outros espaços públicos (França, 2007).

A economia local era baseada principalmente na agricultura e pecuária, com destaque para a produção de café, algodão, milho, feijão, leite e carne bovina. O comércio era ativo, o que contribuía para a economia local. As ruas principais eram ocupadas por lojas, bares e restaurantes. A cidade também contava com algumas indústrias voltadas para o processamento de produtos agropecuários (Pereira, 2001).

Culturalmente, ganham destaque as festas religiosas, com a promoção de eventos importantes pela igreja católica; havia também festas tradicionais, como a Folia de Reis e as festas juninas. Outra forma de expressão cultural era o cançãoeiro popular, além da música sertaneja. A cidade contava com instituições de ensino, escolas e colégios, que desempenhavam um papel relevante na formação da sociedade (Pereira, 2001).

Neste cenário, o presente capítulo pretende reconstituir faces da história de implantação do curso de licenciatura em Biologia na Unimontes, narrando os desafios enfrentados, as conquistas alcançadas ao longo dos anos e o impacto do curso na formação de professores e na melhoria do ensino na região norte de Minas Gerais. Destacam-se, também, as principais mudanças e reformas que ocorreram ao longo dos anos e as perspectivas para o futuro.

A metodologia utilizada segue uma abordagem historiográfica, em que utilizamos relatos de professoras ligadas ao Departamento de Biologia da Unimontes, além de registros de materiais impressos, como Projeto Político do Curso de Biologia (PPC) e os currículos das entrevistadas publicados na Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

Uma vez que a intenção é de compreender um tema específico relacionado à experiência singular vivida pelas entrevistadas, trabalhamos na perspectiva da História Oral Temática sem, contudo, deixar de considerar

o impacto das ações relacionadas ao método. Conforme Pesavento (2003), aquele que estuda a Memória, seja através dos registros escritos convertidos em relatos memoriais, ou ao produzir dados, por meio da oralidade, as lembranças daquele que relembra, precisa considerar as diversas influências presentes nesse processo.

Adotamos a história oral, buscando integrar e promover o diálogo entre a informação verbal e escrita. A produção de dados ocorreu no período de março a junho de 2023. É oportuno salientar que as professoras entrevistadas receberam o roteiro da entrevista e duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – uma via para a posse da entrevistada e outra via devolvida para as pesquisadoras, depois de lida, acordada e assinada.

Este capítulo está organizado em seções que discutem, inicialmente, o cenário sócio-político em que a licenciatura em Biologia foi implantada. Em seguida, abordam-se a consolidação do curso no âmbito da Unimontes, suas contribuições para a formação de professores e, finalmente, discutem-se os desafios e as perspectivas para aprimoramento na formação em Biologia.

2 O início da licenciatura em Biologia como Ciências de 1.º Grau

Alguns acontecimentos, direta ou indiretamente, destacam-se na história de implantação da licenciatura, na região norte-mineira, dentre eles a Reforma Capanema (Decreto-Lei n.º 4.244 de 09 de abril de 1942), a qual registra, no artigo 69, que “os educadores com formação universitária teriam prioridade para compor o corpo docente das escolas secundárias” (Almeida, 2015, p. 99). Com a Reforma Capanema e a migração cidade-campo, que aumenta a pressão por escola, surge a demanda por formação de professores para atuar nesse segmento. A Reforma Capanema (Brasil, 1942) ainda trouxe a exigência da formação superior para a atuação no Ensino Secundário, a despeito dos poucos professores que atendiam a essa determinação (Velo; Almeida; Machado, 2022).

Nesse sentido, nos anos 1960, para lecionar no Ensino Secundário, os docentes deveriam ser formados no âmbito das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Na ausência desta formação, uma das alternativas era a certificação pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades). A Cades foi um programa implementado no Brasil entre as décadas de 1950 e 1970, cujo principal objetivo era expandir

o acesso à educação secundária e melhorar sua qualidade em todo o país (Veloso; Almeida; Machado, 2022).

Visando atender às demandas de formação superior da região norte do estado de Minas Gerais, em 1962, mediante a Lei Estadual 2.615, de 24/05/1962, é criada a Funm, com a finalidade de instituir e manter a Universidade Norte de Minas. Inicialmente concebida para ofertar cursos no campo da agropecuária, a Funm foi responsável por estabelecer uma estrutura educacional que abrangueu diferentes áreas do conhecimento, incluindo a formação de professores (Caleiro; Pereira, 2002). Para além dos cursos de Geografia, História, Pedagogia e Letras, já instalados pela Fafil em 1964 e incorporados pela Funm em 1965, no ano de 1968, foi criado o curso de licenciatura em Matemática e, em 1972, o curso de Ciências de 1.º Grau para habilitar professores para atuarem no ensino de 5ª a 8ª séries (atualmente 6.º ao 9.º ano; Unimontes, 2020).

No Brasil, a década de 1960 é marcada pela pressão pela escolarização, que se contrapõe à falta de escolas e de professores formados para a docência no Ensino Secundário. No caso do ensino de Ciências, citando Bizzo (2004), Reis e Mortimer (2020) afirmam que, com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 4.024/1961), é ampliada a disciplina que passou a ser ofertada em todas as séries do ensino ginásial, havendo também um aumento na carga horária das disciplinas científicas.

No Brasil, a área de Ciências Biológicas teve sua regulamentação em 1962, quando o Conselho Federal de Educação (CFE) fixou o currículo mínimo e a duração dos cursos de História Natural no país, através do Parecer n.º 325/62, para a formação de profissionais que atendessem às demandas de educação superior, da Biologia no ensino médio e de Ciências Físicas e Biológicas no ensino fundamental. Em 1964, o CFE fixou um currículo mínimo para o curso de Ciências Biológicas - Licenciatura, adequando o antigo curso de História Natural às exigências da especialização e da demanda referente à separação das áreas biológica e geológica.

Com o regime da Ditadura Militar, a partir de 1964, dentre os vários retrocessos gerados, foi instituída a prática do “expandir sem qualificar” (Vilela, 2022). A oferta de cursos em licenciatura curta surgiu como alternativa para atender a necessidade de formar um maior quantitativo de professores em um curto espaço de tempo (Reis; Mortimer, 2020). Assim, ainda no ano de 1964, no mês de outubro, por meio de indicação do Conselho Federal de Educação, proposta pelo Conselheiro Newton

Sucupira, foram criadas as licenciaturas curtas e a formação polivalente de professores para o ciclo ginasial (Nascimento, 2012).

No ano de 1965, por meio do Parecer CFE n.º 81/1965, foi instituído o currículo mínimo para essas licenciaturas. Estas mudanças encontram-se associadas às demandas e interesses da época. A criação da Licenciatura Curta em Ciências de 1.º Grau atenderia aos estudantes do ginásio, que precisavam de um docente que dominasse os conteúdos estabelecidos para o ensino de ciências e supriria a escassez de professores nesta etapa da escolarização. Nesse cenário, a licenciatura tinha como meta a formação de um profissional que não era especialista, mas que tivesse um olhar mais global (Tavares, 2006) e fosse capaz de atuar em mais de uma área de conhecimento.

Apoiando-se em Araújo, Toledo e Carneiro (2014), Vilela (2022) afirma que os professores formados nesses cursos estavam habilitados apenas para o ensino ginasial e, caso quisessem atuar no ensino colegial, depois de concluída a licenciatura curta, tinham a possibilidade de complementar a formação e obter a licenciatura plena em Biologia, Química, Física ou Matemática (Araújo; Toledo; Carneiro, 2014).

Essas questões afetaram a oferta de licenciaturas em Montes Claros. Anastasia (2012) afirma que, pelo Decreto n.º 82.371/78, no ano de 1978, o curso de Ciências de 1.º Grau, criado em 1972, e o curso de Matemática, criado em 1968, foram convertidos em uma única licenciatura - Curso de Ciências com habilitação em Matemática. E, dessa forma, a Funm vivencia o aligeiramento curricular em seus cursos de formação de professores que, no caso de Ciências, passa a habilitar docentes para duas áreas de conhecimento.

Assim, o currículo sofre reformulação através da estratégia de flexibilização e encurtamento da formação docente. O objetivo era formar professores mais rapidamente para suprir o déficit de profissionais nas escolas, tornando-os polivalentes e capazes de lecionar em áreas distintas do currículo escolar. O encurtamento curricular e a abrangência de múltiplas áreas de conhecimento geraram debates sobre a qualidade da formação dos docentes. A formação mais breve e generalista poderia não oferecer a profundidade de conhecimentos e habilidades necessárias para uma atuação pedagogicamente efetiva nas salas de aula.

Ao longo do tempo, a discussão sobre a formação de professores evoluiu e as políticas educacionais passaram por mudanças para buscar um equilíbrio entre a necessidade de titular professores e garantir a qua-

lidade da formação. No contexto brasileiro, “[...] foram tecidos [argumentos] contra a licenciatura curta no meio acadêmico, principalmente durante a década de 80, em que o sentimento que rejeitava esses cursos se misturou à oposição ao regime militar (Reis; Mortimer, 2020, p.3). Em Montes Claros, estas discussões, atreladas à redemocratização do país a partir de 1985, levaram a Funm a produzir reformulações em suas licenciaturas. Em 1987, criou-se o curso de Biologia, sendo este uma continuidade do curso de Ciências, que passa a formar professores habilitados para atuarem no ensino de 2.º grau. Conforme Anastasia (2012), os cursos de Matemática e Biologia tornaram-se independentes, passando a fazer parte de departamentos específicos, cada um assumindo uma nova filosofia.

A Resolução n.º 13 CEPEX-Unimontes/96, de 05 de agosto de 1996, aprovou a reformulação do curso de Ciências Licenciatura Plena em Matemática e Biologia e, no mesmo ano, a Resolução n.º 04 Conselho Universitário/96 de 26 de setembro de 1996 aprovou os cursos de Ciências Biológicas - Licenciatura e Bacharelado, autorizando seu funcionamento. Com base nestas resoluções, o curso de Ciências de 1.º Grau foi extinto, em 1997, sendo criados os cursos de Matemática e Biologia Licenciatura (Unimontes, 2020). Ainda conforme o PPC de Ciências Biológicas, com a autorização de funcionamento da Licenciatura e do Bacharelado, a Unimontes passa a atender as necessidades da região não apenas na formação de professores de Biologia para o Ensino Fundamental e Médio, mas também na formação de biólogos para as diversas áreas da Biologia.

Com essa mudança, a formação tornou-se específica na área de conhecimento da Biologia e os graduandos que desejavam seguir carreira no ensino passaram a buscar a licenciatura como possibilidade. Essa transição apresentou alguns desafios, a saber, a necessidade de adaptação curricular e diversificação de interesses e perfis dos estudantes dentro do curso. A superação dessas questões contribuiu para o reconhecimento da universidade como uma instituição de ensino superior de qualidade. A professora Maria das Dores Magalhães Veloso¹ destaca como principal desafio:

¹ A professora Maria das Dores Magalhães Veloso é graduada em Ciências Biológicas, pela Unimontes. Mestre em Educação pelo Instituto Superior Enrique José Varona - Cuba. Doutora em Engenharia Florestal, pela Universidade Federal de Lavras – UFLA. Pós-Doutorado pelo Instituto de Ciências Agrárias, ICA - UFMG. Professora efetiva do curso de Ciências Biológicas e do Programa de Pós-Graduação em Botânica Aplicada - PPGBot - Unimontes. Avaliadora de cursos do INEP. Pro Reitora de Pesquisa - Unimontes (2023 - atual) (Currículo Lattes).

A conversão do curso de Ciências de 1º Grau com ênfase em Matemática e Biologia para licenciaturas separadas. Os recursos foram adquiridos através de projetos de pesquisa e de extensão, uso comum de laboratórios de outras graduações, aquisição pela universidade dos recursos materiais em parcerias com empresas regionais (Veloso, 2023).

Figura 1 - Entrevista concedida pela Professora Maria das Dores Magalhães Veloso



Fonte: Imagem registrada com a Professora Maria das Dores Magalhães Veloso (à esquerda) e a mestrande Eveline (à direita).

A professora Dulcivânia Ferreira Leite² também descreve desafios vivenciados, que incluem a reformulação do curso de Biologia:

Eu e mais quatro professores: Valda [Maria Valda Soares Dias], Rafa [Rafael Soares Duarte de Moura] e Luzimara [Luzimara Silveira Braz Machado] tivemos que trabalhar o projeto político pedagógico da licenciatura, apresentando entre eles: o marco teórico

² A Professora Dulcivânia Ferreira Leite é bióloga com 40 anos de experiência na área da Biologia. Foi chefe do Departamento de Biologia da Unimontes por 11 anos. Possui doutorado em Educação e sua atuação interdisciplinar enriquece suas contribuições no campo acadêmico. Atualmente, encontra-se aposentada, mas seu legado perdura no desenvolvimento e fortalecimento da Biologia e na intersecção com a Psicanálise.

e referencial bibliográfico que era a proposta que a gente ia trabalhar. A proposta pedagógica também. Tinham que ser trabalhados os recursos humanos e infraestrutura, esses são os itens principais, e no caso do marco referencial, nós passamos por uma fase meio complicada, porque estava começando. E o que aconteceu: nós recebemos doações de livros, pois a universidade não tinha como adquirir, até hoje ainda tem essa dificuldade, então, nós procuramos de uma forma linear o que a gente podia fazer para aumentar mais esse referencial bibliográfico. Depois, em outras palavras, nós partimos para além da proposta pedagógica, a matriz curricular do curso (Leite, 2023).

Figura 2 - Entrevista concedida pela professora Dulcivânia Ferreira Leite



Fonte: Imagem registrada com a Professora Dulcivânia Ferreira Leite (à esquerda) e a mestrande Eveline (à direita).

A Unimontes e os cursos de licenciatura lidaram com diversos desafios ao buscar se organizar como universidade e estruturar condições para atender ao tripé ensino-pesquisa-extensão, tais como: expansão do corpo docente e infraestrutura, atualização curricular, estímulo à pesquisa científica, integração com a comunidade, formação e titulação do corpo docente em nível *stricto sensu*.

O movimento para reestruturação e mudança empreendido pelo corpo docente do curso de Ciências Biológicas fortalece a superação de

desafios que, conforme a professora Dulcivânia Ferreira Leite, foram grandes.

O primeiro desafio foi a busca dos alunos, como é que a gente ia conseguir que esses alunos tivessem condições de empenhar e de acompanhar o curso, que são alunos que vieram da licenciatura curta; alunos que estavam num jogo com eles mesmos em relação à Ciência, Matemática, Biologia. Então, a partir do momento que nós tomamos consciência de que o aluno que quer fazer Biologia deve ter curiosidade, começamos a questionar: Por que você quer fazer biologia? Que eu fui uma dessas. Eu fui uma dessas aí, minha Professora Zezé Athaide [Maria José Athaide Antunes] perguntou: Dulce, por que você quer fazer Biologia? Eu falei: é que eu estou recebendo muita solicitação para dar aulas de Biologia, e só com a licenciatura curta, não posso. E você tem realmente o perfil para atuar como Bióloga? Falei: bom, a gente pode não ter, mas a gente procura ter. E eu sempre gostei muito dessa área; muito, muito, muito, muito dessa área (Leite, 2023).

A maneira de ultrapassar os desafios no processo de desenvolvimento do curso, para a Professora Dulcivânia Leite, ainda inclui a “adequação da relação aluno-professor; lidar com o excesso de processos de gestão; aquisição de materiais didáticos e a discussão de temas, como pedagogia” (Leite, 2023).

Os novos rumos assumidos pelo curso de Biologia permitiram a abertura de espaços para reflexões críticas sobre o papel dos professores na formação de cidadãos conscientes e a oportunidade de repensar os cursos de licenciatura em consonância com esses ideais. A conquista de avanços foi e continua sendo impulsionada por um conjunto de fatores históricos e institucionais que valorizam a formação do professor como peça fundamental para a construção de uma sociedade democrática e desenvolvida. Para as entrevistadas, ainda há muitos desafios a superar, porém a resiliência as motiva a prosseguir.

Na próxima seção, trataremos sobre a consolidação do curso de Biologia no âmbito da Unimontes e suas contribuições para a pesquisa.

3 A consolidação do curso: a expansão da licenciatura em Biologia

A Lei Estadual n.º 11.517, de 13/07/94, reorganizou a Unimontes do ponto de vista administrativo-funcional, sendo extintas as Facul-

dades e criados os Centros Acadêmicos; inclusive o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (Minas Gerais, 1994). A licenciatura em Biologia da Unimontes passou por um processo de crescimento e expansão, firmando-se como um curso de referência na formação de professores. Seguindo a linha de raciocínio da professora Dulcivânia Ferreira Leite, houve necessidade de se definir um perfil formativo para os egressos do curso de Biologia: “A partir daí, nós começamos a preocupar com aquele profissional que iria atuar nessa área” (Leite, 2023).

A flexibilidade curricular enriqueceu a formação dos futuros licenciados, proporcionando uma experiência mais ampla e abrangente no campo da Biologia. “Em 2015, foi concedida aos alunos do curso de Biologia-Licenciatura a matrícula em disciplinas isoladas do curso de Biologia-Bacharelado” (Leite, 2023). E, para aproveitar ao máximo essa oportunidade, foi preciso estar atentos aos requisitos e pré-requisitos das disciplinas do bacharelado, garantindo que a escolha fosse coerente com os objetivos acadêmicos e profissionais. Durante sua trajetória, o curso tem buscado se adaptar às demandas da sociedade e do campo de trabalho, acompanhando os avanços científicos e tecnológicos na área da Biologia. Isso possibilitou a ampliação e a atualização constante da matriz curricular, incorporando disciplinas e conteúdos relevantes para a formação dos futuros professores, de acordo com as demandas regionais.

No PPC, foram criados núcleos disciplinares abrangendo diferentes áreas da Biologia, como formação pedagógica, botânica, zoologia, genética, ecologia, fisiologia, entre outras. Dentro dos referidos núcleos, as disciplinas do curso estão organizadas e distribuídas em torno de cinco eixos temáticos, os quais dão suporte à formação do professor. É importante ressaltar que a organização em eixos visa, além da formação inicial docente consolidada, a construção de biólogos aptos para atuação nas escolas (Unimontes, 2020).

Constituem os eixos temáticos:

A) Eixo de Formação Ciências Biológicas: reúne os conteúdos científicos da Biologia e Ciências, de modo que o futuro professor possa conhecer o conteúdo de Ciências Naturais, seus fundamentos, discussões, técnicas e práticas.

B) Eixo de Formação em Ciências da Natureza e suas Tecnologias: reúne as disciplinas que contemplam os conceitos, os conteúdos e os debates que subsidiarão a prática pedagógica do ensino das Ciências Biológicas do futuro professor na escola.

C) Eixo de Formação Pedagógica: reúne as disciplinas relacionadas à formação humana e pedagógica gerais ao licenciando.

D) Eixo de Estágio Supervisionado: reúne as disciplinas que têm como objetivo levar o futuro professor a conviver, nos ambientes e com as atividades de sua profissão, tais como indicado nos estágios supervisionados.

E) Eixo de Sala de Aula Aberta: reúne todas as atividades decorrentes da livre escolha dos discentes, incluindo as atividades acadêmico-científico-culturais e disciplinas opcionais e Atividades Integradas de Extensão - AIEX (Unimontes, 2020, p. 50).

A participação em projetos de pesquisa permite que os estudantes desenvolvam habilidades para realizar pesquisas científicas e publicar resultados em eventos e periódicos. Essa experiência os prepara para atuar como profissionais engajados na produção e na disseminação do conhecimento científico. Essa opinião está presente na entrevista dada pela Professora Maria das Dores Veloso, a seguir.

A expansão do curso também envolveu o aumento do número de vagas oferecidas, a diversificação das áreas de atuação e a ampliação das oportunidades de estágio e pesquisa para os estudantes. A Unimontes tem investido em infraestrutura laboratorial e em parcerias com instituições de pesquisa e ensino, proporcionando aos alunos um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades práticas e científicas (Veloso, 2023).

As contribuições da pesquisa do curso de Biologia da Unimontes vão além do ambiente acadêmico e escolar. Elas também têm impacto direto na sociedade e na região norte-mineira.

Por meio de estudos e projetos de pesquisa, a universidade busca soluções para questões locais e regionais relacionadas à conservação da biodiversidade, manejo de recursos naturais, impactos ambientais, saúde pública e outras áreas relevantes (Leite, 2023).

Essas pesquisas aplicadas têm o potencial de fornecer respostas e alternativas para os desafios enfrentados pela a região norte-mineira, promovendo o desenvolvimento sustentável e melhorando a qualidade de vida da população. “Dessa forma, a Unimontes contribui para o fortalecimento da ciência e da pesquisa como ferramentas essenciais para a compreensão e a resolução de problemas biológicos e ambientais” (Veloso, 2023).

Para a professora Dulcivânia Ferreira Leite, um dos principais resultados proporcionados pelo curso de Biologia para a região foi a formação de profissionais competentes para contribuir com o desenvolvimento econômico, social e político da região, com atuação crítica e integral, capacidade de interpretar fatos e fenômenos naturais. Ademais, a professora Dulcivânia Ferreira Leite ressalta o estímulo à pesquisa e extensão, não apenas na licenciatura em Ciências Biológicas, mas também na formação *stricto sensu*.

Hoje nós temos nas áreas de microbiologia, botânica e ecologia vários projetos diversificados. E laboratórios bons mesmo, em que os alunos do curso de mestrado em biologia executam suas pesquisas. Temos o doutorado profissional em biotecnologia e outros projetos de extensão (Leite, 2023).

Para fazer frente aos processos e práticas do curso, o quadro docente do curso inclui professores com formação que não têm ligação direta com a licenciatura em Biologia. Esse fato apresentou alguns desafios, como a ausência de formação pedagógica e dificuldades na prática docente. No entanto, o desenvolvimento em outras áreas da Biologia também oferece perspectivas, como a visão ampla do campo, a expertise técnica especializada e a possibilidade de busca por formação complementar. Foi essencial que esses profissionais buscassem formação adicional e continuada para suprir lacunas e adquirir as habilidades necessárias para atuação pedagógica.

Já a Professora Maria das Dores Magalhães Veloso ressalta que os principais resultados alcançados com a formação dos professores de Biologia são: “Formação para atuação nas escolas de ensino médio; desenvolvimento de consciência ambiental/ecológica; prestação de serviços especializados, como as consultorias [...]” (Veloso, 2023).

Na próxima seção, discutiremos os desafios e as perspectivas para o aprimoramento na formação dos professores de Biologia.

4 Desafios e oportunidades na formação de professores de Biologia

Após a década de 1990, a indústria apresentou menor participação no Produto Interno Bruto (PIB) no município de Montes Claros, quando comparada ao setor de serviços. Isso ocorreu, dentre outros fatores, em

decorrência da crise da Sudene (Brandão; Silva, 2016). Esse foi um dos desafios enfrentados pelo curso de Biologia da Unimontes. Assim, o currículo de formação e os requisitos sofreram mudanças.

A queda no PIB da indústria e o crescimento do setor de serviços podem ter implicação indireta no curso de licenciatura em Biologia, afetando a demanda por profissionais da área e exigindo adaptações no currículo e requisitos do curso para atender às novas necessidades e oportunidades do mercado de trabalho local. Segundo a professora Maria das Dores Magalhães Veloso (2023), foi necessário construir um currículo diferente para atender às necessidades regionais, levando em consideração o nível docente e a realidade da época.

Nesse contexto, foram implantados conteúdos como ecologia de ecossistemas, biotecnologia, com foco na área da saúde. Atualmente, destaca-se a importância da adequação curricular ao contexto de Educação à Distância (EaD), o desenvolvimento de habilidades na relação aluno-professor, a proficiência por parte dos alunos e a inserção desses profissionais no ambiente profissional. Essas são algumas das ideias destacadas na entrevista da professora Maria das Dores Magalhães Veloso:

A Biologia é uma área em constante evolução, com novas descobertas e avanços científicos frequentes. Os professores de Biologia enfrentam o desafio de se manterem atualizados em relação aos conhecimentos mais recentes e incorporá-los em sua prática docente (Veloso, 2023).

Na concepção da professora Dulcivânia Ferreira Leite, alguns desafios permanecem e são considerados como fragilidades inerentes ao ensino: “Capacidade de o aluno interpretar fatos e fenômenos naturais, formação de sujeitos críticos atuantes, discussões em sala de aula envolvendo temas contemporâneos e aquisição de materiais didáticos” (Leite, 2023).

Apesar desses desafios, também há diversas oportunidades de aprimoramento na formação de professores em Biologia. A Professora Dulcivânia Ferreira Leite encerra sua entrevista fazendo as seguintes considerações a respeito das mudanças ocorridas na trajetória do Curso de Biologia: “Educar é prática social humana que passa por mudanças, circunstâncias imprevisíveis. É um processo contínuo de crescimento pessoal; entretanto, não basta querer mudar, é preciso saber mudar” (Leite, 2023).

5 Considerações finais

Ao concluir este capítulo, que reconstitui faces da história do curso de licenciatura em Biologia da Funm/Unimontes, é importante refletir sobre o percurso, os desafios enfrentados durante todo o processo até o presente momento. Nosso objetivo foi elaborar análises imparciais das histórias que nos foram expostas.

Nesta trajetória de implantação e consolidação do curso, foi possível verificar que houve o cuidado na construção de uma matriz curricular flexível, que permita aos futuros docentes explorarem suas áreas de interesse e desenvolverem habilidades específicas. A estrutura do curso foi pensada de forma a abranger as principais áreas da Biologia, permitindo aos acadêmicos uma visão ampla e aprofundada do campo científico, contextualizada com as demandas regionais.

Destacamos que o envolvimento e comprometimento da equipe integrante do Departamento de Biologia, bem como o apoio das instituições parceiras e da comunidade acadêmica, foram fundamentais para o sucesso dessa empreitada.

A partir desta análise, torna-se evidente que a estruturação do curso de Biologia demandou um planejamento detalhado, envolvendo desde a colaboração de parceiros externos (empresas e agências de fomento) e internos (docentes do curso, a própria instituição) na aquisição de recursos e infraestrutura adequados. Acreditamos que o resultado final seja um programa acadêmico sólido, capaz de formar profissionais competentes e preparados para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo.

Ao longo do processo de implantação, foram enfrentados desafios e obstáculos, mas também houve conquistas significativas. Uma delas é a busca pela excelência e o compromisso com a formação inicial e continuada de docentes de Biologia. De acordo com Peretti (2001), a formação do professor é uma preocupação constante e essencial na discussão sobre a problemática da Educação no Brasil. A implementação de um projeto político-pedagógico depende, em grande parte, da vontade política e competência técnica do professor para aplicá-lo na rotina escolar com os alunos. Portanto, a Educação e a formação dos professores são elementos complexos e necessários para qualquer proposta de melhoria no sistema educacional brasileiro.

Enumeramos algumas lacunas que não foram exploradas na construção deste capítulo e que constituem limitações de nossa escrita. Uma

delas foi a dificuldade de contactar pessoas que vivenciaram a instalação do curso como fundadores. Dos cinco contatos realizados, apenas duas pessoas se disponibilizaram para a entrevista.

Este estudo contribuiu para reconstituir aspectos da história do curso de Biologia na região norte-mineira, demonstrando as conexões existentes entre a história local, regional e nacional e conferindo visibilidade ao papel da Unimontes e do curso de licenciatura em Biologia, com suas diversas atuações e contribuições para a região. Concluímos que as fontes consultadas foram essenciais na construção deste capítulo e sem elas não seria possível sistematizar nossa investigação.

Referências

- ALMEIDA, Shirley Patricia Nogueira de Castro. **Um lugar, muitas histórias:** o processo de formação de professores de Matemática na primeira instituição de ensino superior da região de Montes Claros/Norte de Minas Gerais (1960-1990). Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. 403p.
- ARAUJO, E. P. R. de; TOLEDO, M. C. M. de; CARNEIRO, C. D. R. A evolução histórica dos cursos de Ciências Naturais na Universidade de São Paulo. **Terrae**, v. 10, n. 1–2, p. 28–38, 2014. Disponível em: <http://www.ige.unicamp.br/terrae>. Acesso em: 30 ago. 2023.
- BIZZO, Nélio Marco Vincenzo. **Ciências Biológicas.** Orientações Curriculares do Ensino Médio. Brasília – DF. MEC, p. 148-169.2004.
- BRANDÃO, Silvaria Soares Santos; DA SILVA, Wilian Toneli. Configuração do espaço urbano da cidade de Montes Claros-MG após 1970: novas centralidades. **Humanidades** Montes Claros, v. 5, n. 2, jul. 2016.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n.º 325/62. Estabelece o currículo mínimo de História Natural. Brasília. 1962.

CALEIRO, R. C. L. e PEREIRA, L. M. (org.). **Unimontes: 40 anos de história**. Montes Claros, MG: Ed. Unimontes, 2002.

FRANÇA, Iara Soares de. **A cidade Média e suas Centralidades: o exemplo de Montes Claros no Norte de Minas Gerais**. 2007. 240p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2007.

MINAS GERAIS. **Lei nº 11.517, de 13 de julho de 1994**. Reorganiza a Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes - e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/LEI/11517/1994/>. Acesso em: 21 ago. 2023.

NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n.45, p. 340-346, mar 2012 - ISSN: 1676-2584. pp 340-347. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/download/8640153/7712/10707#:~:text=Uma%20das%20modifica%C3%A7%C3%B5es%20foi%20%C3%A0,proposta%20pelo%20Conselheiro%20Newton%20Sucupira>. Acesso em: 21 de ago. 2023

PEREIRA, Laurindo Mékie. Montes Claros anos 50: entre a esperança e a frustração. **Unimontes Científica**. Montes Claros: Unimontes, mar. 2001.

PERETTI, Clélia. Análise crítica da formação dos profissionais da Educação: revisando a licenciatura em Biologia. **Revista Diálogo Educacional**, v. 2, nº 4, julho-dezembro, p. 1-14, 2001.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

REIS, Rita de. Cassia.; MORTIMER, Eduardo Fleury. Um estudo sobre licenciaturas em ciências da natureza no Brasil. **Educação em Revista**, [S. l.], v. 36, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/37560>. Acesso em: 27 jul. 2023.

ROTA JÚNIOR, Cesar; IDE, Maria Helena de Souza. Ensino superior e desenvolvimento regional: O Norte de Minas Gerais na década de 1960. **Revista Brasileira de Educação**. v. 21, n. 64, p. 143- 164, jan. 2016.

TAVARES, Daniele A. L. **Trajetórias da formação docente: o caso da Licenciatura Curta em Ciências das décadas de 1960 e 1970**. 2006. f. 203. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Departamento de Enfermagem. Curso de Graduação em Enfermagem. *Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Biologia - Licenciatura*. Montes Claros, MG: 1997.

UNIMONTES. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 13 CEPEX-Unimontes/96 de 18 de agosto de 1996**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas (Licenciatura) e seus anexos. Montes Claros: CEPEX, 1996. Disponível em: https://unimontes.br/wpcontent/uploads/2021/03/resolucao_cepex091.pdf. Acesso em: 22 mar. 2023 às 10h08.

UNIMONTES. Conselho de Ensino, Pesquisa e Exntençaõ. **Resolução CEPEX/Unimontes Nº. 091, 18 de novembro de 2020**. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas (Licenciatura) e seus anexos. Montes Claros: CEPEX, 2020. Disponível em: https://unimontes.br/wp-content/uploads/2021/03/resolucao_cepex091.pdf Acesso em: 15 jan. 2024.

VELOSO, Geisa Magela; ALMEIDA, Shirley Patricia N. de Castro; MACHADO, Claudia A. Ferreira. A Cades e os exames de suficiência: um olhar para o Norte de Minas Gerais (1950-1960). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 103, n. 265, p. 697-716. Set. 2022. Disponível em: <http://relatos.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/5183>, Acesso em: 27 jun. 2023.

VILELA, Marcos Vinícius Ferreira. Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais/da Natureza (LCN): um olhar para o seu histórico,

concepções e perspectivas atuais. *In*: LIBÂNEO, José Carlos et al (Org.). **Didática e formação de professores**: embates com as políticas curriculares neoliberais. Goiânia: Cegraf UFG, 2022, p.38-46. Disponível em: https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/edipe2_ebook/artigo_12.html. Acesso em: 14 abr. 2023.

8

Entre mudanças e permanências, a história da licenciatura em Filosofia na Funm/Unimontes

Aline Patrícia Sobral dos Santos

Mirele Pereira da Silva

Ariele Rezende Costa

*A gente pensa uma coisa, acaba escrevendo outra
e o leitor entende uma terceira coisa... e,
enquanto se passa tudo isso, a coisa propriamente dita
começa a desconfiar que não foi propriamente dita.
(Mário Quintana)*

1 Introdução

Caro leitor, ao adentrar a leitura deste capítulo, você embarca em uma jornada histórica e filosófica. O intuito é contribuir com reflexões inseridas em um contexto específico do norte de Minas Gerais, mais precisamente na cidade de Montes Claros. Esta cidade, a maior da região norte-mineira, desempenha papel fundamental como centro acadêmico, abrigoando a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). A universidade tem sido de suma importância para esta região carente de recursos socioeconômicos, sendo que muitos enxergam na educação a oportunidade de ascensão social. Ao obter um diploma de ensino supe-

rior, almeja-se conquistar um lugar no mercado de trabalho. A academia transcende o ensino puramente didático em sala de aula, influenciando e proporcionando espaço para a cultura regional e global.

A Unimontes exerce uma influência sobre a região norte-mineira, transcendendo as fronteiras de seus *campi*. Como instituição de ensino superior comprometida com a excelência acadêmica e o desenvolvimento regional, a Unimontes forma profissionais que se tornam agentes transformadores em suas comunidades. Além do ensino, a universidade promove a pesquisa científica e a extensão, engajando-se ativamente em soluções para os desafios enfrentados pela região, desde questões sociais até avanços tecnológicos.

Ao abordar a formação de professores no curso de Filosofia, nosso objetivo é evidenciar os aspectos históricos e filosóficos que permitem compreender melhor o mundo em que vivemos e a instituição de formação docente no norte de Minas Gerais. Ao explorar as raízes históricas e culturais dessa instituição, a intenção é despertar em você um olhar mais profundo e renovar sua própria história e identidade. Portanto, convidamos você a mergulhar nessas reflexões e acompanhar-nos nesta jornada intelectual pelo norte de Minas Gerais e suas conexões com as demais regiões circunvizinhas. Abrace essa oportunidade de aprendizado e descoberta e permita-se ser guiado por palavras que têm o intuito de desvelar e inspirar.

Este capítulo é apenas um dos começos de uma jornada fascinante sobre os cursos de licenciaturas da Unimontes, na qual esperamos que encontre conhecimento, questionamentos e, acima de tudo, um novo olhar sobre a relevância de se pensar nas interações em nível nacional e regional para compreendermos especificamente o curso de formação de professores em Filosofia da Unimontes. Gallo (2007) já fazia proposições a respeito do conjunto de mudanças na história do Ensino de Filosofia, a inconstância e a vitalidade do ensino no país.

Ao mergulharmos nessas histórias e pensamentos, poderemos compreender melhor a conversão desse curso e seu lugar no contexto educacional e cultural da região. Esperamos despertar em você um olhar apreciativo pela trajetória da licenciatura em Filosofia na Unimontes, valorizando o que foi construído por aqueles que trabalharam para o desenvolvimento e a consolidação desse curso ao longo dos anos.

Etapas-chave dessa jornada histórica, momentos vivenciados e as transformações, que constituíram o Curso de Licenciatura em Filosofia

na Unimontes, são destacados por meio de narrativas e fatos. Serão apresentados alguns episódios relevantes da história da licenciatura em Filosofia na Unimontes, desde sua criação até os dias atuais. Através de uma entrevista, com um dos professores do curso, exploramos temas como sua estruturação, os principais desafios enfrentados pelos estudantes e professores, as mudanças curriculares e as contribuições do curso para a educação no norte de Minas. Enfatizamos a importância do curso de Filosofia na formação de profissionais engajados com a ética, a cidadania e a transformação social, valores fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2 Filosofia na educação norte-mineira: da instalação do curso aos desafios iniciais

A formação inicial de professores no ensino superior é relevante e se constitui uma exigência legal para atuação em todas as etapas da educação básica. Um ponto de partida para a retomada histórica da Unimontes e compreensão de sua trajetória inicia-se na data de 24 de maio de 1962, com sanção da lei de sua criação. A criação, desenvolvimento e consolidação da instituição e o registro histórico desse processo pode ser conhecido por meio de estudos já publicados em comemoração, respectivamente, aos 40 anos (Caleiro; Pereira, 2002) e aos 50 anos (Anastasia, 2012) de história da Unimontes.

A Lei Estadual de Minas Gerais n.º 2.615/1962, proposta por meio de Projeto de Lei do Deputado Cícero Dumont, criou a Universidade Norte de Minas (Cardoso; Maia; Rodrigues, 2009) e a Fundação Universitária Norte Mineira, a Funm, sua mantenedora. O Governador Magalhães Pinto sancionou a referida Lei, mas somente dois anos depois a instituição foi oficialmente estabelecida, tornando-se a primeira unidade de Ensino Superior do Norte de Minas (Anastasia, 2012). Esta oficialização se deu por ato do governador, que renomeou a instituição como Fundação Universidade Norte Mineira, transformada logo depois em Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, como passou a ser conhecida (Anastasia, 2012).

A Funm nasce com o propósito de suprir a crescente demanda pelo ensino superior na região norte do estado de Minas Gerais, Brasil, e impulsionada pelas necessidades da própria sociedade e pelo desejo de

melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Para Aranha (2006, p. 70): “A ‘essência’ e a ‘existência’ humana só adquirem sentido se forem tecidas a partir das mediações histórico-sociais. Só se é homem nessas condições” (Aranha, 2006, p. 70).

A criação da Funm marcou momento significativo de instalação do ensino superior na região, desencadeando um processo de crescimento socioeconômico e cultural, associado aos investimentos e incentivos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Os efeitos práticos da intervenção do Estado como promotor da industrialização surgiram na segunda metade da década de 1960, quando foi viabilizada a infra-estrutura energética e de transportes e os incentivos fiscais da SUDENE atraíram à região investimentos industriais em volume expressivo. Entretanto, a região não assistiu passivamente ao espetáculo do período. A cidade de Montes Claros foi o centro de mobilização das elites regionais em um esforço conjunto para atraírem os investimentos do Estado e se inserirem na política desenvolvimentista (Pereira, 2020, p. 2).

A criação da Funm é parte deste esforço e mobilização regional. Segundo Cardoso, Maia e Rodrigues (2009), houve numerosos debates entre os líderes da comunidade que reconheciam a importância desse nível de educação para o desenvolvimento regional. Para superar as dificuldades físicas e geográficas, bem como diminuir as disparidades, a referida Fundação avançou na busca de seus propósitos. Inicialmente, a Funm foi estruturada com a Faculdade de Direito, em 1965. Posteriormente, em dezembro de 1965, a fundação incorporou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a partir da qual direcionou seus esforços para atender às demandas específicas de formação de professores para o ensino secundário, contribuindo, assim, para o desenvolvimento educacional da região. Com o passar dos anos, a Funm ampliou sua oferta de cursos e consolidou sua posição como instituição de ensino superior de grande importância para a região norte de Minas Gerais.

Figura 1 - Unidade de ensino superior do Norte de Minas, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Fafil



Fonte: Site da Unimontes¹

Ao contemplar a Figura 1, somos convidados a reconhecer a importância e a urgência da Funm como pilar fundamental para o desenvolvimento social e econômico da região norte-mineira, em especial a educação em nível superior. Ela nos conecta com a história e nos motiva a continuar investindo no poder transformador da educação, principalmente em um período em que a educação não era prioridade governamental. A oferta da formação em ensino superior tem início em 1964, no âmbito da Fafil, com a instalação dos cursos de Geografia, História, Letras e Pedagogia, sendo as aulas inicialmente ministradas no Colégio Imaculada Conceição de Montes Claros. A Fafil tem sua autorização de funcionamento em 23 de junho de 1967, com o Parecer n.º 196/67, do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG), após ter sido incorporada pela Funm e transferida para novo prédio, conforme apresenta a Figura 1.

Em um cenário inicialmente desafiador (Aranha, 2006), em meio ao período da Ditadura Militar, o curso de Filosofia foi estabelecido para atender uma demanda local de seminaristas e formar professores para o magistério. Naquela época, o Brasil passava por um momento de aceleração na industrialização e o sistema educacional estava, de modo geral, bastante carente de investimentos, quando a ênfase na formação se con-

¹ Disponível em: <https://unimontes.br/apresentacao/historico/#1439451715997-e75d1722-c6eb> Acesso em: 4 jul. 2023.

centrava no mercado de trabalho. Ou seja, havia um modelo de racionalização do sistema de produção capitalista, e pensar na Filosofia e a proposta de formar indivíduos crítico-reflexivos não estava em pauta.

O curso de licenciatura em Filosofia na Funm/Unimontes possui uma história peculiar, intrinsecamente ligada à própria trajetória da instituição. A sua criação foi um marco para a consolidação do ensino superior no norte de Minas, abrindo portas para o desenvolvimento intelectual e a disseminação do pensamento filosófico nesta região. Ao longo dos anos, o curso tem enfrentado desafios e se adaptado às mudanças sociais, políticas e educacionais, buscando sempre oferecer uma formação sólida e atualizada aos futuros professores de Filosofia.

Ao referir-se ao período anterior à sua implantação, o Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia (Licenciatura), aprovado pela Resolução Cepex/Unimontes n.º 050, de 18 de maio de 2022, afirma que a ausência do curso de Filosofia na Fafil era uma discrepância, pois era contraditório que na Faculdade de Filosofia não existisse o curso correspondente. A licenciatura em Filosofia na Funm/Unimontes é instituída em 1968 e foi aprovada por meio do Parecer n.º 48/68, em resposta à necessidade dos seminaristas da Diocese de Montes Claros, que precisavam estudar Filosofia como pré-requisito para o curso de Teologia, sob uma perspectiva não apenas acadêmica, mas também humana e pastoral (Maia; Cordeiro, 2002). As autoras destacam que a licenciatura em Filosofia foi criada junto aos cursos de Matemática e Ciências Sociais.

Assim em 1968 começaram a funcionar os novos cursos com objetivo, entre outros, de formar professores para o magistério, melhorar a cultura geral, no caso do curso de Filosofia, atender também aos seminaristas, pois a Filosofia é um pré-requisito para a formação em Teologia (Maia; Cordeiro, 2002, p. 64-65).

Em 1968, o curso de licenciatura em Filosofia teve início com a participação de 10 alunos, sendo ministrado pelos professores Padre Joaquim Tarcísio de Souza Lopes, Paulo Emílio Pimenta de Carvalho, Wilhelm Krupp e Padre Raymundo Tadeu de Carvalho (Unimontes, 2017). No entanto, devido ao número reduzido de alunos e às dificuldades pedagógicas enfrentadas, o curso funcionou somente por quatro anos, sendo interrompido em 1971. O curso foi oficialmente reconhecido pelo Parecer n.º 2.705/74 do CEE e pelo Decreto Federal n.º 74.656 de 04 de outubro de 1974, com publicação no Diário Oficial da União no dia 07 de outubro do mesmo ano.

O curso começou a funcionar no momento não muito propício para a Filosofia e a Ciências Sociais, por isso foram várias as dificuldades enfrentadas, principalmente a pequena procura por parte dos candidatos. Contribuía para isso também o restrito mercado de trabalho para o qual estavam voltados [...]. Com o curso de Filosofia a situação foi ainda mais grave. O curso iniciou suas atividades com apenas 10 alunos matriculados, formando apenas 8 em 1971. Com um número decrescente de alunos e com dificuldades pedagógicas o curso foi interrompido por 16 anos, de 1971 a 1987, quando retornou às suas atividades (Maia; Cordeiro, 2002, p. 65).

De acordo com Maia e Cordeiro (2002), o cenário histórico para o curso de Filosofia revelou-se desafiador, evidenciando as dificuldades enfrentadas por essa área acadêmica durante o processo de sua implementação. A menção à “pequena procura por parte dos candidatos” aponta para uma baixa demanda inicial, indicando que o reconhecimento e a atratividade dessa área ainda estavam em fase de construção. A restrição do mercado de trabalho também se mostrou um fator relevante, limitando as perspectivas de emprego para os licenciados em Filosofia naquele contexto histórico. Esse cenário pode ter exercido uma influência negativa na escolha dos estudantes em relação à área de estudos. É importante notar que, de acordo com Maia e Cordeiro (2002), esses desafios levaram à interrupção do curso de Filosofia, uma situação que perdurou por aproximadamente 16 anos.

A retomada do curso de Licenciatura em Filosofia aconteceu no ano de 1987. Nesta segunda fase, ocorreram significativas mudanças no corpo docente, mas também permanências, como exemplo, o Professor Paulo Emílio Pimenta de Carvalho, que, juntamente com outros professores, participou ativamente do restabelecimento do curso. Dentre os professores que atuaram na área de Filosofia, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (Unimontes, 2017), destacam-se Padre Adherbal Murta de Almeida, Joaquim Coelho da Rocha, Ruy Klassmann e Wanderley de Fátima Botelho, todos com uma sólida trajetória construída ao longo de diversos anos. As disciplinas pedagógicas, por sua vez, foram ministradas pelos professores Vera Lúcia do Nascimento Ribeiro, Márcia Cardoso Athayde Linhares, Suely Durães Oliveira e Antônio Chamone (Maia; Cordeiro, 2002).

Como explicitado, nos primeiros anos de sua implantação, o número de acadêmicos matriculados no curso de licenciatura em Filoso-

fia era baixo. Conforme mencionado no Projeto Pedagógico do Curso (Unimontes, 2017), esse número reduzido permitia a junção da turma de licenciatura em Filosofia com a licenciatura em Pedagogia em algumas disciplinas comuns aos cursos. Segundo o documento, essa prática apresentou resultados de aprendizagem excelentes e promoveu a integração universitária entre os acadêmicos.

Dois anos após a retomada do Curso de Filosofia, em 1989, iniciou-se a discussão para a estadualização da Funm. Conforme Anastasia (2012), em junho de 1989, o deputado Bonifácio Mourão propôs um anteprojeto visando à criação da Universidade Estadual de Minas Gerais (Uemg), com sede em Belo Horizonte e núcleos em diversas regiões do estado, incluindo Montes Claros. Então, se a Funm aceitasse a proposta, ela se transformaria em um núcleo da Uemg e “tinha um prazo de 180 dias para ser convertida em autarquia do governo do estado” (Anastasia, 2012, p. 68). A proposta também tinha o intuito de incorporar as emendas que previam a criação de outras universidades estaduais. Em 1989, o médico e professor José Geraldo de Freitas Drummond, que na época era Diretor-Geral da Funm, manifestou-se contrário à proposta de Bonifácio Mourão. O professor e muitas outras lideranças locais continuaram a trabalhar em prol da estadualização da Funm como instituição independente da Uemg.

Em 9 de março de 1990, a Funm foi transformada na Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, por meio do Decreto Estadual n.º 30.971, de 09/03/1990. Este é um fato importante para a história do ensino superior em Minas Gerais – dia 21 de setembro de 1989 –, momento em que a Assembleia Legislativa faz o reconhecimento da Universidade Pública. Esse ato demonstra o interesse e empenho em criar e incorporar novas universidades, alinhando-se ao objetivo da Constituição Federal de 1988, que buscava descentralizar as atividades universitárias, ampliando a oferta em cidades mais populosas. De acordo com Anastasia (2012), esse movimento contribuiu para a regionalização e interiorização do ensino superior em diferentes regiões do estado.

Conforme registrado no Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia, várias mudanças foram incorporadas para atender às demandas da estrutura universitária. O novo Regimento Geral da Unimontes, aprovado pelo Conselho Federal de Educação em 1992, apoiou inovações importantes, incluindo a criação dos Colegiados de Coordenação Didática dos Cursos de Graduação. No ano de 1993, o Colegiado de Coordenação Didática do

Curso de Filosofia foi estabelecido, iniciou suas atividades e o primeiro coordenador foi o professor Domingos Ribeiro Ruas (Unimontes, 2017).

Figura 2 - Frente da Universidade Estadual de Montes Claros



Fonte: Site da Unimontes²

Na Figura 2 – uma fotografia do ano de 1993 – podemos observar a entrada do *campus* universitário professor Darcy Ribeiro, em seu processo de instalação ainda com disposição de poucos prédios. É possível perceber o registro das faculdades – Fadir, Fafil, Fadec e Famed – informação que indica que a fotografia é anterior à extinção destas unidades e da estruturação da Unimontes em centros acadêmicos.

Segundo Morais (2020), a partir de 1994, ocorreu a implantação de uma nova estrutura administrativo-funcional que reclassificou todos os trabalhadores da extinta Fundação Norte Mineira de Ensino Superior como detentores de Função Pública. Suas admissões passaram a ser regidas por contratos temporários por meio de designações, com um período de duração de onze meses, desprovidos de direitos trabalhistas. Nesse contexto, todos os servidores da Unimontes encontravam-se sujeitos aos mencionados contratos de designação. E, neste mesmo ano, foi realizado o primeiro concurso para preenchimento dos cargos administrativos e docentes na Universidade. Contudo, uma análise detalhada desse concurso apresenta dificuldades devido ao acesso limitado aos registros e memórias pertinentes (Morais, 2020, p. 64).

² Disponível em: <https://unimontes.br/apresentacao/historico/#1439451709430-b8d2cd24-9ce4>. Acesso em: 4 jul. 2023.

Segundo Jardim et al. (2002), a Unimontes realizou o seu primeiro concurso público para a contratação de professores efetivos em 1994. De acordo com Moraes (2020), o edital, divulgado em 12 de outubro de 1994, ofereceu um total de 337 cargos para professores, abrangendo diversas áreas, incluindo a Filosofia. Conforme Moraes (2020), a lista final dos aprovados foi publicada em 03 de dezembro de 1995 no Diário Oficial, por meio de um ato do Governador do Estado. As vagas foram ocupadas por 139 professores titulares, 117 professores adjuntos e 81 assistentes. Contudo, não foram encontradas informações nos documentos mencionados acerca de possíveis vagas remanescentes ou sobre eventuais contratações adicionais de professores após o concurso.

No curso de Filosofia, ao longo do tempo, outros professores, como João Roberto de Oliveira, Mércio Coelho Antunes, Antônio Alvimar Souza e Marcelo Nilo Moebus, também ocuparam cargo docente. Conforme mencionado no Projeto Pedagógico do Curso, o Departamento de Filosofia foi influenciado por diversos profissionais, como Joaquim Coelho da Rocha, Geralda Vânia Nogueira Fonte Boa Carneiro, Paulo Emílio Pimenta de Carvalho, Wanderley de Fátima Botelho, Domingos Ribeiro Ruas, Antônio Alvimar Souza. Todos tiveram papel fundamental para elevar o curso e conquistar respeito e reconhecimento, não apenas na região norte-mineira, mas também em todo o país. O documento também destaca que a estrutura curricular do curso passou por mudanças ao longo do tempo (Unimontes, 2017).

Em 2002, de acordo com Moraes (2020), foi realizado o segundo concurso para professor da Unimontes. As provas ocorreram durante a gestão do Reitor José Geraldo de Freitas Drumond, e seus resultados foram oficialmente homologados em fevereiro do mesmo ano. A primeira lista de classificação dos candidatos aprovados foi publicada no Diário Oficial do Estado em novembro de 2002. No entanto, devido à existência de processos judiciais que exigiram retificações na lista, uma nova publicação foi feita, com validade retroativa para 11 de novembro de 2002. As nomeações dos professores aprovados só ocorreram posteriormente, sob a administração do Reitor Paulo César Gonçalves de Almeida, sendo efetivadas em 2004, com as posses acontecendo nos anos de 2005 e 2006.

O concurso foi regido pela Resolução n.º 012-CEPEX/2002 e teve como objetivo o provimento de cargos de magistério superior na Unimontes, com vagas destinadas aos cargos de Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular. As etapas pelas quais o concurso passou

incluíram prova escrita, prova didática e avaliação de títulos, todas realizadas no *campus* situado em Montes Claros. Na avaliação de títulos, os candidatos que se inscreveram para o cargo de Professor Assistente precisavam ter o título de Pós-graduação *lato sensu* ou titulação mais elevada; para o cargo de Professor Adjunto, o grau de mestre ou mais elevado; e para o cargo de Professor Titular, o grau de doutor (Unimontes, 2002).

No que se refere às vagas destinadas ao curso de licenciatura em Filosofia, segundo Moraes (2020), foram disponibilizadas sete no total, sendo cinco para a área de Filosofia em geral e duas para subáreas de Filosofia Brasileira. Contudo, apenas cinco candidatos foram aprovados, resultando em duas vagas destinadas à subárea que ficaram como cargos remanescentes, ou seja, que não foram preenchidas por falta de candidatos aprovados.

Em 2014, a Unimontes realizou o terceiro concurso, cujo edital 01/2013 foi “aprovado e publicado em 08 de agosto daquele ano, oferecendo inicialmente 226 vagas para professores e recebendo um total de 2.163 inscrições” (Moraes, 2020, p. 70). Entretanto, devido à inconstitucionalidade das efetivações impostas pela Lei Complementar Estadual n.º 100/2007, julgada pelo Supremo Tribunal Federal-STF em 30 de abril de 2014, o Conselho Universitário-Consu tomou a decisão de cancelar o edital e suspender a realização do concurso.

Após a destituição de todos os professores que foram efetivados pela Lei Complementar Estadual n.º 100/2007, o concurso foi retomado com algumas mudanças. Segundo Moraes (2020), o concurso foi orientado pelas resoluções n.º 028 - CEPEX/2014 e n.º 122 - CEPEX/2014, e as vagas oferecidas foram ampliadas, passando de 226 para um total de 639 cargos para Professores de Educação Superior. Especificamente para o Departamento de Filosofia, das 12 vagas disponíveis no concurso de 2014, 11 foram preenchidas pelos candidatos aprovados. A vaga que não foi preenchida ficou como vaga remanescente.

Em 2017, após intensas discussões e reflexões, vinculado à licenciatura em Filosofia, iniciou-se o Programa de Mestrado Profissional em Filosofia (Prof-Filo) da Unimontes, com o objetivo de ampliar a formação e o desenvolvimento profissional do professor de Filosofia do Ensino Fundamental e Médio (Unimontes, 2019). Sendo um mestrado em rede, grande parte do programa é padronizado com a oferta a nível nacional, mas o curso de licenciatura em Filosofia traz grande influência na concepção epistemológica e cotidiana do mestrado.

Figura 3 - Entrada da Universidade Estadual de Montes Claros em 2020



Fonte: Site da Unimontes³

A Figura 3 é uma imagem do ano de 2020. Ao compará-la com a Figura 3, podemos verificar as mudanças ocorridas no *campus*. Para além da entrada para a universidade, temos a construção dos prédios destinados ao restaurante universitário, ao centro tecnológico, à pós-graduação, ao centro de pesquisa em Ciências Humanas, à biblioteca central, às quadras poliesportivas, ao centro de convenções (ainda em construção em 2023) e da portaria. É importante refletirmos sobre essa entrada como um ponto simbólico e importante para a identidade da instituição. Como muitas universidades, a entrada pode ser identificada por uma estrutura marcante que representa o acesso ao *campus*.

A licenciatura em Filosofia, assim como as demais licenciaturas, vem passando por recorrentes desafios, como a instauração do Novo Ensino Médio, aprovado pela Lei n.º 13.415/2017, que alterou a LDBEN/96 e promoveu mudanças em sua estrutura, dentre elas a não obrigatoriedade da Filosofia – o que afasta a essência crítico-reflexiva que a disciplina propõe. Tais mudanças atravancam a efetivação filosófica, principalmente pelo fato de que essas reformas limitam a presença da filosofia, em uma época em que as tecnologias de comunicação e informação ocupam um grande espaço na vida do estudante e demandam o pensamento reflexivo.

³ Disponível em: <https://unimontes.br/unimontes-inicia-renovacao-de-matriculas-nesta-quarta-feira-22-12-e-prazo-vai-ate-9-de-janeiro/>. Acesso em: 17 set. 2023.

O curso de licenciatura em Filosofia prepara seus egressos para atuarem em diversas áreas do conhecimento ou prosseguirem seus estudos e aprimoramento profissional. Para alcançar esses propósitos, o curso de licenciatura em Filosofia propõe-se a oferecer investigação consistente e metódica de temas relevantes no campo do pensamento filosófico, como, por exemplo, questões relacionadas à Ética, Estética, Epistemologia, Filosofia e Cultura, Filosofia e Educação, Filosofia Política e Social, bem como a História da Filosofia.

3 Licenciatura em Filosofia: a história narrada

Nesta seção, em que colocamos foco na apresentação de dados obtidos em entrevista, continuamos a jornada de reconstituição da memória coletiva e registro das diferentes faces da história do curso de licenciatura em Filosofia da Unimontes. A narrativa será fundamental para preservar a memória em homenagem aos professores pioneiros que se aventuraram nesse empreendimento, além de enaltecer aqueles que deram continuidade a essa trajetória. Através da entrevista, resgatamos histórias e experiências de sujeitos históricos, que vivenciaram o curso de licenciatura em Filosofia.

Ao longo dessa seção, vamos imergir nas narrativas e lembranças de um personagem que desempenhou papel importante na história, buscando trazer à tona as sutilezas de experiências que moldaram o percurso da licenciatura em Filosofia na Funm/Unimontes. A entrevista proporciona uma abordagem subjetiva, permitindo a construção do conhecimento a partir da voz do outro. É por meio desses relatos que desvendamos as histórias individuais e coletivas, que se entrelaçam para compor a trajetória dessa importante formação acadêmica.

O nosso entrevistado é João Roberto de Oliveira, professor efetivo da Unimontes, Graduado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) (1980), com Especialização em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (1994), Mestre em Estética e Filosofia da Arte pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) (2013). Atuou, até o ano de 2017, no Ensino Médio, como professor efetivo do estado de Minas Gerais, sendo lotado na 22ª SRE - Montes Claros e na Escola Estadual Gilberto Caldeira Brant de Bocaiuva/MG. Atualmente, é professor do Departamento de Filosofia e Coordenador do campus da Unimontes em Bocaiuva (Oliveira, 2023).

A trajetória de ingresso do professor João Roberto de Oliveira na Unimontes é importante na constituição da história da licenciatura em Filosofia. Sua carreira como docente nesta instituição está estreitamente entrelaçada com eventos históricos, conferindo-lhe relevância singular. Por esse motivo, iniciamos a entrevista tentando compreender o momento de sua carreira como professor da Unimontes, que marcou o início de uma jornada de contribuições significativas para a continuidade do curso e a formação de professores de Filosofia.

Em 1994, eu fiz uma pós-graduação *Lato Sensu* em Filosofia. Isso me deu a condição, a condição de prestar um concurso no final de 94 para Unimontes. Eu tinha dois cargos no estado pela Secretaria Estadual de Educação. Trabalhando com magistério e com o então científico. Um cargo efetivo por ter passado em concurso público e o outro era designado, então eu deixei, claro, o cargo designado contratado, após passar a ser aprovado no concurso, final de 94 na Unimontes, vindo tomar posse em janeiro de 95. Então, estou na Unimontes desde 95. [...] Ao assumir em 95, já em 96 eu fui coordenador do curso de Filosofia, coordenador didático-pedagógico do curso. Depois, vim assumir o Departamento de Filosofia (Oliveira, 2023).

O professor João Roberto apresenta informações acerca do concurso que realizou na Unimontes, em 1994, em que o cargo que pleiteou não demandava dedicação exclusiva. Após aprovado no concurso, o professor abdicou do contrato designado que ocupava, permanecendo no cargo efetivo vinculado à Secretaria de Estado da Educação e, simultaneamente, assumindo a posição de docente na Unimontes.

As informações do professor João Roberto de Oliveira complementam as pesquisas realizadas por Jardim et al. (2002) e Moraes (2020) sobre o concurso público de 1994. A narrativa descreve a sua jornada na Unimontes desde 1995 e o conecta com um momento importante na história da instituição, por ter sido o primeiro concurso em que se exigiu a formação em nível de pós-graduação *lato e stricto sensu* para a docência no ensino superior. É, ainda, o primeiro concurso público que cobra conhecimentos específicos da área de atuação, além de contemplar a exigência de habilidades didáticas para o exercício profissional – o primeiro concurso de 1994 foi realizado em prova única para todos os cargos docentes, independente da área de atuação, com questões relativas ao direito público. Desta forma, a narrativa do professor João Roberto contribui para a com-

preensão desse período de alterações na formação e crescimento no corpo docente da universidade.

O Professor João Roberto de Oliveira ingressou na Unimontes em 1995, aproximadamente oito anos depois do restabelecimento do curso de Filosofia, após a interrupção que ocorreu no período de 1971 a 1987. Nesse sentido, buscamos conhecer, através de sua narrativa, o contexto histórico do curso após sua chegada até os dias atuais.

O contexto era de que havia uma carência de professores qualificados. Havia professores que não tinham a qualificação em Filosofia, mas que tinham visto evidentemente disciplinas filosóficas e que contribuíram ali com o departamento. [...] a partir da lei de criação da Unimontes enquanto Universidade Estadual pública o contexto histórico era de que a instituição não tinha para todos os cursos, professores devidamente qualificados, habilitados. Se tinha uma certa qualificação essa qualificação era em outra, em outras áreas, áreas afins (Oliveira, 2023).

Havia professores que, embora não possuissem a graduação plena em Filosofia, contribuíram com o departamento, trazendo experiências e conhecimentos de disciplinas filosóficas correlatas. A escassez de professores habilitados em algumas áreas era uma realidade da Unimontes como instituição. Diante dessa circunstância, a universidade produziu o diálogo e aproximação de áreas de conhecimento, contando com a experiência e formação dos docentes, com a finalidade de preencher as necessidades dos departamentos, conforme Oliveira (2023).

A implantação do curso de licenciatura em Filosofia deu-se juntamente com o curso de Matemática e Ciências Sociais. Segundo Almeida (2015, p. 202), “em Montes Claros, a formação ocorreu, como em muitos lugares, permeada e afetada pela improvisação, pela falta de estrutura física e de recursos humanos”. Talvez isso explique o motivo pelo qual professores de outros cursos foram aproveitados para atuar no curso de licenciatura em Filosofia.

Havia professores que não tinham a qualificação em Filosofia, mas que tinham visto evidentemente disciplinas filosóficas e que contribuíram com o departamento. Então, professor com formação em Direito, que é o caso do professor que se tornou chefe do departamento, que era o professor Domingos Ruas [...]. Era formado em Direito e fez também essa pós-graduação *Lato Sensu*. Ele era um dos professores que estava ali no departamento e no curso con-

tribuindo, por ter tido no curso de Direito a disciplina filosófica (Oliveira, 2023).

Os professores temporários fizeram e fazem parte do contexto histórico da Funm/Unimontes e do curso de Filosofia, desde a sua instauração até a atualidade (2023), em que o quadro docente conta com profissionais designados. De acordo com Moraes (2020), em 2005, os professores temporários chegaram a atingir cerca de 61% do corpo docente, e vale salientar que, atualmente, ainda são lançados editais para cadastro de reserva. Essas pontuações nos fazem refletir acerca das reformas na área da educação, bem como a regulamentação da profissão professor. Profissão essa que passou e passa por um processo de construção, seja de um papel social bem como de sua identidade.

No período do concurso houve, à época, uma efetivação dos professores que vieram lá da Funm [...]. Esses foram efetivados sem concurso, por uma lei. Foi criada uma lei do Estado, e especial, para a efetivação desses professores (Oliveira, 2023).

A fala do entrevistado evidencia que, durante a transição da Funm para a Unimontes, alguns professores foram efetivados sem concurso, beneficiando-se de uma lei estadual especial. Essa efetivação mencionada pelo entrevistado, conforme explicado por Moraes (2020, p. 64), decorre, na verdade, da nova estrutura administrativo-funcional após essa transição, que “reclassificou todos os trabalhadores da extinta Fundação Norte-Mineira de Ensino Superior como detentores de Função Pública”. No entanto, a efetivação destes docentes detentores de função pública ocorreu pela via de aprovação no concurso público realizado no ano de 1994.

Posteriormente, novas mudanças foram implementadas no contexto educacional em torno do ano de 1996. O professor João Roberto de Oliveira destaca questões que abrangem o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a transição para o sistema de semestralidade, a redução da carga horária das disciplinas e os efeitos decorrentes dessas mudanças.

E nesse momento, o curso era anual, ele acontecia em 4 anos. Cada ano, cada série, digamos assim, cada ano letivo era correspondente, portanto, aos dois semestres como um ano de formação. Não havia semestralidade. Então, posteriormente, houve essa alteração, essa mudança mais precisamente, a partir de, salvo engano, a partir de 98, por aí, que dá início, a essa alteração do curso. Novos Projetos

Políticos Pedagógicos. Portanto o ano letivo ele é dividido em dois, vocês certamente passaram por isso, quem estudou na Unimontes. Você está ali, então, no primeiro semestre um período, segundo semestre outro período, quarto semestre é outro período. Com esse quantitativo dos dias letivos. Então, sobretudo com a LDB, a gente vai ver que ocorre esse processo de mudança. Nesse sentido, nós temos, portanto, o curso em quatro anos, ele permaneceu e permanece em quatro anos, agora com oito períodos. E quando então ele era anual, nós tínhamos uma carga horária extensa para cada disciplina. E, logicamente, também uma redução de disciplina. As disciplinas ocorriam anualmente e havia uma redução de disciplina. O que de um certo modo, na minha visão, causava um certo prejuízo para algumas disciplinas e para os acadêmicos no seu processo de formação. Ao mesmo tempo, essa mudança também trouxe, digamos assim, uma positividade, embora há disciplinas que acabam ficando prejudicadas pela carga horária, pelo tempo (Oliveira, 2023).

O curso de licenciatura em Filosofia oferece formação sólida e aprofundada aos futuros professores, preparando-os para lecionar como agentes transformadores e críticos. A oferta dessa formação amplia as oportunidades de acesso ao conhecimento filosófico, promovendo o enriquecimento intelectual e a compreensão das diferentes correntes de pensamento. Além disso, a licenciatura em Filosofia valoriza a diversidade acadêmica e cultural da região. O reconhecimento das contribuições do curso de Filosofia para o Norte de Minas está presente no depoimento do professor João Roberto de Oliveira:

Então, o curso de Filosofia ele vai estar gerando alunos, graduados que vão fazer *lato sensu* na própria Unimontes e fora da Unimontes e que vão para mestrados e vão para doutorados e que na medida da necessidade que o departamento vai tendo, para atender a demanda interna da Universidade com as diversas disciplinas filosóficas, ela vai processando, fazendo processos seletivos e contratando. Então depois vieram outros concursos: 2002 e 2014. Então, tem essa contribuição que é dada no processo de formação das diversas áreas profissionais. É que em consequência disso, claro, entendemos que o curso evidentemente contribui e muito com a sociedade norte-mineira e com os profissionais que são gerados pela universidade como um todo [...] (Oliveira, 2023).

A disciplina de Filosofia exerce um papel de importância na formação dos estudantes do Ensino Médio, permitindo-lhes realizar refle-

xões críticas acerca de temáticas como ética, política, sociedade, existencialismo e outros. No entanto, a proposta de reforma do Novo Ensino Médio gerou a exclusão da disciplina de Filosofia como obrigatoriedade nesse currículo (Lima, 2023). Os defensores da manutenção dessa disciplina argumentam que ela estimula o desenvolvimento do pensamento crítico e da habilidade de argumentação – fundamentais para a formação de cidadãos conscientes. Por outro lado, os que defendem sua exclusão alegam a necessidade de flexibilizar os currículos, priorizando disciplinas de formação profissional.

Sobre a não obrigatoriedade da Filosofia no projeto do Novo Ensino Médio, o Professor João Roberto de Oliveira enfatizou as seguintes considerações:

Mas excluir, e essa foi a tentativa, excluir a Filosofia, excluir Sociologia, diminuir a quantidade de carga horária, excluir Artes. Suprimir em todas as séries disciplinas, fundamentais como a Geografia coisas dessa natureza. Eu penso que, realmente, é a tentativa de manter uma profunda alienação da nossa juventude (Oliveira, 2023).

É preocupante a baixa procura pela profissão docente, e isso merece uma análise crítica (Schwerz *et al.*, 2020). Nos últimos anos, testemunhamos uma diminuição significativa do interesse dos jovens pela carreira de professor. Essa tendência reflete a desvalorização da profissão e expõe os desafios e dificuldades enfrentados. Uma das principais razões para essa diminuição é a percepção de baixos salários e condições de trabalho precárias. Muitos jovens veem a carreira docente como pouco atrativa financeiramente, optando por profissões que oferecem remuneração mais alta e maior estabilidade. Além disso, há falta de reconhecimento social e desvalorização da figura do professor. A sociedade, muitas vezes, subestima o trabalho docente, o que desencoraja os jovens a seguir essa profissão. No que diz respeito às oportunidades de trabalho, o professor João Roberto de Oliveira destaca a área limitada de atuação da Filosofia e menciona a reforma do Novo Ensino Médio como um indicativo de possíveis restrições nesse campo, principalmente para lecionar. No entanto, o professor expressa sua satisfação em receber alunos graduandos que buscam o curso com o objetivo de se tornarem professores e ministrarem aulas.

[...] Então tem, tem alunos que vão para os cursos com essa finalidade de estarem atuando mesmo né. Isso, isso nos causa uma

satisfação. De ver quando eu recebo os alunos nos cursos, aí no primeiro período eu faço sempre a pergunta:

– Você viu filosofia lá no Ensino Médio?

– Sim, sim, sim.

– Quem foi seu professor?

Aí eu vejo o elenco de ex-alunos nossos, tá. Isso dá uma satisfação muito grande, né! De ver que saem, que vão atuar ali no magistério (Oliveira, 2023).

Após considerar os desafios enfrentados na formulação e mudanças do curso de Filosofia, tivemos a oportunidade de discutir a proposta do Novo Ensino Médio. Ao falar da importância da Filosofia não apenas no contexto acadêmico ou escolar, mas também em termos sociais, o professor João Roberto realiza uma breve reflexão sobre a realidade atual, uma sociedade caracterizada pelo ceticismo. Nas palavras do entrevistado, *“vivemos e vivenciamos a experiência de coisificação da pessoa”*, o enfraquecimento das relações humanas e dias marcados pela manifestação de informações falsas, as *fake news*. Nesse sentido, a licenciatura em Filosofia é importante, pois busca formar professores que pensem criticamente a realidade e promovam discussão reflexiva e fundamentada na realidade.

Eu penso essa futilidade que tem se propagado e retirado das pessoas a condição de pensar de desenvolver um senso crítico avaliativo, de ter uma visão significativa da verdade, de perseguir, de buscar a verdade e não se deixar levar tantas ondas. A Filosofia tem aí uma importância muito grande, por isso ela não deve ser vista com tanta utilidade (Risos) Para não se inserir nesse mercado. Nesse mercado, porque vivemos um materialismo, vivemos numa sociedade de consumo que não nos dá tempo, de pensarmos em determinados valores de caráter, de caráter moral, de caráter espiritual de caráter científico. Que vai nos retirando a condição de pensamento, que vai nos retirando o tempo, que vai nos retirando tempo e, portanto, que vai nos destituindo, como seres pensantes. Eu penso que a Filosofia tem aí uma importância muito grande. Eu gosto muito de ver trabalhando com os alunos que estão chegando, quando a gente consegue ajudá-los a ter esse entendimento como eles ficam ali, sabe, extasiados até mesmo: “puxa vida” Tem algo maior, tem algo melhor, para a gente encontrar na gente mesmo, sabe? Tenho ouvido isso agora nas últimas turmas que tenho trabalhado (Oliveira, 2023).

A Filosofia nos convida a questionar, a refletir e a desenvolver o pensamento crítico diante das informações que nos são desenvolvidas,

fornece ferramentas necessárias para discernir entre o verdadeiro e o falso, entre o fundamental e o infundado. Ao compreendermos os princípios e métodos da Filosofia, somos capazes de analisar as notícias e informações que nos chegam, a investigar suas fontes e a avaliar sua veracidade. Através da Filosofia, aprendemos a questionar as narrativas e buscamos uma compreensão mais profunda e crítica dos acontecimentos ao nosso redor.

4 Considerações finais

Neste capítulo, narramos e analisamos faces da história da licenciatura em Filosofia na Funm/Unimontes (1968-2023), o que nos levou a refletir sobre a importância dessa instituição de ensino superior no processo de formação de professores para a região norte-mineira. Ao longo dos anos, a licenciatura em Filosofia desempenhou um papel fundamental na preparação de professores de diversas áreas comprometidos com o pensamento crítico, a ética e a reflexão filosófica, valores essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente e justa.

Veiga, Xavier e Fernandes (2012) defendem que a formação de um professor é essencial na trajetória de vida desse profissional e pode contribuir significativamente nos caminhos que escolhe trilhar ao longo de sua carreira. A perspectiva da formação como meio para dar sentido a esses caminhos está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento pessoal, profissional e até mesmo filosófico do docente.

Para Tardif (2014, p. 12), “o saber dos professores é um saber social”. Assim, é importante ressaltar que, na formação do professor, é necessária socialização profissional, imbricamento do indivíduo e o contexto. O sujeito (professor) não deve se limitar a adquirir conhecimento teórico e habilidades técnicas para o exercício da docência, embora esses elementos sejam fundamentais; a formação também deve englobar a construção ao longo de uma carreira e a construção de identidade do professor com sua visão de mundo. Através da formação, o professor pode refletir sobre seus valores, princípios e crenças, o que influenciará diretamente sua atuação em sala de aula e na relação com seus alunos.

Cunha (2012) destaca a importância da não neutralidade e da intencionalidade, que um professor bem formado precisa adquirir, em seu amadurecimento profissional, que ao se aprofundar em questões educacionais, filosóficas e sociológicas, lhe permitirá compreender a importância de seu papel na sociedade e na formação dos cidadãos. Essa compreensão

pode conferir um propósito maior ao seu trabalho, ajudando-o a enxergar que sua atuação vai além de transmitir conteúdos, mas também envolver o desenvolvimento integral dos alunos, a promoção da cidadania, do pensamento crítico e da formação de indivíduos conscientes e participativos.

Para Gadotti (2000), uma formação adequada possibilita ao professor estar em constante processo de atualização, aprimoramento e inovação. A educação é um campo em constante evolução, com novas metodologias, tecnologias e perspectivas educacionais surgindo regularmente. Um professor que investe na sua formação continuada é capaz de planejar-se, tornar-se mais conectado às mudanças e desafios do contexto, permitindo que ajuste seus caminhos de acordo com as necessidades dos alunos e da sociedade.

Outro aspecto relevante, abordado por Schotten e Romanowski (2020), é a relação entre a formação continuada, intencionalidade contextualizada e a motivação do professor. Quando um docente se sente preparado para exercer seu trabalho, sua autoconfiança aumenta, e isso pode ser um poderoso impulso para seguir em frente, mesmo diante das dificuldades inerentes à profissão. A formação adequada e contínua pode estabelecer maior relação entre as aulas e o currículo, despertando também a consciência desenvolvida em suas práticas e o desejo de fazer a diferença na vida dos alunos e influenciar positivamente o futuro deles.

Contudo, é importante destacar que a formação não é um ponto final na trajetória do professor. Pelo contrário, é um processo contínuo, que se expande ao longo da carreira e da vida pessoal. À medida que o professor vivencia novas experiências, enfrenta desafios e amplia seus horizontes, novos significados podem ser atribuídos aos caminhos traçados. A aprendizagem constante e a reflexão contínua sobre a prática educacional são fundamentais para que o sentido da profissão seja constantemente renovado e enriquecido.

Em suma, a formação sólida e abrangente do curso de licenciatura em Filosofia contribui para a construção de base teórica, reflexiva e metodológica aos futuros professores a enfrentarem os desafios do ambiente educacional contemporâneo em constante movimento, ou seja, uma perspectiva de um profissional reflexivo, como nos propõe (Schon, 2000). A partir do curso, os graduandos desenvolvem habilidades analíticas, argumentativas e de interpretação que enriquecem suas práticas pedagógicas, permitindo-lhes despertar o interesse dos estudantes pela Filosofia, pela reflexão sobre a vida e o mundo e um diálogo do conhecimento com ação.

No entanto, as dificuldades aqui apresentadas ressaltam a importância de um olhar perplexo, mas não paralisante. Isso nos leva a uma intervenção a partir do cenário histórico e atual frente aos desafios para a licenciatura em Filosofia, ou seja, é imprescindível que saibamos a intencionalidade da ação pedagógica. Diante das mudanças políticas, sociais, em especial as tecnológicas, que impactam a educação, o curso enfrenta a necessidade de se adaptar e se reinventar. A reforma do Ensino Médio, por exemplo, propõe alterações no currículo que podem ameaçar a presença da disciplina de Filosofia nas escolas, tornando essencial a luta pela preservação e manutenção do ensino filosófico. Além disso, a disseminação de notícias falsas e as perspectivas de informações pouco fundamentadas desafiam a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Nesse sentido, a Filosofia desempenha um papel essencial na formação de cidadãos. Ela ajuda a desenvolver habilidades de análise, argumentação e discernimento, permitindo-nos participar ativamente do debate público de forma reflexiva e crítica. Através do ensino da Filosofia, podemos cultivar uma sociedade mais consciente e crítica diante das notícias falsas, uma sociedade capaz de discernir a verdade em meio à desinformação (Fávero; Santos; Oliveira, 2023). Portanto, diante dos desafios impostos pela disseminação de notícias falsas, a Filosofia se apresenta como uma disciplina fundamental, que contribui para a formação de indivíduos conscientes, capazes de analisar, questionar e enfrentar os desafios intelectuais e éticos de nossa época.

Por fim, a principal lacuna deste estudo é a necessidade de fazer um recorte, pela impossibilidade de reconstituir a história em sua totalidade. Não se pode reduzir a história do curso de Filosofia à memória dos personagens presentes na discussão trazida neste texto, pois faltam informações aprofundadas sobre o curso de licenciatura em Filosofia investigado. A importância desses fatos é de tamanha abrangência no tempo e espaço. Uma vez que realizamos apenas uma entrevista, esta é uma limitação que corrobora as lacunas aqui identificadas. Portanto, uma análise mais acurada do objeto em estudo deveria servir de entrevistas adicionais, como fonte primária de dados. Apesar disso, reconhecemos que nosso interlocutor assume um papel crucial e que demonstra o que foi possível dentro do contexto com confiabilidade, objetividade e relevância.

Referências

- ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro. **Um lugar:** muitas histórias – o processo de formação de professores de Matemática na primeira instituição de ensino superior da região de Montes Claros/norte de Minas Gerais (1960-1990). 403 f. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- ARANHA, Maria Lúcia Arruda. **Filosofia da educação.** Moderna, 2006.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho (Org.). **Unimontes 50 anos:** história e memória. Montes Claros: Editora Unimontes, 2012.
- CALEIRO, Regina Célia Lima; PEREIRA, Laurindo Mékie (Org.). **Unimontes:** 40 anos de história. Montes Claros: Editora Unimontes, 2002.
- CARDOSO, José Maria Alves; MAIA, Maria de Fátima Rocha; RODRIGUES, Luciene. A importância da Unimontes para a região Norte de Minas Gerais. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 1, n. 4, p. 145-161, 2009.
- CUNHA, Maria Isabel da. **O bom professor e sua prática.** Papirus Editora, 2012.
- FÁVERO, Altair Alberto; SANTOS, Antônio Pereira dos; OLIVEIRA, Julia Costa. Em defesa da filosofia e de uma educação para o pensar: incertezas e desafios para a escola. **Revista Digital de Ensino de Filosofia - REFilo**, v. 9, p. e1/1-18, 2023.
- GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação.** São Paulo em perspectiva, v. 14, p. 03-11, 2000.
- GALLO, Sílvio. A filosofia e seu ensino: conceito e transversalidade. In: SILVEIRA, Renê J. T.; GOTO, Roberto (Org.). **Filosofia no ensino médio:** temas, problemas e propostas. São Paulo: Edições Loyola, 2007. pp. 15-36.

JARDIM, Alex Fabiano Correia Jardim et al. A genealogia de uma universidade: de 1962 a 1989. IN: CALEIRO, Regina Célia Lima Caleiro; PEREIRA, Laurindo Mékie. **Unimontes: 40 anos de história**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2002. p. 17-47.

LIMA, Maria Daniele Coelho. Os impactos da base nacional comum curricular para o ensino médio. **Temas & Matizes**, v. 16, n. 27, p. 91-111, 2023.

MAIA, Cláudia de Jesus; CORDEIRO, Filomena Luciene. As faculdades da Funm. In: CALEIRO, Regina Célia Lima Caleiro; PEREIRA, Laurindo Mékie (Org.). **Unimontes: 40 anos de História**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2002. pp. 52-72.

PEREIRA, Laurindo Mékie Montes Claros anos 50: entre a esperança e a frustração. **Revista Unimontes Científica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/2148>. Acesso em: 27 jul. 2023.

MORAIS, Aurora Maria de. **Precarização das relações de trabalho no ensino superior**: as condições de trabalho dos docentes temporários da Universidade Estadual de Montes Claros. 146 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros/MG, 2020.

SCHWERZ, Roseli Constantino; DEIMLING, Natalia Neves Macedo; DEIMLING, Cesar Vanderlei; SILVA, Daniele Cristina da. Considerações sobre os indicadores de formação docente no Brasil. **Pro-Posições**, v. 31, e20170199, 2020.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo**: um novo design para o ensino e a aprendizagem: Artes Médicas Sul, Porto Alegre, 2000

SCHOTTEN, Neuci; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Formação continuada: da reprodução fragmentada à intencionalidade contextualizada. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 15, n. 3, p. 718-737, 2020.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

UNIMONTES. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 012 – CEPEX/2002**. Dispõe sobre a realização de concursos do magistério superior e dá outras providências. Montes Claros: CEPEX, 2002. Disponível em: <https://unimontes.br/wp-content/uploads/2020/05/resolucao087.pdf> Acesso em: 30 jul. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Resolução nº. 108 – Aprova alterações no Projeto Político Pedagógico do curso de Filosofia – Licenciatura. Montes Claros: Unimontes, 2017. Disponível em: <https://unimontes.br/resolucao-no-108-aprova-alteracoes-no-projeto-politico-pedagogico-do-curso-de-filosofia-licenci/> Acesso em: 21 ago. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros O PROF-FILO. Programa de Pós-graduação em Filosofia, 2019. Disponível em: <https://www.posgraduacao.unimontes.br/ppgmpf/o-prof-filo> Acesso em: 30 jul. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. **Resolução Cepex/Unimontes nº. 050**, de 18 de maio de 2022. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Filosofia (Licenciatura) e seus anexos. Montes Claros: CEPEX, 2022. Disponível em: https://unimontes.br/wpcontent/uploads/2022/05/resolucao_cepex050.pdf . Acesso em: 10 mai. 2023.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; SILVA, Edileuza Fernandes da; XAVIER, Odiva Silva; FERNADES, Rosana Cesar de Arruda. Pós-graduação: espaço de formação pedagógica de docentes para a educação superior. In: D'ÁVILA, Cristina Maria; VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Didática e docência na educação superior**: Implicações para a formação de professores. Campinas, SP: Papirus, 2012. pp. 85-108.

9

Curso de Ciências Sociais e suas transformações: Licenciatura/Bacharelado

Flaviane Alves dos Santos
Edson Cosme Martins Filho

1 Introdução

A Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), resultante da transformação da Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm), através da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989, foi instituída através do Decreto Estadual n.º 30.971, de 09/03/1990. No entanto, a efetiva integração da Unimontes como ente público (autarquia) ocorre a partir de 01/08/1990, quando os servidores da extinta Funm foram incorporados ao quadro pessoal do Estado de Minas Gerais (Anastasia, 2012). A estadualização produziu condições para a Unimontes transformar-se em uma das mais relevantes e conceituadas instituições de ensino superior do estado de Minas Gerais.

A Unimontes, historicamente, tem contribuído para a construção e a transformação da sociedade na qual está inserida, em especial nas regiões da sua área de abrangência no norte de Minas Gerais, com intensa atuação no ensino, na pesquisa e na extensão; valendo-se da promoção da construção de conhecimento científico significativo nas mais diversas ciências e, ainda, da contribuição para formação de profissionais de qualidade colocados a serviço da comunidade.

A Funm/Unimontes assumiu relevância histórica em todos os campos do conhecimento em que atua, sendo pioneira na oferta do en-

sino superior na região norte do estado de Minas Gerais, com cursos de graduação em nível de bacharelado e licenciatura, em diversas áreas, dentre elas o curso de Ciências Sociais – o que contribui para a formação e qualificação de professores.

A institucionalização do ensino das Ciências Sociais no Brasil teve início na década de 1930, com a Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo (USP), como também da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em meados de 1935, algumas disciplinas das Ciências Sociais começaram a ser ministradas em outras universidades. O curso de Ciências Sociais atingiu o ápice do seu prestígio e atração entre 1960 e 1975, período de ascensão da participação política estudantil. Com o regime militar (1964-1985), houve mudança significativa no perfil das Ciências Sociais e o esvaziamento de professores. Mas a formação em Ciências Sociais, que conjuga o domínio de várias disciplinas, particularmente, da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política, tem se firmado.

Em Montes Claros, o curso de Ciências Sociais, instalado na década de 1960, especificamente em 1968, contando a época com duas modalidades – bacharelado e licenciatura –, é relevante para a instituição, especialmente pelas reflexões proporcionadas, o que contribui para formação de lideranças e pela conscientização acerca de valores sociais necessários à construção de uma sociedade ética e plural.

O curso de Ciências Sociais da Funm/Unimontes passou por várias mudanças em relação à modalidade oferecida, sendo, inicialmente, ofertado em dupla habilitação, em que o acadêmico cursava o bacharelado e depois realizava complementação, que o habilitava também para a docência. No decurso destes 55 anos de sua existência, o curso oscilou entre única ou dupla habilitação, sendo que, no momento atual, é ofertado como bacharelado, com possibilidade de retomar a oferta da licenciatura como complemento à formação, de forma que o cientista social amplie o campo de trabalho e também possa exercer a docência.

O objetivo deste capítulo é desvelar faces da implantação e da trajetória histórica do curso de licenciatura em Ciências Sociais na Funm/Unimontes. Para tanto, abordar-se-á as características, processos e transformações que ocorreram desde a implantação. Para tanto, valemo-nos de uma pesquisa bibliográfica e documental, com utilização de resoluções, pareceres e portarias, Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e da iconografia. Também foi utilizada a História Oral pelo suporte de entrevistas semiestruturadas e depoimentos de professores e professoras, sujeitos históricos que contribuíram para a história deste curso.

2 A instalação do curso de Ciências Sociais e os desafios enfrentados

Na Funm\Unimontes, o curso de Ciências Sociais foi autorizado a funcionar pelo Parecer n.º 45, de 10/04/1968, do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais (CEE/MG) e reconhecido pelo Parecer do CEE/MG n.º 2.705/1974 e Decreto n.º 74.650 de 1974. A primeira turma teve sua matrícula efetivada em 1968.

O curso de Ciências Sociais, originariamente, era o curso de Sociologia, instalado na antiga Funm, nela permanecendo entre os anos de 1968 e 1989, quando a Fundação foi, então, transformada em Unimontes (Unimontes, 2001). Nesse período, o prédio que atendia às demandas do curso era o casarão centenário da Escola Normal, localizado na rua Coronel Celestino, 75, no centro de Montes Claros, próximo à Praça da Igreja Matriz de Nossa Senhora e São José.

O prédio, ainda hoje, é conhecido como o “Casarão da Fafil”, pois abrigava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Fafil, onde funciona o Museu Regional de Montes Claros. Naquela época, na década de 1960, sem estrutura adequada e muitas dificuldades estruturais, o curso funcionava no ambiente que fosse disponibilizado, pois não havia sala própria, conforme informado pela professora Marina Ribeiro Queiroz (2023), que se formou na segunda turma de graduação, em Sociologia, nos anos 1970:

O curso não se chamava Ciências Sociais e sim Sociologia. Os cursos funcionavam no casarão onde hoje é o Museu, se chamava Funm, não havia estrutura para atender todas as demandas, sendo até mesmo alugado uma casa ao lado da praça da Matriz para o funcionamento da Reitoria (Queiroz, 2023).

Sobre a habilitação dos estudantes, a professora Marina Ribeiro Queiroz esclarece que o curso era um bacharelado, sendo possível uma complementação na formação que habilitava à licenciatura:

O curso não era licenciatura, e sim bacharelado, isso nos anos 1974, me formei em 77, demorei um pouco a me formar devido algumas dificuldades pessoais, filho pequeno, e também dificuldades para formação de turmas, tive que sair e retornar e formar turma naquele período tinha uma certa dificuldade. O estudante de Bacharel fazia o curso em 4 anos e depois voltava e fazia as disciplinas de licenciatura. Fiz Sociologia bacharel e depois voltei e peguei o diploma de licenciada (Queiroz, 2023).

A professora Marina Ribeiro Queiroz acompanhou as transformações ocorridas no curso de Ciências Sociais até os dias atuais, e fala com muito orgulho e amor de sua trajetória e escolha pelo curso de Sociologia. Ao mostrar emocionada a sua carteira de trabalho assinada naquele período, relata:

Em 1980 fui convidada a lecionar no curso que passou a ser de Ciências Sociais, então desde a década de 1980 até maio de 2023 trabalhei com Sociologia, me aposentei como professora no departamento de Política e Ciências Sociais em maio de 2023 (Queiroz, 2023).

Aproveitando a oportunidade de deixar registrado nesse capítulo de livro a fotografia de uma página da carteira de trabalho da professora Marina de Ribeiro Queiroz, assinada em 05 de maio de 1987, como Socióloga, destacamos a sua relevância. No âmbito do curso de Ciências Sociais da Unimontes, a professora muito contribuiu na formação de profissionais capazes de compreender os fenômenos, as estruturas e as relações que constituem as organizações sociais, em suas dimensões culturais, econômicas e políticas, como também exercerem a docência em Sociologia como professor reflexivo e engajado com a construção de uma sociedade mais justa, plural e inclusiva. Até a sua aposentadoria, em maio de 2023, a professora Marina Ribeiro Queiroz muito contribuiu com seu trabalho consciente e engajado, vivenciando muitas histórias no curso, na universidade.

Figura 1 - Carteira de Trabalho da Professora Marina de Queiroz

Fonte: Arquivo pessoal da professora Marina Queiroz.

A professora Marina Ribeiro Queiroz fala de seu orgulho em ser socióloga, de sua trajetória na FUNM/Unimontes e do prazer em contribuir com os acadêmicos, levando informações para realização de pesquisas.

Outra entrevistada, que também contribuiu para a construção da história do curso de Ciências Sociais é a professora Maria Railma Alves, que relata sobre a sua própria trajetória na universidade. Ao refletir sobre o perfil dos estudantes que, na década de 1980, optavam pelo curso de Ciências Sociais, sinaliza para os fatores influenciadores dessa escolha:

Inicio minha graduação em 1988 na antiga Funm, a partir daí começo toda trajetória nas Ciências Sociais. Importante como o curso de Ciências Sociais vai absorver um número significativo de profissionais e militantes da área dos movimentos sociais e pastorais, como os partidos políticos de esquerda. Partido dos Trabalhadores - PT, Partido Comunista do Brasil - PC do B eram partidos que tinham grandes representações dentro do curso de Ciências Sociais de modo geral e em particular na Unimontes, parte desses sujeitos selecionavam o curso de Ciências Sociais ou de História em função de sua trajetória marcada nos movimentos sociais (Alves, 2023).

Na percepção da professora Maria Railma Alves, a visibilidade, o engajamento nas causas sociais, a militância política e o lugar de destaque que ocupavam as pessoas que cursaram Ciências Sociais eram fatores que influenciavam a procura pelo curso, sobretudo no momento de redemocratização do Brasil, após a Ditadura Militar. Ao falar da sua escolha em cursar Ciências Sociais, a professora Maria Railma Alves aborda o seu pertencimento aos movimentos sociais e cita a professora Marina Ribeiro Queiroz, como uma de suas referências desse período:

Venho de movimento popular de cultura, acreditava que o curso de Cinema ou Ciências Sociais seriam dois cursos significativos na minha orientação profissional. Por não ter outro curso próximo ou em Cinema ou outras áreas, fiz opção por Ciências Sociais por ter uma repercussão forte na época e até hoje na região do Norte de Minas, por sujeitos que eles produziam no nosso contexto. A professora Marina Queiroz, por exemplo, era grande influência no Norte de Minas, nas rádios, na televisão, Prefeitura Municipal de Montes Claros, isso reverberava na região como um todo e fazia com que outros viessem para o curso de Ciências Sociais na Funm (Alves, 2023).

Quando a professora Maria Railma Alves fala sobre os movimentos sociais e o perfil dos estudantes que procuravam pelo curso de Ciências Sociais, percebe-se que o contexto social e político daquela época produzia o fortalecimento de militância e do engajamento nos movimentos sociais. Em seu discurso, a professora Maria Railma Alves é incisiva sobre a importância de se compreender a dimensão do curso:

Eu tenho o diploma de bacharel em Ciências Sociais, licenciada em Ciências Sociais e licenciada em História. Naquele contexto era possível acionar a licenciatura em História e licenciatura em Sociologia, depois houve briga do curso de História para que não tivesse acesso à licenciatura em História. Eu cheguei com 18 anos para o curso, lutamos muito, nos anos seguintes começa um debate da não permissão do acesso ao curso de licenciatura em História e consequentemente a revisão do curso de licenciatura em Ciências Sociais (Alves, 2023).

Ao trazer para a cena a disputa com o curso de História, a professora Maria Railma Alves nos permite discutir a importância da docência para os profissionais formados em Ciências Sociais, que não queriam perder o direito de trabalhar como professores de Sociologia e, também, de História. A professora nos permite rememorar as transformações no curso de Ciências Sociais e compreender uma questão que não foi exclusiva de Montes Claros, mas do Brasil, que não foi exclusiva das Ciências Sociais, mas também da Letras, da Matemática e de Ciências Físicas e Biológicas.

No contexto da Ditadura Militar, a pressão social por escola e a falta de professores formados levaram à criação dos cursos de licenciatura em curta duração, previstos na Lei 5.692, de 1971 (Brasil, 1971). Tais cursos ocorriam com uma carga horária menor e possibilitavam ao formado o exercício da docência em áreas afins. A exemplo, o curso de Ciências Sociais, que habilitava o egresso a assumir aulas de Sociologia, Geografia e História. No entanto, no momento pós-ditadura, em todo o Brasil, os professores se engajaram nesta discussão, questionando o aligeiramento curricular destes cursos com dupla ou tripla habilitação. E, por esse movimento de luta em favor da qualidade da formação de professores, esses cursos de licenciatura em curta duração foram extintos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n.º 9.394, de 1996 (Brasil, 1996), que assegura os direitos dos estudantes de graduação de terem uma formação mais aprofundada em seu campo de atuação – medida que

também assegura aos estudantes da Educação Básica a possibilidade de uma educação de qualidade.

Nesse contexto, o relato da professora Maria Railma Alves nos permite compreender que a promulgação da LDBEN/96 promove discussão sobre revisão do curso de licenciatura em Ciências Sociais e a reestruturação de sua matriz curricular e de seus objetivos.

3 Os projetos pedagógicos do curso de licenciatura em Ciências Sociais

Ao longo de sua trajetória histórica ocorreram várias mudanças no formato do curso de Ciências Sociais da Funm\Unimontes, sendo oferecido, ora na modalidade bacharelado, ora na modalidade licenciatura. “A concepção do curso em Montes Claros, foi calcada na necessidade de formar bacharéis em Ciências Sociais e professores para o magistério” (Unimontes, 2021, p. 16).

Especialmente, no final dos anos 1980, no contexto de redemocratização do país, o curso de Ciências Sociais foi marcado pelo empenho dos professores e estudantes em repensar sua organização de forma ampla e objetiva, desencadeando nos anos 1990 em um processo de mudanças e adequação do curso para realidade contemporânea. Esse processo foi aprofundado e favorecido pelo contexto de reordenamento institucional quando a Funm foi transformada em Unimontes (Unimontes, 2021). Para além das mudanças do Brasil, ocorrem discussões e transformações em nível local, que foram importantes para a instituição universitária se definir e reestruturar suas condições de funcionamento e oferta de seus cursos.

O curso foi instalado no período da Ditadura Militar, sendo que as reflexões iniciais sobre a sua oferta antecedem à LDBEN/96 (Brasil, 1996), sendo que a redemocratização do Brasil evidencia a premente necessidade de reestruturação da matriz curricular, vislumbrando uma formação mais crítica e diversificada dos cientistas sociais e professores. Na década de 1990, foi realizada a reforma na estrutura do curso, rompendo com as marcas da ditadura militar, partindo para uma nova concepção moderna do curso, aprovada em 1994 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex) – Unimontes, pela Resolução n.º 018/94 e Parecer Cepex n.º 038/94.

Em constante transformação, este novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Sociais, proposto e aprovado em 2021, aborda o tema da formação de professores e faz a seguinte referência à licenciatura:

Outra modalidade de habilitação conferida pelo curso de Ciências Sociais é a licenciatura em Ciências Sociais. A licenciatura deverá propiciar a formação de professores aptos a integrar instituições de ensino numa região que apresenta carência de profissionais habilitados em vários municípios no seu âmbito de influência e responsabilidade. A perspectiva que orienta esse projeto é de continuidade da formação de profissionais aptos a atuarem em escolas de educação básica com a disciplina de Sociologia. A opção pela modalidade de licenciatura poderá ser feita pelo aluno após a conclusão do bacharelado. A licenciatura em ciências sociais da Unimontes deverá contribuir para a formação de licenciados habilitados ao ensino de sociologia para o ensino fundamental e médio (Unimontes, 2023).

Ainda sobre as mudanças propostas no PPC de 2021, a serem implementadas na oferta do curso de Ciências Sociais, é importante elucidar que a matriz curricular e as práticas pedagógicas sinalizam a relevância da formação em pesquisa:

Para a modalidade bacharelado as adequações continuam apontando para uma formação mais sólida e centrada em três núcleos principais: Sociologia, Antropologia e Ciência Política. As disciplinas dessas áreas estão escalonadas em uma sequência lógica na grade curricular com suas respectivas cargas horárias que se orientam para uma formação teórica e metodológica sólida para fornecer referencial instrumental para pesquisa e a prática social nesse sentido deve se destacar a ênfase dada à área de metodologia que cumpre o objetivo de preparar os alunos para a pesquisa devendo encampar preocupações voltadas para a formação de pesquisadores (Unimontes, 2021).

Sobre a oferta de licenciatura e formação de professores para o ensino de Sociologia, o PPC aprovado em 2021 sinaliza a necessidade de formar o professor pesquisador, capaz de análises contextualizadas da realidade social, com possibilidade de atuação no ensino superior.

Assim, o Curso de Ciências Sociais terá que assumir o compromisso de propiciar uma formação acadêmica, preparando profissionais que queiram seguir a carreira de pesquisador e docência de nível superior (Unimontes, 2021).

Na discussão histórica do curso de Ciências Sociais, é importante destacar a flutuação entre a oferta de licenciatura e bacharelado. Nos li-

mites da pesquisa realizada para a escrita deste capítulo, não foi possível identificar e precisar as datas em que a oferta da licenciatura tenha ocorrido. No entanto, destacamos que, nos momentos em que a licenciatura foi ofertada, esta ocorreu como processo complementar ao curso de bacharelado. Ou seja, concluído o bacharelado, os estudantes podiam optar pela modalidade de licenciatura em Ciências Sociais, que lhes possibilitava atuar na docência, no ensino fundamental e médio. Essa complementação era organizada com disciplinas que proporcionavam a problematização das práticas didático-pedagógicas, tendo duração de 01 (um) ano.

As disciplinas obrigatórias da licenciatura eram Sociologia da Educação e Políticas Públicas em Educação, estando a vinculação desta oferta na responsabilidade do Departamento de Políticas e Ciências Sociais, enquanto que Didática, Psicologia da Educação, Estrutura e Funcionamento do Ensino no Brasil, Prática do Ensino em Sociologia I e II, estruturadas como componentes curriculares vinculados a outros departamentos da universidade (Unimontes, 2023). Atualmente, dentre as características do curso de Ciências Sociais - Bacharelado, está a pesquisa, conforme consta descrito na página da Unimontes:

Característica marcante das Ciências Sociais é a prática científica, e na Unimontes o aluno é estimulado a compreender os processos de criação e efetivação do trabalho de pesquisa social. Os alunos participam ativamente das discussões as mais sofisticadas sobre temas variados: trabalho, renda, pobreza e desigualdades sociais, manifestações culturais, artes, questões raciais e de gênero, cidades, violência e criminalidade, comunidades camponesas e indígenas, meio ambiente, direitos humanos, comportamento político, comportamentos no campo econômico, de indivíduos e grupos sociais, enfim, no passado e no presente (Unimontes, 2023).

A marcante característica do curso de Ciências Sociais é a prática científica. É importante ressaltar a variedade temática das discussões que são proporcionadas aos estudantes, sendo temas que englobam todo o contexto social que, além de contribuir para as discussões e produções científicas, aproxima o acadêmico da sua área de atuação profissional, como também na formação da autonomia enquanto pesquisador acadêmico e autonomia intelectual, enquanto cientista social. Conforme a Proposta de Curso de Pós-graduação *stricto sensu* - Mestrado em Ciências Sociais – o curso de graduação (bacharelado) em Ciências Sociais:

[...] permite a formação para o mercado de trabalho, visando desenvolver competências reflexivas, analíticas e técnico-instrumentais, valorizadas em três diferentes áreas: como pesquisador, no ensino superior como docente pesquisador ou ainda em assessoria e consultoria.

Como pesquisador, agente produtor, divulgador e debatedor de novos conhecimentos no âmbito das ciências sociais e de áreas afins. Estará habilitado para elaborar, empreender, analisar e avaliar diferentes modalidades de levantamentos de dados estatísticos, documentais, de entrevistas, dentre outros. Integrando grupos de pesquisa multidisciplinares a formação possibilita contribuir com conhecimentos específicos o desenvolvimento científico em inúmeras outras áreas de pesquisa como: educação, economia, história, exatas e da terra, demografia, administração, direito, enfim inúmeras outras (Unimontes, 2023).

O PPC de Ciências Sociais confere destaque para o que se considera ser a própria essência do egresso, que se forma como cientista social, capaz de análises circunstanciadas da realidade social. Neste sentido, destaca a possibilidade de atuação:

O cientista social poderá atuar ainda no planejamento e execução de ações de formação, com o desenvolvimento de processos de qualificação e formação continuada. Isto o credencia como docente facilitador/moderador, na capacitação e treinamento para: gestores públicos, membros de associações de trabalhadores, de camponeses, membros de conselhos municipais e estaduais nas diversas áreas de políticas públicas, em grupos de participantes de movimentos sociais, de populações tradicionais, de trabalhadores ou empreendedores da economia solidária, associações de catadores, enfim, podem atuar nas mais diversas áreas da sociedade (Unimontes, 2021).

O PPC indica a riqueza da matriz curricular do curso de Ciências Sociais e a variedade de oportunidades de atuação do profissional no mercado de trabalho para o profissional que se forma no nível de bacharelado. Por outro lado, é importante entender a história do curso e suas transformações, que atualmente é oferecido na modalidade bacharelado. Nesse sentido, a docência é colocada em segundo plano, sendo a sua oferta estruturada pelo formato 3+1, que a marca formação de professores, desde o nascedouro das licenciaturas no Brasil, em meados dos anos 1930. Esse modelo tem a seguinte estrutura: três anos de formação nos conteúdos específicos – no caso aqui tematizado, a Sociologia –, etapa que é seguida

pela complementação de um ano curso, que tem por eixo a Didática. Este ano de Didática inclui questões relativas aos Fundamentos da Educação, como a Psicologia, bem como os processos curriculares, a estrutura do ensino, além de uma abordagem metodológica do ensino, visando às práticas em sala de aula.

No âmbito da Unimontes, no momento presente, professores e estudantes têm elaborado propostas, requerendo a transformação do curso de Ciências Sociais em uma licenciatura, ou mesmo a oferta das duas modalidades de ensino – bacharelado e licenciatura. Tais reivindicações se alicerçam no argumento de que o profissional graduado na modalidade bacharelado não pode lecionar, sendo que muitos graduados, após concluírem o curso, precisam buscar outra formação.

4 Considerações Finais

Com base na pesquisa realizada, foi possível perceber a dimensão do curso de Ciências Sociais ofertado na Funm/Unimontes, bem como as discussões e debates acerca da sua oferta e sua importância na formação profissional do sociólogo, do cientista social e do professor de Sociologia.

Compreender a história desse curso é relevante para a história das licenciaturas da Unimontes, que se estrutura na instabilidade e indefinição da sua oferta. Formatado entre as modalidades bacharelado e licenciatura, o curso é atravessado pelo desejo da manutenção da licenciatura, mas alicerçado na formação do sociólogo e do cientista social.

Importante ressaltar que, no atual contexto da sociedade em que vivemos, com a possibilidade de que os egressos possam se inserir no mercado de trabalho, dada a abertura de concursos na área da educação, ofertar o curso na modalidade de licenciatura, além de ampliar a habilitação profissional para lecionar, é desejo de parte significativa dos sujeitos que buscam essa formação como também dos professores entrevistados, por apostarem e acreditarem na educação.

Referências

ALVES, Maria Railma. Entrevista concedida a Flaviane Alves dos Santos e Edson Cosme Martins Filho em junho de 2023.

ANASTASIA, Carla Maria Junho (org.). **Unimontes 50 anos: história e memória**. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2012.

BRASIL. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 ago. 1971.

BRASIL, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

QUEIROZ, Marina Ribeiro, Entrevista concedida a Flaviane Alves dos Santos e Edson Cosme Martins Filho em junho de 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros-Unimontes. Disponível na coordenação do curso de Ciências Sociais. Montes Claros-MG, 2001.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Resolução CEPEX/UNIMONTES Nº 043, de 19 de maio DE 2021. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais (Bacharelado) e seus anexos. Montes Claros-MG, 2021. Disponível em: https://unimontes.br/wp-content/uploads/2021/05/resolucao_cepex043.pdf. Acesso em: 16 jan. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Resolução CEPEX/UNIMONTES Nº 043, DE 19 DE maio DE 2021. Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Sociais (Bacharelado) e seus anexos. Disponível em: https://unimontes.br/wp-content/uploads/2023/12/resolucao_cepex220.pdf. Acesso em: 16 jan. 2023.

10

História das licenciaturas em Artes a partir de um olhar para o curso de Educação Artística de Montes Claros-MG

Isabela Parada
Tatiane Rocha Matos

1 Introdução

A criação da Faculdade de Educação Artística (Faceart), em Montes Claros, aconteceu em 1986 e, no ano seguinte, em 1987, a instituição iniciou suas atividades, oferecendo o curso de Licenciatura em Educação Artística (Licenciatura Curta/1.º grau e Licenciatura Plena/2.º grau), inicialmente, com habilitação em Música – canto e instrumento, estendendo a habilitação para Artes Plásticas e Artes Cênicas em 1988. Um olhar para a história deste curso pode nos fornecer reflexões importantes para a análise da história das licenciaturas em Artes no Brasil.

Neste capítulo, abordaremos um panorama histórico das licenciaturas em Artes, trazendo um contexto de abrangência nacional e do cenário de Montes Claros, especificamente, no momento da criação da Faceart. Além disso, serão apresentados os pontos de vista de egressos da primeira turma do curso, que participaram desse momento crucial para o estabelecimento das licenciaturas em Artes na cidade.

A temática da licenciatura em Artes tem muitas particularidades pelo fato de o ensino de artes, nas escolas, apresentar um contexto histórico de regulamentação desordenada. Por um lado, temos o seguinte cenário: a formação de professores de Artes só foi regulamentada com a Lei de Diretrizes e Bases n.º 9.394 de 1996 (Brasil, 1996), sendo esta a lei responsável pela polivalência do ensino das Artes nas escolas, tornando o/a docente responsável por ministrar as diversas linguagens artísticas. No entanto, foi a lei anterior, a LDB n.º 5.692 de 1971 que tornou a Educação Artística obrigatória nas escolas – e considerava-se somente as Artes Plásticas como Educação Artística, mais especificamente o ensino de desenho (Brasil, 1971).

Barbosa e Coutinho comentam: “Hoje pode parecer estranho que uma ditadura tenha tornado obrigatório o ensino da arte nas escolas públicas. Contudo, tratava-se de um mascaramento humanístico para uma lei extremamente tecnicista, a 5692, que pretendia profissionalizar os jovens na escola média” (Barbosa; Coutinho, 2011, p. 27). A formação de professores de Artes ter-se tornado obrigatória somente 25 anos depois da obrigatoriedade da disciplina nos currículos escolares diz muito sobre a educação artística, podendo apontar uma precariedade na oferta de licenciaturas e um descaso nas práticas educativas escolares, ou ainda, uma falta de interesse nesta atuação profissional e, portanto, ausência de demanda de acesso a vagas.

Por outro lado, temos um distinto cenário. A institucionalização do ensino de artes plásticas se iniciou em 1816, com a Missão Francesa e a instalação da Academia Imperial de Belas Artes, no Rio de Janeiro – quando a independência política do Brasil em relação a Portugal nem havia ocorrido (Gabler, 2015). Ou seja, enquanto a formação de professores tornou-se obrigatória 25 anos depois da entrada do ensino de Artes no currículo escolar, a formação já era institucionalizada no país havia 180 anos.

A primeira escola de teatro foi criada em 1908, com a construção do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, inspirado na Ópera de Paris e cujo currículo seguia um modelo europeu (Andrade, 2018). E não foi muito diferente o que ocorreu com a institucionalização do ensino de música, que também se deu no fim do século XIX, em 1841, com a instalação do Imperial Conservatório de Música, também no Rio de Janeiro (Gabler, 2015).

Tomando como exemplo a música, vemos que é um conteúdo presente no currículo da Educação Básica desde, pelo menos, a segunda

metade do século XIX. O Decreto n.º 1.331 do ano de 1854 faz referência específica a conteúdos de música, descrevendo exercícios de canto, noções de música e também o perfil almejado para os professores no que diz respeito à qualificação profissional (Queiroz, 2012).

Na primeira metade do século XX, o ensino de música continua marcando presença nas escolas. Em 1930, predominava no Brasil o canto-orfeônico. Nesse período, o ensino de música era obrigatório nas escolas primárias e secundárias da capital, com práticas musicais voltadas para o civismo, com o intuito de despertar o sentimento de brasilidade, disciplina e patriotismo (Loureiro, 2001).

O que vemos, no entanto, é que entre a institucionalização do ensino de Artes e a LDB de 5692/1971 há um hiato de mais de um século, que não pode ser ignorado. Há uma dessincronia entre três diferentes pontos: a institucionalização do ensino de Música, de Artes Plásticas e de Teatro, a obrigatoriedade destes conteúdos como disciplinas no currículo escolar e a regulamentação da formação de professores. E chama atenção o fato de que não estamos observando poucos anos ou poucas décadas de diferença entre estes pontos, mas várias décadas e até mesmo mais de um século (Brasil, 1971).

E, para complexificar a discussão ainda mais, quando tratamos da disciplina Artes nas escolas temos, ainda, que a inserção da obrigatoriedade da Música nas escolas públicas ocorreu somente em 2008, quando o então presidente Luís Inácio Lula da Silva alterou a LDB de n.º 9394/1996, inserindo a Música como componente curricular obrigatório; já a inserção do Teatro, esta ocorreu somente em 2016, com alteração na LDB, pela presidenta Dilma Rousseff, ou seja, há menos de uma década.

Propomos, então, que se mantenha este contexto em mente para a leitura deste capítulo, cujo objetivo é apresentar o contexto histórico-cultural em que se criou o curso de licenciatura em Educação Artística em Montes Claros. Para tanto, o capítulo está dividido em três seções. A primeira seção traça um panorama nacional da formação de educadores artísticos, apresentando um estudo bibliográfico, com recorte na oferta de cursos de graduação em Música, Artes Plásticas e Artes Cênicas por universidades estaduais do Brasil, buscando saber: naquele momento, em meados da década de 1980, era comum às universidades estaduais ofertarem graduações em Artes? Na segunda seção, abordamos o contexto mais específico de Montes Claros, o cenário histórico-cultural da cidade. Questionamo-nos sobre o motivo dele ser propício à criação da Faceart

e do curso de licenciatura em Educação Artística. Já na terceira seção, acrescentamos a história oral ao panorama do estudo e ao cenário mais específico da região, com a visão de formandos e formandas das primeiras turmas, coletadas em entrevistas realizadas em meados de 2023.

2 Panorama nacional da formação de educadores artísticos

Para tratar das licenciaturas e formação de professores, trataremos, inicialmente, das prescrições oficiais que norteiam o ensino de Arte nas escolas brasileiras. De acordo com a LDB n.º 9.394/96, “o ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica” e, para tal, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reforça e aponta direcionamentos para o seu ensino desde a Educação Infantil ao Ensino Médio.

Na Educação Infantil, é direito das crianças “explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia” (Brasil, 2017, p. 38). O documento destaca a presença significativa das diversas linguagens da Arte, especificamente no campo de experiência intitulado “traços, sons, cores e formas” (Brasil, 2017), apresenta orientações para o seu ensino nessa etapa da educação básica.

No ensino fundamental, o documento organiza a área da Arte em competências específicas e está centrado nas seguintes linguagens: as Artes Visuais, a Dança, a Música e o Teatro e “envolvem as práticas de criar, ler, produzir, construir, exteriorizar e refletir sobre formas artísticas. A sensibilidade, a intuição, o pensamento, as emoções e as subjetividades se manifestam como formas de expressão no processo de aprendizagem em Arte” (Brasil, 2017).

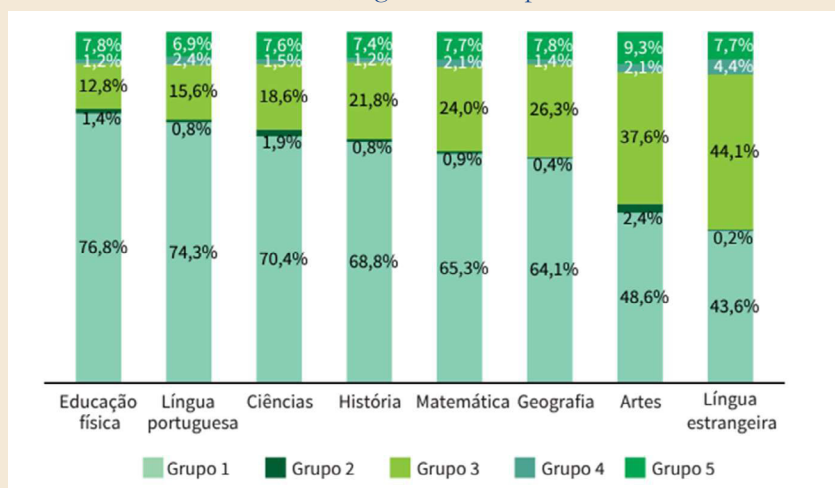
Para o Ensino Médio, a BNCC afirma que: “A Arte contribui para o desenvolvimento da autonomia criativa e expressiva dos estudantes, por meio da conexão entre racionalidade, sensibilidade, intuição e ludicidade” (Brasil, 2018, p. 474). Este documento ainda acrescenta o Audiovisual e considera que:

Esses processos criativos devem permitir incorporar estudo, pesquisa e referências estéticas, poéticas, sociais, culturais e políticas,

para criar novas relações entre sujeitos e seus modos de olhar para si e para o mundo. Eles são, portanto, capazes de gerar processos de transformação, crescimento e reelaboração de poéticas individuais e coletivas. No decorrer desses processos, os estudantes podem também relacionar, de forma crítica e problematizadora, os modos como as manifestações artísticas e culturais se apresentam na contemporaneidade, estabelecendo relações entre arte, mídia, mercado e consumo (Brasil, 2018, p. 474).

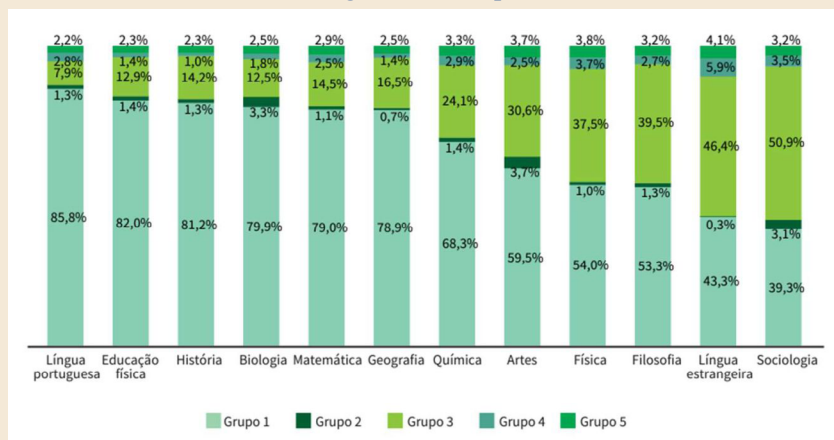
Tendo em vista os documentos que norteiam a disciplina Arte nas escolas brasileiras, trazemos um dado importante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Anualmente é realizado o Censo Escolar e trouxemos dois gráficos que apresentam o “indicador de adequação da formação docente” (Brasil, 2023), um para os anos finais do Ensino Fundamental e outro para o Ensino Médio, em 2022. Chamamos a atenção para os Grupos 1 e 2 do indicador, relativos à porcentagem das turmas atendidas por docentes com formação na área da disciplina, conforme apresentam os Gráficos 1 e 2.

Gráfico 1 - Indicador de adequação da formação docente para os anos finais do Ensino Fundamental, segundo a disciplina – Brasil – 2022



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Gráfico 2 - Indicador de adequação da formação docente para o Ensino Médio, segundo a disciplina – Brasil – 2022



Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Nestes gráficos, subtraindo do total as porcentagens indicadas nos Grupos 1 e 2, constata-se que 49% dos alunos do Ensino Fundamental não têm professores de Artes com formação adequada, bem como 36,8% dos alunos do Ensino Médio. Observando estes dados e as diretrizes da disciplina Arte nos documentos oficiais, já poderíamos considerar a dificuldade das escolas desenvolverem uma formação artística ampla, que inclua Artes Visuais, Música, Teatro, Dança e Audiovisual, uma vez que cada uma destas formações se dá em cursos separados nas universidades, ou seja, as licenciaturas não estão diretamente atreladas ao que se exige no currículo escolar: o ensino polivalente da Arte.

Apontamos estas incongruências para lançar uma luz a questões que saltam aos olhos logo à primeira vista e que dizem respeito ao cenário nacional educacional – e não especificamente ao cenário estadual de Minas Gerais ou ao montes-clarenses. É significativo que, no país, haja um déficit de formação deste nível, próximo aos 40%, mesmo que o professor de Artes possa ter formação em quatro cursos de graduação diferentes.

Um fator interessante, entretanto, é o fato de Montes Claros oferecer três destas formações há mais de três décadas: licenciatura em Música, em Artes Plásticas e em Teatro estão presentes desde a criação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), sendo que, ainda hoje, há estados que não oferecem, em suas universidades estaduais, graduações em nenhuma destas áreas das artes.

Interessa-nos estabelecer um panorama dos anos de criação de cursos de graduação em Música, em Artes Plásticas (ou Artes Visuais ou Belas Artes) e em Teatro (ou Artes Cênicas), em universidades estaduais brasileiras. Para tanto, organizamos a tabela que se segue, com informações advindas dos sites oficiais das universidades desta instância.

O que pontuamos é que, na data de criação dos cursos de graduação em Música, em Artes Plásticas e em Teatro. Montes Claros parece ter sido vanguarda ao oferecer essas três formações em nível superior no momento de redemocratização do país, mas, para afirmar isto, é preciso analisar o cenário geral, motivo pelo qual produzimos a tabela abaixo. Para melhor visualização, destacamos, na cor verde, as datas anteriores a 1986, ano de criação da Faceart, de modo a comparar os momentos de fundação destes cursos nas universidades estaduais brasileiras com a criação da Faceart, para analisarmos se, de fato, é vanguardista a oferta destas licenciaturas em Montes Claros. Veja a Tabela 1:

Tabela 1 - Criação de cursos de graduação em Música, Artes Plásticas e Teatro em universidades estaduais do Brasil – 2023

Curso de Graduação em Universidades Estaduais - Modalidade Presencial					
Região	Estados brasileiros	Universidade Estadual	Cursos		
			Música	Artes Plásticas	Teatro
Centro-Oeste	Distrito Federal	UnDF			
	Goiás	UEG			
	Mato Grosso do Sul	UEMS			2015
	Mato Grosso	UNEMAT			
Nordeste	Alagoas	UNEAL			
	Bahia	UEFS	2010		
	Ceará	UECE	1977	2018	
	Maranhão	UEMA	2008		
	Paraíba	UEPB			
	Pernambuco	UPE			
	Piauí	UESPI			
	Rio Grande do Norte	UERN	2003		
	Sergipe				
Norte	Acre				
	Amapá	UEAP	2015		
	Amazonas	UEA	2001		2010
	Pará	UEPA	1985		
	Rondonia				
	Roraima	UERR			
	Tocantins	UNITINS			

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nos dados dos sites oficiais de cada Universidade.

Continuidade

Curso de Graduação em Universidades Estaduais - Modalidade Presencial					
Região	Estados brasileiros	Universidade Estadual	Cursos		
			Música	Artes Plásticas	Teatro
Sudeste	Espírito Santo	FAMES	1954		
		UnAC			
	Minas Gerais	UEMG	1954	1944	
		Unimontes	1986	1989	1989
	Rio de Janeiro	UERJ		1957	
		UENF			
		UEZO			
	São Paulo	UNESP	1976	1983	1997
		UNICAMP	1970	1983	1983
		USP	1971	1971	1966
Sul	Paraná	UEL	1992	2005	1997
		UEM	2001	2009	2010
		UENP			
		UEPG	2008	2015	
		UNESPAR	1967	1980	1991
		UNICENTRO		2002	
		UNIOESTE			
	Rio Grande do Sul	UERGS	2002	2002	2002
	Santa Catarina	UDESC	1994	1972	1985

A partir da tabela¹, podemos, então, realizar uma comparação quantitativa dos três cursos de graduação que a Faceart oferece desde meados dos anos 1980, em relação ao que os outros estados brasileiros oferecem desde aquela década, ou mesmo anteriormente, até hoje. Naquele momento, metade dos cursos que temos atualmente a nível estadual já estava instaurada. E é visível que a outra metade se constituiu por volta dos anos 2000, o que possivelmente veio como demanda trazida pela LDB de 1996. De acordo com Alvarenga (2014, p. 130):

A partir da LDB 9.394/96 os movimentos em favor da Arte na Educação surtem efeito, pois a atual legislação altera a nomenclatura “Educação Artística” para “Arte” e também a palavra “atividade” por “disciplina”. Essa mesma legislação também proporciona o surgimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de

¹ Nesta tabela, há algumas instituições, como a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), que foram criadas posteriormente à criação do curso de formação de professores. A Escola de Belas Artes foi criada em 1944 e depois, em 1989, quando da criação da UEMG, esta escola foi acoplada pela Universidade e passou a fazer parte do seu escopo de cursos de graduação. Há outros casos como este, em instituições discriminadas nesta tabela, no entanto, este é um tipo de detalhamento dispensável à análise que propomos.

graduação em linguagens artísticas separadas, assim como o crescimento de licenciaturas que atendessem essas novas alterações na formação inicial do professor de arte (2014, p. 130).

Assim, as instituições de ensino superior foram convocadas:

para que realizassem ampla discussão com a sociedade científica, ordens e associações profissionais, associações de classe, setor produtivo e outros envolvidos que resultam propostas e sugestões para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação [em Música, Dança, Teatro e Design] (Brasil, 2003).

Portanto, vemos que o estado de Minas Gerais, de fato, se destaca no panorama nacional. Junto ao estado de São Paulo, são os únicos que tinham, já naquela época, licenciaturas em três diferentes áreas das artes. E vale destacar que estamos tratando de uma cidade que não é a capital do estado. A única entre as universidades que também apresenta este cenário é a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), porém, a grande diferença entre esta e a Unimontes é a distância dos municípios em relação à capital – Campinas está a 83 km de São Paulo, enquanto Montes Claros está a 425 km ao norte de Belo Horizonte, em uma região sertaneja.

Assim sendo, nos perguntamos: o que o cenário artístico-cultural daqueles anos apresentava para que Montes Claros fosse um lugar propício para a criação de uma Faculdade de Artes, e ainda com três diferentes cursos?

3 Cenário histórico-cultural de Montes Claros prévio à Faceart

Cunhada pelo teatrólogo e jornalista Reginauro Silva como a Cidade da Arte e da Cultura (Oliveira, 2007), Montes Claros teve uma trajetória de crescimento que não foi muito diferente da maioria das cidades brasileiras – se deu abruptamente na década de 1960. Miranda (2010) relembra: “Montes Claros, em 1954, tinha uma população em torno de 100 mil habitantes. [...] A luz era gerada em uma usina tocada a motores a diesel, instalados num lote de terreno da esquina das ruas Grão Mogol e Padre Augusto, onde é a sede da Cemig, atualmente” (Miranda, 2010, sem paginação).

De acordo com Silveira (2005), o crescimento demográfico de 1960 a 1978 foi de 244% e a cidade “não se preparou para receber um

acréscimo significativo de população de baixa renda, não conseguindo assim, viabilizar-se para controlar a crise urbana nela instalada” (Silveira, 2005, p. 25), fato reiterado por Costa (2010): “No processo de desenvolvimento de Montes Claros, o professor Marcos Fábio de Oliveira, em sua tese de mestrado (1996), relata que a mendicância, o desemprego e a violência urbana incomodavam”.

Neste tipo de cenário comum e incômodo, é natural que exista preocupação com a população e que se realizem ações em vistas de alteração das condições sociais da cidade. Um dos caminhos é pela via das universidades, instituições com profissionais capazes de analisar a situação por meio de pesquisas e propor mudanças, tanto por ações de extensão, quanto por diálogo com o poder público. Em Montes Claros, já existia, desde 1962, a Fundação Norte Mineira de Ensino Superior, quando “na perspectiva de imprimir um novo perfil ao norte de Minas, lideranças locais iniciaram esforços na tentativa de criar o ensino superior na região” (Caleiro; Pereira, 2002, p. 19).

No entanto, não apenas as ações para o enfrentamento das circunstâncias negativas impulsionam o crescimento e desenvolvimento de um local. Se Montes Claros adotou o *slogan* de Cidade da Arte e da Cultura, não foi à toa. Em 1961 foi fundado o Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandez (Celf), por Marina Helena Lorenzo Fernández, filha do maestro e compositor Oscar Lorenzo Fernández. A articulação entre o Conservatório e a Funm contribuiu para a construção de condições para que esta fosse elevada ao *status* de universidade (Anastasia, 2012).

Para que a Funm se constituísse em universidade eram necessárias cinco faculdades. Já havendo a Faculdade de Direito (Fadir), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Norte de Minas (Fafil), a Faculdade de Medicina do Norte de Minas (Famed), a Faculdade de Administração e Finanças do Norte de Minas (Fadec), faltava ainda uma (Anastasia, 2012).

Isso chama a atenção. Ora, se hoje, em 2023, o panorama de universidades estaduais apresenta um número de faculdades de artes ainda pequeno, não é curioso que tenha sido justamente uma Faculdade de Artes que possibilitou a criação de uma universidade estadual no norte de Minas Gerais?

Assim, trazemos duas citações, um pouco mais longas, da cena cultural montes-clarense da década passada, que não destoam muito do momento atual. Uma delas é de Oliveira (2011), quem traz a expressão “pólo

cultural” (Mendes, 2004, *apud* Oliveira, 2011), referindo-se à cidade e à importância dos grupos tradicionais de expressão popular:

Culturalmente, a cidade apresenta um rico cenário onde se congregam manifestações e expressões diversas que configuram um diversificado ambiente musical. Entre as várias manifestações presentes, evidenciam-se as práticas musicais urbanas que, em sua grande parte, absorvem aspectos da cultura midiática e de massa, como é o caso de apresentações musicais em bares, restaurantes, festivais, exposições agropecuárias e carnavais fora de época; as práticas musicais do meio underground, como é o caso da cena roqueira da cidade; e principalmente expressões populares de notória representatividade, como é o caso do Congado e seus representantes: os Catopês, os Marujos e os Caboclinhos (Oliveira, 2011, p. 61).

E a outra citação, de Patrocínio (2010):

Esta cidade, que se localiza num ponto distante nos Gerais, bem ao norte das Minas, destaca-se no cenário nacional por vários fatores como: a riqueza e diversidade de suas manifestações artísticas; um folclore vivo e contagiante, é sede do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernandez, que tem o maior número de matrícula entre os Conservatórios da América Latina; é sede de uma grande universidade pública e de inúmeras faculdades particulares, tornando-se, desde a última década, em importante polo universitário brasileiro. É, também, o segundo entroncamento rodoviário do país, o que sinaliza o trâmite de influências culturais, mas, principalmente, tem uma vocação ímpar para as artes em todas as suas modalidades, sustentando desde o ano de 1984 o título de “Cidade da Arte e da Cultura” (Patrocínio, 2010, sem paginação).

Esta última autora, ao abordar Montes Claros no cenário brasileiro das Artes Plásticas, faz um relato da experiência pessoal vivida na década de 1970. Patrocínio (2010) menciona – e homenageia – artistas que iam para outras cidades maiores e eram reconhecidos por suas obras, tais como Raymundo Colares, que entre 1968 e 1980 conquistou 11 prêmios nacionais significativos. A autora trata, ainda, da importância do conservatório que, na figura de D. Marina Helena Lorenzo Fernández, era dirigido de maneira dinâmica, “contaminava a todos e a cidade respirava os novos ares da arte. [...] trazia para a cidade artistas importantes no cenário nacional para apresentações e cursos, ocasionando um bom intercâmbio artístico com outras metrópoles” (Patrocínio, 2010). A autora afirma, ainda, que

“Montes Claros era mesmo um *‘point’* da cultura” (Patrocínio, 2010), esta autora também fala do seu próprio deslumbramento como protagonista de um momento cultural intenso.

Desta forma, o que podemos inferir é que uma faculdade de artes na cidade de Montes Claros não surgiu por força de uma demanda institucional que precisava a qualquer custo de mais uma faculdade para atingir o número mínimo para a transformação da Funm em Unimontes. O que ocorreu parece ter sido uma demanda da própria sociedade, que respirava novos ares, que crescia vertiginosamente, que apresentava uma inquietação cultural e artística em uma união de uma cultura tradicional popular com uma cultura urbana erudita, a qual poderia ser mais bem desenvolvida, aproveitada e impulsionada por uma faculdade de artes.

Oliveira (2011) afirma que o curso de licenciatura em Artes, com habilitação em Música, da Unimontes tinha “como uma das justificativas para a sua criação a necessidade de suprir as demandas do Celf e da sociedade montes-clarenses e norte-mineira em geral” (Oliveira, 2011, p. 62). No entanto, ambos os livros que tratam da história da Unimontes (Caleiro; Pereira, 2002; Anastasia, 2012) mencionam a dificuldade da Faceart em se consolidar, considerando um número baixo de candidatos ao processo seletivo, a ausência de um prédio próprio e a precariedade de recursos.

Olhando para estas três razões apontadas, será que podemos pensar que, aos olhos da sociedade, esta graduação não traria grandes vantagens sobre a formação no conservatório, instituição esta que já era bem estabelecida? Além disso, observamos que, se havia exigência de habilidades específicas, isso significa que a oferta de vagas abrangia um público que já era estudante do conservatório, mas isso é peso suficiente para desequilibrar a balança, quando vimos que o cenário histórico cultural era favorável? Montes Claros, sim, apresentava uma condição propícia à criação de uma faculdade de artes.

O cenário era favorável em diversas instâncias: institucional, pois havia uma demanda advinda do Celf e da Funm; social, apontada pela efervescência cultural em Montes Claros, depois de um crescimento urbano bastante considerável; e política, uma vez que já havia uma pressão para que a Funm fosse estadualizada, bem como houve a obrigatoriedade de educação artística nas escolas inaugurada pela LDB de 1971, criando a necessidade de professores com formação.

Mais uma vez, apenas apontamos um feixe de luz para questões que saltam aos olhos e prescindem de uma pesquisa mais extensa, mas

buscamos formandos das primeiras turmas da licenciatura em Educação Artística para termos mais informações sobre a história da criação deste curso da Unimontes.

4 A criação da Faceart narrada por alunos da primeira turma

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do curso de Música (2005), o curso de Educação Artística formou a sua primeira turma em 1988, na habilitação em licenciatura curta. As primeiras turmas a concluírem a licenciatura plena foram em: Música (1990), Artes Plásticas (1990) e Artes Cênicas (1994).

Mobilizamos a História Oral como metodologia, porque entendemos que ela nos possibilitou construir uma versão histórica acerca do curso de Educação Artística para formação de professores em Montes Claros. De acordo com Marin e Baraldi:

Um dos principais alicerces de um trabalho que mobiliza essa metodologia é a narrativa, uma vez que um acontecimento, uma situação vivida e uma experiência do entrevistado não podem ser transmitidos a outrem sem que sejam narrados. As narrativas são os modos de romper com essa incomunicabilidade (Marin; Baraldi, 2020, p. 4).

Para compor essa história que nos propusemos a contar e narrar, os colaboradores da pesquisa foram alunos que, de algum modo, viveram os ambientes antes e durante a criação do primeiro curso em nível superior em Educação Artística. Para tal, foram entrevistadas, nesta fase inicial do trabalho, duas pessoas que foram alunas da primeira turma da Faceart: Wellington de Magalhães Ferreira, com habilitação em Música, e Fátima Raquel Ferreira Costa Filpi, com habilitação em Artes Plásticas.

As entrevistas nos mostraram que, na cidade de Montes Claros, a presença da D. Marina Lorenzo Fernández foi significativa no processo de criação da primeira licenciatura em Educação Artística da cidade e no estabelecimento do curso, que supria as necessidades dos acadêmicos, com professores qualificados e um currículo que se destacava entre outras licenciaturas.

Segundo o ex-aluno Wellington de Magalhães Ferreira (2023), os alunos viram no curso a oportunidade de se tornarem professores, e o

contato com grandes e importantes figuras musicais da cidade impulsionam essa escolha, tendo em vista, também, a oportunidade de trabalho no conservatório da cidade:

A D. Marina, ela chega aqui e você tem um fervedouro muito grande nos anos 60 e ela converge no conservatório esses grandes nomes do popular e do erudito em Montes Claros como Godofredo Guedes e Zé Côco do Riachão e o movimento de implantação da licenciatura em Educação Artística vem muito desse núcleo do conservatório (Ferreira, 2023).

E a própria D. Marina Lorenzo Fernández, em entrevista realizada em 2019 por Vieira (2021), afirmou a importância de um curso de graduação em Artes:

Eu digo: olha, não existe universidade que não tenha curso de música. Então eles se interessaram pela criação do curso de Educação Artística. Aí pronto! [...] Andamos loucamente em Brasília, realmente, para poder aprovar o curso para Faculdade de Educação Artística (Fernández, 2019, *apud* Vieira, 2021, p. 107).

A nossa entrevistada, Fátima Raquel Ferreira Costa Filpi (2023), era uma estudante do conservatório, nesta época, e afirmou que D. Marina precisou mobilizar 36 alunos e, para isso, foi junto a um grupo de professores, em cada uma das salas, para convidar os alunos a se inscreverem no vestibular de admissão da primeira turma da Faceart. Tendo entrado nesta turma, sentiu-se muito estimulada, teve todas suas expectativas atendidas, com um desenvolvimento grande do processo criativo que a formação em Artes exige.

Dado o cenário cultural efervescente da cidade, mesmo que não houvesse ainda na faculdade uma biblioteca que oferecesse livros de referência – tão importantes para a formação artística, especialmente para artes visuais –, ou ainda que os recursos financeiros e materiais fossem ainda escassos, nas entrevistas notamos que os alunos conviviam com pessoas que supriam essa demanda, como os já mencionados Godofredo Guedes e Zé Côco do Riachão, ou ainda como Adriene Tupinambá, artista cujo ateliê era frequentado por Filpi e algumas colegas para estudo e para desenvolvimento de trabalhos da faculdade.

Observamos que a criação da Faceart, então, não só encontrou um cenário propício, como estimulou este próprio cenário. Outro pon-

to relativo à fundação dessa faculdade, entretanto, é controverso. Tanto Anastasia (2012) quanto Caleiro e Pereira (2002) afirmaram que a dificuldade de consolidação do curso se devia a um número baixo de candidatos ao processo seletivo, haja vista a exigência de habilidades específicas para ingresso no curso. Mas a entrevistada tem uma visão diferente:

Era um curso caro, para começar, né. O aluno, por exemplo, de música tinha que ter instrumento. No nosso caso de Artes Visuais a gente tinha que comprar todo material, mas como nós trabalhamos com a realidade da escola que não possuía nada, nós trabalhamos com os materiais alternativos que a gente possuía. Então, por exemplo, para tinta, a gente buscava os pigmentos naturais. E teve um período da universidade que a gente pagava, teve períodos que ficavam até insustentáveis, porque havia uma inflação muito alta (Filpi, 2023).

Fatima Filpi (2023) afirma, no entanto, que o engajamento das turmas seguintes não foi difícil, uma vez que havia diversos alunos do conservatório que se interessavam pela graduação, mas optaram por aguardar para se sentirem mais seguros.

Além das entrevistas que realizamos apontarem para uma ausência de dificuldade de consolidação do curso, obtivemos a informação de que houve uma exigência de que a quinta faculdade necessária para que a Funm fosse estadualizada e se tornasse Unimontes deveria, necessariamente, ser a de Artes. Filpi afirma: “uma das coisas para estadualizar a universidade foi a exigência de ter um curso de Artes dentro da universidade” (Filpi, 2023), o que se confirma com entrevista realizada por Vieira (2021): “Para a faculdade [Funm] se transformar em universidade [Unimontes], era necessário que houvesse um curso de Artes. Quem estava na direção neste período era D. Marina, que trabalhou na criação da Faceart” (Velooso, 2020, *apud* Vieira, 2021, p. 105).

Não tivemos acesso ao motivo de tal exigência, mas dado o cenário nacional supramencionado, observamos que a criação de uma licenciatura em Artes na região norte de Minas Gerais se deu junto à fundação de outras faculdades de artes na região Sudeste e Sul, o que ocorreu anteriormente às outras três regiões brasileiras. Concomitante a isso, havia a presença de D. Marina, uma figura marcante, com bons contatos no meio artístico e com grande força de mobilização.

5 Considerações Finais

No presente texto, buscamos estabelecer um diálogo entre as licenciaturas em Educação Artística no Brasil e a implantação do curso de Educação Artística na cidade de Montes Claros. Considerada um polo cultural, a cidade tem proporcionado e continua a oferecer licenciaturas em Artes, o que representa um grande avanço para a formação dos licenciados e professores. O caso específico da implantação do curso de Educação Artística em Montes Claros demonstra como a cidade, enquanto polo cultural, tem se empenhado há muito tempo em oferecer uma formação especializada aos educadores artísticos.

Apontamos, na introdução deste capítulo, um hiato temporal que existe entre a institucionalização do ensino de Artes, a obrigatoriedade da disciplina de Artes no currículo escolar público brasileiro e a regulamentação da formação de professores. Seria interessante e importante uma pesquisa mais aprofundada sobre estes hiatos, pois tal fato torna o mapeamento das licenciaturas em Artes no Brasil uma tarefa bastante complexa.

Na regulamentação atual, que nos informa sobre os objetivos das disciplinas de Artes nas escolas de educação básica, obtivemos indicadores da adequação e inadequação da formação de professores de Artes nas escolas e vimos como isso pode ser relacionado à oferta de cursos de licenciatura em Artes. Observamos Montes Claros como um polo cultural que, com um movimento vanguardista, abraçou a institucionalização da formação de professores.

Os questionamentos que ficam são: É preciso que haja uma efervescência cultural para que estes cursos se consolidem? Se Montes Claros não tivesse esta característica, uma licenciatura em Artes teria sido o impulso necessário para tanto? Será que a exigência de um curso de Artes em Montes Claros foi, de alguma maneira, uma estratégia política para que, a partir desta cidade, mais professores adequadamente formados ocupassem cargos no Brasil profundo, longe dos grandes centros urbanos? Ora, considerando a localização geográfica de Montes Claros, que está em um grande entroncamento rodoviário de conexão da região Sudeste com a Nordeste e Centro-Oeste, este pensamento não soa como uma elucubração, pelo contrário. Assim, deixamos aqui estes questionamentos para que possam servir de possível direcionamento a futuras pesquisas.

Referências

- ALVARENGA, Valéria Metroski de. Licenciatura em Artes Visuais no Brasil: mapeamento da distribuição de cursos e análise da demanda de acesso às vagas. **Revista Ciclos**, Florianópolis, V. 2, N. 3, Ano 2, Dezembro de 2014.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Unimontes: 50 anos de história e memória**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2012.
- ANDRADE, Elza de. A primeira escola de teatro (1908-2008). In: Anais v. 9 n. 1: V Congresso da ABRACE. 2008.
- BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão. *Ensino da arte no Brasil: aspectos históricos e metodológicos*. São Paulo: Unesp/Redefor, 2011.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023.
- BRASIL, Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular** – a educação é a base. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Executiva. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular** – a educação é a base – Ensino Médio. Brasília, DF, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 195/2003**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Música, Dança, Teatro e Design. Aprovado em 5 de agosto de 2003. Brasília, DF, 2003.
- COSTA, Maria Aparecida. História de atividades sociais e filantrópicas em Montes Claros: Entidades a serviço da vida. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros**, Montes Claros, v. V, 2010.

Disponível em: <https://www.ihgmc.art.br/revista.htm>. Acesso em: 21 Jun. 2023.

GABLER, Louise. Academia Imperial de Belas Artes. In: CABRAL, Dilma (org). **MAPA - Memória da Administração Pública Brasileira**. Online. Outubro de 2015. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/>. Acesso em: 21 Jun. 2023.

GABLER, Louise. Conservatório de música. In: CABRAL, Dilma (org). **MAPA - Memória da Administração Pública Brasileira**. Online. Março de 2015. Disponível em: <https://mapa.an.gov.br/>. Acesso em: 21 Jun. 2023.

LOUREIRO, Alícia M. Almeida. **O Ensino Da Música Na Escola Fundamental: Um Estudo Exploratório**. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

MAIA, Cláudia de Jesus, CORDEIRO, Filomena Luciene, As faculdades da FUNM. In: CALEIRO, R. C. L. e PEREIRA, L. M. (org.). Unimontes: 40 anos de história. Montes Claros, MG: Ed. Unimontes, 2002.

MARIN, Douglas; BARALDI, Ivete Maria. Uma História sobre o Primeiro Curso de Licenciatura em Matemática, em Uberaba-MG. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Matemática da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)**, V. 13, n°. 33, p. 1-19, 2020.

MIRANDA, Avay. Vida de Sacrifícios e de Vitórias. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros**, Montes Claros, v. V, , 2010. Disponível em: <https://www.ihgmc.art.br/revista.htm>. Acesso em: 21 Jun. 2023.

OLIVEIRA, Haroldo Lívio de. Secos e molhados. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros**, Montes Claros, v. I, 2007. Disponível em: <https://www.ihgmc.art.br/revista.htm>. Acesso em: 21 Jun. 2023.

OLIVEIRA, Mário André Wanderley. A formação na Licenciatura em Artes/Música da UNIMONTES e suas inter-relações com aspectos

socioculturais, expectativas e pretensões profissionais dos estudantes do Curso. Dissertação (Mestrado em) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

PATROCÍNIO, Felicidade. Montes Claros no Cenário das Artes Plásticas Brasileiras. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Montes Claros**, Montes Claros v. V, 2010. Disponível em: <https://www.ihgmc.art.br/revista.htm>. Acesso em: 21 Jun. de 2023.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Música na escola: aspectos históricos da legislação nacional e perspectivas atuais a partir da Lei 11769/2008. **Revista da ABEM**, v. 20, p. 23-38, 2012.

SILVEIRA, Yara Maria Soares Costa da. A Transformação Urbana de Montes Claros: Surgimento e Crescimento do Bairro Cidade Industrial. **Revista Cerrados**, v. 3, n. 1, 2005.

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros. resolução nº 126 – aprova a criação dos cursos de artes visuais, artes-música e artes-teatro e seus respectivos projetos pedagógicos. Montes Claros. 2005. Disponível em: <https://unimontes.br/resolucao-no-126-aprova-a-criacao-dos-cursos-de-artes-visuais-artes-musica-e-artes-teatro-e-seus-respectivos-projetos-pedagogicos/> Acesso em: 23 ago. 2023.

VIEIRA, Christiane Faria Franco. **Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernández: educação musical e formação cultural em Montes Claros-MG (1961-2011)**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas. Universidade Estadual de Montes Claros, 2021.

11

Educação Física na Unimontes: uma jornada de transformação

Juliana Alves Miranda Andrade

Thiago Ferreira Andrade

Gabriel Nardes Santos

1 Introdução

Para compreender a criação do curso de Educação Física da Unimontes faz-se necessário retomar a história da Educação Física no Brasil, que teve seu início com a instalação do primeiro curso provisório, pelo exército, em 1910. Grande parte dos professores nesse período eram militares; outros, civis formados pelos militares na Escola de Educação Física do Exército ou em cursos especiais ministrados em diversos estados (Campos; Andrade, 2022). O curso contava, principalmente, com a participação de militares, mas havia civis, também, e era ministrado por ex-atletas e médicos, com uma duração de cinco meses (Figueiredo, 2005).

No período compreendido entre 1945 a 1964, a Educação Física passou a adotar uma concepção que vai reclamar da sociedade a necessidade de uma educação integral, e não apenas disciplinadora ou prática (Campos; Andrade, 2022). A educação passou a adotar novas abordagens no conteúdo da Educação Física, que se opunham à visão mais tecnicista, esportista e biologicista. Essas abordagens foram influenciadas pelo contexto histórico e social do país na época, bem como pelas novas tendên-

cias educacionais de forma mais ampla. Além disso, questões específicas, relacionadas à própria Educação Física, também entusiasmaram o debate (Brasil, 1998).

Através das mudanças apontadas, a Educação Física passa a desempenhar um papel crucial na formação dos indivíduos, capacitando-os a exercer a cidadania de forma ativa na sociedade. Ademais, a disciplina visava desenvolver as potencialidades dos alunos, proporcionando acesso ao conhecimento e à cultura corporal do movimento, por meio de conteúdos diversos (Brasil, 1998).

Dessa forma, entende-se que a Educação Física não apenas contribui para o desenvolvimento físico dos alunos, mas também promove o desenvolvimento cognitivo, social, emocional e cultural. Ela estimula a prática de atividades físicas, o conhecimento dos diferentes esportes, a compreensão do corpo e do movimento, a valorização da saúde e do bem-estar, bem como a vivência de valores como respeito, cooperação e ética.

A concepção é a de que, para cumprir plenamente seus objetivos, a Educação Física contemple a prática corporal, mas incluía também um componente teórico. A compreensão do ser humano como ser social, histórico e em transformação constante exige que a Educação Física seja capaz de contextualizar as práticas corporais, relacionando-as aos interesses políticos, psicológicos, biológicos, sociais e culturais que a influenciam e a constituem (Brasil, 1998). Toda essa evolução de conceitos e abordagens do conteúdo só foi possível após a criação das primeiras instituições de ensino superior de Educação Física.

O primeiro curso civil de Educação Física no Brasil foi criado em 1934 como um instituto isolado, sendo integrado, posteriormente, em 1969, à Universidade de São Paulo (USP). Ao longo dos anos, a Escola de Educação Física e de Esporte passou por diversas mudanças, tanto físicas quanto de enfoque acadêmico. Inicialmente, o objetivo era graduar professores que atuariam no ensino formal. A área da Educação Física era vista majoritariamente pela perspectiva profissional e não acadêmica. O curso, portanto, focava em disciplinas de orientação prática, como esportes, jogos e danças. O lema era: “aprender a executar para poder ensinar” (USP, 2023).

Em 1939, na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi implantado o que seria o segundo curso civil de Educação Física. O objetivo deste último, estabelecido pelo De-

creto-lei 1.212, de 17 de abril de 1939, era tornar a escola uma referência na formação em Educação Física no Brasil. Embora já existissem outras escolas de formação na área de Educação Física, a instituição em tela foi a primeira a integrar uma universidade. A UFRJ conferia diferentes títulos com diferentes durações: Licenciado - 2 anos; Normalista Especializado em Educação Física - 1 ano; Técnico Desportivo - 1 ano; Treinador e Massagista Desportivo - 1 ano; e Médico Especializado em Educação Física e Desporto - 1 ano (Figueiredo, 2005).

Entre 1945 e 1964, é grande a publicação de artigos sobre Educação Física, mostrando a organização dos Desportos e da Educação Física Escolar nos países desenvolvidos (Ghirardelli Jr, 1994 *apud* Campos; Andrade, 2022). Porém, essas ideias foram reprimidas com a instalação da Ditadura Militar no país, em 1964.

No contexto histórico da Ditadura Militar, marcado pela repressão política e delimitação às liberdades civis, os movimentos sociais de resistência e luta pela democracia também influenciaram o campo educacional. A Educação Física, como parte integrante do sistema educacional, não ficou imune a essas transformações (Brasil, 1996).

O novo enfoque buscava uma Educação Física mais inclusiva, crítica e emancipatória, que fosse além do ensino de técnicas esportivas e considerasse as dimensões sociais, políticas e culturais envolvidas nas práticas corporais. Elas enfatizavam a importância da reflexão, do diálogo, da problematização e da participação dos alunos na construção do conhecimento. A nova perspectiva na Educação Física escolar respondia a demandas sociais e educacionais da época, buscando uma transformação da disciplina em direção a uma análise mais crítica, contextualizada e voltada para a formação integral dos alunos (Brasil, 1996).

A Educação Física amplia seu escopo de atuação, permitindo que os alunos compreendam o significado e as influências das práticas corporais em diferentes contextos. Isso envolve uma análise crítica das relações de poder presentes nas práticas esportivas, uma compreensão das questões de gênero, classe social, etnia e cultura que permeiam o universo das atividades físicas, entre outros aspectos relevantes (Brasil, 1998).

Em 1996, a Educação Física foi estabelecida como componente curricular obrigatório da educação básica no Brasil, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96 (LDBEN 9394/96). A medida em questão reconhece a importância da disciplina no processo de

aprendizagem (Brasil, 1996). Garante-se, assim, a oportunidade a todos de se beneficiar dessas aprendizagens e desenvolver uma relação saudável e consciente com o corpo e a mente, através da prática corporal.

Nesse contexto de mudanças contínuas da Educação Física no Brasil, ainda sem a regulamentação da profissão, havia poucos profissionais com formação em nível superior em Montes Claros, o que era muito comum até o final do século XX. Eram profissionais sem formação atuando nas escolas da nossa cidade. Os professores mais conhecidos, em Montes Claros, eram Bonga (João Bispo), Marcelino Paz do Nascimento, Mazinho Silva e Piloto (Antônio Miranda), que tinham formação militar (Miranda Neto, 2023).

Neste cenário, surge a necessidade da criação do curso de Educação Física em Montes Claros. A região norte de Minas não possuía nenhum curso instalado, sendo que os mais próximos eram ofertados em Belo Horizonte - MG e Viçosa - MG, o que dificultava muito o acesso pelas pessoas que almejavam tal formação (Miranda Neto, 2023).

2 A implantação do curso de Educação Física na Funm/Unimontes

Criada em 1962, a Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm) iniciou oficialmente as suas atividades acadêmicas somente em 1965, ainda com poucos cursos. Uma fundação de iniciativa privada, cujos custos se constituíam em dificuldade para acesso de toda a população. Montes Claros era uma região de poucos recursos naquela época (Caleiro; Pereira, 2002).

Ao longo de sua trajetória, a Funm se consolidou como instituição de ensino superior – foram ampliadas as áreas de atuação e os cursos ofertados, criadas condições para proporcionar desenvolvimento para a região norte-mineira. O professor Jaime Tolentino de Miranda Neto, que se formou pela Universidade Federal de Viçosa, em 1977, viu na instituição uma possibilidade para implantar o curso de Educação Física em Montes Claros. Para tanto, no mesmo ano em que se graduou, iniciou os estudos com esta finalidade. O professor Jaime Tolentino de Miranda Neto relata que, na década de 1980, com apoio de Dona Ruth Tolentino Barbosa, elaborou projeto para a implantação do curso de Educação Física, no mesmo período em que Dona Marina Helena Lorenzo Fernandez e Silva estava estruturando o projeto para a implantação do curso de Educação Artística, porém sem êxito nesta primeira tentativa.

[...] Nós chegamos a viajar para Brasília, entregamos o projeto, mas já estava decidido, por uma questão até política, que o curso que seria implantado seria o de Educação Artística e como era um, só ficou o curso de Educação Artística, mas nós não desistimos. A partir daí nós começamos a fazer os cursos adicionais do Colégio Indyu de formação de professor de primeira a quarta série, logo em seguida veio a estadualização da Universidade (1992) (Miranda Neto, 2023).

No relato do professor Jaime Tolentino de Miranda Neto, no período da estadualização, uma nova oportunidade se apresenta. O reitor José Geraldo de Freitas Drumont procurou o professor Jaime Tolentino, faltando apenas 20 dias para finalizar o período de entrada do projeto do curso e falou:

“Olha, a chance é agora!”. Nesse mesmo dia – eu tinha um “fusquinha” azul – eu peguei esse carro, viajei a noite toda para Viçosa, que estava fazendo reforma curricular na época, tanto que o curso nosso era muito parecido com o de Viçosa, onde me formei em 1977 (Miranda Neto, 2023).

O Reitor da Universidade Federal de Viçosa, Antônio Lima Bandeira, se prontificou a colaborar com o projeto de criação do curso de Educação Física a ser implantado em Montes Claros. Então, o reitor colocou à disposição toda a equipe e, com dois dias, o professor Jaime Tolentino retorna com um projeto para Montes Claros. A equipe de Viçosa permaneceu por uma semana na cidade, analisando os fatores regionais, para as devidas adequações do Projeto Político Pedagógico (Miranda Neto, 2023).

O curso de licenciatura em Educação Física da Unimontes teve início com a aprovação da Resolução n.º 011 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex) no ano de 1994. Essa resolução autorizou a criação do curso, estabelecendo as diretrizes para sua organização e seu funcionamento (Unimontes, 2019). Nesse período, Janilson de Assis Miranda, Maria de Fátima Matos Maia e Fernando Ferreira Deusdará já eram professores da instituição, ministrando Educação Física nas diversas áreas da graduação. Estes professores se integraram ao curso de Educação Física, que teve sua primeira turma em 1996.

Posteriormente, o curso de Educação Física recebeu o reconhecimento oficial do Ministério da Educação (MEC), por meio do Decreto N.º 41.411, datado de 6 de dezembro de 2000. O reconhecimento conferiu ao

curso uma validade legal, atestando sua qualidade e adequação aos padrões estabelecidos pelo sistema de ensino (Unimontes, 2006).

Assim que o curso foi criado, o professor Jaime Tolentino de Miranda Neto assumiu a coordenação e, com seu perfil político, buscou captar recursos para a construção da infraestrutura necessária para sua organização e funcionamento. E a Professora Maria de Fátima Matos Maia, com seu perfil técnico e gerencial, assumiu a chefia do Departamento de Ciências Biológicas e da Saúde, ao qual se vinculou o curso de Educação Física (Miranda Neto, 2023).

O curso era uma necessidade da região. Em entrevista, o professor Rogério Othon Teixeira Alves, que é egresso da primeira turma de Educação Física da Unimontes, declara que grande parte dos seus colegas já atuava na educação básica como professor de Educação Física, ainda sem formação acadêmica (Alves, 2023). Por atender demandas sociais, o curso foi construindo base sólida. Inicialmente, em currículo único, ofertava formação em licenciatura plena e bacharelado. Posteriormente, por questões políticas, o currículo foi modificado por sua divisão em duas formações, conferindo aos formandos o título de licenciado e bacharel em Educação Física.

A licenciatura em Educação Física tem o objetivo de formar profissionais capacitados para atuar no campo escolar, proporcionando aos estudantes uma formação abrangente e sólida. Organizado em regime semestral, o curso permite uma estruturação curricular mais flexível e adaptada às demandas da formação dos professores de Educação Física. Atualmente, o curso é oferecido nos turnos diurno e noturno, buscando atender às diferentes necessidades dos estudantes e promover a acessibilidade ao ensino superior (Unimontes, 2006).

Em 2005, o curso passou por um processo de renovação de reconhecimento, que culminou na emissão do Parecer n.º 1073/2005, de 26 de outubro do mesmo ano. Esse parecer confirmou a continuidade do reconhecimento do curso, evidenciando sua relevância e efetividade no ensino da Educação Física (Unimontes, 2006).

3 A construção de uma nova etapa

O curso de Educação Física teve início, em 1996, ainda sem infraestrutura adequada para sua organização e funcionamento, contando com uma pequena quadra sem cobertura, utilizada para as aulas práticas. Era utilizada a estrutura do Montes Claros Tênis Clube, popularmente

conhecido como “Praça de Esportes”, para as aulas práticas de natação e esportes de quadra. Já o atletismo era praticado nas dependências do 55.º Batalhão do Exército de Montes Claros (Miranda Neto, 2023).

Com o tempo, a universidade foi estabelecendo novas parcerias para as aulas práticas, em instâncias mais próximas da sede, para facilitar o deslocamento dos acadêmicos. Nas palavras do professor Jaime Tolentino de Miranda Neto:

[...] a gente redistribuiu na cidade com muitas parcerias. O curso de Educação Física, a formação da primeira turma sofreu muito. Primeira, segunda, terceira e a partir daí, começamos a buscar recursos em outros espaços através de emendas parlamentares (Miranda Neto, 2023).

A infraestrutura do curso de Educação Física era quase inexistente, reafirma o Professor Rogério Othon Teixeira Alves (Alves, 2023). O *campus* da universidade era praticamente todo aberto, não havia muros, somente cercas, possuía uma biblioteca bem simples, não havia o centro esportivo, nem asfalto nas suas dependências. Com o aval do reitor José Geraldo de Freitas Drumond, o professor Jaime Tolentino de Miranda Neto começou a fazer contato com parlamentares em Brasília, a fim de captar recursos para construir a estrutura que o curso de Educação Física precisava e, por meio de emendas parlamentares, os recursos começaram a chegar:

[...] aí entra o curso de Educação Física, que faz aquela revolução toda na universidade, que vocês podem ver hoje, que vai desde o cercamento, construção da Fadenor, aquela área toda ali embaixo [Centro Esportivo Universitário], biblioteca, asfaltamento, tudo veio com o curso de Educação Física (Miranda Neto, 2023).

O professor Jaime Tolentino de Miranda Neto conseguiu que o então governador, Itamar Augusto Cautieiro Franco, autorizasse o Departamento de Estradas e Rodagem (DER) a asfaltar a pista de atletismo e, junto com ela, todas as vias de circulação internas e estacionamentos do *campus* universitário.

O Centro Esportivo veio com a necessidade do curso, a pista de atletismo foi construída pelo Departamento de Estradas e Rodagem - DER. Toda vez que o governador pisava em qualquer lugar da região do Norte de Minas, eu era o primeiro na porta do avião: – Governador, nós temos o curso de Educação Física e precisamos

de uma pista de atletismo. E eu fiquei apelidado de professor da pista de atletismo.

Se você olhar lá na universidade, o laboratório de Odontologia tem o nome de um deputado; o laboratório de Educação Física, que era dentro do prédio, cada aparelho tinha o nome de um deputado. A cada ano, o curso de Educação Física foi tomando corpo. Nós chegamos a trazer aqui uns cinco ministros da área desportiva, tivemos participação intensa na regulamentação profissional para a primeira turma e a segunda. Tem até fotos de Brasília, foi a única universidade que foi a Brasília com o seu corpo de alunos e de professores, que reuniu um grupo de deputados da região para ser favorável à lei de implantação da regulamentação profissional. E, a partir daí, vieram os cursos adicionais de formação em Joáima Unaí, Corinto (Miranda Neto, 2023).

A edificação do Centro Esportivo colocou o curso de Educação Física em evidência, conferindo condições de aprendizado mais aprazíveis aos alunos, os quais passaram a não ter a necessidade de deslocar-se para distintas regiões urbanas. Ademais, propiciou a inauguração de um espaço destinado ao desenvolvimento de escolas esportivas voltadas às crianças da comunidade circunvizinha à universidade, prática essa que igualmente concorreu para o aprimoramento de habilidades práticas entre os acadêmicos do mencionado curso. A Figura 1 mostra o processo inicial de terraplanagem para esta construção.

Figura 1 - Obras de terraplanagem para a construção do Centro Esportivo da Unimontes



Fonte: Arquivo pessoal do Professor Dr. Jaime Tolentino de Miranda Neto.

O Centro Esportivo Universitário (CEU) foi construído através de emenda parlamentar do Deputado Cleuber Carneiro e, como ele era de Januária, fez a exigência de que parte da verba fosse utilizada para construção do centro esportivo no *campus* universitário de sua cidade, que também oferta o curso de Educação Física (Miranda Neto, 2023). Todas as estruturas do CEU têm a placa de um deputado, que indica a origem da verba pública que o financiou. O CEU conta com quatro quadras poliesportivas cobertas, sem estrutura de vestiário; uma piscina olímpica, com banheiros e vestiários; um campo de futebol gramado, com pista de atletismo em piso asfáltico, banheiros e vestiários; quatro quadras de Tênis com piso de saibro, toda essa estrutura atende a demanda do curso de Educação Física, bem como a comunidade de Montes Claros, pois ali funcionam algumas atividades de extensão oferecidas pelo curso de Educação Física.

Ficou faltando o prédio central exclusivo do curso de Educação Física, que seria construído entre as duas principais quadras. O projeto dessa obra previa um prédio de três andares, com laboratórios e estrutura para atender às duas quadras. A verba até chegou a ser empenhada pelo deputado Saraiva Felipe, como afirma o professor Jaime Tolentino de Miranda Neto. A aposentadoria do professor foi em 2014 e, após a sua saída, as obras em questão, até a presente data, não foram iniciadas (Miranda Neto, 2023). O professor José Roberto Lopes de Sales (professor Beto), efetivo no Departamento de Educação Física, relata que tal estrutura faz muita falta para o curso:

É uma estrutura aqui que está no papel, que se ela saísse, sabe, se ela de fato fosse concretizada, o curso de Educação Física ganharia muito, mas muito. Mesmo com relação à estrutura. Espaço aí teria como estar abraçando todos os outros projetos. E com certeza a gente teria como estar produzindo muito mais. Porque no geral a Educação Física tem um corpo docente muito competente e que não tem preguiça de trabalhar, sabe? Um povo que dá conta do recado, mas a gente precisaria de um pouquinho mais de atenção nesse sentido de ter mais estrutura. Acho que a gente conseguiria chegar mais longe, não é? Eu acho (Sales, 2023).

As salas de aula utilizadas pelo curso de Educação Física, que atendem tanto a licenciatura quanto o bacharelado, estão no Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), onde dividem o mesmo Laboratório de Anatomia com os Cursos de Medicina, Enfermagem e Odontologia.

O professor Jaime Tolentino de Miranda Neto descreve o momento em que decide encerrar as atividades docentes no âmbito da Unimontes:

Em 2014, eu fui candidato a diretor do CCBS. Historicamente, pela primeira vez, o curso de Educação Física teria um diretor de centro que não fosse médico. Eu estava concorrendo com uma médica, era eu e ela e essa médica era oposição a João Canela. Nós tínhamos uma chance muito grande, dentro da articulação que estávamos fazendo para que tivéssemos um diretor de centro, mas, durante a discussão do voto, eu percebi que sete professores do curso de Educação Física estavam votando contra mim. Desses sete professores, alguns eram ex-alunos. Eu não entendi e me perguntei: – O que eu estou fazendo aqui?

Então, naquele momento, percebi que aqueles professores não estavam voltados para o conjunto, porque quem coordena as coisas ao longo dos anos sabe que, ao tomar decisões, nem sempre agrada a todos e isso vale para a vida da gente. Eu sempre fui de grupo, de objetividade de querer para o todo, então não tem sentido eu estar em um colegiado desse, com essa oportunidade, com um milhão e oitocentos mil reais para construir o prédio de Educação Física, já garantido. Essa luta toda desses 20, 30 anos atrás valeu pra quê? E eu que já tinha tempo para aposentar, fui lá no setor pessoal e solicitei a contagem de tempo. Eles contaram meu tempo e falaram que eu tinha tempo para aposentar, mas que, se ficasse mais dois meses, conseguiria um diferencial no meu salário. Eu falei: – Não! Faça aí agora! E de lá pra cá, eu não pisei mais os pés na universidade (Miranda Neto, 2023).

Este episódio gerou certa frustração para o professor Jaime Tolentino de Miranda Neto, mas não afetou o profundo respeito e carinho que tem pela universidade, onde trabalhou e contribuiu para o seu desenvolvimento. É o que percebemos neste trecho da entrevista:

Eu me sinto muito orgulhoso de ter participado dessa construção que viabilizou a mudança de vida de muitas pessoas. Se olharmos o corpo hoje do curso de Educação Física, todos eles tiveram a oportunidade de fazer mestrado, de fazer doutorado, de entrar para o curso de Educação Física. Na época e até ter a condição de entrar, a condição de trabalho era precária. Foi a construção do dia a dia. Então, eu me sinto muito feliz e orgulhoso e foi um ciclo da minha vida que foi encerrado e que me fez muito bem e que eu me orgulho muito (Miranda Neto, 2023).

Os diferentes espaços do curso de Educação Física sediam eventos esportivos locais e são utilizados pela população para prática esportiva individual e coletiva, com agendamento na administração do CEU, como também nas ações de extensão comunitária desenvolvidas em diferentes projetos e programas propostos pelos professores do curso.

4 Os projetos de ensino, pesquisa e extensão do curso de Educação Física

O professor Jaime Tolentino de Miranda Neto (2023) considera que o curso de Educação Física trouxe grande transformação regional no campo da saúde pública e também na educação social de formação de jovens nas escolas, pois, na região, não havia quase nenhum professor habilitado em nível superior na área de Educação Física.

O curso de Educação Física levou a universidade para fora dos seus muros, transformando a realidade da região e do entorno do *campus*. A título de exemplo destas iniciativas, a Unimontes criou o “Projeto Luz: Criança Cidadã do Futuro”. Antes do projeto, as crianças da comunidade situada nos fundos da Unimontes depredavam a universidade, os vidros eram todos quebrados. Com o trabalho social, o projeto mudou essa realidade e também promoveu experiência e apoio financeiro para os acadêmicos de Educação Física.

A assinatura do convênio pelo Reitor José Geraldo de Freitas Drummond, junto com o professor Dr. Jaime Tolentino de Miranda Neto, viabilizou a implantação do “Projeto Luz: Criança cidadã do futuro”, que passou a ser realizado com as crianças da comunidade da Vila Oliveira e Vila Mauricéia, que participavam de atividades esportivas e recreativas com os acadêmicos do curso de Educação Física, sob a coordenação dos professores.

Em apoio aos projetos de extensão, o deputado Fernando Diniz foi o primeiro a abrir as portas de Brasília para a Unimontes. O deputado apresentou os caminhos para a obtenção e aportes financeiros para o desenvolvimento de projetos diversos. A universidade chegou a ter um circo dentro do *campus*, coordenado pela equipe do ator Marcos Frota, em um projeto pioneiro chamado UNI-Circo, criado pela própria universidade. A Unimontes comprou três estruturas para circos, sendo que um deles estava planejado para permanecer na universidade definitivamente, e os outros dois seriam itinerantes, levando as artes circenses por várias cidades do norte de Minas. Porém, o circo ficou por apenas três anos. O curso de

Educação Física buscava todos os meios disponíveis pela via das prefeituras da região, permitindo que os alunos fizessem estágio remunerado.

Dentre suas ações de extensão, o curso de Educação Física realizou uma Colônia de Férias Popular para 8 mil crianças em Montes Claros, no ano de 2001. O treinamento foi realizado no Ginásio Poliesportivo, para 800 monitores, com os melhores especialistas de recreação, que vieram a Montes Claros para essa finalidade. Não satisfeitos com o número do público atingido, em 2002, foi realizado para 8 mil crianças em Montes Claros e ampliado para 12 municípios da região (Miranda Neto, 2023).

A valorização do trabalho desenvolvido pelos professores de Educação Física resultou na ascensão da profissão e criação de novos campos de trabalho para a área de atuação, tudo isso porque a coordenação do curso de Educação Física trabalhou, não só com a formação, mas também com a ocupação desse aluno e sua inserção e atuação profissional. Assim, as pessoas que estão de fora têm despertado o interesse em fazer Educação Física (Miranda Neto, 2023). O professor afirma que 80% dos professores do curso de Educação Física da Unimontes, hoje, são ex-alunos da própria universidade.

O curso de Educação Física foi o primeiro da universidade a realizar um evento internacional, o Jonafes - Jornada Norte Mineira de Atividade Física e Saúde, em 2003. Para o evento em tela já vieram a Montes Claros o Ministro do Esporte e vários deputados que, na oportunidade, visitaram o *campus* e ouviram as demandas do curso de Educação Física. Com isso, a graduação, que no início tinha pouca estrutura, passou a ter material de altíssima qualidade. O curso chegou a ser contemplado com uma pista de atletismo sintética, que não foi finalizada por débito que a universidade possuía no período e a documentação não pôde ser concluída (Miranda Neto, 2023).

Muitos projetos de extensão foram desenvolvidos ao longo dessa história, dentre eles, citamos o Programa de Ginástica da Unimontes - PGU, coordenado pela Professora Dra. Maria de Fátima de Matos Maia e financiado pela Fadenor. Esse programa teve início em 2002 e era executado pelos acadêmicos do curso de Educação Física, que recebiam bolsa de estágio para ministrar atividades de Ginástica Laboral em diversos setores da Unimontes, como a lavanderia do Hospital Universitário, Biblioteca da Unimontes, Imprensa Universitária, Secretaria Geral, CCBS, entre outros.

Outra ação de relevância foi o Grupo de Dança Compassos, um Projeto de Extensão Cultural que teve início no ano 2000, elaborado e

coordenado pela Professora Elisângela Chaves. O projeto era aberto a qualquer estudante, funcionário, professor ou comunidade externa e, em seu período de funcionamento, sempre acolheu pessoas de outros cursos ou que não tinham vínculo com a Unimontes: “Sempre teve gente de outras áreas também e de fora que eram dançarinos ou bailarinos que participavam desse projeto de extensão” (Chaves, 2023).

O Compassos foi um grupo de Dança Contemporânea que tinha o objetivo de promover apresentações artísticas em Montes Claros. A ideia surgiu pela vivência da professora Elisângela Chaves como bailarina, durante a sua graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Viçosa. A professora nos conta que, ao chegar para trabalhar na Unimontes, em 1999, percebeu a ausência da dança tanto no curso de Educação Física, como no de Artes, pois ela trabalhava em ambos.

Conversando com a saudosa Fatinha, ela falou assim: – “Faz um projeto de extensão”. E foi daí que eu fiz o projeto. Eu falei assim: – “a gente não tem nada, só dar aula e não vai ter mais nada”. E aí esse projeto de extensão vem muito nesse sentido, até porque eu já tinha antes a minha experiência anterior com a importância de dança na escola, essa ideia de que quem gosta muito de dançar e quer se aperfeiçoar ou aprofundar. Tive sempre muito apoio do departamento e alguns entraves na universidade, porque era uma coisa nova os entraves sempre foram os mesmos, não tinha nenhum tipo de recurso, a gente não tinha sequer uma sala, eu dava aula no antigo laboratório de fisiologia que era ainda no CCBS, ali nem sei como é que está escrito agora, aquele laboratório funcionava com os fundos para aquela quadra antiga, para onde era esse novo prédio da administração. Era ali que a gente fazia aula, já tinha barra, tinha espelho, fiz a primeira seletiva lá porque, para a coordenação precisava ter noções de dança e até porque a proposta era essa, de performance. Então eu não buscava bailarinos, mas a pessoa que tivesse condições de se aperfeiçoar na dança. Depois eu fui até relativizando isso com os anos, mas havia essa lógica de que a entrada do grupo precisava de uma seleção e ele foi aprovado na extensão e funcionou (Chaves, 2023).

O Grupo de Danças Compassos fez muitas apresentações pelo Brasil, em sua maioria pelo norte de Minas e Montes Claros. Como não possuía nenhum tipo de financiamento, os próprios dançarinos custeavam ou promoviam ações como rifas e feijoadas para adquirir as roupas para as apresentações: “Eu brincava, falava assim: – ‘eu não vou por no papel [os

investimentos pessoais com o projeto], se não eu paro, né’. Então, como eu nunca quis parar, eu nunca fiz o papel, meu gasto em algumas coisas, sem contar gasolina” (Chaves, 2023).

A professora Elisângela considera que todas as dificuldades aproximaram muito o grupo, aproximação que se encontra até os dias atuais, mesmo com o fim do projeto, que se deu em 2013, quando se desligou da Unimontes para assumir a posse em um concurso na Universidade Federal de Minas Gerais, onde permanece até a presente data (Chaves, 2023).

Um ano após a criação do Grupo Compassos, surgiu o Grupo Saruê, que tem um enfoque parafolclórico, com apresentação de danças regionais, criado pelo professor José Roberto Lopes de Sales, conhecido no meio acadêmico como Beto. O Grupo Saruê, idealizado em 2001, permanece ativo até hoje (2023), dentre as ações de Extensão do Curso de Educação Física, sob a coordenação do professor Beto, desde a sua criação.

Ao assumir a disciplina de “Jogos, Brincadeiras e Danças Folclóricas”, o professor Beto considerou o conteúdo muito extenso para uma carga horária insuficiente, sendo necessário trabalhar as danças folclóricas para além da carga horária da disciplina (Sales, 2023). Inspirado em um Projeto da UFMG, chamado Sarandeio, surgiu a ideia da criação do Grupo Saruê – Companhia de Danças Parafolclóricas Saruê, que, inicialmente, atenderia somente os acadêmicos do curso de Educação Física e, posteriormente, como havia muitas pessoas interessadas, o projeto foi aberto para acadêmicos de outros cursos e, depois, para a comunidade externa da Unimontes (Sales, 2023).

Os primeiros figurinos foram adquiridos pelo próprio professor José Roberto Lopes de Sales, sem nenhuma ajuda de custo externa. Ainda hoje, o professor custeia despesas com o grupo, que também promove ações de arrecadação como festivais ou rifas para aquisição de novos figurinos e custeio de viagens. Eventualmente, o professor consegue verba em alguns editais públicos, como aconteceu recentemente para o Festival Folclórico de Montes Claros (Sales, 2023).

Para o professor Beto, a maior dificuldade enfrentada pelo grupo, desde a sua criação até os dias atuais, é a infraestrutura inadequada e a falta de apoio financeiro:

Os figurinos de danças folclóricas são muito caros e precisam ser muito bem caracterizados, não temos espaço adequado para guardar o que temos e, por isso, nem posso criar novas coreografias, pois não teria onde guardar os novos figurinos.

No final do ano passado, teve um problema no telhado no prédio da academia e alagou toda a laje do Laboratório do exercício e metade da sala onde guardo o material. Então, tudo que era de papel, de pena, teve que jogar fora. Como fazemos muitas danças indígenas, trabalhamos com muitas penas e são penas que não são compradas em Montes Claros, tem que comprar de fora e não são baratas. Então, muita coisa estragou e não tinha como recuperar (Sales, 2023).

O grupo Saruê iniciou suas atividades com 35 pessoas e, atualmente, tem 45 integrantes, sendo que já passaram mais de quatrocentos e cinquenta pessoas pelo grupo, o que é motivo de felicidade e orgulho, principalmente quando presencia ex-alunos falarem da importância que o Saruê teve nas suas vidas (Sales, 2023).

Em maio de 2005, o professor Georgino Jorge de Souza Mendes Neto (Gino), a partir do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), deu início ao estudo da recreação, com os acadêmicos que não faziam parte do programa, iniciando neste ano o Laboratório de Atividades Lúdicas (Ludens) – um projeto de pesquisa e extensão que buscou dar visibilidade às práticas corporais através do lazer e das atividades lúdicas, projeto que durou pouco mais de dois anos e acabou se desdobrando em outros dois projetos (Mendes Neto, 2023).

Após desenvolver estudo sobre o lazer em Montes Claros, veio a necessidade de buscar outras pesquisas voltadas para a prática do futebol em Montes Claros:

E a partir dessa pesquisa, a gente fez um projeto de extensão em 2 bairros, que foi Major Prates e Todos os Santos. Aí foi uma pesquisa com interface em extensão. Porque a gente fez a pesquisa e depois fomos lá nos bairros desenvolver os projetos como extensão. Aí a gente fez cinema na praça, roda de leitura, uma série de atividades que a gente foi desenvolvendo nesses 2 bairros. Isso já foi ali no final do ano de 2008 (Mendes Neto, 2023).

Dando continuidade aos estudos do futebol como forma de lazer, surgiu o Cinefoot, um projeto onde é feita a exibição de filmes e documentários mensais relacionados ao futebol. Ainda voltado para esta perspectiva, Gino faz entrevistas com ex-atletas e outras personalidades envolvidas com o futebol em nossa região, grava e as transforma em Podcast, que faz parte do observatório do futebol (Unimontes, 2020).

O Observatório do Futebol é um projeto de Extensão e pesquisa que teve início em 2018 e é coordenado pelo Professor Dr. Georgino Jorge de Souza Neto. Trata-se de um projeto multidisciplinar que analisa o esporte sob a ótica social, cultural e econômica, além da modalidade propriamente dita, buscando abrir o diálogo sobre o universo do futebol no cotidiano popular.

O Centro de Memória do Esporte (Cemesp) da Unimontes, que também é um desdobramento das atividades inicialmente propostas pelo Ludens, visa contribuir para a constituição de memórias e conhecimentos das práticas corporais e esportivas norte-mineiras, ampliando a concepção da função cultural exercida por tais práticas na região. O Cemesp teve início em 2020 e fica localizado na Rua Coronel Celestino, 75. Está sob a coordenação da Professora Dra. Ester Liberato Pereira, do Prof. Dr. Georgino Jorge de Souza Neto e do Prof. Dr. Rogério Othon Teixeira Alves, vinculados ao Depto. de Educação Física e do Desporto; como também do Prof. Dr. Gustavo Tentoni Dias, do Depto. Política e Ciências Sociais.

Além do Cemesp, o curso de Educação Física desenvolve os Projetos de Pesquisa Encontros Citadinos (Ciclo de Debates, Oficinas e Ações para o Desenvolvimento Urbano) e o Fórum Permanente de Educação Física (Fopef). Já o Projeto de Extensão VIDA foi criado em maio de 2005, é coordenado pela Professora Claudiana Donato Bauman e visa avaliar a inclusão de um programa de atividades físicas sistematizadas, no dia a dia de mulheres diagnosticadas com câncer de mama, buscando a diminuição do impacto psicológico e físico acarretado pela doença (Unimontes, 2005).

Atualmente o projeto assiste aproximadamente 45 mulheres. As práticas corporais ocorrem às terças e quintas-feiras, das 08h às 09h3, no laboratório de exercício da Unimontes (Academia), com o objetivo de proporcionar às mulheres portadoras do câncer de mama um programa estruturado de Atividades Físicas Sistematizadas, Dança, Reabilitação, Recreação, Terapia de grupo (enfrentamento), Estética corporal, Grupo de Oração, Saúde bucal e encaminhamentos para tratamentos de saúde em geral, possuindo como prioridade o bem-estar físico, social, psicológico e espiritual dessa população (Unimontes, 2005).

O Projeto Ciclo de Debates sobre a Dança, coordenado pela Professora Fernanda de Souza Castro, é outra iniciativa do Departamento de

Educação Física e Desporto. Este projeto busca promover oportunidades para exposição, troca de conhecimento e experiências sobre a dança enquanto arte, bem como suas manifestações enquanto fenômeno sociocultural, visando ainda à oferta de outras práticas corporais que dialoguem com a dança. A proposta se sustenta na ampliação dos diálogos entre universidade, comunidade, artistas e profissionais da dança (Unimontes, 2020).

No Centro Esportivo da Unimontes, funcionam alguns projetos de extensão com financiamento de bolsa de estágio, através da Fadenor, que são escolinhas de iniciação esportivas, onde os acadêmicos de educação física atuam como estagiários no Handebol, Top Tênis, Natação, Laboratório de Exercício – Labex/Unimontes, Laboratório do Exercício - *campus* Januária, Escola de Futebol da Unimontes, Oficina de Voleibol.

5 Considerações finais

Ao longo de sua trajetória, o curso de licenciatura e bacharelado em Educação Física da Unimontes tem se destacado pela qualidade de sua formação. Contando com um corpo docente qualificado e uma estrutura acadêmica adequada, esses elementos se unem para proporcionar a preparação dos alunos, dotando-os das habilidades e conhecimentos imprescindíveis para uma atuação efetiva no ensino de Educação Física. Esse compromisso contribui significativamente para o desenvolvimento e promoção de uma educação de qualidade no país (Unimontes, 2006).

No âmbito das orientações oferecidas por profissionais experientes do campo, destacamos as palavras do professor Jaime Tolentino de Miranda Neto:

Eu gostaria de propor aos acadêmicos atuais que reflitam sobre a história, pois, quando desejamos algo na vida, sempre é útil olhar para trás e reconhecer o esforço, trabalho e dedicação de tantas pessoas que vieram antes de nós. Essa visão retrospectiva me ajudou a perceber que posso seguir adiante, posso me tornar um professor nesta universidade e posso alcançar qualquer objetivo que eu queira. No entanto, para isso, é essencial que eu seja bom no que faço, que eu me capacite constantemente, que eu esteja disposto a lutar e que mantenha um desejo ardente de aprender e crescer. Portanto, recomendo que cuidem do seu curso, não o abandonem. Exijam o melhor daqueles que estão liderando o curso, pois, se eu não der a devida importância ao meu próprio desenvolvimento acadêmico,

acabarei me tornando um professor negligente no futuro. Aqueles que são negligentes em suas obrigações não têm um futuro promissor. A chave para o sucesso como profissional de Educação Física é ser diligente, persistente e comprometido com o seu crescimento pessoal e profissional. Nunca subestime a importância do esforço contínuo e da dedicação em se tornar o melhor naquilo que você escolheu seguir (Miranda Neto, 2023).

No curso de Educação Física, também se destaca o professor Rogério Othon Teixeira Alves, que discute a formação de forma ampla e crítica, que ultrapassa os limites do desenvolvimento corporal.

A Educação Física tem sido historicamente reconhecida por sua ênfase na formação técnica dos profissionais. Embora as universidades tenham investido na formação intelectual dos estudantes, ultrapassando o aspecto meramente técnico, ainda é necessário um investimento adicional para reduzir ou eliminar essa rotulação imposta pela sociedade. Medidas devem ser tomadas para que essa mudança ocorra na atuação dos profissionais. São eles que devem modificar essa rotulação equivocada que é imposta externamente. O profissional de Educação Física exerce influência na formação integral do indivíduo, não se limitando apenas ao corpo, mas também à mente e às emoções. Compreendemos que podemos influenciar o indivíduo por meio de diversas abordagens, não apenas de forma concreta, mas também de maneira abstrata e humanizada (Alves, 2023).

É incontestável que a Educação Física contribui para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social dos estudantes, proporcionando uma formação integral. O curso de Educação Física da Unimontes busca habilitar profissionais capazes de promover a educação completa dos indivíduos, fomentando oportunidades de inserção no mundo do trabalho e de crescimento em diversas dimensões.

Nossa pesquisa revelou que o curso de Educação Física da Unimontes, que passou por modificações curriculares e estruturais desde sua implantação, algumas benéficas e outras sujeitas à revisão. Entre essas transformações, destacamos a importância de retomar alguns projetos de extensão que foram finalizados. Além de impulsionar o desenvolvimento regional, esses projetos propiciam aprendizado e permanência dos alunos por lhes possibilitar remuneração e recursos necessários para a sua manutenção na universidade. Através da prática, os projetos oferecem não ape-

nas enriquecimento educacional, mas aproximação da universidade com a comunidade.

Para além de ser ofertado na sede da Unimontes em Montes Claros, o curso de Educação Física também é ofertado na cidade de Januária, que fica a 170 km do *campus* principal. Salientamos que isso oportuniza condições para mais estudantes poderem cursar Educação Física, inclusive aqueles que não têm condições de se deslocarem e se manterem na cidade de Montes Claros.

A graduação em Educação Física também pode ser ofertada na modalidade EAD (Educação à Distância), através dos canais virtuais e físicos da Unimontes, com polos itinerantes, que podem ser alterados a cada oferta semestral. Essa modalidade oferece oportunidade para estudantes distantes dos grandes centros universitários, promovendo a qualificação profissional para cidades que têm pouco acesso ao ensino superior.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Terceiro e quarto ciclo do Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, Ygor Durães; ANDRADE, Juliana Alves Miranda. Processo de evolução da aplicação dos conteúdos na educação física escolar: Do higienismo à BNCC. **Revista Eletrônica Nacional de Educação Física**, Edição Especial. v. 5, n. 5, jul. 2022.

FIGUEIREDO, Zenólia Cristina Campos (Org.). **Formação Profissional em Educação Física e o mundo do trabalho**. Vitória, ES: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005.

CALEIRO, Regina Célia; PEREIRA, Laurindo Mékie (org.). **Unimontes: 40 anos de história**. Montes Claros, MG: Ed. Unimontes, 2002.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. **Projeto de Extensão Vida**. Coordenação: Professora Claudiana Donato Bauman.

Montes Claros-MG. Maio, 2005. Disponível em: <https://unimontes.br/projetos-e-servicos/projeto-de-extensao-vida/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros**. Disponível na coordenação do curso de Educação Física. Montes Claros-MG, 2006.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Educação Física da Universidade Estadual de Montes Claros**. Disponível na coordenação do curso de Educação Física. Montes Claros-MG, 2019.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. **Centro de Memória do Esporte**. Disponível em: <https://www.cemesp.unimontes.br/>. Acesso em: 15 ago. 2023. Montes Claros-MG. 2020.

USP, Universidade de São Paulo. Escola de Educação Física e de esporte da Universidade de São Paulo. **História**. São Paulo, 2023. Disponível em: <http://www.eefe.usp.br/hist%C3%B3ria> Acesso em: 15 jul. 2023.

12

Trajetória do curso de Ciências da Religião da Unimontes

Amós Ferreira de Carvalho
Pedro Aurélio Cardoso da Silva

1 Introdução

A história do curso de Ciências da Religião na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) remonta ao ano de 1962, quando foi criada a Fundação Universidade Norte Mineira (Funm), primeira unidade de ensino superior do norte de Minas. Já em 1964, no âmbito da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil), foram iniciadas as atividades docentes dos quatro primeiros cursos instalados – Geografia, História, Letras e Pedagogia. Com o passar dos anos, a instituição passou por mudanças, dentre as quais foram criados novos cursos técnicos, de graduação e pós-graduação. No contexto destas transformações, em 2001, o curso de Ciências da Religião emergencial e modular foi criado através da Resolução n.º 210 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex), reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) e teve como medida atender à demanda de profissionais qualificados para atuarem na área de educação religiosa (Unimontes, 2001).

O curso de Ciências da Religião é uma iniciativa que busca formar professores capazes de compreender e analisar as diversas religiões, suas práticas, histórias, crenças, rituais, bem como os aspectos sociais e cultu-

rais relacionados a elas. O curso tem papel fundamental na formação de profissionais qualificados para o ensino religioso na educação básica.

Em 2006, uma nova etapa na trajetória do curso de Ciências da Religião na Unimontes, com a autorização para a criação da modalidade regular. O curso regular tem uma carga horária maior e uma estrutura curricular mais abrangente do que o curso emergencial e modular. O curso regular é gratuito, como os demais cursos regulares da Unimontes e oferecido em regime presencial. A partir desse momento, o curso se consolidou e expandiu suas atividades, para a formação de professores cada vez mais comprometidos com o ensino religioso (Unimontes, 2006).

A aprovação do Projeto Político Pedagógico (PPP)¹ do curso de Ciências da Religião, oferecido de forma regular pela Unimontes, foi aprovado pela Resolução n.º 146 – Cepex/2006 e n.º 018 – Consu/2006. Com a aprovação de novos PPPs, aprimoramentos foram incorporados, refletindo as mudanças no cenário religioso, social e educacional. Após 3 anos de sua implementação, o Parecer n.º 045/09 da Câmara de Graduação e a Resolução n.º 210 do Cepex/2009 aprovaram novo PPP do curso de Ciências da Religião Licenciatura da Unimontes (Unimontes, 2009).

O curso de Ciências da Religião tem se mantido atualizado e atento à legislação educacional, às demandas da sociedade e do campo das religiões. Apesar dos desafios enfrentados, sobretudo relacionados à demanda e ao reduzido número de matrículas, o curso tem realizado conquistas. Por meio de pesquisa e da análise dos dados disponíveis, este estudo visa contribuir para a compreensão da trajetória e importância do curso de Ciências da Religião na Unimontes. Ao compreender a trajetória do curso, será possível perceber o seu papel na formação de professores comprometidos com a ética, a diversidade, a tolerância religiosa e o senso crítico.

Neste capítulo, será discutido o modo como o curso tem investido na formação de profissionais para a docência do ensino religioso, promovendo uma educação inclusiva, respeitosa e fundamentada nos princípios da diversidade e do diálogo inter-religioso. O texto fornece uma visão sobre o curso de Ciências da Religião na Unimontes, destacando sua relevância para a região, sinalizando para as transformações ocorridas ao longo

¹ O PPP é um documento que define a missão, os objetivos, a estrutura curricular, os recursos humanos e os processos de avaliação do curso. O PPP do curso de Ciências da Religião Licenciatura é aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex) da Unimontes. O Cepex é um órgão colegiado que tem a função de deliberar sobre a política acadêmica da universidade.

dos anos e as perspectivas para o futuro. Essa análise permite compreender o papel desempenhado pela Unimontes na formação de profissionais qualificados e comprometidos, promovendo a compreensão e o respeito à diversidade religiosa na sociedade contemporânea.

2 Cenário político e econômico no norte de Minas Gerais na implantação do curso de Ciências da Religião

A implantação do curso de Ciências da Religião na Unimontes, no ano de 2001, ocorreu em um contexto de transformações políticas e econômicas específicas para a região do norte de Minas Gerais. Compreender esse cenário político e econômico local é fundamental para analisar os desafios enfrentados na implantação do curso e a importância da iniciativa para o desenvolvimento da região.

No âmbito político, nos primeiros anos do século XXI, o norte de Minas Gerais estava inserido em um contexto estadual e nacional em que a valorização da educação e o fortalecimento das instituições de ensino superior eram prioridades. Segundo Castro (2016), o estado de Minas Gerais almejava estimular a expansão do ensino superior e a democratização do acesso à educação, com o intuito de promover o desenvolvimento socioeconômico da região. Nesse período, o governo estadual implementou políticas voltadas para a interiorização do ensino superior, incentivando a criação de cursos e instituições de ensino em regiões como o norte de Minas Gerais.

O documento que discute essa política é o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais (PEE/MG), que foi aprovado em 2014. O PEE/MG tem como objetivo garantir o acesso à educação de qualidade para todos os cidadãos mineiros, independentemente de sua localização geográfica. Para isso, o plano prevê a expansão do ensino superior no interior do estado, através da criação de novos cursos e instituições de ensino. Essas medidas têm como objetivo suprir demandas educacionais locais, proporcionar oportunidades de formação acadêmica e impulsionar o desenvolvimento regional (Minas Gerais, 2014).

O desafio da diversificação econômica no norte de Minas Gerais é uma realidade premente na região, como ressaltado por Castro (2016). Conhecida por sua economia agropecuária predominante, a região depende largamente da agricultura e da pecuária como principais geradoras de receita. Contudo, o enfrentamento de obstáculos como a seca recorrente, a

infraestrutura deficiente e a produtividade aquém do ideal tem estimulado a busca por alternativas. O norte de Minas Gerais, cujo perfil demográfico abriga cerca de 2,5 milhões de habitantes, se distingue por sua característica predominantemente rural, sendo a agricultura e a pecuária os pilares de sua economia. Conforme mencionado por Castro (2016), o cenário político e econômico dessa região era permeado por um crescimento econômico e social palpável. Esse cenário se concretizava mediante a abertura de novas empresas e a ampliação da rede educacional.

Porém, as conquistas alcançadas não eram desprovidas de desafios, como apontado por Castro (2016). A carência de infraestrutura e a persistente pobreza se evidenciavam como problemas prementes. Nesse contexto, a diversificação econômica e o fomento ao desenvolvimento local têm se apoiado em investimentos educacionais e de pesquisa, como sublinha Castro (2016). O governo de Minas Gerais e as instituições de ensino superior regionais têm enfatizado a importância da educação como catalisadora do crescimento econômico. Além de proporcionar mão de obra capacitada, a educação impulsiona a inovação, elemento chave para a transformação econômica.

Destacando-se nesse cenário, a Unimontes oferece um variado leque de cursos de graduação e pós-graduação em áreas que englobam Ciências Agrárias, Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Engenharias. A instituição tem se distinguido por seu programa de pesquisa voltado à promoção do desenvolvimento regional, com enfoque em temas como educação, agricultura sustentável, gestão de recursos hídricos e energia renovável.

A Unimontes emerge como um ator vital no processo de diversificação econômica na região, conformando-se como uma fonte de profissionais qualificados que estão contribuindo para diversos setores, como apontado por Castro (2016). Além disso, sua atividade de pesquisa está gerando o pensamento reflexivo e crítico, avanços tecnológicos e processos inovadores, impulsionando o progresso local.

Concluindo, o potencial de desenvolvimento do norte de Minas Gerais é inequívoco. O papel crucial da educação e da pesquisa na transformação da economia regional é inegável, sendo potencializado pela Unimontes, ao desempenhar um papel ativo no crescimento e diversificação da região (Castro, 2016).

A implantação do curso de Ciências da Religião representou um marco na trajetória da instituição acadêmica (Castro, 2016). No ano de

2001, a Unimontes inaugurou esse curso com a finalidade de formar professores aptos a atuarem no campo da educação religiosa. Tal empreendimento impôs desafios consideráveis à universidade, exigindo disponibilidade de recursos financeiros, formação de corpo docente especializado e adaptação das infraestruturas físicas para acomodar as demandas acadêmicas.

A implantação do curso de Ciências da Religião na sua modalidade regular foi acompanhada por uma série de desafios. A busca por recursos financeiros desempenhou um papel crucial, uma vez que o curso, embora gratuito, demandava investimentos para a sua operação contínua. A Unimontes conseguiu obter esses recursos por meio da colaboração de empresas e entidades públicas (Castro, 2016). A constituição de um corpo docente qualificado também se revelou um desafio de considerável magnitude. Dado que o curso demandava professores com expertise em Ciências da Religião, a tarefa de encontrar profissionais capacitados para tal função provou ser uma empreitada complexa. A universidade, no entanto, superou essa barreira ao estabelecer programas de pós-graduação e cursos de atualização para formar os professores necessários.

A implantação do curso de Ciências da Religião também contou com o apoio substancial das autoridades governamentais e de outras instituições regionais (Castro, 2016). O governo do estado de Minas Gerais desempenhou um papel preponderante ao alocar recursos financeiros para adquirir equipamentos e equipar as instalações universitárias.

Os resultados dessa empreitada foram notáveis (Castro, 2016). O curso de Ciências da Religião foi instalado e se consolidou, formando inúmeros profissionais ao longo dos anos. Sua contribuição na formação de especialistas em educação religiosa é inegável, além de seu impacto positivo no cenário regional, ao gerar oportunidade de emprego no contexto de processos reflexivos e do pensamento crítico e inclusivo.

A criação do curso de Ciências da Religião proporcionou oportunidades de formação e desenvolvimento para a região do norte de Minas Gerais. Além de atender às demandas locais por profissionais habilitados, o curso contribui para fortalecer a identidade cultural e religiosa da região, promovendo a valorização da diversidade e o respeito às tradições religiosas presentes na comunidade.

Um dos principais problemas enfrentados pela região do norte de Minas Gerais é a falta de profissionais qualificados para atuar na área de educação religiosa. Isso ocorre devido à escassez de cursos de graduação

e pós-graduação em Ciências da Religião na região. A criação do curso de Ciências da Religião na Unimontes contribuiu para suprir essa demanda, formando profissionais qualificados para atuar na área de educação religiosa, promovendo uma formação que compreenda a diversidade de crenças e respeite o direito de livre manifestação religiosa.

Em consonância com a pesquisa de Castro (2016), quando de sua instituição, o curso de Ciências da Religião tinha duração de três anos. Seu conteúdo abrangente engloba o estudo das variadas religiões, a história religiosa, a filosofia da religião e a sociologia religiosa. Além disso, a matriz curricular contempla disciplinas voltadas ao ensino religioso, à diversidade religiosa e ao diálogo inter-religioso, também contemplando a formação pedagógica e didática necessária à formação do professor.

O curso emergencial modular obteve êxito ao formar 100 professores, os quais têm contribuído de forma destacada em áreas como educação, pesquisa e serviço social (Castro, 2016). Além de transformações individuais, o curso tem desempenhado um papel relevante no fortalecimento do ensino religioso, na promoção do diálogo inter-religioso e na valorização da riqueza cultural e religiosa característica do norte de Minas Gerais.

3 Reflexões sobre o ensino religioso no Brasil e na Unimontes

O panorama do ensino religioso no Brasil indica que as suas raízes históricas são complexas, conforme indicado por Castro (2016). Durante o período colonial e imperial, a religião católica era oficial no país. Com a proclamação da república, em 1889, ocorreu o desvanecimento de sua posição oficial e tornou facultativo o ensino religioso nas escolas públicas.

A Constituição Federal da República do Brasil de 1988 estabeleceu regulamentações para o ensino religioso, como aponta Castro (2016), e sua implementação foi delineada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96 (LDBEN 9.394/96). Essa legislação preconiza um ensino religioso não obrigatório e respeitoso à diversidade religiosa dos estudantes.

O debate acerca do ensino religioso nas escolas públicas brasileiras é multifacetado. Enquanto alguns grupos defendem a abordagem confessional, outros advogam por uma perspectiva não confessional, mantendo neutralidade perante as diversas crenças (Castro, 2016). Em consonância com a legislação, que se afirma contrária ao proselitismo religioso, o PPP do curso de Ciências da Religião da Unimontes prevê que o ensino religio-

so seja ministrado de forma plural e não confessional. As disciplinas abordam as diferentes religiões e tradições religiosas, promovendo o diálogo e a compreensão entre os diversos grupos religiosos, de forma que o professor em formação construa uma visão ampla e oriente sua atuação pela não imposição de uma pertença a determinada religião, seita, doutrina.

O PPP também prevê que o ensino religioso seja ministrado por professores que tenham formação específica em Ciências da Religião. Os professores devem ser capazes de compreender as diferentes religiões, suas crenças e práticas, ser capazes de promover o diálogo e a compreensão entre os diversos grupos religiosos. Ainda prevê que o ensino religioso seja ministrado de forma interdisciplinar. A disciplina religiosa deve ser integrada com outras disciplinas, como História, Filosofia e Sociologia, de modo a não realizar a catequese, mas promover uma formação dos estudantes, como pessoas que têm direito à livre assunção e manifestação da sua fé e de suas crenças. Essa abordagem permite que os professores em formação compreendam melhor as diferentes religiões e suas perspectivas sobre a vida, a fé, o universo e tudo o que nele há.

A relevância do curso de Ciências da Religião na Unimontes reside em sua abordagem abrangente das distintas religiões mundiais, contemplando o conhecimento de História, Filosofia e Sociologia. Em consonância com os achados de Castro (2016), a atuação da Unimontes, por meio desse curso, é importante para o fortalecimento do ensino religioso, do diálogo entre as diferentes religiões e para a valorização da diversidade cultural e religiosa peculiar à região do norte de Minas Gerais.

4 O período de 2000 a 2003: criação do curso de forma emergencial e modular

No ano de 2000, a Unimontes lançou o curso de Ciências da Religião (Castro, 2016). O curso se destaca por proporcionar uma educação abrangente acerca das diversas religiões mundiais, explorando suas bases teológicas, filosóficas e históricas, investigando seus vínculos socioculturais e suas relações com a sociedade.

Como explicitado na introdução deste capítulo, o curso foi iniciado de forma emergencial e modular, com o objetivo de oferecer formação em nível superior para professores atuarem na educação básica, na oferta da disciplina de Ensino Religioso. O curso tem uma visão abrangente e aprofundada sobre as diversas religiões, suas práticas, histórias, crenças e

rituais, que oportuniza formar professores com uma visão ampla e crítica das religiões, promovendo a compreensão e o respeito à diversidade religiosa. Os estudantes encontram no curso uma base teórica compatível com as exigências da prática educacional, suprimindo a falta de professores habilitados para o ensino religioso.

Um curso ofertado na modalidade emergencial visa atender uma demanda específica e temporária. Os cursos emergenciais geralmente são oferecidos em um curto período de tempo e podem ser autofinanciáveis ou gratuitos. Os cursos emergenciais podem ser estruturados em uma variedade de modalidades – presencial, semipresencial ou à distância.

Um curso modular é estruturado em módulos. Os módulos são unidades de estudo independentes que podem ser cursadas separadamente ou em sequência. Os cursos modulares são uma forma flexível de estudar, pois permitem que os estudantes escolham os módulos que desejam cursar e a ordem em que os cursam. Os cursos modulares também podem ser uma forma mais econômica de estudar, pois os estudantes podem pagar apenas pelos módulos que cursam. A principal diferença entre um curso emergencial e um curso regular é o tempo de duração. Os cursos emergenciais geralmente são mais curtos do que os cursos regulares, com oferta, comumente modular.

Na Unimontes, o curso de Ciências da Religião modular e emergencial foi ofertado em parceria com a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Superior no Norte de Minas (Fadenor), sendo cobradas mensalidades dos estudantes matriculados. Durante o período de sua oferta, foram abertas 100 vagas em duas turmas de 50 estudantes. A carga horária total contempla formação teórico-prática abrangente. A duração do curso era de 36 meses, divididos em módulos presenciais e não presenciais, com carga horária total de 3.200 horas. É importante destacar que o curso era autofinanciado, ou seja, os estudantes pagavam pelas mensalidades (Unimontes, 2001).

A estrutura curricular compreende um período de três anos para a oferta dos módulos de ensino, sendo que as atividades presenciais eram ministradas no período noturno, conforme indicado por Castro (2016). O corpo docente foi composto por especialistas em variadas áreas das Ciências da Religião, tais como Teologia, Filosofia, História, Sociologia e Antropologia.

O propósito fundamental do curso de Ciências da Religião na Unimontes, segundo Castro (2016), é a formação de profissionais com

possibilidade de atuação em uma diversidade de campos de atuação. Essa formação abrange setores como educação, pesquisa, serviço social, comunicação e gestão religiosa. Além dessas perspectivas, os estudantes do curso têm a oportunidade de trilhar uma carreira acadêmica, prosseguindo para mestrado ou doutorado em Ciências da Religião.

À luz das informações apresentadas por Castro (2016), a Unimontes se destaca por seu compromisso em oferecer um curso de Ciências da Religião que não apenas prepara profissionais competentes, mas também contribui para um ambiente de entendimento inter-religioso e respeito mútuo. No período entre 2000 e 2003, o curso estava em constante desenvolvimento. Os professores buscavam aprimorar a proposta pedagógica, adaptando-a às demandas e necessidades dos estudantes e da região. A formação dos primeiros profissionais nessa área específica do conhecimento era um desafio, mas também uma conquista importante para a Unimontes.

Em 2003, o curso de Ciências da Religião estava em pleno funcionamento, com os primeiros estudantes concluindo suas formações e se preparando para atuarem como professores de Ensino Religioso. O curso é pioneiro no estado de Minas Gerais, como destacado por Castro (2016). A sua inauguração na Unimontes delineia o compromisso da instituição em fornecer educação de qualidade, que transcende os limites acadêmicos, formando cidadãos conscientes e culturas de entendimento inter-religioso (Castro, 2016).

O período compreendido entre 2000 e 2003 marcou o ponto de partida e a consolidação do curso de Ciências da Religião na Unimontes (Castro, 2016). Nesse intervalo, testemunhamos a sua fundação e fortalecimento, à medida que os primeiros profissionais engajaram-se na formação destinada ao ensino religioso. Esses profissionais, guiados pelos valores da diversidade e do diálogo inter-religioso, passaram a operar como agentes catalisadores de mudança, promovendo uma abordagem mais inclusiva e respeitosa na educação religiosa. A Unimontes tem se consolidado como uma instituição de referência na formação de professores de Ciências da Religião. O compromisso com a qualidade do ensino e a cultura da diversidade religiosa são pilares que sustentam o curso no cenário educacional.

5 O período de 2006 a 2023: consolidação do curso de Ciências da Religião

Em 2000, a Unimontes instituiu o curso pioneiro de Ciências da Religião, marcando o primeiro passo para a oferta de graduação nessa área

em Minas Gerais. O ano de 2006 marca a história do curso e produz condições para sua consolidação – a partir da Resolução n.º 018 do Conselho Universitário (Consu) foi autorizada a criação do curso de forma regular na sede da instituição. O curso de Ciências da Religião na Unimontes obteve aprovação de diversas instâncias internas, tais como o Consu, o Cepex, o Conselho de Administração (Consad) e o Colegiado do Curso de Ciências da Religião. Sua oficialização ocorreu por meio da Resolução do Consu n.º 1.129, datada de 20 de dezembro de 2006. Como apontado por Castro (2016), o Ministério da Educação (MEC) autorizou o curso em 2006 e suas atividades iniciaram no primeiro semestre de 2007. Essa conquista representou um passo significativo na consolidação e expansão das atividades acadêmicas relacionadas às Ciências da Religião na região norte-mineira.

Implantar o curso de Ciências da Religião na Unimontes é forjar profissionais aptos a desempenhar funções variadas. O currículo contempla 35 vagas anuais e uma carga horária total de 3.360 horas (Castro, 2016). Com uma duração de quatro anos, distribuídos em períodos de disciplinas teórico-práticas, o curso propicia formação ampla, que aborda as múltiplas facetas das religiões mundiais. A criação e consolidação do curso de Ciências da Religião na Unimontes reflete um comprometimento institucional com a educação religiosa diversificada e não proselitista, bem como o fomento do diálogo inter-religioso em Minas Gerais (Castro, 2016).

Em 2009, o curso de Ciências da Religião passou por uma reforma curricular. O objetivo da reforma era atualizar e adequar a formação dos estudantes às demandas da sociedade contemporânea, abordando questões como ética, diversidade, tolerância religiosa, senso crítico e político. Para isso, foram introduzidas novas disciplinas no currículo, como Ética Religiosa e Social, Diversidade Religiosa, Filosofia da Religião e Teologia Comparada. Essas disciplinas promoveram uma compreensão mais profunda e complexa das relações entre religião e sociedade.

A reforma curricular reforçou a capacidade do curso de atender às demandas atuais, preparando os estudantes para enfrentar os desafios éticos, sociais e intelectuais em um mundo cada vez mais interconectado e diversificado. Em 2009, foi aprovado um novo PPP, que estabeleceu um tempo de integralização mínimo de três anos e meio e máximo de 42 meses (Unimontes, 2009). Essa atualização buscou aprimorar a formação dos estudantes, adequando-se às necessidades e demandas do mercado de trabalho e da sociedade contemporânea.

Um dos pontos relevantes desse período foi a extensão das possibilidades de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) oferecidas aos acadêmicos, em substituição à monografia, que era um trabalho de pesquisa acadêmica que exigia que os estudantes coletassem e analisassem dados e escrevessem um relatório sobre seus resultados. A nova proposta de TCC é uma forma mais abrangente de monografia, pois permite que os estudantes explorem diferentes abordagens de pesquisa e expressem suas reflexões acadêmicas de forma mais ampla. O formato mais comum para o TCC é o artigo científico, que é um trabalho de pesquisa acadêmica que exige que os estudantes coletem e analisem dados e apresentem os resultados em textos com formato mais direto e conciso, com potencial de serem publicados em revistas científicas. A critério do estudante, o TCC também pode ser um projeto de intervenção social, que é um trabalho de pesquisa que visa resolver um problema social (Unimontes, 2010).

A partir de 2011, novas mudanças e atualizações ocorreram no Projeto Político Pedagógico do curso de Ciências da Religião. Essas alterações refletem uma necessidade de formar profissionais de Ensino Religioso com um olhar crítico e comprometido com questões como ética, diversidade, tolerância religiosa e senso político, conforme explicita o seu PPP. O curso de Ciências da Religião expandiu sua atuação, promovendo eventos acadêmicos, palestras, cursos e seminários para a disseminação do conhecimento sobre as religiões e a cultura da diversidade religiosa. Essas atividades também estabeleceram um diálogo constante com a comunidade acadêmica e a sociedade em geral (Unimontes, 2011).

Em 2023, a Unimontes comemorou 23 anos do curso de Ciências da Religião. O curso foi criado em 2000 e é o primeiro curso de graduação em Ciências da Religião do estado de Minas Gerais. O curso tem como objetivo formar profissionais comprometidos com o ensino religioso e com a promoção do diálogo inter-religioso. O curso de Ciências da Religião é uma importante iniciativa para a formação de profissionais para compreender e estudar as diferentes religiões do mundo, contribuindo para a promoção da diversidade religiosa e da tolerância religiosa.

O curso de Ciências da Religião, estabelecido em 2000, assinala o pioneirismo ao ser o primeiro programa de graduação nesse campo em Minas Gerais. Sua missão é nutrir profissionais comprometidos com o ensino religioso e a promoção do diálogo inter-religioso, contribuindo para a compreensão das distintas religiões globais. As disciplinas oferecidas exploram desde as bases teológicas, filosóficas e históricas das religiões, até

os aspectos socioculturais e sua interação com a sociedade. O curso ainda abarca temáticas de ensino religioso, diversidade religiosa e diálogo inter-religioso, impulsionando a valorização da diversidade e a disseminação da tolerância religiosa (Castro, 2016).

Conforme Castro (2016), o curso de Ciências da Religião na Unimontes desempenhou um papel essencial na formação de docentes, cujo impacto se estende além de Minas Gerais, abrangendo outras regiões do Brasil. Esse curso tem sido um defensor da valorização da diversidade religiosa e da promoção da tolerância, ao explorar as religiões como fenômenos culturais e sociais. Em um mundo globalizado e multicultural, o curso ganha destaque ao oferecer uma educação pertinente para indivíduos interessados em carreiras no ensino religioso, pesquisa nesse campo ou engajamento na promoção do diálogo inter-religioso.

6 Considerações finais

O curso de Ciências da Religião da Unimontes tem uma trajetória relativamente recente e tem a reduzida demanda por matrículas como um desafio para a continuidade regular de sua oferta. O curso tem se mantido atualizado e atento às demandas da sociedade, oferecendo uma formação ampla e qualificada para profissionais que desejam trabalhar na área do ensino religioso, da pesquisa religiosa ou da promoção do diálogo inter-religioso.

O curso também tem contribuído para a formação de professores comprometidos com a ética, a diversidade, a tolerância religiosa e o senso crítico. Os estudantes do curso aprendem a compreender e analisar as diferentes religiões do mundo, suas bases teológicas, filosóficas e históricas, bem como os aspectos socioculturais e a relação das religiões com a sociedade.

O curso de Ciências da Religião é uma importante iniciativa para a formação de profissionais reflexivos e comprometidos com o ensino religioso não proselitista, promovendo compreensão e respeito à diversidade religiosa na sociedade contemporânea.

Referências

CASTRO, João Carlos Rodrigues de. **A Universidade Estadual de Montes Claros: História e Perspectivas**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2016.

MINAS GERAIS. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE – para o período de 2014 a 2024 e dá outras providências. Belo Horizonte, MG: jun. 2014. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 10 jun. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. **Resolução nº 277** – Aprova o novo Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências da Religião, para as turmas ingressantes a partir do primeiro semestre de 2012. Montes Claros: Unimontes/Depto de Filosofia, 2011.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências da Religião-licenciatura. Montes Claros: Unimontes/Depto de Filosofia, 2006.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências da Religião-licenciatura. Montes Claros: Unimontes/Depto de Filosofia, 2010. Disponível em: <https://unimontes.br/resolucao-no-227-aprova-novo-projeto-politico-pedagogico-do-curso-de-ciencias-contabeis-para-as-turmas-ingressantes-a-partir-do-primeiro-semester-de-2011/> . Acesso em: 21 set. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.. **Resolução nº 210 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX)**. Montes Claros, MG: CEPEX, 2001.

UNIMONTES. Conselho Universitário. **Resolução nº 018 do Conselho Universitário (Consu)**. Montes Claros, MG: Consu, 2009.

13

Desafios da licenciatura em Física no *campus* Bocaiuva

Aginaldo Maciel Ribeiro Oliveira
Pedro Guimarães Moratori

1 Introdução

*Raros são aqueles que olham com os próprios olhos e
sentem com a própria sensibilidade.*
Albert Einstein

Na região norte do estado de Minas Gerais, a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) fez história, e a partir dessa história começamos o nosso papel de historiadores. Narramos, compomos e recontamos a experiência. Ah, como isso é bom! Lembrarmos das histórias infantis, dos contos e das fábulas que ouvíamos os nossos avós contarem é uma experiência no mundo do outro. Podemos fazê-lo narrando a vida real – os acontecimentos passados de geração a geração, que foram ações dos homens e das mulheres do passado. No cotidiano, podemos nos envolver com essas narrativas e até ignorar a força de prova documental.

No entanto, para compor a historiografia, precisamos de documentos, indícios, pistas e provas e de certa estrutura na reconstituição dessa história. E a nossa vida, em si mesma, já é história construída. Ela tem começo e meio. Mas o fim é sempre devir. Daí que todos podem ler ou interpretar, estabelecendo conclusões provisórias para a história em construção.

Michel de Certeau (1925-1986) foi um pensador incansável cujo percurso intelectual foi marcado por uma prática interdisciplinar. O autor deixou um legado na História, Teologia, Psicanálise, Antropologia, entre outros campos de estudo. Certeau “pensava” sobre a história na medida em que a fazia, pois para ele a história não era somente um dizer, era sempre um fazer, uma fabricação.

Certeau não se via como um “teórico” da história, se entendermos esse termo como um empreendimento reflexivo “abstrato”, ou seja, desconectado das práxis historiadoras. Era crítico de uma historiografia “desencarnada”, do discurso que não coloca em questão suas condições de produção, que não se questiona e problematiza radicalmente (Miranda Junior, 2019).

Buscando conhecimento historiográfico, desenvolvemos estudo sobre o curso de licenciatura em Física. É um curso novo, mas, para chegar onde está, teve sua construção e a sua transição, e a partir de agora começamos nossa jornada historiográfica.

Na busca pela história da licenciatura em Física na Unimontes, apoiamo-nos em Barbosa (2003), ao afirmar que o estudo do passado leva a uma compreensão do presente real – nada é perdido na história, mesmo que o tempo tenda a apagar o passado, os registros o renovam. Barbosa (2003) ainda acrescenta que, a rigor, toda recordação, toda percepção do passado é, em si mesma, uma percepção presente.

Somos feitos de palavras, e palavras constroem a história. O importante é saber que a história tem fatos e são eles que comprovam as palavras ditas. Nessa construção da narrativa, o que realmente faz a diferença é saber aproveitar o melhor de cada momento. Para Barbosa (2003), um determinado odor proporciona repentinamente uma sensação de prazer experimentada há muito tempo atrás, é, todavia, no presente que essa percepção invade nossos órgãos sensoriais, é no presente que a experimentamos.

Esse capítulo é apenas o início de uma viagem que você, leitor, poderá fazer. E aqui fica o convite para, conosco, fazer essa viagem no tempo. Viajar é acumular experiências através das janelas dos nossos olhos, sabendo que histórias repassadas também constroem a sua história. Assim, após a leitura desse capítulo, eu, você, nós, teremos muita história para contar sobre o curso de licenciatura em Física na Unimontes. Para essa viagem, o primeiro passo é o embarque para conhecer a instituição.

Venha para essa viagem! Assim que você chegar à instituição e conhecer sua história, conhecer pessoas que passaram por aqui, conhecer leis, decretos e portarias que a regulamentam, seguirá sua jornada rumo ao Projeto Político Pedagógico (PPP), este sim, que regulamenta e oportuniza o desenvolvimento do curso de licenciatura em Física nessa instituição, a Unimontes.

2 Caracterização da instituição

*Tudo aquilo que o homem ignora não existe para ele.
Por isso o universo de cada um se resume ao tamanho de seu saber.*
Albert Einstein

A Unimontes, única universidade pública estadual na vasta região do norte de Minas Gerais, tem seu *campus* sede localizado no município de Montes Claros, centro convergente e polarizador dos demais municípios da região. A instalação do ensino superior em Montes Claros e região norte de Minas caminha em 2 direções, que se encontram em 1965. De um lado, o deputado Cícero Pereira apresenta Projeto de Lei Estadual n.º 2.615/1962, que é aprovado na Assembleia Legislativa e cria a Fundação Universidade Norte Mineira (Funm). De outro lado, 5 jovens professoras formadas na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG) criam a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil), sob orientação do professor Tabajara Pedrosa. Em 1964, no âmbito desta faculdade, são instalados os 4 primeiros cursos superiores da região Norte de Minas – Pedagogia, Letras/Francês, Geografia e História (Anastasia, 2012).

Em 1965, a Funm incorpora a Fafil e, a partir daí, as duas iniciativas se integram em uma única instituição de ensino superior. De 1963 até 1990 foram criadas outras 4 unidades – a Faculdade de Direito (Fadir), a Faculdade de Economia (Fadec), a Faculdade de Medicina (Famed) e a Faculdade de Artes (Faceart) (Anastasia, 2012).

Para atender ao disposto na Constituição do Estado de Minas Gerais, o Decreto Estadual n.º 30.971, de 09/03/90, “institui a Universidade Estadual de Montes Claros”, alçando a Funm à condição de autarquia. O primeiro Estatuto da Unimontes foi aprovado por meio do Decreto Estadual n.º 31.840, de 24/09/1990. A Lei Estadual n.º 11.517, de 13/07/94, reorganizou a Unimontes do ponto de vista administrativo-funcional,

sendo extintas as faculdades e criados os centros acadêmicos – Centro de Ciências Humanas (CCH), Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET) e Centro de Ensino Médio e Fundamental (CEMF) (Anastasia, 2012).

Por meio desse mesmo instrumento legal, o antigo Hospital Regional Clemente de Faria, da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (Fhemig), foi incorporado definitivamente à Unimontes, com a denominação de Hospital Universitário Clemente de Faria. Até dezembro de 1990, o HUCF era vinculado à Fhemig - Fundação Hospitalar de Minas Gerais, sendo incorporado definitivamente pela Unimontes, durante o governo Hélio Garcia, em julho de 1994 (Almeida, 2005).

Em 21/07/1994, por meio da Portaria n.º 1.116, foi homologado, pelo Ministério da Educação, o reconhecimento da Unimontes como universidade, em face do Parecer n.º 232/94 do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais. Posteriormente, foi criado o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET), através da Lei n.º 11.660, de 02/12/1994 (Anastasia, 2012). É nesta universidade que foi criado e instalado o curso de licenciatura em Física. A aprovação foi contemplada pela Resolução n.º 006-Consu/2002, de acordo Art. 1, que aprova a criação do curso de graduação de Física Licenciatura Plena, a ser oferecido pelo Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, no *Campus* Universitário “Professor Darcy Ribeiro” (Unimontes, 2002).

3 Histórico institucional – da Filosofia à Física

Para aqueles de nós que acreditam na física, esta separação entre passado, presente e futuro é somente uma ilusão.

Albert Einstein

No norte de Minas, nem sempre foi fácil ter uma graduação. Muitos foram os caminhos percorridos para se ter uma graduação e muitos os obstáculos para sua permanência e atendimento às demandas do mundo social. Começamos dizendo sobre a Funm, a atual Unimontes, que foi criada pela Lei Estadual n.º 2.615, de 24 de maio de 1962, de autoria do então deputado Cícero Dumont, não esquecendo que esta fundação incorporou a Fafil. Aqui não especificamos todas as licenciaturas ofertadas por essa Faculdade, a Fafil, que iniciou essa oferta de cursos desde a década de 1964. A professora Maria Isabel Magalhães Figueiredo, mais

conhecida como Baby Figueiredo, foi uma das fundadoras da Fafil, a primeira unidade de ensino superior em efetivo funcionamento na região (Anastasia, 2012). A partir daí muitos cursos foram criados em atendimento a demandas cada vez maiores, sobretudo, a partir da transformação da Funm em Unimontes.

Na Unimontes, atualmente, cerca de 160 cursos são oferecidos, sendo que 57 referem-se à graduação presencial. Além de contar com uma vasta gama de cursos de licenciatura, também tem na modalidade bacharelado. Na busca pelo cumprimento de sua missão, a Unimontes também oferece cursos próprios de pós-graduação *lato sensu* e *stricto-sensu*, dentre eles Educação, com mestrado acadêmico, desde 2019. Manteve e ainda mantém convênios interinstitucionais com universidades credenciadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para oferta de mestrado e de doutorado interinstitucionais, sobretudo em áreas em que o seu próprio corpo docente demanda formação.

A presença do curso licenciatura em Física na Unimontes permite a formação de professores, com a ampliação das opções de qualificação profissional, formação pedagógica, técnica e tecnológica para as indústrias, instituições educacionais e setores de serviços da região, por meio de educação gratuita e de qualidade. Como toda universidade, a Unimontes evidencia seu caráter de universidade e vem, progressivamente, aperfeiçoando-se com vistas a contribuir para o desenvolvimento econômico e cultural não só de sua região, como também de outros estados e do país. “Contribuir para a melhoria e a transformação da sociedade, atender às aspirações e aos interesses de sua comunidade e promover o Ensino, a Pesquisa e a Extensão com eficácia e qualidade” (Unimontes, 2022, p. 23).

4 Aprovação do projeto pedagógico e implantação do curso de Física

*O tempo comporta-se de maneiras diferentes
dependendo de como o observador movimenta-se.
Quanto maior a velocidade, mais devagar o tempo passa.*
Albert Einstein

A implantação do curso de licenciatura em Física é relativamente recente. A história da sua implantação tem capítulo importante em 2002, em que, pela Resolução N.º 004/Consu/2002, é criada comissão especial

para analisar pareceres sobre projetos de implantação dos cursos de Física, dentre outros cursos, que haviam sido aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepex). A comissão foi integrada pelos professores Sebastião José Vieira Filho, Paulo César Mendes Barbosa, Jânio Marques Dias, Eli Pereira de Oliveira, Marcos Fábio Martins de Oliveira, Marcelo Silva Oliveira, Mariléia de Souza, Maria Cristina Freire Barbosa, Edson Crisóstomo dos Santos e Rosina Rabelo Nuzzi Ribeiro (Unimontes, 2002a).

Posteriormente, pela Resolução n.º 006-Consu/2002, de 14 de maio de 2002, foi aprovada a criação do curso de graduação de Física - Licenciatura Plena, a ser oferecido pelo Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, no *campus* universitário “Professor Darcy Ribeiro”, em regime semestral, no horário diurno, com oferta de 42 (quarenta e duas) vagas, incluindo as destinadas ao Programa de Avaliação Seriada para Acesso ao Ensino Superior (Paes) (Unimontes, 2002b).

Para entender melhor o contexto do curso de licenciatura em Física, entrevistamos dois professores: Luiz Pedro Vieira Gomes, professor da Unimontes desde 2013, com doutorado em Física na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2020, e José Higino Dias Filho, professor da Unimontes desde 2000, com doutorado em Física pela Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, em 2001. O professor José Higino Dias Filho foi o coordenador do curso de Física até 2015, e, a partir do concurso público realizado pela Unimontes em 2015, a coordenação passou a ser exercida pelo professor Luiz Pedro Vieira Gomes.

A história da implantação do curso de licenciatura em Física tem duas etapas. A primeira é a sua aprovação, projetada para Montes Claros, conforme a resolução de 2002 (Unimontes, 2002b). A segunda trata-se da sua implantação, em um período quando, por questões estruturais, financeiras e políticas, o curso tem seu início de funcionamento adiado e transferido para outra cidade, Bocaiuva. Passando por reformulação de projeto, dificuldades em aquisição de recursos e outras condições estruturais, o espaço temporal foi relativamente longo desde a sua autorização formal até chegar à implantação do curso de Física. Segundo o professor José Higino Dias Filho, que participou deste processo:

Em 1999, sem ser servidor público da instituição, eu já dei uma lida e uma reformulada no projeto de licenciatura do curso de Física. Mas o problema desse curso é que ele exige laboratórios, assim

como de química. E também são laboratórios muito caros, coisa aí de mais de 600 mil reais. Então a gente ficou muito tempo com esse projeto sendo reformulado, revisado, sendo aprovado até mesmo nas instâncias superiores, aprovado no Cepex, mas a universidade não tinha condições de instalar o curso (Dias Filho, 2023).

Mesmo aprovado o curso de licenciatura em Física, em 14 de maio de 2002, Resolução N.º 006-Consu/2002, o curso foi iniciado em 2010 – como explicitado, sendo que a demora na sua implantação foi considerável. A instalação do curso, mesmo depois de aprovado o Projeto Político Pedagógico (PPP), não foi uma etapa fácil, pois demandava muito recurso, que a Unimontes demorou conseguir.

Figura 1 - Vista do prédio de Física no *campus* Bocaiuva



Fonte: Disponível no site da Unimontes.

O *campus* da Unimontes de Bocaiuva foi inaugurado em dezembro de 2008. Em outubro de 2010, teve início o curso de Física. O curso é uma licenciatura, tendo como principal finalidade a formação de professores para o ensino médio. No entanto, a matriz curricular oferece uma formação que capacita os acadêmicos para práticas além das exigências da licenciatura, especialmente devido aos avançados laboratórios que são comparados aos de algumas tradicionais universidades públicas do Brasil ou até superiores em alguns casos (Dias Filho, 2023).

O curso de Física foi instalado no *campus* Bocaiuva no ano de 2010, conforme explicita o professor José Higinio Dias Filho, que rememora os desafios vivenciados:

No final, se não me engano, do ano de 2008, [...] a universidade foi procurada por um político [Patrus Ananias], que era deputado federal na época e ele tinha interesse em levar o curso [de Física] para Bocaiuva. E ele conseguiu uma verba, provavelmente verba de gabinete, que poderia ser destinada para esse fim. Mas, assim, o dinheiro não pode ser doado diretamente para instituição, era uma verba federal, mas ele poderia, por exemplo, adquirir tudo o que era necessário em termos de estrutura e tudo, e passar para uma instituição federal e uma instituição federal doar para universidade. Então, esses cursos de Física e Química foram implantados aqui nesses moldes. Ele conseguiu essa verba, foram três milhões, sendo um milhão e meio usado para construção (Dias Filho, 2023).

Em função desta destinação de recursos, mesmo aprovado para funcionar no *campus* universitário “Professor Darcy Ribeiro”, em Montes Claros, o curso de Física foi implantado em Bocaiuva em 2010. Esta instalação foi possível a partir de emenda consignada no Orçamento da União, através do então Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias. Tais recursos se somaram aos investimentos do município de Bocaiuva e, assim, foi viabilizada a construção de instalações físicas e aquisição de

[...] equipamentos – um milhão e meio foram destinados a laboratórios. Então, o Cefet fez a licitação, comprou os equipamentos. Eu estive lá, inclusive montei todo o processo junto com eles. [...] porque não é fácil conseguir esses equipamentos, e aí foi feito o pregão, foram adquiridos esses equipamentos, e demorou um pouco os equipamentos serem enviados, de Belo Horizonte para Bocaiuva, mas foram enviados. A gente montou os laboratórios, e pelo menos quatro salas. Foi bem interessante assim, separando horários para cada aula: Mecânica, Termodinâmica, Ótica, Física Moderna (Dias Filho, 2023).

Vencidas as barreiras estruturais e financeiras, o curso de Física foi instalado, mas novas dificuldades se apresentaram, dentre elas a baixa demanda de matrículas, como também a evasão dos estudantes. O número de estudantes formados foi bastante baixo, conforme informa o profes-

sor José Higino Dias Filho, ao explicitar que, somadas as duas turmas, concluintes dos cursos em 2013 e 2014, “ao todo formamos nove ou dez alunos” (Dias Filho, 2023). O professor reconhece que esta seja uma taxa de conclusão muito baixa e, ao abordar o tema, naturaliza a evasão na área das Ciências Exatas, que, normalmente, forma muito poucos profissionais, que “realmente tem uma evasão muito grande esse curso” (Dias Filho, 2023).

Notadamente, por ser o curso em Física destinado à preparação de professores para lecionar na educação básica e, particularmente, no ensino médio, alega-se que o curso tem pequeno mercado de trabalho para os egressos, que não tem demanda, conforme acentua o professor José Higino Dias Filho (Dias Filho, 2023). Tais argumentos foram sendo construídos, sobretudo, por ter vivenciado a experiência de seu difícil funcionamento em Bocaiuva. No entanto, o professor José Higino Dias Filho (Dias Filho, 2023) contrapõe-se a essas certezas, sobretudo destacando a presença de professores não habilitados que exercem a docência em Física e Química nas escolas públicas e privadas.

Mas o curso sempre teve muito pouco aluno, até houve uma discussão uma vez no Cepex falando sobre isso tudo e o pessoal falava que não tinha demanda. Eu falava, não, demanda tem, porque 70% dos professores do norte de Minas nessas áreas, Física, aqui ainda são leigos. Eles não têm formação, eles não são licenciados nessa área. Eles se formam em outras habilitações e vão lecionar Física e Química (Dias Filho, 2023).

Assim, passado o período inicial de 5 anos de oferta e desenvolvimento do curso, com a baixa procura pelo curso no *campus* Bocaiuva, com alto índice de evasão dos estudantes matriculados, e com a conclusão e formatura das duas primeiras turmas, ficou suspenso o ingresso de novas turmas, pela Resolução n.º 001 - Cepex/2015. Tal suspensão foi realizada considerando que o número de candidatos aprovados no Processo Seletivo 01/2015 e no Paes/2014, para o curso de licenciatura em Física foi inferior a dois terços do número das vagas oferecidas (Unimontes, 2015). Ou seja, a demanda para este curso se mostrou insuficiente nos últimos processos seletivos.

Assim, em 2015, se encerra a oferta do curso de licenciatura em Física em Bocaiuva, iniciando-se uma nova etapa de sua história. Isso porque, em 15 de setembro de 2021, é aprovada a instalação do curso no

campus sede da Unimontes, Montes Claros, sendo que, para a continuidade desta oferta, a resolução Cepex/Unimontes n.º 099 aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Física (Licenciatura) e seus anexos (Unimontes, 2021).

5 E os professores licenciados em Física, por onde andam? As turmas formadas em Bocaiuva

*A lógica pode levar de um ponto A a um ponto B.
A imaginação pode levar a qualquer lugar.*
Albert Einstein

Em sua história recente, o curso de Física ainda não se consolidou como processo de formação de professores para a educação básica. Como descreve o professor José Higino Dias Filho (Dias Filho, 2023), o curso iniciou em 2010 e teve duas turmas formadas, com egressos que continuaram na busca de uma pós-graduação na área de pesquisa e também como professores da educação básica. Ao falar dos estudantes concluintes do curso, o professor afirma manter contato com os egressos:

Tenho sim, por exemplo, eu cheguei a orientar, no mestrado do PPGDS durante um tempo [...]. PPGDS é a Modelagem Computacional e Sistemas. Eu fiquei lá uns cinco anos, mais ou menos, orientei vários alunos, inclusive uns alunos que moram em Bocaiuva e uma professora que atuava na parte de estágio e atuou no PIBID também. Essa professora foi minha aluna de Mestrado, ela tem formação em Física também. Eu tenho assim esses contatos, tenho trabalhos publicados com esse aluno, por exemplo, esse ano 2023. Então a gente mantém a relação, com a maioria não, mas quando eu digo maioria, assim, ao todo formamos nove ou dez alunos (Dias Filho, 2023).

O professor Luiz Pedro Vieira Gomes (Vieira Gomes, 2023), que também mantinha contato com egressos das duas turmas formadas em 2013 e 2014, reafirma o destino buscado pelos estudantes que concluíram o curso – alguns foram para a área de pós-graduação *stricto sensu* e outros permaneceram como professores da educação básica, concluindo que todos ficaram satisfeitos com a sua formação.

Foram fazer mestrado na UFMG, foi um e depois mais dois. E teve um que foi fazer mestrado no ITA e teve uma aluna que foi fazer

física médica. E teve uma aluna com mais idade, queria mesmo ficar em Bocaiuva e ficou trabalhando nas escolas de Bocaiuva, como professora mesmo. Então, eu imagino que quem formou ficou satisfeito com o curso, conseguiu atingir a meta, o objetivo dele. E todos, posso dizer, todos que formaram no ano seguinte já estavam encaminhados (Vieira Gomes, 2023).

Entretanto, mesmo sendo as turmas pequenas, teve um aluno que não finalizou o curso. A turma que se formou em 2014 tinha somente 4 matrículas, e esse aluno não concluiu.

Como se pode perceber, era baixíssimo o número de estudantes matriculados. E, não tendo demanda e procura pelo curso em Bocaiuva, finaliza-se esse período histórico com duas turmas formadas em licenciatura em Física, ficando suspenso em 2015 o ingresso de novas turmas. “O problema todo foi isso, Bocaiuva é uma cidade pequena, 50 mil habitantes, e realmente matriculavam ali quatro, cinco alunos, então a universidade achou por bem não insistir com o curso lá” (Dias Filho, 2023). Assim, em 2015, é encerrada a oferta do curso de licenciatura em Física em Bocaiuva.

6 A licenciatura em Física onde fica?

Algo só é impossível até que alguém duvide e acabe por provar o contrário.
Albert Einstein

A proposta de implantação do curso de licenciatura em Física na Unimontes parte do entendimento do papel histórico que essa instituição norte-mineira vem assumindo na formação de profissionais em diferentes áreas do conhecimento, dentre eles encontram-se os professores. Nesse sentido, destaca-se a ciência e a educação tecnológica como áreas que jamais retrocederão. O PPP da Licenciatura em Física especifica a formação de professores, pressupõe uma profissionalização docente com ênfase na formação voltada para a educação básica, com possibilidade para o egresso seguir com pós-graduação na área de pesquisa (Unimontes, 2021).

A tentativa de transferir a oferta do curso para o *campus* Montes Claros foi constante, desde 2015, em que esta licenciatura se encerrou em Bocaiuva, inclusive até por uma questão crítica da própria Universidade. Mesmo antes de ser coordenador, o professor José Higino Dias Filho (Dias Filho, 2023) já trabalhava no aprimoramento da proposta e, após o encerramento das atividades no *campus* Bocaiuva, continuou fazendo as adaptações do projeto da licenciatura em Física. Ou seja, o projeto vinha

sempre sendo atualizado, na expectativa de aparecer oportunidade de o curso ser implantado no *campus* da Unimontes em Montes Claros.

O professor José Higino Dias Filho (Dias Filho, 2023) sempre lutou pela abertura do curso em Montes Claros, mas os processos burocráticos retardaram a aprovação.

Isso [a demora em instalar o curso em Montes Claros] foi uma opção da própria universidade. Em 2015, o novo projeto do curso de licenciatura em Física já continha todas as adaptações, porque há constantes mudanças. Então, a gente fazia sempre essas atualizações, em 2015, o projeto do curso estava aprovado para instalação em Montes Claros. Aprovado no Cepex, mas nunca era enviado para o Consu, por exemplo, para que fosse dado o aval final para a instalação do curso (Dias Filho, 2023).

Segundo o professor Luiz Pedro Vieira Gomes (Vieira Gomes, 2023), a demora de implantação faz parte de processos burocráticos e da vontade da própria reitoria. Ao referir-se à mudança na gestão da Unimontes, com a posse dos professores Wagner de Paulo Santiago e Dalton Caldeira Rocha, como reitor e vice, respectivamente, para o período de reitorado que se inicia em dezembro de 2022 e terminará em dezembro de 2026, o professor Luiz Pedro Vieira Gomes destaca a iniciativa de reabertura do curso de Física, sinalizando para questões formais relativas ao próprio estado de Minas Gerais.

Agora, com essa nova reitoria que entrou, a gente teve uma atenção maior, teve alguns problemas que a Pró-reitoria de Ensino ajudou muito a resolver, planejamento e tudo tem que ser muito bem resolvido. Ainda tem a questão deles com o estado. Então, realmente é uma burocracia grande, mas com boa vontade tudo foi resolvido. Foi demorado, mas pelo menos a intenção de abrir o curso era clara (Vieira Gomes, 2023).

A implantação de um curso não se associa apenas à vontade dos professores, mas depende de questões formais e legais, como a aprovação do PPP e de liberação de recursos necessários para o seu bom funcionamento. Para o professor José Higino Dias Filho (Dias Filho, 2023), abrir um curso demanda muitos questionamentos e negociações, incluindo a própria gestão estadual, pois “o estado não quer ter gastos”. Os professores que assumem a iniciativa de instalar um curso precisam resolver questões e dar respostas aos desafios que surgem: “Porque eles cobram da gente onde que o curso vai funcionar, onde que vão ser as salas de aulas,

a gente ainda tem que dar conta disso, além de coordenar o curso” (Dias Filho, 2023). Ainda na opinião do professor, a impressão que se tem é de que: “Quando vai implementar [um curso] e tem custo [para o Estado], eles atuam contra os interesses” (Dias Filho, 2023).

Na busca por administrar os problemas e construir condições para reabertura do curso de Física, no *campus* Montes Claros, os laboratórios foram transferidos de Bocaiuva no final de 2019 e, inicialmente, os equipamentos foram alocados no Laboratório de Física, que se encontra instalado nas dependências do CCH. Dada a questão dos espaços físicos, a quantidade e a especificidade dos recursos, os laboratórios foram divididos, permanecendo no CCH os laboratórios mais básicos de Física Geral, sendo que os equipamentos mais exclusivos da Física Moderna, mais profissionais do Curso de Física foram deslocados para o Centro Tecnológico - CT. Em Montes Claros, o aproveitamento de tais laboratórios tem sido potencializado por estarem sendo compartilhados com o curso de Biologia, por exemplo, em que os professores utilizam equipamentos da Termodinâmica e vários outros kits para suas aulas práticas (Dias Filho, 2023).

Figura 3 - Vista do Centro Tecnológico no *campus* Montes Claros



Fonte: Imagem publicada pela Ascom, em 2016, no site da Unimontes¹.

¹ Disponível em: <https://conexao.unimontes.br/obras-do-centro-tecnol%C3%B3gico-seguem-cronograma-com-o-terceiro-pavimento-65f18214304b> Acesso em: 22 jan. 2024.

Em termos de laboratórios, o curso de Física conta com equipamentos adequados. Mesmo tendo cerca de uma década de tempo de sua aquisição, ainda estão atualizados com os avanços tecnológicos. Foram adquiridos espaços e recursos tecnológicos necessários e suficientes para atender às demandas do curso.

Inclusive os laboratórios são muito modernos. Ainda que adquiridos em 2011/2012, são equipamentos monitorados por computador, então, segue uma linha que é de sensor, interface, computador, eles são bem modernos e estão entre os melhores (Dias Filho, 2023).

Os laboratórios, segundo Tardif (2014), tornam-se um espaço original e relativamente autônomo de aprendizagem e de formação para os futuros práticos, bem como um espaço de produção de saberes e de práticas inovadoras pelos professores experientes. Após os laboratórios terem sido montados no *campus* Montes Claros da Unimontes e percorrido esse espaço temporal – de aprovação do curso de licenciatura em Física em 2002, de ter sido impedido de formar novas turmas em 2015 – candidatos e professores permaneceram na expectativa de uma resolução. Em 15 de setembro de 2021, a Resolução Cepex /Unimontes n.º 099 aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Física (Licenciatura) e seus anexos.

Assim, após quase uma década de aprovação do primeiro Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física, instala-se o curso no *campus* da Unimontes com oferta de 25 vagas. O curso de licenciatura em Física funciona no Centro Tecnológico, onde tem o curso de Engenharia Civil, instalado no último piso, espaço cedido para os cursos de Química e Física (Unimontes, 2021).

Levando em consideração o número de escolas que ofertam o ensino médio ser bastante expressivo, vive-se a expectativa de consolidação deste curso no âmbito da Unimontes. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021)², o estado de Minas Gerais tem 10.320 escolas com ensino fundamental e 3.219 escolas com ensino médio. Para atender a essa demanda, em 2023, teve vestibular e já começou a primeira turma de Física, no *campus* Montes Claros. Apesar da disciplina de Física só ser ofertada aos alunos da educação básica no ensino médio,

² IBGE/ cidades/**Censo escolar** – sinopse. 2021. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/pesquisa/13/5908>. Acesso em: 12 jun. 2023.

a procura pelo curso nesse primeiro ano de implantação foi muito boa. O curso teve demanda por vagas. O professor Luiz Pedro Vieira Gomes (Vieira Gomes, 2023) descreve como foi sua procura, mesmo tendo pouca divulgação.

A gente está com vinte e nove alunos matriculados. No curso, a entrada é vinte e cinco vagas anual, só que é permitido matricular um pouco a mais, tentando, em função das desistências, manter esses vinte e cinco. Mas a gente considera que foi boa a procura do curso, não teve muita divulgação, o curso caiu de última hora, ali no final do ano, aí teve essas entradas atrasadas do Sisu, e foi considerado boa pela Secretaria Geral, a informação é que gostaram da procura pelo curso (Vieira Gomes, 2023).

No âmbito da educação em ciências e da educação em Física, em particular, há em nosso meio um imperativo que parece indiscutível – promover uma profunda renovação nas diferentes instituições que se ocupam da formação de docentes, para adequá-las às características do ensino-aprendizagem em pleno processo de mudança. Logo, a licenciatura em Física se retroalimenta.

No tocante aos cursos universitários, a formação contínua, vista dessa maneira, dá lugar a novos dispositivos de formação, aos quais também podem ser combinadas práticas de pesquisa: formação sob medida, formação no ambiente de trabalho, formação concebida como uma pesquisa-ação, doutorado profissional, etc. (Tardif, 2014, p. 292).

Notadamente no período de escrita desse capítulo, no ano de 2023, o curso de licenciatura em Física está em seu primeiro semestre de funcionamento, no *campus* Montes Claros. Aqui fica a história do curso e a contribuição que a Unimontes oportuniza, salientando que o curso de licenciatura em Física é oferecido a alunos que desejem obter uma formação profissional para atuarem principalmente no ensino médio, que lhes proporcione empregabilidade, além de ajudar na promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, contribuindo favoravelmente com sua inclusão participativa na sociedade em diversos setores, tanto nos educativos como científicos e empresariais.

7 Considerações Finais

Temos a clareza de que o fazer historiográfico é marcado por continuidades e discontinuidades, e o lugar da construção histórica, conforme Benjamin (1993, p. 229), “não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de agoras”, de divergências e convergências, de transformações e permanências, do ser sujeito individual e coletivo, quebrando linearidades, compartimentalizações, hierarquizações dos saberes em diferentes tempos e lugares.

Na avaliação do curso, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Anísio Teixeira (Inep) apresentou o relatório com os resultados do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade/2014) do curso de licenciatura em Física, *campus* Bocaiuva, que obteve conceito 2. Um fator de peso para a avaliação negativa do curso foi ausência dos estudantes, sendo a população total de 4 alunos e apenas dois participaram do processo avaliativo, obtendo conceito 2 no Enade.

Com as dificuldades vivenciadas no *campus* Bocaiuva, o curso foi transferido para a sede da Unimontes. A implementação do curso de Física no *campus* da Unimontes em Montes Claros permitiu a ampliação do importante trabalho dessa universidade de contribuir para o desenvolvimento do norte de Minas, regiões vizinhas e de todo o país, evidenciando, mais uma vez, sua vocação para atender às demandas do ensino e da educação local e regional e, também, sua importante contribuição para o desenvolvimento da tecnologia na região norte-mineira.

Além da formação de professores de Física para atuação na educação básica, e até mesmo no ensino superior (demandas existentes no mercado de trabalho regional), o curso, com a transferência dos laboratórios do *campus* Bocaiuva para o *campus* Montes Claros tem a possibilidade de ampliar atendimento educacional e beneficiar outros cursos, pelo compartilhamento dos equipamentos e tecnologias. O curso de licenciatura em Física em Montes Claros utiliza todos os laboratórios do curso de Física que funcionou no *campus* de Bocaiuva, quando lá funcionou, de outubro de 2010 até 2015.

Para oferta do curso, o Departamento de Ciências Exatas conta com 9 professores efetivos nas áreas da Física, dos quais 2 se encontram em outros *campi* – um deles alocado no *campus* São Francisco, outro no *campus* Janaúba. Alocados em Montes Claros são: um mestre na área de Ensino de Física; cinco doutores e um mestre nas áreas de Física Teórica/

Experimental. O quadro atual de professores é suficiente para o funcionamento do curso. Neste momento, no mês de setembro de 2023, o edital para nova turma em Física Licenciatura para o ano de 2024 – Noturno (*campus* Montes Claros) 2.º Semestre está aberto, oferecendo 25 vagas.

Aqui não finda a viagem em conhecer a história da licenciatura em Física na Unimontes, mas damos uma pausa, um descanso apenas, chegamos no ápice de nossa viagem, desembarcamos no tempo onde o curso está com a primeira turma funcionando em Montes Claros. Sabemos que essa história continua, pois “não é possível destruir o passado para reconstruir o presente, mas é possível reconstruir o presente para escrever o passado”, conforme Augusto Cury. Não dá para apagar o que registramos, mas podemos reorganizar, substituir, refilmar, por meio de novas atitudes, experiências, sonhos, projetos, relações sociais e novas maneiras de ver a vida e reagir aos eventos do mundo (Cury, 2007, p. 61).

Referências

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **Unimontes: 50 anos de história e memória**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2012.

BARBOSA, Marcio Ferreira. **Experiência e Narrativa**. Salvador: EDUFBA, 2003.

CURY, Augusto. **Superando o cárcere da emoção**. 2. ed., São Paulo: Editora Academia de Inteligência, 2007.

HERNANDES, Paulo. Romualdo. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do Ensino Superior público. **Revista Ensaio, aval, pol. publ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 95, p. 283-307, abr./jun., 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017002500777> . Acesso em: 23 ago. 2017.

MIRANDA JUNIOR, Robson Freitas. A história como “logo do outro”: Michel de Certeau e a operação historiográfica. **Temporalidades**, Belo Horizonte, ed. 29, v.11, n.2. jan./abr.,2019.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014. UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Conselho Universitário Resolução nº 004 – Cria

comissão especial para análise e pareceres sobre projetos de implantação dos cursos de química, física, serviço social, magistério superior- educação infantil, engenharia ambiental e ampliação de vagas do curso de educação física. 2002a. Disponível em: <https://unimontes.br/resolucao-n-004-ria-comissao-especial-para-analise-e-pareceres-sobre-projetos-de-implantacao-dos-cursos-de-quimica-fisica-servico-social-magisterio-superior-educacao-infantil-engenharia-a/> . Acesso em: 23 jun. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Conselho Universitário. **Resolução nº 006** – Aprova a criação do curso de graduação de física – licenciatura plena, 2002b. <https://unimontes.br/resolucao-n-005-aprova-a-criacao-do-curso-de-graduacao-de-quimica-licenciatura-plena> . Acesso em: 23 jun. 2023.

UNIMONTES. Conselho Universitário. **Resolução CONSU/2002 nº. 002.** Aprova A Criação do Curso de Graduação de Física – Licenciatura Plena. Montes Claros: Consu, 2002. Disponível em: <https://unimontes.br/resolucoes-consu/resolucoes-consu-2002/> Acesso em: 24 jan. 2024.

UNIMONTES. Conselho Universitário. **Resolução CONSU/2002 nº. 004.** Cria Comissão Especial para Análise e Pareceres sobre Projetos de Implantação dos Cursos de Química, Física, Serviço Social, Magistério Superior-Educação Infantil, Engenharia Ambiental e Ampliação de Vagas do Curso De Educação Física. Montes Claros: Consu, 2002. Disponível em: <https://unimontes.br/resolucoes-consu/resolucoes-consu-2002/> Acesso em: 24 jan. 2024.

UNIMONTES. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução CEPEX/UNIMONTES nº. 099, de 15 de setembro de 2021.** Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Física (Licenciatura) e seus anexos. Montes Claros: CEPEX, 2021. Disponível em: https://unimontes.br/wp-content/uploads/2021/09/resolucao_cepex099.pdf Acesso em: 12 jun. 2023.

UNIMONTES. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução Consu/Unimontes Nº. 006, de 17 de maio de 2022. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – da Unimontes, período 2022 a 2026. Disponível em: <https://unimontes.br/regimento-geral-e-pdi/> Acesso em: 12 jun. 2023.

UNIMONTES. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Resolução nº. 001 – Suspende, temporariamente, a partir do 1º semestre de 2015, o ingresso de novas turmas dos cursos de: Licenciatura em Física (Campus de Bocaiúva); Licenciatura em Química (Campus de Bocaiúva); Licenciatura em Geografia (Campus de Pirapora) e dá outras providências. Disponível em: <https://unimontes.br/resolucao-no-001-suspende-temporariamente-a-partir-do-1o-semester-de-2015-o-ingresso-de-novas/>. Acesso em: 12 jun. 2023.

Curso de licenciatura em Química: implantação e trajetória na Unimontes

Heleninha Manoela de Oliveira Fernandes

1 Introdução

O curso de licenciatura em Química foi implantado no *campus* Bocaiuva da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) no ano de 2008. A abertura do *campus* e a implantação do curso se deram em parceria da universidade com a Prefeitura Municipal de Bocaiuva, no governo do então prefeito Ricardo Afonso Veloso.

O curso de Química - Licenciatura Plena foi regulamentado pela Resolução 005-Consu/2002, de 14 de maio de 2002, que resolve:

Art. 1º – Aprovar a criação do Curso de Graduação de Química - Licenciatura Plena, a ser oferecido pelo Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, no Campus Universitário “Professor Darcy Ribeiro”.

Art. 2º – O Curso acima referido funcionará em regime semestral, diurno, com 42 (quarenta e duas) vagas, incluindo as destinadas ao PAES (Unimontes, 2002).

Apesar de ter o funcionamento autorizado no ano de 2002, com oferta prevista para o *campus* Montes Claros, o curso de Química teve início de suas atividades em 2008, em Bocaiuva, que dista cerca de 50 km daquela cidade. Especula-se que a implantação do curso na cidade de Bocaiuva se deu a partir de interesses políticos, sendo que a diferença tempo-

ral entre autorização formal e instalação do curso deveu-se à necessidade de construção de condições estruturais e operacionais para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão previstas.

Para a implantação do curso em Bocaiuva, os preparativos para o funcionamento incluíram a instalação de um *campus* da Unimontes naquela cidade, com a construção dos prédios onde funcionaria esta unidade de ensino superior. O *campus* foi inaugurado em dezembro de 2008, com a implantação do curso de licenciatura em Química, culminando no início das atividades acadêmicas no ano de 2009. Segundo o site da Unimontes, a implantação do curso envolveu mais de:

\$2,5 milhões, sendo R\$ 1 milhão oriundos do município – obras físicas – e R\$ 1,5 milhão para equipamentos e laboratórios, oriundos de emenda consignada no Orçamento da União, através de mobilização direta do então ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, junto à Bancada Mineira no Congresso. O Governo de Minas também teve participação neste processo (Unimontes, sem datação).

A Figura 1 mostra uma vista do *campus* Unimontes instalado na cidade de Bocaiuva, espaço de funcionamento do curso de Química e, também, da licenciatura em Física.

Figura 1 - Prédio do curso de Química no *campus* Bocaiuva



Fonte: Site oficial da Unimontes.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico da licenciatura seguiu os parâmetros sinalizados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Química (Parecer CNE/CES 1303/2001) e Resolução n.º 08/2002 de 11/03/02, Diretrizes Curriculares Nacionais (Lei 9394/96) e as Normas para Regulamentação dos Cursos de Graduação da Unimontes (Unimontes, 2006).

A instalação do curso se justificou pelas necessidades das escolas de educação básica, relativas à formação e habilitação de professores para a docência da disciplina em Química.

As estatísticas oficiais indicam que há grande carência de profissionais qualificados e habilitados em química tanto no estado de Minas Gerais, particularmente na região norte, como em nível nacional. Tal situação favorece a atuação de outros profissionais não habilitados, muitas vezes sem vocação e comprometimento com o magistério, para atuarem no ensino básico de Química (Unimontes, 2013).

Um dos principais objetivos do curso da referida licenciatura era formar professores na área de Química que atendessem às novas concepções do processo de ensino-aprendizagem, capazes de pensar e agir de forma inovadora e arrojada perante os problemas concretos do contexto social (Unimontes, 2013).

A implantação do *campus* na cidade de Bocaiuva contribuiria para suprir a carência de professores formados, porém o curso de Química teve início em 2008 e acabou finalizando sua oferta no ano de 2014.

2 O início da implantação do curso de Química em Bocaiuva

Para reconstituir faces da história do curso de Química em Bocaiuva foram buscadas diferentes fontes, como a iconografia, notícias e publicações oficiais, legislação e Projeto Político Pedagógico do Curso, além da utilização da História Oral. Nas entrevistas realizadas, ficaram evidenciadas duas perspectivas diferentes, uma do corpo discente da turma de 2010 e outra do corpo docente a partir de 2015. Foram entrevistados os ex-alunos José Venâncio Pereira da Costa Junior e Mayra Sabrina de Jesus Silva. Os alunos nos trouxeram suas perspectivas, indicando suas dificuldades e desafios enfrentados durante o processo de formação.

Foram entrevistados o professor João Roberto de Oliveira, ex-coordenador do *campus*, e a professora Michele de Souza Castilho, atual

coordenadora do *campus*. Os entrevistados trouxeram dados relativos ao processo de construção do curso e suas perspectivas, enquanto professores, apontando os desafios encontrados durante as suas trajetórias.

O projeto de implantação do curso de Química em Bocaiuva foi viabilizado pelo prefeito Alberto Eustáquio Caldeira de Mello, a partir do seu interesse político em promover o desenvolvimento do município. Para tanto, realizou negociações de processo burocrático e conseguiu as verbas necessárias para implantar a estrutura física, onde seriam ministradas as aulas. Foram construídas instalações para os cursos de Química e Física, comprados equipamentos de laboratório para seu funcionamento. Todo o investimento necessário foi feito para que os alunos tivessem o suporte necessário para sua aprendizagem.

Ao término do mandato do prefeito Alberto Eustáquio Caldeira de Mello, em 2008, o prefeito eleito na época, Ricardo Afonso Veloso, assumiu o cargo e deu continuidade ao processo de adequação dos prédios. Na luta para implantar os cursos de graduação na cidade de Bocaiuva, a princípio, o interesse não era o curso de Química. Segundo o professor João Roberto de Oliveira, que coordenou o *campus* no período inicial de implantação do curso, foram realizadas diversas propostas aos departamentos da Unimontes, dentre eles o Departamento de Comunicação e Letras. Porém, essas instâncias acadêmicas se recusaram, alegando que a cidade de Bocaiuva era muito próxima de Montes Claros e que os professores não tinham interesse em se locomover de uma cidade a outra para oferta do curso naquela localidade (Oliveira, 2023).

O *campus* da Unimontes em Bocaiuva foi instalado em um terreno doado pela prefeitura, sendo construídos dois prédios, um para a licenciatura em Química e o outro para a licenciatura em Física. Os prédios tinham de 8 a 10 salas, banheiros, 2 a 3 laboratórios, biblioteca com vasto acervo de livros, para que os estudantes tivessem todo o suporte para estudar. Segundo a professora Michele de Souza Castilho, ainda havia parceria com a prefeitura de Bocaiuva, que cedia funcionários para limpeza, secretaria, segurança e manutenção (Castilho, 2023). A professora Vera Lúcia Alves acrescenta que a prefeitura da cidade também ficou responsável por ceder os funcionários técnico-administrativos, custeio de transporte para os professores e infraestrutura. Já o Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet) assumiria a compra de material e equipamento, enquanto a Unimontes ficou responsável pelo contrato dos professores (Alves, 2023).

Localizado em terreno de 20 mil metros quadrados no bairro Alterosa, o *campus* possui 945 metros quadrados de área construída. O projeto completo prevê a construção de outros três blocos, com três pavimentos cada. Nos cursos de Química e Física são 35 vagas anuais, sendo 25 preenchidas através do processo seletivo tradicional e 10 por intermédio do Paes/Unimontes (Unimontes, 2009).

Dentre os principais envolvidos para a implantação do curso de Química na cidade destacam-se os professores Roberto Ananias Ribeiro, Maria das Graças Mota Nobre Queiroz e Vera Lúcia Alves. A professora Vera Lúcia assumiu a função de coordenadora do curso e o professor João Roberto a de coordenador do *campus*.

Em Bocaiuva, o curso de Licenciatura Plena em Química é o primeiro a ser disponibilizado no *campus* da cidade, que deverá iniciar as aulas em 2009. Segundo a Unimontes, cerca de mais 20 vagas deverão ser disponibilizadas para o curso de Química em Bocaiuva no vestibular de dezembro. Para o próximo ano, mais um curso será ofertado pelo campus Bocaiuva: o de Física (Caldeira, 2008).

Apesar de a Resolução 005-Consu/2002 ter aprovado 42 vagas para a licenciatura em Química, na época de sua instalação (2008), o número foi ajustado para 35, conforme as demais licenciaturas ofertadas na universidade. A intenção era que, a cada ano, ingressassem 70 alunos, 35 alunos em cada semestre, sendo que o curso teria como tempo mínimo de formação 4 anos, e o tempo máximo de 6 anos, para sua integralização pelos estudantes. O processo seletivo para ingressar no curso de licenciatura em Química se deu a partir do vestibular tradicional e do Programa de Avaliação Seriada para Acesso ao Ensino Superior (Paes) (Alves, 2023).

Em sua implementação em 2010, as turmas tinham entrada semestral, porém, com o passar do tempo, começou a diminuir a demanda de candidatos. Segundo a professora Michele de Souza Castilho, era realizada a divulgação do curso nas escolas e em eventos da cidade, porém a procura era cada vez mais baixa.

3 Políticas de permanência estudantil da Unimontes

Como explicitado anteriormente, o curso de Química teve início em 2008 e encerrou sua oferta no ano de 2014, por falta de demanda. Durante esse curto período de funcionamento, a licenciatura encontrou

dificuldades para sua consolidação, vivenciando dois problemas interligados. De um lado, a baixa procura nos processos seletivos, que dificultou a composição das turmas. De outro lado, a evasão estudantil, que incidiu grandemente na decisão de encerramento da oferta da licenciatura em Química no *campus* Bocaiuva (Alves, 2023).

Acredita-se que a oferta do curso de Química no período matutino potencializou um agravamento na evasão. O horário diurno das aulas gerava muitos transtornos para os estudantes, pois quando os mesmos ingressavam no mercado de trabalho acabavam desistindo da graduação. Outro fator que culminou na evasão dos estudantes foi a fragilidade das políticas de assistência estudantil. Parte dos estudantes era residente na cidade de Bocaiuva, mas boa parte vinha de cidades circunvizinhas. Esses tinham gastos com transporte, alimentação e moradia, porém a Universidade não lhes dava suporte para que permanecessem no curso (Silva, 2023).

Silva e Sampaio (2022, p. 606) afirmam que, no Brasil, a criação de políticas assistenciais estudantis encontra respaldo em um amplo leque normativo, que abrange desde a Constituição Federal até a legislação infraconstitucional comum, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes, Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010). Andrade e Tavares (2023, p. 5) afirmam que as ações de regulamentação das políticas de assistência estudantil se iniciam a partir de 1931, com a promulgação do decreto n.º 19.851/31 (Brasil, 1931), sendo que, para os jovens de baixa renda, em vulnerabilidade socioeconômica, essas políticas são essenciais.

Algumas universidades oferecem bolsa alimentação, auxílio-moradia, auxílio transporte, entre outros. Essas políticas contribuem para a permanência do aluno no ensino superior, incidindo na diminuição do número de evadidos.

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes¹, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do Pnaes:

¹ O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior.
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Andrade; Tavares, 2023, p. 9).

Silva e Sampaio (2022) consideram que as políticas de permanência estudantil auxiliam na redução das taxas de evasão, o que oferece embasamento para medidas que estimulem a permanência dos alunos nos cursos. Nesse contexto, Silva *et al* (2018, p. 4) afirmam que estas políticas de permanência estudantil são uma importante estratégia de democratização do ensino superior no Brasil.

Uma política de formação que pode contribuir com a permanência dos estudantes e que se fez presente no *Campus* Bocaiuva era o Programa de Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)², da qual alguns alunos faziam parte. Porém, o valor de bolsa de R\$ 400,00 – que equivale a cerca de meio salário mínimo no ano de 2014 –, era muito baixo em relação aos gastos do dia a dia. Silva *et al* (2017, p. 5) afirmam que o Pibid foi criado no ano de 2010, com o intuito de valorizar a carreira docente e aproximar profissionais em processo de formação do contexto escolar, que pudessem ter um contato antecipado com a docência em sala de aula. O Pibid oferece bolsas para graduandos de licenciatura na modalidade presencial para que esses realizem atividades pedagógicas em escolas da rede pública. Ainda conforme os autores, o Pibid é um componente de uma política pública que tem como função qualificar o processo de formação docente.

A ex-aluna, Livia Maria Pereira Fonseca, era originária da cidade de Claros dos Poções e se mudou para Bocaiuva para cursar a licenciatura em Química. Devido às condições socioeconômicas, acabou indo residir na casa de uma família e trabalhar como empregada doméstica. Segundo a estudante, com o passar do tempo, ficou difícil conciliar os estudos e o trabalho. A partir do 3.º período ela se tornou bolsista do Pibid, o que lhe permitiu dedicar um pouco mais aos estudos.

² O decreto de n.º 7.219, de 24 de junho de 2010, estabelece critérios para oferta do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), que tem como objetivo principal oferecer bolsas de iniciação a Docência para alunos de cursos presenciais regularmente matriculados na graduação. O Pibid faz a articulação entre a educação superior (por meio das licenciaturas) e a escola.

Na época, o Pibid pagava R\$400,00, o que era muito pouco para quem precisava pagar aluguel. A minha família ajudava um pouco, mas não tinham condições financeiras para ajudar um pouco mais, ainda porque ajudavam também a minha irmã que estudava em um curso técnico (Fonseca, 2023).

A estudante ressalta que a ausência de políticas de permanência no *campus* Bocaiuva contribuiu para a desistência de muitos estudantes, que necessitavam trabalhar e estudar. A perspectiva da estudante se encontra com estudos e discussões no campo da educação. Os programas de permanência estudantil auxiliam no processo de permanência do estudante dentro das universidades. Essas políticas foram criadas com o intuito de viabilizar a permanência dos estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica dentro das universidades. As políticas de permanência são programas institucionais desenvolvidos para melhorar a permanência dos estudantes e diminuir a taxa de evasão no ensino superior (Udesc, 2016).

Em algumas universidades do Brasil, os estudantes são assistidos com Auxílio Alimentação, Moradia Estudantil, Auxílio Apoio Pedagógico (Paap). Ainda há o programa de Bolsa Permanência para alunos Quilombolas e Indígenas, a Bolsa de Iniciação Científica, que são programas que visam auxiliar na permanência dos estudantes no ensino superior. Essas políticas contribuem com a permanência do estudante nas universidades, visto que o estudante não precisa abandonar o curso para trabalhar. Dados apontam que uma das causas da evasão é a necessidade de trabalhar, sendo que a jornada intensa de trabalho e estudo acaba levando à desistência do aluno.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Essa política é de extrema importância para auxiliar os estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, além de minimizar o número de desistência nos cursos de graduação. No entanto, o Pnaes destina-se a estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior. E, sendo uma instituição estadual, a Unimontes não tem acesso aos recursos financeiros para desenvolver as ações possibilitadas por esta política pública (Brasil, 2023).

Pesquisas realizadas por Zucco (2007) revelam que todas as universidades enfrentam o mesmo desafio com relação aos cursos de exatas. Alguns dados revelam que a evasão está ocorrendo em todas as áreas das ciências exatas, mas de forma mais específica no curso de licenciatura em Química. Os estudos trazem algumas discussões sobre as possibilidades de reverter esse quadro, visto que a evasão não está ocorrendo somente nos cursos, mas também nas instituições de ensino. É necessário realizar mudanças nos projetos pedagógicos dos cursos, bem como na aplicação e formação continuada para preparar os professores para atuarem nos cursos de Química (Zucco, 2007).

Ao analisar os dados estatísticos sobre a evasão nos cursos de licenciatura, nota-se que não é um problema específico da Unimontes, mas sim um problema que vem ocorrendo em todas as universidades do Brasil. O crescimento exponencial das faculdades EaD é outro fator que acarretou, em parte, a baixa procura dos cursos presenciais, em que os estudantes optam pelo baixo custo dessas faculdades, realizando a transferência do curso presencial para a EaD. Essa mudança tem ocasionado a evasão dos alunos das instituições públicas de ensino, sendo importante destacar que os cursos de licenciatura têm sido afetados diretamente com as mudanças que vêm ocorrendo (Hermida, 2006).

A Unimontes possui algumas políticas de permanência, como auxílio alimentação e, no *campus* de Montes Claros, tem o Restaurante Universitário - RU. A universidade também conta com o Programa de Bolsa de Iniciação Científica, o Proinic, que é o programa oficial de Iniciação Científica e tem por finalidade:

Estimular pesquisadores produtivos a engajarem estudantes de graduação e do ensino médio e profissional no processo acadêmico, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa na Instituição.

Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais, mediante participação em projetos de pesquisa, objetivando iniciar o jovem estudante no exercício do método científico.

Proporcionar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos científicos, bem como estimular o desenvolvimento da criatividade e do espírito inovador.

Preparar clientela qualificada para os programas de Pós-graduação e aprimorar o processo formativo de profissionais para o setor produtivo (Unimontes, 2023).

O Proinic destina-se a alunos matriculados em cursos de graduação e inclui: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic/CNPq), o Programa Institucional de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas (Pibic-AF/CNPq), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Pibiti, o Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (Pibic/Fapemig), o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Unimontes (BIC/UNI), que é financiado pela Unimontes. Esse programa, em suas diferentes modalidades, tem como objetivo incentivar a iniciação na produção do conhecimento, de forma que os estudantes possam participar de projetos de pesquisa, com orientação para desenvolver a escrita acadêmica com técnicas e métodos adequados (Unimontes, 2023).

A Unimontes também desenvolve o Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária - ICV, com objetivo de proporcionar a oportunidade de iniciação científica institucionalizada a acadêmicos já envolvidos com trabalhos remunerados, que desejam desenvolver pesquisas. O Programa não proporciona remuneração, o que libera o estudante da dedicação exclusiva e em tempo integral, exigidos dos programas que ofertam bolsas (Unimontes, 2023).

Atualmente, são 399 estudantes beneficiados com bolsas de iniciação científica, concedidas pelo CNPq, pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e por outras agências de fomento. A instituição também conta com um programa próprio de incentivo à participação dos acadêmicos na investigação científica e tecnológica (Unimontes, 2023).

No entanto, em relação ao *campus* de Bocaiuva, foi pequena a abrangência e efetividade destas políticas de formação acadêmica e de incentivo à permanência, que não se mostraram suficientes para assistir os estudantes matriculados na licenciatura em Química e garantir-lhes condições para a conclusão de seus cursos.

4 A matriz curricular da licenciatura em Química: perspectivas e desafios

No *campus* Bocaiuva, para a formação de turmas da licenciatura em Química, foram ofertadas 35 vagas, que eram preenchidas a partir do vestibular tradicional e do Paes, mas era baixa a procura. Além da pequena matrícula, ao longo do curso, foi sendo produzida a desistência dos estu-

dantes matriculados. Esta situação de grande evasão faz parte da realidade brasileira, que vivencia dificuldades com a permanência dos estudantes da área de conhecimentos de Química.

A licenciatura, comprovadamente, tem evasão altíssima e empurra a média da evasão em química para cima quando tratada como área de conhecimento. Comparando-se a evasão média anual da Química 21% com a da Matemática, 30% a da Física 24%, e a da Biologia e Bioquímica 21%, entende-se que a Química está um patamar abaixo, embora isso não sirva como consolo. Nossos resultados são ainda muito ruins (Zucco, 2007, p. 1430).

Segundo a ex-aluna do curso de Química da Unimontes, Mayra Sabrina de Jesus, os alunos do *campus* Bocaiuva começavam a desistir a partir do 3.º período, quando se iniciavam os cálculos mais avançados. A ex-estudante Jackeline Paula de Souza Nilton tem posicionamento semelhante, por acreditar que a grande maioria das desistências ocorreu pela dificuldade de cumprir os créditos das disciplinas que ficaram pendentes. Em sua opinião, havia muita dificuldade em formar novas turmas, o que dificultava o processo de cumprimento das disciplinas pendentes (Nilton, 2023).

Santos *et al.* (2013) afirmam que pesquisas têm demonstrado que o ensino da Química tem se baseado em atividades que exigem a memorização das informações, fórmulas e conhecimentos, o que muitas vezes contribui para a desmotivação do aluno. Ao discutir a licenciatura em Química no Brasil, Zucco (2007, p. 1434) acredita que é necessário realizar alterações e mudanças no rumo dos projetos didático-pedagógicos dos cursos. O autor ressalta, ainda, que as Diretrizes Curriculares Nacionais da graduação em Química são flexíveis a ponto de permitir a implantação de currículos que possam atender às constantes mudanças do mundo globalizado.

Na Unimontes, a matriz curricular do curso de Química é composta por disciplinas obrigatórias, teóricas, atividades experimentais, além das eletivas de conhecimentos específicos das áreas específicas do curso e o Trabalho de Conclusão de Curso. As disciplinas obrigatórias totalizavam 1.590 horas e convergiam para a formação básica em Química, em contrapartida, as disciplinas eletivas permitiam ampliar a abrangência dos conteúdos na área em que o aluno apresentasse maior afinidade e interesse. A carga horária mínima a ser cumprida nas disciplinas eletivas era de 150 horas (Unimontes, 2013).

A organização curricular do curso de Licenciatura em Química está configurada de modo a atender ao que dispõem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em cursos de Licenciatura (Resoluções CNE/CP no 01 e 02 de 2002). Neste sentido, a estrutura curricular proposta para o Curso de Licenciatura em Química foi organizada em núcleos de formação específica, pedagógica e atividade acadêmico científico cultural, observando, ainda o Parecer CNE no 1303/2001 e a Resolução CP/CNE no 08/2002 (Unimontes, 2013).

Está disposto no Projeto Político Pedagógico (2013) que, para desempenhar a função de professor licenciado em Química, este deverá ter formação generalista abrangente, além de preparação adequada à aplicação pedagógica dos conhecimentos de Química e de áreas afins. O projeto do curso propõe dar resposta às necessidades de formação e de qualificação profissional dos professores para atuarem na educação básica do Estado de Minas Gerais e de outras regiões, atendendo às exigências das atuais transformações científicas e tecnológicas, como também às recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior.

O curso de Química, em sua estrutura e organização curricular, buscou integrar as diversas áreas do conhecimento por meio de metodologia interdisciplinar e contextualizada, para formar profissionais licenciados com conhecimentos sólidos e abrangentes nos diversos campos da Química e de outras ciências. Espera-se, assim, que os pressupostos curriculares possam alcançar os objetivos propostos (Unimontes, 2013).

Na perspectiva dos estudantes entrevistados, a complexidade da licenciatura levava os estudantes a pegarem dependência em diversas disciplinas e isso, aos poucos, começou a gerar as desistências. Segundo os ex-alunos José Venâncio Pereira da Costa Junior e Mayra Sabrina de Jesus Silva, de cada 35 alunos que ingressavam apenas 7 se formavam, os demais ficavam retidos pelo fato de terem pendências acadêmicas a cumprir (Costa Junior, 2023; Silva, 2023).

Para além da complexidade do curso, a ex-aluna Mayra Sabrina de Jesus Silva afirma que, ao se pensar em todo o contexto de evasão do curso de Química, podemos analisar o perfil dos estudantes que nele ingressavam. Estudar química, para a maioria dos alunos, é um processo muito difícil devido à defasagem no ensino que já vem da educação básica e este foi um elemento que, segundo Silva, contribuiu para a evasão dos estudantes da Unimontes (Silva, 2023).

Silva e Figueiredo (2018) destacam que a precária formação obtida no ensino básico agravava a evasão dos graduados no primeiro semestre dos cursos de exatas. Acredita-se que o aluno já sai do ensino médio com dificuldade nas disciplinas na área de exatas, e isso pode ocasionar a desistência nos cursos nessas áreas de conhecimento. Na direção destas reflexões, Zucco (2007, p. 1430) considera que “a situação socioeconômica que era tida como vilã da história deixou de ser o principal causador da evasão, sendo uma das causas dos desestímulos dos alunos o despreparo ao término do ensino médio”.

A ex-aluna do curso de Química da Unimontes, Livia Maria Pereira Fonseca, relata que a sua turma começou com 32 alunos, porém apenas sete pessoas se formaram. Segundo a estudante, o curso era muito bom, mas era necessário rever a sua matriz curricular, pois era uma licenciatura com currículo semelhante aos cursos de engenharia. Afirmar, ainda, que muitos dos seus colegas desistiram do curso, pedindo transferência para o curso de engenharia. A matriz curricular do curso era completa e permitia que fossem desenvolvidos trabalhos em indústrias e outras empresas (Fonseca, 2023).

Livia Maria Pereira Fonseca acredita que faltou investimento por parte da Prefeitura Municipal de Bocaiuva e dos demais envolvidos neste processo. A estudante ainda acredita que as dificuldades vivenciadas no curso de Química, em parte, foram por falta de investimento e falta de políticas públicas que assistissem os estudantes. O curso ser ofertado no horário diurno dificultava a vida e a gestão do horário de cada estudante (Fonseca, 2023).

Se comparado com outras instituições, o curso de Química da Unimontes era muito difícil, muitas vezes eu cheguei a ajudar uma colega que estudava no curso de engenharia, enquanto ela estava estudando Química Básica, a gente já tinha passado da Química Básica e estava estudando a Química avançada. Penso que era necessário ter revisto a grade curricular do curso, ou ter aberto um curso em nível de Bacharel, que nos permitisse lecionar e trabalhar em indústrias (Fonseca, 2023).

A percepção da estudante se encontra com as proposições de Santos (2005), quando afirma que a formação inicial dos professores de Química está ancorada em paradigmas disciplinares, sendo que, na maioria das vezes, a matriz curricular está vinculada aos cursos de bacharéis.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Química propõem que:

O Licenciado em Química deve ter formação generalista, mas sólida e abrangente em conteúdos dos diversos campos da Química, preparação adequada à aplicação pedagógica do conhecimento e experiências de Química e de áreas afins na atuação profissional como educador na educação fundamental e média (Brasil, 2001, p. 4).

Para além das dificuldades relativas aos conteúdos curriculares e à complexidade do curso, a estudante Lívia Maria Pereira Fonseca afirma que, a partir do 5.º período se iniciavam os estágios, o que também comprometia o tempo e não era um estágio remunerado (Fonseca, 2023).

Acredito que os estágios dos cursos de Licenciatura poderiam ser estágios remunerados, visto que o valor da bolsa do Pibid era muito pouco, para quem vinha de outra cidade. Se os estágios fossem remunerados, iria também contribuir com a permanência dos estudantes no curso (Fonseca, 2023).

No contexto da Unimontes, a ex-coordenadora do curso de Química, Vera Lucia Alves, relativiza os efeitos da evasão sobre o encerramento das atividades do curso e afirma:

Não houve uma grande evasão, e sim uma baixa procura. Com relação à evasão, como a entrada era anual, havia dificuldade dos alunos cumprirem a dependência, isso foi resolvido. Alguns alunos trabalhavam e houve incompatibilidade com o horário de trabalho. O problema do curso estava mais relacionado à baixa procura, à falta de divulgação da universidade e o horário diurno (Alves, 2023).

A professora Vera Lucia Alves também aborda a dificuldade em cumprir dependências como um problema dos estudantes. Este é um posicionamento que pode ser discutido em diálogo com as concepções da estudante Lívia Maria Pereira Fonseca (Fonseca, 2023), quando afirma sobre a necessidade de rever a matriz curricular da licenciatura, que se apresentava em alto grau de complexidade. Isso porque pode-se pensar que esta complexidade era fator gerador de dependências por parte dos estudantes.

Baixa demanda pelas vagas ofertadas e evasão são dois elementos tomados para explicar o encerramento do curso no *campus* Bocaiuva, mas estas não são questões exclusivas da licenciatura em Química da Unimontes. César Zucco discute a graduação em Química no Brasil, em sua avaliação, perspectivas e desafios, apresentando dados estatísticos sobre a evasão. Ainda conforme o autor, “as perdas para o sistema de ensino de graduação causadas pela evasão se iniciam com a estrutura ociosa que é mantida em decorrência de números de alunos que não estão mais estudando” (Zucco, 2007, p. 1430).

Considerando os posicionamentos obtidos na entrevista, podemos observar que o perfil das turmas de licenciatura em Química mudou bastante ao longo do período em que o curso ficou vigente. Inicialmente, as turmas eram compostas, aproximadamente, por 50% dos alunos vindos de cidades próximas a Bocaiuva e a outra parte de residentes da cidade. Já a partir de 2015, a maioria dos estudantes eram moradores de Bocaiuva. Alguns dos fatores que podem justificar essa mudança era a ausência de auxílio permanência e falta de transporte para os universitários. Além disso, o curso era predominantemente matutino, com algumas aulas no turno vespertino, dificultando a possibilidade de trabalhar e estudar (Silva, 2023).

Entre os anos de 2009 a 2018 houve matrícula de estudantes no curso de Química, mas a última formação de turma ocorreu no ano de 2014. No ano de 2015, a Unimontes aprovou a Resolução n.º 001 - Cepex/2015, que suspendia o ingresso de novos estudantes em alguns cursos da Unimontes a partir do primeiro semestre de 2015, dentre eles, o curso de Química. Isso implica dizer que, de 2016 a 2018, foram realizadas apenas rematrículas dos estudantes que já haviam ingressado no curso de Química.

A licenciatura em Química representava uma possibilidade de desenvolvimento cultural e econômico da cidade e da região norte-mineira, porém o curso terminou suas atividades, devido aos diversos obstáculos. Muitos foram os fatores que podem ter ocasionado o fechamento do curso no *campus*, e ainda não se sabe se será implantado no *campus* Montes Claros-MG.

Em entrevista, a ex-aluna da licenciatura em Química, Jackeline Paula de Souza Nilton, afirmou que a graduação proporcionou-lhe muito conhecimento, elogiou o curso e todo o corpo docente envolvido no processo de formação. Ressaltou, ainda, que toda a base da sua formação só foi possível devido à extensão da matriz curricular. A ex-aluna Jackeli-

ne Paula de Souza Nilton ainda afirmou que a matriz curricular do curso de Química era muito completa e, ao mesmo tempo, muito semelhante a outros cursos (Nilton, 2023). Essa complexidade da matriz curricular se constitui em dificuldade para muitos estudantes que evadiram. No entanto, a estudante egressa ressaltou que o seu processo de formação foi muito enriquecedor, pois lhe permitiu emitir o seu cadastro no Conselho Regional de Química (CRQ) e conseguisse trabalhar como responsável técnica em uma empresa.

Está disposto no Projeto Político Pedagógico (Unimontes, 2013) que a avaliação do rendimento escolar será feita por disciplina em concordância com as Normas para Regulamentação do Ensino nos Cursos de Graduação da Unimontes.

5 Considerações Finais

O curso de licenciatura em Química configura fator de desenvolvimento cultural, político, social e econômico para a cidade de Bocaiuva-MG. Contudo, ao examinar o contexto em que o curso foi implantado, percebemos que seu funcionamento foi influenciado pelas circunstâncias e pelo cenário imposto.

Sempre houve muito interesse político por parte da gestão da cidade de Bocaiuva para que o curso continuasse a ser ofertado, porém o processo seletivo para novas turmas foi suspenso em 2015 e as atividades formativas foram encerradas em 2018. Neste encerramento, há questões que se cruzam e nos permitem explicar os problemas. De um lado, a evasão no curso de Química está ligada ao cenário atual, em que a complexidade da matriz curricular se encontra com a defasagem de aprendizagem originária da educação básica e se apresenta como problema. Por outro lado, está a evasão e a baixa procura pelo curso de licenciatura em Química, que não é um problema somente da Unimontes ou do norte de Minas, mas do Brasil como um todo. Pesquisadores discutem a evasão e a baixa procura nos cursos de Química em todas as universidades. As causas da evasão variam, desde as dificuldades de aprendizagem até a opção por outro curso socialmente mais valorizado, como é o caso das engenharias. O ensino de Química traz consigo suas complexidades e desafios, os quais geram a dificuldade de aprendizado do aluno e a sua desistência.

Acredita-se que outro fator que ocasionou a desistência dos estudantes foi a falta de políticas públicas de assistência estudantil, que visam

assegurar a permanência do estudante no ensino superior. Quando o curso de Química foi implantado, não havia políticas que assistissem os estudantes de Bocaiuva e das regiões circunvizinhas. Os estudantes do curso eram oriundos de várias regiões e não tinham apoio financeiro para que permanecessem até a conclusão do curso.

Ao realizar as entrevistas, foi identificado que a grande maioria dos participantes acreditava que era necessário realizar uma análise e revisão da matriz curricular do curso. Muitos estudantes realizaram a transferência para o curso de engenharia, devido à proximidade e complexidade da matriz curricular do curso de Química com estes cursos de maior prestígio social.

É importante frisar que alguns entrevistados relataram sobre a necessidade de divulgação do curso, a falta de investimento e a falta de políticas de permanência estudantil. A entrevistada Jaqueline Paula de Souza Nilton (2023) afirmou que algumas pessoas da cidade de Bocaiuva desconheciam a existência do curso de Química na cidade.

Referências

ANDRADE, Ana Maria Jung de; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Áreas da política de assistência estudantil: relação com desempenho acadêmico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 2, p. 512-528, jul. 2017.

ANDRADE, Mauro Celso de Jesus; TAVARES, Eliezer Mouta. Assistência Estudantil: O perfil socioeconômico e suas contribuições à política assistencial dos alunos do Pará - Campus Belém, no período de 2016 a 2018. Março de 2023, de p.1 a p.25.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre o Estatuto das Universidades Brasileiras. Rio de Janeiro: Câmara dos Deputados, 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, 2023. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes..> Acesso em: 23 jul. 2023.

BRASIL. Decreto n.º 7.219, de 24 de Junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, seção 1, n. 120, sexta-feira, 25 de ju. De 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/decreto7219-pibid-240610-pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº: CNE/CES 1.300/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de Química. Brasília, 2001.

HERMIDA, Jorge Fernando e Bonfim, Cláudia Ramos de Souza. A educação à distância: história, concepções e perspectivas. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p.166 - 181, ago 2006. ISSN: 1676-2584.

SANTOS, A. O. SILVA, R. P. ANDRADE, A. LIMA, J.P.M. Dificuldades e motivações de aprendizagem em Química de alunos do ensino médio investigadas em ações do Pibid/Ufs/Química. **Scientia Plena**, v. 9, n. 7, p. 2 – 6, 2013.

SILVA, Sandro da; GONÇALVES, Mariana Dicheti; PANIÁGUA, Edson Romário Monteiro. A importância do PIBID para a formação docente. EMICUL – Encontro Missionário de Estudos Interdisciplinares e Cultura – Onde está o nosso patrimônio cultural? Santo Ângelo - RS, v. 3, agosto de 2017. ISSN 2447-8865.

SILVA, Kauane Nogueira de; FIGUEIREDO, Márcia Camilo. Curso de licenciatura em Química: motivações para evasão discente. **ACTIO**, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 237-254, maio/ago. 2018.

SILVA, Polyana Tenório de Freitas; SAMPAIO, Luciano Menezes Bezerra. Políticas de permanência estudantil na educação superior: reflexões de uma revisão da literatura para o contexto brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 56(5), p. 603-631, set. – out, 2022.

UDESC. Universidade do Estado de Santa Catarina. Política de Permanência Estudantil. Florianópolis. 2016. Disponível em: <https://www.udesc.br/assistenciaestudantil>. . Acesso em: 23 jul. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. **Cursos de Química e Física em Bocaiúva se adequam às novas demandas do mercado profissional.** Montes Claros. Texto sem datação. Disponível em: <https://unimontes.br/cursos-de-quimica-e-fisica-em-bocaiuva-se-adequam-as-novas-demandas-do-mercado-profissional/>. Acesso em 23 jul. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Resolução nº. 043 – Aprova alterações no Projeto Político Pedagógico do curso de Química. Montes Claros. Disponível em: <https://unimontes.br/resolucao-no-043-aprova-alteracoes-no-projeto-politico-pedagogico-do-curso-de-quimica/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Coordenadoria de Iniciação Científica. Montes Claros. 2023. Disponível em: <https://unimontes.br/coordenadoria-de-iniciacao-cientifica/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

UNIMONTES. **Iniciação científica facilita ingresso em programas de intercâmbio.** Disponível em <https://unimontes.br/iniciacao-cientifica-facilita-ingresso-em-programas-de-intercambio/>. Acesso em 20/08/2023.

UNIMONTES já disponibiliza vagas para curso no campus de Bocaiuva. **Albertocaldeira.net**, 2016. Disponível em <https://albertocaldeira.net/unimontes-ja-disponibiliza-vagas-para-curso-no-campus-de-bocaiuva/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. **Normas para Regulamentação do Ensino nos Cursos de Graduação da Unimontes.** Montes Claros: Unimontes, 2006. Disponível em: https://unimontes.br/wp-content/uploads/2018/12/Normas_Para_Regulamentao_do_Ensino__04-12-2018.pdf Acesso em 22 jun. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Cursos de Química e Física em Bocaiuva se adequam às novas demandas do mercado profissional. Disponível em: <https://unimontes.br/cursos-de-quimica-e-fisica-em-bocaiuva-se-adequam-as-novas-demandas-do-mercado-profissional/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. 50 anos da Unimontes: destacada participação de Bocaiuva no desenvolvimento regional. Disponível em: <https://unimontes.br/50-anos-da-unimontes-destacada-participacao-de-bocaiuva-no-desenvolvimento-regional> Acesso em: 05 mai. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Unimontes apresentará estrutura do campus de Bocaiuva para 1,4 mil alunos do ensino médio. Disponível em: <https://unimontes.br/unimontes-apresentara-estrutura-do-campus-de-bocaiuva-para-14-mil-alunos-do-ensino-medio/>. Acesso em: 17 jun. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Bem Vindo ao *Campus* de Bocaiuva; Figura 1: Site oficial da Unimontes. Disponível em <https://unimontes.br/unidades-academicas/campus-bocaiuva/>; Acesso em: 14 jul. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Resolução N^a 005- CONSU/2002. Aprova a criação do curso de graduação de Química Licenciatura Plena. 14 de maio de 2002. Disponível em: <https://unimontes.br/wp-content/uploads/2019/05/resolucoes/consu/2002/resolucao005consu2002.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Resolução N^a 001 - CEPEX/2015. 29 de janeiro de 2015. Disponível em: https://unimontes.br/wp-content/uploads/2019/05/resolucoes/cepex/2016/resolucao_cepex119.pdf. Acesso em: 23 jul. 2023.

UNIMONTES. Universidade Estadual de Montes Claros. Cursos de Química e Física em Bocaiuva se adequam às novas demandas do mercado profissional. Disponível em: <https://unimontes.br/cursos-de-quimica-e-fisica-em-bocaiuva-se-adequam-as-novas-demandas-do-mercado-profissional/>. Acesso em: 23 jul. 2023.

ZUCCO, César. Graduação em Química: Avaliação, perspectivas e desafios. **Quim.Nova**, Florianópolis, v. 30, n. 6, p.1429-1434, 2007.

Entrevista com Baby Figueiredo e Mary Figueiredo – um mergulho na história pelas memórias de professoras pioneiras

Entrevistadas:

Maria Isabel Magalhães Figueiredo Sobreira
Maria da Consolação Magalhães Figueiredo Cowen

Entrevistadores(as):

Eredi G. F. Fernandes
Luiz Otávio de Souza Santos
Daniela Maria Gonçalves Fonseca
Larissa Alves Lima
Luciana de Oliveira Neto
Geisa Magela Veloso

Esta é uma entrevista incomum. Metodologicamente, se pensarmos que entrevista é uma interlocução face a face, não foi realizada uma entrevista. O objetivo do estudo que gerou a entrevista foi a de “reconstituir a história dos 04 primeiros cursos de licenciatura da Funm/Unimontes, discutindo desafios, dificuldades e mudanças pelos quais passaram os cursos em seus primeiros 60 anos de existência”. Vale lembrar que a Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm) foi criada pela Lei Estadual n.º 2.615, de 24 de maio de 1962, de autoria do Deputado

Cícero Dumont, naquele momento denominada Fundação Universidade Norte Mineira. Esta fundação, no mês de dezembro de 1965, incorporou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil), criada no ano de 1963.

Ressaltamos que, no processo de produção de dados relativos à história da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil) e de seus 4 primeiros cursos de licenciatura, foi solicitada entrevista e previamente enviado o roteiro a orientar a atividade. A entrevista foi realizada no dia 06 de junho de 2023, no formato *online*, utilizando-se da ferramenta de videoconferência do *Google meet*, dado que a professora Baby Figueiredo se encontrava em Belo Horizonte – Brasil, a professora Mary Figueiredo estava em Londres – Inglaterra e os(as) entrevistados(as) na cidade de Montes Claros – Brasil.

No entanto, o texto que integra este capítulo não foi produzido pela transcrição desta entrevista. É que, mesmo após a videoconferência – uma experiência atravessada pelo afeto e pela generosidade das entrevistadas –, as professoras fizeram questão de responder por escrito ao roteiro que lhes foi enviado. Dadas algumas questões pessoais, que entrecruzaram a vida das professoras Baby Figueiredo e de Mary Figueiredo, o texto foi finalizado em dezembro de 2023.

Figura 1 - Baby Figueiredo e Mary Figueiredo – da juventude à maturidade



Fonte: Acervo pessoal de Baby Figueiredo.

A professora Maria Isabel Magalhães Figueiredo Sobreira (Baby Figueiredo), natural de Coração de Jesus (Norte de Minas Gerais), graduou-se em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e concluiu o Mestrado em Educação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Aprimorou os estudos em Paris, onde frequentou as renomadas instituições: Universidade Sorbonne (*Université de Paris - Sorbonne*), o *Institut International d'Études Pédagogiques/Sèvres* (Centro de Pesquisas em Educação) a *Alliance Française* e o INAS (*Institut National d'Administration Scolaire*). Também enriqueceu seus conhecimentos na área educacional na Inglaterra: no *Institute of Education University of London* – instituição que vem ocupando o primeiro lugar nos rankings internacionais nos últimos dez anos na Universidade de Birmingham e na Universidade de Reading.

A professora Maria da Consolação Magalhães Figueiredo-Cowen, Mary Figueiredo, natural de Coração de Jesus (Norte de Minas), possui graduação em Línguas Neolatinas (Português, Francês, Espanhol, Italiano) pela Universidade Federal de Minas Gerais (1963), especialização em Língua, Literatura e Civilização Francesa e Ensino pela *Université de Paris I (Panthéon-Sorbonne)*, o *Institut International d'Études Pédagogiques/Sèvres* (Centro de Pesquisas em Educação), a *Alliance Française* (1966), o INAS (*Institut National d'Administration Scolaire*), 1970, especialização em Pesquisa Educacional pelo *Institut National de Recherche Pédagogique* (1973), especialização em Planejamento Educacional pelo *Institut International de Planification de l'Éducation* (1978), Mestrado em Administração e Planejamento de Universidades pela *University of Wisconsin – Madison* (1974 - 1975) e Doutorado em Educação Comparada pela *University of London* (1981 - 1986). Foi por 20 anos *Brazilian Lektor* no *Institute of Education University of London* e Examinadora Externa do *Institut of Linguists*.

Em 1963, a professora Maria Isabel Magalhães Figueiredo Sobreira foi uma das idealizadoras e fundadoras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil) que, em 1965, passou a integrar a Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm), a atual Unimontes. Por 41 anos de uma intensa trajetória, a professora Baby Figueiredo atuou como professora da Funm/Unimontes, onde também exerceu funções de extensão, pesquisa e gestão acadêmica, essenciais ao desenvolvimento desta instituição.

Para além do trabalho realizado na universidade, a professora Baby Figueiredo marcou a história na estruturação da Rede Municipal de Ensino de Montes Claros. Na gestão do professor Hamilton Trindade (1983-1988), a frente da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

de Montes Claros, a professora Baby Figueiredo, em parceria com a professora Maria Jacy Ribeiro, assumiram a coordenação da educação municipal urbana e rural, respectivamente. Neste período, o número de escolas municipais de Montes Claros era reduzido (apenas 6 ou 7 pequenas e precárias escolas na área urbana) e cerca de 90 unidades escolares na área rural – de modo geral, escolas multisseriadas e unidocentes, com infraestrutura inadequada aos processos educativos. Nesta gestão, foi constituída equipe para pensar os processos administrativos, pedagógicos e curriculares para as escolas integrantes da rede, sendo iniciadas importantes ações que visaram à definição de um padrão de qualidade para a educação municipal em Montes Claros.

No governo do prefeito Mário Ribeiro da Silveira (1989-1992), temos um verdadeiro divisor de águas. A professora Baby Figueiredo assume a função de Secretária Municipal de Educação, em parceria com a professora América Eleutério Nogueira, como Secretária Adjunta de Educação. Neste período, foi criada a Secretaria Municipal de Educação, que se desvinculou dos desportos e da cultura, sendo estruturada a Rede Municipal de Educação, pela via de diferentes ações, dentre as quais se destacam: 1) consolidação de processos pedagógicos e de formação continuada dos professores do município, de composição de equipes de trabalho, proposição, orientação e acompanhamento das ações educacionais; 2) realização do primeiro concurso público para preenchimento de vagas nas diferentes dimensões da educação municipal, que ocorreu junto aos demais cargos e funções de todas as secretarias municipais; 3) reestruturação do atendimento educacional na zona rural do município, sobretudo, com a construção de unidades escolares e/ou reforma de prédios, a regularização da distribuição e a melhoria da merenda escolar, o acompanhamento da atividade docente por processos de supervisão itinerante e encontros pedagógicos mensais, bem como a priorização da docência por professores habilitados, conforme a legislação educacional do período; 4) ampliação da rede de escolas municipais urbanas, com definição de uma proposta estrutural, pedagógica e arquitetônica para um novo fazer educacional, sendo reformadas as unidades escolares existentes e construídas 07 grandes, bem projetadas e estruturadas escolas, além dos 2 CAICs (Centro de Atendimento Integral à Criança), em parceria com o governo federal; 5) incorporação das creches à rede municipal de educação, com construção de novas unidades, reestruturação estrutural, administrativa e pedagógica das unidades municipais de Educação Infantil, até então vinculadas à Secretaria Municipal de Ação Social.

Enfim, uma gestão que, como a professora Baby Figueiredo insiste em dizer, se estruturou como um trabalho de equipe e colaboração, que contou com o trabalho e compromisso de muitos profissionais formados na Funm/Unimontes. Uma gestão que marcou renovação e ampliação significativas de processos educacionais para atendimento às crianças da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, da zona rural e da área urbana – transformações que podem ser pensadas como um marco na constituição da Rede Municipal de Ensino de Montes Claros.

Como parte da trajetória da professora Mary Figueiredo em Montes Claros, destacamos: 1) o seu significativo trabalho na construção e desenvolvimento do Ensino Superior em Montes Claros, embrionário da atual Unimontes, a partir do ano de 1963, momento em que, juntamente com a sua irmã, a professora Maria Isabel Magalhães Figueiredo Sobreira, e outras 3 jovens e idealistas professoras, fundaram a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafil). Inicialmente vinculada à Fundação Luiz de Paula (Felp), em 1965, a faculdade passou a integrar a Fundação Norte Mineira de Ensino Superior (Funm), a atual Unimontes; 2) no seu trabalho inovador e pioneiro, entre 1963 e 1979, quando iniciou o doutorado em Londres (*Institute of Education University of London*), criou na Funm, em 1976, o primeiro núcleo de apoio a estudos de pós-graduação (Diplaad), através de acordo com a Capes/PICD¹; 3) sua atuação junto ao Ministério de Educação foi fundamental na interação governamental para a autorização e reconhecimento da Fafil, bem como na concordância e liberação da verba que tornaram possível a compra do terreno onde hoje é o campus Darcy Ribeiro.

O texto abaixo foi redigido pelas professoras Baby Figueiredo e Mary Figueiredo, conjuntamente, e, portanto, representa o posicionamento e a perspectiva das duas professoras. As perguntas foram numeradas sequencialmente, sendo que as respostas estão antecedidas pelas letras BM (representando as letras iniciais dos nomes de Baby Figueiredo e Mary Figueiredo), sendo que apenas 2 questões são respondidas individualmente por cada uma das professoras.

¹ PICD – Programa Institucional de Capacitação de Docentes, **primeiro programa nacional**, idealizado pelo Coordenador de Estudos Pós-graduados/Capes, Marcos Maciel Formiga.

1. Em função da singularidade do processo histórico de sua fundação, a Fafil era conhecida como a “Faculdade das Meninas”, pela iniciativa pioneira de 5 jovens recém-graduadas, Maria Isabel Magalhães Figueiredo (Baby Figueiredo), Maria da Consolação Magalhães Figueiredo (Mary Figueiredo), Isabel Rebello de Paula, Maria Dalva Dias de Paulo, Maria Florinda Ramos, que, com apoio e incentivo do professor e historiador Tabajara Pedroso, decidiram implantar, no norte de Minas, a primeira célula de ensino superior. Como se deu essa união e a ideia de implantar esse ensino?

BM. Nós estudávamos em Belo Horizonte: Florinda (Geografia) e Isabel (História) já estavam em fase de conclusão de curso; nós, Baby (Pedagogia) e Mary (Línguas Neolatinas), ainda por terminar a graduação. Em encontros em Belo Horizonte e Montes Claros, surgiu a ideia de prover nossa cidade e a região com os primeiros cursos superiores. A partir de então, o entusiasmo cresceu e a semente começou a germinar.

2. Como nasceu a ideia da Fafil?

BM. Nasceu do desejo de levar a outras pessoas, impossibilitadas de estudar em BH e outras capitais, as oportunidades que tivemos para adquirir novos conhecimentos e vivenciar um ambiente acadêmico. Éramos conscientes da necessidade e importância da interiorização do conhecimento, caminho que contribuiria para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural da região do norte de Minas.

3. Em que ano?

BM. As primeiras reuniões tiveram início em 1962.

4. Que idade vocês tinham nessa época?

BM. 19 anos e seis meses.

5. A professora Dalva Dias de Paulo integrou esse grupo inicial?

BM. No final de 1963, Dalva integrou o grupo inicial.

6. Quais outras pessoas integraram o grupo inicial de trabalho?

BM. O grupo germinal passou a receber a assessoria voluntária de professores da UFMG, alguns deles membros da Câmara de Ensino Superior do Conselho Estadual de Educação - Amaro Xisto de Queiroz (História), Pedro Parafita de Bessa (Psicologia da Educação), Wilton Cardoso (Literatura Brasileira). O grupo foi se ampliando, recebendo a fundamental colaboração de Luiz de Paula Ferreira, Presidente da Felp - Fundação Educacional Luiz de Paula. O apoio da Felp, que, por solicitação do grupo, aceitou ser a entidade mantenedora, foi elemento imprescindível para a autorização dos cursos pelo Conselho Federal de Educação. Em janeiro de 1964, fomos a Brasília - Luiz de Paula, Isabel Rebello e nós duas - para reuniões com as autoridades do governo federal e do Ministério da Educação. Decisiva e muito importante foi a reunião com Darcy Ribeiro, à época Chefe da Casa Civil do governo João Goulart, conseguida com o apoio de seu irmão, Mário Ribeiro, também presente à reunião - dois montes-clarenses envolvidos e compromissados com o progresso de Montes Claros e com a Funm/Unimontes.

Por intermediação de Darcy, o Ministro da Educação comprometeu-se a agilizar a análise do processo no mês seguinte, em fevereiro². Darcy conseguiu ainda a doação pelo MEC de uma biblioteca para atender às necessidades dos primeiros cursos. No final de março de 1964, recebemos um telegrama do governo federal comunicando que todo o acervo da biblioteca estava pronto para ser despachado para Montes Claros. Entretanto, em razão das mudanças políticas no país, a doação do acervo bibliotecário foi sumariamente cancelada. Mesmo assim, com muita determinação e esforços, conseguimos reunir um acervo bibliográfico suficiente para o processo de autorização de funcionamento.

7. A partir da ideia de implantação do ensino superior, qual o primeiro desafio/dificuldade encontrado?

BM. Em síntese, o primeiro e grande desafio foi sustentar a coragem para levar à frente um projeto difícil, mas extremamente relevante. As maiores dificuldades foram obter recursos financeiros e compor o corpo docente responsável por todas as disciplinas dos dois primeiros anos de funcionamento.

² Uma outra significativa colaboração do MEC foi a designação do Professor Guy de Hollanda, pesquisador do Inep, membro do CFE e historiador (como seu irmão Sérgio Buarque de Hollanda, pai de Chico Buarque) para, *in loco*, proceder à análise de todo o processo de autorização do funcionamento da Fafil.

8. O que motivou a implantação dos cursos de Letras e Pedagogia, História e Geografia? Quais as maiores dificuldades enfrentadas nesse processo?

BM. *Um grande fator motivador foi tentar preencher a lacuna de professores dos cursos ginásial e secundário (hoje, fundamental e médio) devidamente habilitados. Até então, grande parte dos professores, especialmente do ensino secundário, era constituída de profissionais liberais – médicos, dentistas, advogados, engenheiros, bioquímicos e sacerdotes. Estes professores mereceram e merecem todo o nosso respeito e gratidão, pois inúmeras vezes sacrificavam seus compromissos profissionais para atender à demanda do ensino. E ainda tinham que se submeter a cursos de treinamento, organizados pela Cades - Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário/MEC.*

9. Qual o contexto histórico educacional da cidade de Montes Claros no período da criação dos cursos?

BM. *Desde o final da década de cinquenta, notava-se no país uma preocupação de modernização. A cidade de Montes Claros também vivia um clima de otimismo e euforia, resultante das políticas desenvolvimentistas do ex-Presidente Juscelino Kubitschek e de seu Ministro da Economia, Celso Furtado. Era de extrema importância que, a esse projeto de desenvolvimento econômico, se agregassem esforços que possibilitassem à população o acesso à educação de nível superior.*

As ações para a modernização do sertão norte-mineiro ganharam considerável impulso com a inclusão da região na área da Sudene, em 1963. Com a industrialização, ocorreu, em Montes Claros, a instalação de um parque industrial de grande potencial. A formação de recursos humanos de elevada competência para o mercado de trabalho e produção de novos conhecimentos era fundamental para que o processo de modernização fosse completo. Em relação ao contexto educacional, o número de escolas da rede estadual e federal e os estabelecimentos privados eram insuficientes para atender a essa demanda. A qualidade do ensino oferecido era bastante diferenciada.

10. As senhoras se viram desanimadas em algum momento nesse início de implantação? Por quê?

BM. *Não. Tínhamos consciência do grande desafio, mas estávamos determinadas e preparadas para enfrentar quaisquer dificuldades. Muito importante foi, além do entusiasmo, nosso alto senso de trabalho interativo e participativo.*

11. De que forma essas dificuldades foram enfrentadas?

BM. *Com determinação e resiliência. Buscávamos soluções práticas para evitar que o projeto ficasse comprometido. Mencionamos alguns exemplos: o uso das instalações físicas do Colégio Imaculada Conceição, a anuência dos professores locais em receber um salário simbólico, convênios com a Secretaria de Estado de Educação, apoio pedagógico e financiamento de bolsas de estudo do governo francês, negociações com o governo de Minas para integração da Fafil à Funm.*

12. Como se deu a parceria com a Fundação Luiz de Paula no processo de autorização dos cursos?

BM. *A criação de uma instituição educacional, em qualquer nível, exigia, por lei, que fosse mantida financeiramente por uma Fundação Educacional já existente. Luiz de Paula Ferreira, pessoa de ampla visão, pensando no desenvolvimento da região, ofereceu a Felp como entidade mantenedora. O primeiro passo, muito difícil, foi montar o processo de autorização de acordo com as normas do MEC e do Conselho Federal de Educação.*

13. Como se deu a encampamento da Fafil pela Funm? Essa parceria se mostrou positiva para os cursos de Pedagogia, Letras, História e Geografia já instalados?

BM. *O Conselho Diretor da Funm convidou a Fafil a integrar a nova instituição. Os dirigentes da Felp e da Fafil consideraram que, pelo encampamento, o acesso a recursos do governo estadual seria facilitado.*

14. Quais aliados ou apoiadores se juntaram a esse projeto de implementação dos cursos de Letras e Pedagogia?

BM. *As lideranças locais foram muito encorajadoras – entre elas, João Valle Maurício, Hermes de Paula, Orlando Ferreira Lima, Ruy Braga, Aluizio Pinto, o Colégio Imaculada Conceição, educadores e membros da comunidade, Yede Christova, Jacy Ribeiro, Padre Tadeu de Carvalho, Padre João Batista, Jorge Ponciano, Adélia Miranda, dentre outros.*

15. As senhoras se viram muito desanimadas diante do Parecer 128 de 1964? Quais ações foram empreendidas para reverter esta situação?

BM. Pelo Parecer N.º 128/64 do Conselho Federal de Educação, a autorização de funcionamento foi indeferida. A decisão foi baseada nos seguintes argumentos: insuficiente capacidade financeira da mantenedora, embora seu patrimônio fosse considerável; superposição de duas instituições no mesmo edifício, FAFIL e Colégio Imaculada; insuficiente acervo da biblioteca. Contudo foram elogiadas as inovações curriculares, a capacitação dos docentes e a ênfase ao desenvolvimento da pesquisa. Apesar do indeferimento, o CFE concordou em reexaminar o processo, uma vez atendidas as diligências apontadas.

O desânimo não nos afetou. Pelo contrário, sentimo-nos encorajadas e determinadas a refazer o processo a fim de eliminar as lacunas apontadas no Parecer.

16. Quais incentivos as senhoras receberam para a criação da Fafil? Quais empecilhos lhes foram impostos?

BM. Fomos movidas pela vontade de criar algo em benefício da comunidade e da região. Encontramos apoio de vários setores – educacionais, políticos e econômicos. A título ilustrativo, alguns exemplos foram: a UFMG, a Felp, lideranças políticas e culturais (Simeão Ribeiro Pires, Marina Fernandez Silva) e membros da comunidade (Maria de Lourdes Chaves, Juvenal Caldeira, Wanderlino Arruda, Yvonne Silveira, Heloísa Netto, Raimundo Saturnino, Maria Luíza Telles, América Elentério Nogueira, Elisa Pires, Magnus Medeiros, dentre tantos outros).

As dificuldades foram inúmeras:

- a supressão da verba destinada à aquisição da biblioteca para a Fafil, por meio da ação de Darcy Ribeiro, doada pelo governo federal, em razão da contextualização política após o golpe militar de 31 de março de 1964;*
- o atendimento aos rígidos dispositivos legais do Conselho Estadual de Educação/CEE e do Conselho Federal de Educação/CFE, hoje Conselho Nacional de Educação/CNE;*
- a escassez de recursos financeiros mínimos para o funcionamento da Fafil;*
- a titulação insuficiente de alguns docentes de acordo com as exigências legais.*

17. Como a sociedade reagiu à quebra de uma hegemonia patriarcal e masculina com a criação de uma instituição de ensino superior proposta por um grupo de jovens mulheres?

BM. *Em toda inovação, principalmente se originada por mulheres, sobretudo se forem jovens, há sempre interrogações. A sociedade norte-mineira não seria uma exceção. Entretanto esta sociedade patriarcal, em sua maioria, percebeu a seriedade do nosso projeto e os inúmeros benefícios que dele resultariam. Podemos, portanto, dizer que a recepção foi bastante positiva.*

18. Como as senhoras reagiram à expressão “Faculdade das Meninas”?

Consideramos um elogio à nossa coragem.

19. Como foi o reconhecimento dos cursos na época da Ditadura Militar?

B.M. *É preciso fazer uma distinção entre autorização e reconhecimento. Sofremos um revés quando apresentamos a documentação exigida por lei para obter a autorização. No início de 1964, compor o processo de autorização foi muito árduo, difícil e complexo.*

O processo de reconhecimento deu-se ao longo dos anos seguintes. Mais complexo e mais exigente, especialmente em relação à titulação do corpo docente e recursos financeiros, o processo levou-nos a trabalhar, com maior empenho da equipe, continuamente, por mais tempo. Somente em 1970 obtivemos o reconhecimento dos cursos. A vitória de termos alcançado nosso objetivo – a implantação dos primeiros cursos de ensino superior na região – foi um estímulo para continuar crescendo.

Sintetizando, as maiores dificuldades enfrentadas foram:

- *apresentar um corpo docente de notório saber, com titulação comprovada;*
- *contratar professores de Belo Horizonte e de outros centros (alguns exemplos são Ormezinda Barcala Jorge, Antônio Joge, Maria de Lourdes Ribeiro, Francisco Bastos Gil, Celeida Vasconcelos, Sebastião d’ Ângelo);*
- *apresentar adequadas instalações físicas;*
- *demonstrar a capacidade financeira suficiente que garantisse a saúde econômico-financeira da instituição.*

Um aspecto que trouxe preocupação referia-se à diferenciação salarial entre os docentes locais (recebendo uma remuneração simbólica) e aqueles que vieram de outras cidades (com salários razoáveis). Esta situação estendeu-se a outras faculdades posteriores à Fafil, permanecendo até a estadualização.

20. Ao lançar um olhar para o passado, as senhoras consideram que a instalação dos cursos, tal como ocorreu, atendeu às expectativas iniciais? Caso não tenha atendido, quais as contrariedades/dificuldades/desafios que ocorreram?

BM. As expectativas do grupo ao instalar a célula do ensino superior na região foram muito positivas. As “meninas da faculdade”, como éramos chamadas, tiveram condições e o privilégio de estudar em centros acadêmicos de renome no país – UFMG e PUC. Um dos nossos objetivos era justamente compartilhar a nossa experiência acadêmica com pessoas de Montes Claros e cidades vizinhas que aspiravam fazer um curso superior.

21. Como a senhora, Mary Figueiredo (Maria da Consolação Magalhães de Figueiredo-Cowen) esteve vinculada como docente e conseguiu acompanhar a evolução do curso de Letras? Como a senhora descreve ou compreende essa evolução?

M. Estive vinculada à Funm até 1979, quando fui encorajada pela Capes a fazer o doutorado na Universidade de Londres. Sempre acreditei na necessidade da capacitação profissional continuada. Em 1965, Baby e eu iniciamos uma trajetória de desenvolvimento acadêmico que percorremos até hoje – cursos de especialização – sistema educacional francês e administração, na Sorbonne e Alliance Française, na França, inúmeras vezes. Fiz o mestrado nos Estados Unidos em gestão universitária, o doutorado em Londres, pesquisando o tema liberdade acadêmica na universidade da América Latina, Europa e Estados Unidos. Baby fez especialização em Londres e o mestrado na UFMG.

Mesmo após meu desligamento funcional em 1979, não deixei de acompanhar o trabalho e o desempenho dos meus ex-alunos do curso de Letras. Quando da transformação da Funm em Unimontes, pensando o que isto significaria para criar melhores condições de desenvolvimento intelectual dos ex-alunos docentes, não me opus à solicitação da FUNM em agregar o meu curriculum vitae na composição do projeto de estadualização.

Tentei também, em diversos momentos, colaborar com a Funm/Unimontes, dentro das minhas atividades no Institute of Education, pelo acordo de cooperação com a Capes/MEC, CNPq e Itamaraty. Senti-me desapontada, pois poderia ter estendido à Unimontes possibilidades de inúmeros projetos para cursos de pós-graduação e de pesquisa colaborativa como aqueles que planejei e implementei junto as universidades federais e estaduais em 10 estados do Brasil. Os projetos cobriram, em 22 anos, cerca de 800 bolsas de estudos de pós-graduação para professores de universidades brasileiras. A maioria deles, de reconhecida reputação acadêmica, fez cursos de mestrado, doutora-

do e pós-doutorado no Institute of Education – Neidson Rodrigues, Antônio Flávio Barbosa, Ronaldo Mota, Guiomar de Mello, Oder Silva, Bárbara Freitag, Lucíola Santos, Clélia Capanema, Magda Soares, Eliane Hentscke, José Valente, Heloísa Luck, Fred Litto, Magda Chamon e a relação é muito longa.

Através do meu trabalho em Londres, facilitei contatos entre acadêmicos brasileiros e acadêmicos internacionais de renome, muitos dos quais conhecia bem, tendo desenvolvido com eles relações de trabalho e de amizade: Tom Popekevitx, Basil Bernstein, Celia Hoyles, Robert Cowen, Richard Aldrich, Chomsky, Michael Young, Andreas Kazamias, Stephen Ball, Denis Lawton, Gunther Kress, Paulo Freire, Antonio Nóvoa e muitos mais.

Contribuí, com o grupo de colegas que eu coordenava na Reitoria da Funm, com a implementação de projetos fundamentais para o plano de estruturação organizacional e o pleno desenvolvimento da Funm/Unimontes.

Menciono apenas alguns deles:

- *implementação do primeiro núcleo de apoio a estudos de pós-graduação (1976-Diplad), através de acordo com a Capes/PICD³. O programa, iniciado na Funm em 1975 disponibilizava 30 bolsas anuais no Brasil e no exterior (França e Estados Unidos). Encorajei e possibilitei a muitos alunos e professores do curso de Letras e de outros cursos a se capacitarem em nível de especialização e mestrado no Brasil e no exterior⁴.*
- *obtenção da vultuosa verba do MEC, em negociação junto ao Diretor da Sesu (Secretaria de Ensino Superior), à época, DAU – Departamento de Assuntos Universitários, Professor Edson Machado, para a compra do atual campus Darcy Ribeiro, Unimontes, terreno que pertencia à Mitra Diocesana.*

A determinação de compartilhar a ideia de desenvolvimento profissional, pessoal e institucional foi sempre uma preocupação constante. Foi altamente gratificante ter aberto caminhos na Funm para capacitação e networks profissionais para um significativo

³ PICD – Programa Institucional de Capacitação de Docentes, **primeiro programa nacional**, idealizado pelo Coordenador de Estudos Pós-graduados/Capes, Marcos Maciel Formiga.

⁴ Foram contemplados com bolsas no Brasil: Míriam Carvalho e Mariângela Braga, bem como um grande número de residentes de Medicina; na França e Estados Unidos, Márcia Melo Franco, Neide Rodrigues, Nelly Mendes, Baltazar Pimenta, Heloísa Netto, Luiza Otany Barbosa, Eduardo Tupynambá, Eunice Vilela, Odílio Mendes, e João Batista Silvério.

número de acadêmicos já consolidados nas suas carreiras, bem como de recém-graduados e prospectivos acadêmicos.

Lamento não ter encontrado abertura para assistir a Unimontes no sentido de abrir espaço para cooperação com universidades de qualidade. Fui privilegiada por ter cooperado para o crescimento da Funm e dos meus ex-alunos. Deixo aqui uma mensagem a todos os membros da comunidade da Unimontes – Cultivem sempre e tornem cada vez mais sólido e útil o legado que construímos, assegurando, desta forma, o acesso à igualdade de oportunidades educacionais e a uma educação de qualidade.

22. Sabemos que a senhora, professora Baby Figueiredo, permaneceu vinculada ao curso de Pedagogia até a sua aposentadoria. Em que ano isso aconteceu? Quais sentimentos ou percepções deste momento?

B. Por consciente escolha, permaneci vinculada ao curso de Pedagogia muito além do tempo exigido por lei para aposentadoria. Acreditava eu que poderia continuar a lutar por mudanças nos descaminhos que ocorriam na instituição. Já vinha enfrentando, ao longo das últimas décadas, inúmeras adversidades em minha travessia. Entretanto, tinha e tenho a certeza de haver escolhido o caminho certo, caminho para servir o outro e não me servir do outro.

Hoje tenho a satisfação de haver colaborado para desenvolver nos alunos a competência intelectual e a ética, como também o sentido da partilha.

Tive sempre o cuidado e a preocupação com a qualidade do ensino. Sempre promovi cursos de especialização lato sensu, para docentes e alunos, em diversas áreas do conhecimento no campo da Pedagogia. Estes cursos foram implementados em parceria com conceituadas universidades nacionais e internacionais: Unicamp, UFMG, UFRJ, USP, PUC/Brasília, PUC/Belo Horizonte e a Universidade de Londres. Os cursos foram ministrados por professores de renome. Cito apenas alguns exemplos: Lucíola Santos, Jacira Câmara, Antônio Flávio Barbosa, Marcos Maciel Formiga, Madalena Freire, Jamil Cury, Lincoln Coimbra, Inês Teixeira, Sônia Kramer e Orly Zucatto.

Uma outra parceria de grande significado foi o convênio firmado com a Faculdade de Educação da UFMG para disponibilizar vagas para professores do curso de Pedagogia interessados no mestrado em Educação.

Todos estes esforços para desenvolver a competência educacional nos meus ex-alunos tornaram-se visíveis durante a gestão do prefeito Mário Ribeiro, quando exerci o cargo de Secretária Municipal de Educação. O sucesso e a qualidade do ensino nas escolas da Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros são reconhecidos até hoje. Em

sua grande maioria, os meus ex-alunos foram os autores responsáveis pela orientação pedagógica e pela gestão da escola, de forma brilhante.

O meu afastamento se deu em 2005, quando fui convidada pelo então prefeito Athos Avelino Pereira para assessorar a rede municipal de ensino. Afastei-me convicta de que combati o bom combate, nas palavras do Apóstolo Paulo. Serei sempre confiante na sólida atuação de tantos ex-alunos na sua carreira profissional. A esses batalhadores, o meu reconhecimento.

Jamais podemos esquecer que cabe a nós, educadores, em toda a tessitura de nossa história, despertar no próximo a consciência social de saber-se no mundo em toda sua dimensão de humanidade. E é esta consciência que viabiliza instaurar as reais condições de mudança e transformações.

23. A Unimontes se ampliou bastante desde a primeira iniciativa encetada pelas jovens professoras, que romperam dificuldades e construíram o ponto de partida do ensino superior na região norte-mineira. As senhoras sentem que a instituição compreende e valoriza o trabalho inicial empreendido?

BM. *Não sabemos de facto se a Unimontes – gestão, docentes e discentes – teve e tem a dimensão plena do trabalho e da intrepidez de nossa realização. Desconhecemos documentos que registram um histórico da trajetória completa da implementação do ensino superior em Montes Claros e em toda a região norte-mineira.*

Temos consciência de que iniciar algo é uma graça. Graça maior é perseverar. Graça das graças é reconhecer no presente o que foi plantado no passado. Fatos e feitos do passado, quando registrados, permitem que a memória de tais feitos e fatos não se perca no presente e no futuro. Ecléa Bosi disse, muito apropriadamente, em Memória & Sociedade: lembranças de velhos: “A vida é um pouco isso, plantar árvores frutíferas, pedindo a Deus que alguém esteja lá depois saboreando os frutos”.

Cumprimentamos efusivamente a Coordenadora Geisa Magela Veloso, Eredi Gonçalves Ferreira Fernandes e os membros do grupo de Pesquisa da Pós-graduação em Educação da Unimontes, Luiz Otávio de Souza Santos, Larissa Alves Lima, Daniela Maria Gonçalves Fonseca e Luciana de Oliveira Neto pela percepção da necessidade de um registro público da memória da instituição. Trabalho de grande relevância. Notável e louvável iniciativa.

24. Como as senhoras se sentem por fazerem parte da história do ensino superior da região norte-mineira?

BM. Enorme gratificação. Percebe-se hoje uma formidável transformação no cenário socio-econômico-educacional da região e de Montes Claros. Da “Vovó Centenária” de Hermes de Paula e de Luiz Paula, Montes Claros passou a um cosmopolitismo exuberante. Várias gerações têm visto seus sonhos transformados em realizações pessoais e profissionais.

Também nós realizamos um sonho. Trabalhamos, orientadas pelo exercício de nossa cidadania, no sentido de contribuir para reduzir as desigualdades sociais e educacionais da nossa comunidade local e regional.

25. Se pudessem, hoje, falar com os atuais responsáveis pelos cursos, que mensagem as senhoras deixariam para eles e para os alunos dos cursos de Pedagogia e Letras?

BM. Continuar trabalhando pelo desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional.

Não se deixar abater diante de adversidades.

Exercitar o que dizia o grande filósofo francês, Voltaire, em Candide, “Il faut cultiver notre jardin”.

Candide deixa-nos uma clara e profunda mensagem acerca do trabalho, que, para ele, é o valor maior da sociedade, do viver comunitário. Seguindo este conceito, uma das nossas mensagens é que os responsáveis pelos cursos e seus alunos se orientem sempre pelo princípio de uma atitude interessada e jamais interesseira.

Muito importante também é saber evitar a paranóia do poder.

26. Por fim, há algo não abordado nesse roteiro de entrevista semiestruturada, que as senhoras gostariam de destacar?

BM. Discute-se muito a universidade global. A Unimontes deve integrar e desenvolver um amplo network nacional e internacional. Torna-se fundamental incentivar o exercício da pesquisa e do ensino de qualidade. O intercâmbio acadêmico com universidades de excelência deve ser estimulado continuamente.

Outro ingrediente importante é a ênfase na área de publicação, focalizando os periódicos e editoras nacionais e internacionais de maior prestígio.

Assim procedendo, a Unimontes, de uma semente plantada cuidadosamente, há 63 anos, certamente atingirá os frutos do saber de uma árvore com sólidas raízes.

Belo Horizonte, dezembro de 2023.

Autores



Agnaldo Maciel Ribeiro Oliveira

Professor da Educação Básica - Escola Estadual Benício Prates e Escola Estadual Coronel Francisco Ribeiro. Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes (2023). Licenciado em Física pela Unimes. Licenciado em Matemática pela Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Especialização Lato Sensu pela Universidade Federal de Lavras – UFLA em Matemática e Estatística. Professor da Educação Básica.



Aline Patrícia Sobral dos Santos

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros, Graduada em Filosofia (Licenciatura) pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Pós-Graduada em Docência do Ensino Superior (Especialização). Bolsista da Capes. Interesse na área de Educação e Tecnologias, Formação Docente e Ensino de Filosofia.



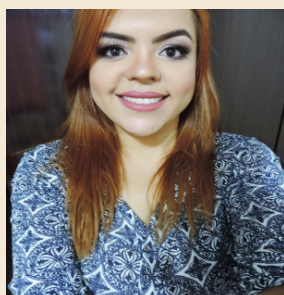
Amós Ferreira de Carvalho

Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros. Graduado em Matemática pela Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Possui pós-graduação em Educação Matemática pelo Instituto Superior de Educação Ibituruna – ISEIB. Professor da Educação Básica.



Ana Paula Maia Costa Durães

Professora da Educação Básica - Escola Estadual Antônio Figueira. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Especialista em Política de Promoção da Igualdade Racial da Escola pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e em Educação Especial e Inclusiva pela Universidade Norte do Paraná (Unopar). Graduada em Pedagogia (Unimontes). Professora alfabetizadora da educação básica. Atualmente, vice-diretora na rede estadual de ensino.



Ariele Rezende Costa

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros. Licenciada em Sociologia pela Faculdade Integrada de Araguatins (Faiara). Professora de Sociologia e Humanidades em escolas da rede estadual de Montes Claros. Especialista em Supervisão Escolar e em Inspeção Escolar, pela União Brasileira de Faculdades (UNIBF). Tem afinidade e aptidão nos três campos dos cursos: Sociologia, Antropologia e Ciência Política.



Bianca de Souza Franca Durães

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). É formada em Engenharia Civil pelas Faculdades Unidas do Norte de Minas e possui graduação em Matemática pela Universidade Norte do Pará (Unopar). Atualmente, atua como professora na Educação

Básica, lecionando para os níveis Fundamental e Médio.



Cléia Ferreira Niz Rocha

Mestranda em Educação pelo Programa de pós-Graduação em Educação (Unimontes). Especialista em Ensino de Matemática. Professora licenciada em Matemática (Unimontes). É membro do Grupo de Pesquisa Currículos em Educação Matemática (GPCEEM), grupo que estuda e investiga

sobre currículos de Matemática e a relação professor-currículo. Professora com experiência na rede pública, particular e federal. Atualmente trabalha como Professora Particular.



Daniela Maria Gonçalves Fonseca

Professora do Centro de Educação Municipal de Educação Infantil Professora Cida Chelone. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros (2023). Especialista em Gestão Escolar de Gestores da Educação Básica pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil (2011). Pedagoga

pela Universidade de Alfenas-UNIFENAS (2000). Atua como Supervisor Pedagógico no Sistema Municipal de Ensino de Montes Claros.



Edson Cosme Martins Filho

Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE-Unimontes). Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Pós-graduação em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade de Direito Santo Agostinho – Fadisa. Pós-graduação em Direito Processual: Grandes Transformações pela Universidade da Amazônia – Unama. Coordenador da Escola de Direito do Centro Universitário Funorte. Coordenador dos cursos de Pós-graduação da Escola de Direito do Centro Universitário Funorte. Professor da Escola de Direito do Centro Universitário Funorte. Professor do Curso de Direito da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Diretor Institucional da 11a Subseção da OAB/MG. Sócio proprietário do escritório de advocacia Edson Cosme Advogados. Curstando MBA em Gestão Estratégica da Advocacia na Escola Superior da Advocacia da OAB/MG - ESA/MG. Membro da Comissão de Educação Jurídica da OAB/MG.



Eliana Dias Leal

Professora da Educação Básica - Escola Estadual Dom João Antônio Pimenta e Escola Municipal Jason Caetano. Mestranda no Programa Pós-graduação em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Especialista em Psicopedagogia pela Unimontes e Alfabetização e Letramento pela Universidade Candido Mendes. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Atualmente graduanda no curso de Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade Única - Grupo Prominas.



Eredi Gonçalves Ferreira Fernandes

Mestranda em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual de Montes Claros (2023-2024). Especialista em Supervisão e Inspeção Escolar pelo Centro Universitário Claretiano – SP (2012); Graduada em Letras/Português pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/BH (2008). Especialista em

Educação Básica pela SEE/MG; Professora de Língua Portuguesa/Redação e Legislação Educacional. Canal no YouTube: “Foco na Educação com Eredi Fernandes”.



Eveline Nogueira de Castro e Oliveira

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Graduação em Enfermagem pela Unimontes e especialização em Formação Pedagógica em Educação Profissional na área da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Sua experiência inclui atuação como en-

fermeira e interesse na área da educação. Atualmente, dedica-se exclusivamente ao mestrado.



Flaviane Alves Dos Santos

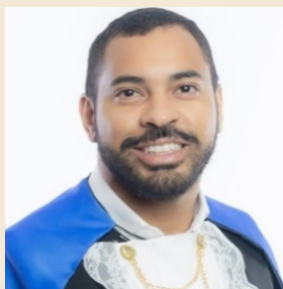
Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE-Unimontes. Bolsista da Capes. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Graduação em Direito pelas Faculdades Unidas do Norte de Minas - Funorte. Pós-graduação em Supervisão Escolar, Gestão de Processos Educa-

cionais, Inspeção Escolar e Legislação Escolar pelo Instituto Superior de Educação Ibituruna. Participa do Laboratório de Educação do Campo no Semiárido Mineiro: Diversidade, Território e Agroecologia (LabÉdoCampo) e do grupo de pesquisa para uma Educação Decolonial PluriEtnoPopular (GDECO-ETNOPO) na Unimontes.



Francely Aparecida dos Santos

Doutora em Educação: Formação de Professores, pela Universidade Metodista de Piracicaba - Unimep-SP (2012). Mestre em Educação: Formação de Professores, pela Universidade de Uberaba - Uniube (2003). Graduada em licenciatura plena em Pedagogia (1999), pela Universidade Estadual de Montes Claros/MG - Unimontes e em Matemática (2000), pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC-MG. Especialista em Psicopedagogia e em Teoria e Prática em Supervisão Educacional, pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Professora concursada da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Estudiosa da área da Pedagogia Sistêmica. Foi Pró-Reitora Adjunta de Ensino da Unimontes de novembro/2012 a dezembro/2018 e Coordenadora Adjunta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) em parceria com a SEE\MG e MEC (2012-2018) e Coordenadora da Avaliação Institucional da Unimontes de 2010 a 2011. De 2021 até a data atual, coordena o Programa de Pós-Graduação em Educação da Unimontes.



Gabriel Nardes Santos

Mestrando em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Licenciado em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB).



Greyce Kelly de Souza Rezende

Professora da Escola Municipal Sônia Quadros. Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Especialista em Alfabetização, Letramento e Linguagem Matemática (Unimontes). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Servidora pública da educação básica no

município de Montes Claros, atua como professora alfabetizadora desde 2011.



Geisa Magela Veloso

Doutorado em Educação pela UFMG (2004-2008). Mestrado em Educação pela UFMG (2000-2001). Especialização em Literatura Infantil e Juvenil PUCMG (1992-1994). Graduação em Pedagogia pela FUNM (1982-1985). Supervisora pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Montes Claros (1985-2004). Coordenação Pedagógica na

Secretaria Municipal de Educação, escolas rurais (1998-2001). Professora no Curso de Magistério, em nível médio - escolas estaduais (1986-1997). Professora Formadora do PROCAP - Unimontes (1997-1998). Professora Formadora e Conteudista da UAB - Unimontes. Professora Projeto Veredas - Formação Superior de Professores (2001-2003). Avaliadora do MEC no PNLD - Obras Didáticas (2018) e PNLD - Obras Literárias (2018-2019). Coordenadora do PNAIC – Polo Montes Claros (2012-2018). Coordenadora do PPGE – Unimontes (2018-2020). Professora da Unimontes (1998-atual).



Hellem Cristina Soares da Silva

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Possui graduação em Pedagogia pela Unimontes. Seu interesse de pesquisa está relacionado ao campo da Educação, buscando aprimorar sua compreensão sobre o tema. Atualmente, dedica-se exclusivamente ao mestrado.



Heleninha Manoela de Oliveira Fernandes

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Licenciada em Educação do Campo pela Universidade Federal de Viçosa. Nasceu no Quilombo Macaúbas Palmito, que está localizado no município de Bocaiúva no Norte de Minas Gerais.



Idalina Gonçalves Magalhães

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia, Pós-graduada em Gestão Escolar pela UNEB-Campus XII; Gestão da Educação Municipal pela Universidade Federal de Viçosa; Letras Libras pela UNEB-Campus XX. Formação: Conselheiros Municipais de Educação pela UFBA; Especialização em Direito Trabalhista pela UniFG; Curso de Aperfeiçoamento em Gestão para Educação Municipal pelo MEC, Brasil; Comunicação e Política - Conceitos Fundamentais, Ferramentas de mobilização pela Fundação Perseu Abramo, FPA, Brasil; Formação de Instrutor de Trânsito pela Escola de Formação de Instrutores de Trânsito da Bahia. Atualmente é Servidora pública de Espinosa-MG.



Isabela Parada

Artista visual, com trabalho focado em pintura a óleo sobre tela, muralismo e fotografia, o qual se pode conhecer pelo site www.belaparada.com.br. Idealizadora do Projeto Parto Remanso, um espaço dedicado à arte e à preservação ambiental, em Milho Verde-MG, onde realiza a recuperação de uma nascente há 14 anos, sendo os últimos 4 junto ao Instituto Estadual de Florestas. Atualmente é mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação da Unimontes, vinculada ao Grupo de Pesquisa para a Educação Popular Pluri-Etno-De-

colonial (GDECO-ETNOPO), com investigação focada no desenvolvimento pedagógico do Projeto o Parto Remanso.



José Carlos Rodrigues Júnior

Professor de Matemática na Educação Básica - Escola Estadual Professora Anésia Gonçalves Longuinhos (Pirapora) e Escola Estadual Luiz Balbino (Pirapora). Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Especialização em Estatística com ênfase em Indústria e Mercado (UFMG). Formação em

Licenciatura Plena em Matemática pela Faculdade de Ciências Humanas de Curvelo (2009).



Juliana Alves Miranda Andrade

Professora de Educação Física na Educação Básica - E. M. Zizinha Ribeiro. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Graduada em Educação Física - licenciatura e bacharelado - Unimontes. Especialista em Educação Física Escolar. Professora na rede Municipal e Estadual

de Educação desde 2005. Professora de Educação Física Escolar e Orientação Acadêmica pela Universidade Aberta do Brasil - UAB/Unimontes (2017-2022). Vice-presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Sistema Público Municipal de Montes Claros/MG - Sind-Educamoc (2018 - 2023).



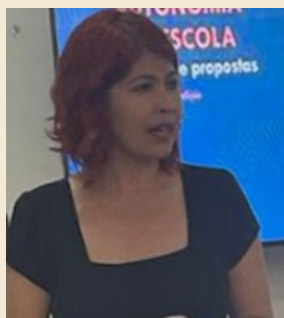
Kleber Conceição da Silva

Professor da Educação Básica - Escola Estadual Professor Plínio Ribeiro. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes. Especialista em Matemática pela Universidade do Grande Rio/Unigranrio. Graduado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais em Licenciatura em Matemática.



Larissa Alves Lima

Especialista em Educação Básica na Escola Estadual Professora Helena Prates - SEE/MG. Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros (2023). Especialista em Educação a Distância pela Universidade Estadual de Montes Claros e em Supervisão Escolar pela Faculdade do Noroeste de Minas (2009). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros.



Luciana de Oliveira Neto

Servidora da Superintendência Regional de Ensino - SRE/Montes Claros. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros (2023). Psicopedagoga e Especialista em Inclusão Social (2012) pelas Faculdades Unidas do Norte de Minas; Pedagoga pela Universidade Estadual de Montes Claros em Orientação Educacional (2001) e Supervisão Pedagógica (2000). Atua na função de auxiliar de Gabinete pela Superintendência Regional de Ensino de Montes Claros.



Luiz Otávio de Souza Santos

Professor da Educação Básica - Escola Municipal Afonso Salgado desde 2012 e Escola Estadual Professora Cláudia Patrícia da Silva Veloso, desde 2013. Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação–Universidade Estadual de Montes Claros (2023-2024). Especialista em Educação a Distância – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (2017). Graduado em Letras Inglês – Universidade Estadual de Montes Claros (2011).



Marcos Paulo Melucio Oliveira

Professor MTC Latino Americano. Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros (2023). Bacharel em Teologia (Mackenzie), Licenciado em História (Uniuibe), Especialista em Ensino Superior (FIBH).



Mirelle Pereira da Silva

Mestranda em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista Fapemig. Graduada em Licenciatura em Matemática pelo Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Especialização em Educação Matemática pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniassevi) e Inspeção Escolar pelo Instituto Mineiro de Educação Superior (Faculdade IMES). Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual de Montes Claros.



Pedro Aurélio Cardoso da Silva

Mestrando em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Graduado em Licenciatura Plena em Matemática pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes (2022). Desenvolve pesquisas sobre Educação Matemática com ênfase em Tecnologias Digitais Aplicadas ao Ensino de Matemática.



Pedro Guimarães Moratori

Professor de Física na Educação Básica, pelo estado de Minas Gerais - Escola Estadual Maria da Conceição Rodrigues Avelar e Escola Estadual de Ensino Médio de Ermidinha. Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros (2023). Engenheiro Civil. Especialista em Engenharia de Estruturas e em Tecnologia em Educação à Distância.



Tatiane Rocha Matos

Mestranda em Educação pelo PPGE - Unimontes (2023). Licenciatura plena em Artes/Música, habilitação (flauta doce) pela Unimontes (2017). Curso de Educação Musical e Curso Técnico em Flauta Doce (2012) pelo Conservatório de Música Lorenzo Fernández. Atuou como professora na educação integral e nos Conservatórios de Música de Montes Claros e Diamantina, ministrando os conteúdos de Flauta Doce, Prática de Conjunto, História da Música, Ética e Normas Técnicas, Produção Cultural e Canto Coral. Trabalhou como professora na rede municipal de ensino de Montes Claros - Arte para a educação infantil. Participou de apresentações musicais como o Encontro da ABEM, em Montes Claros, das festas de Agosto de Montes Claros e Festival de Inverno de Milho Verde, além de bares culturais na cidade.



Thiago Ferreira Andrade

Engenheiro Civil no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG). Mestrando no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Especialista em Educação a Distância (IFNMG) e em Educação Física Escolar (FIJ), Bacharel em Engenharia Civil (FIP-Moc) e Licenciado e Bacharel em Educação Física (Unimontes).

©Editora Unimontes

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

Montes Claros - Minas Gerais - Brasil

CEP 39401-089 - CAIXA POSTAL 126

www.editora.unimontes.br

editora@unimontes.br

Apoio:



ISBN 978-65-86467-69-7

